

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CLÁUDIA MARIA DE FARIAS**

***Sonhos, lutas e conquistas:  
projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-  
1979***

Tese apresentada como parte dos  
requisitos necessários para a obtenção do  
título de Doutora em História Social pela  
Universidade Federal Fluminense

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rachel Soihet**

**Niterói  
Março 2012**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**F224 Farias, Cláudia Maria de.**

**Sonhos, lutas e conquistas: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979 / Cláudia Maria de Farias. – 2012.**

**246 f.**

**Orientador: Rachel Soihet.**

**Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.  
Bibliografia: f. 240-246.**

**1. Mulheres no esporte. 2. Esporte; aspecto social. 3. Esporte; aspecto histórico. 4. Emancipação da mulher. I. Soihet, Rachel. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. III. Título.**

**CDD 613.7045**

**CLÁUDIA MARIA DE FARIAS**

**Sonhos, lutas e conquistas: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Raquel Soihet (orientadora)

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira (PPGH/UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Izilda Santos de Matos  
(PPGH-PUC/SP)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Sarmento  
(CPDOC/FGV)

---

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Perreira  
(PPGH- PUC/RJ)

---

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt (PPGH/UFF)  
Suplente

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Andréa Casa Nova Maia  
(PPGH/UFRJ)  
Suplente

## **Sonhos, lutas e conquistas: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979**

*Resumo:* ao incorporar o gênero como categoria de análise histórica, sem desconsiderar a importância dos conflitos de classe e raça/etnia, a tese aborda as experiências e a projeção das mulheres brasileiras no espaço esportivo, desde 1932 - quando Maria Lenk competiu pela primeira vez em Olimpíadas - até 1979, ano em que foram revogadas as proibições para a prática esportiva feminina no país. Assim, entendendo a prática esportiva como campo de poder, tramas, lutas, tensões e investimentos, analiso as memórias e trajetórias de algumas ex-atletas brasileiras que, entre rupturas, negociações e consentimentos, protagonizaram importantes conquistas na busca pela afirmação dos seus direitos e das suas múltiplas identidades em diferentes contextos históricos.

**Palavras-chave:** história do esporte - relações de gênero e esportes – mulheres e esportes - emancipação feminina

## **Dreams, fights and achievements: social projection and emancipation of the Brazilian women in the sports, 1932-1979**

*Abstract:* When incorporating the gender as category of historical analysis, without disregarding the importance of the conflicts of class and race/ethnicity, the thesis approaches the experiences and the projection of the Brazilian women in the sportive space, since 1932 - when Maria Lenk competed by the first time in Olympiads – until 1979, year in that the prohibitions to the feminine sportive practice in the country were revoked. Thus, understanding the sportive practice as field of power, woofs, fights, tensions and investments, are analyzed the memories and trajectories of some Brazilian ex-athletes that, among ruptures, negotiations and consents, performed important conquests to angle for the affirmation of theirs rights and of theirs multiple identities in different historical contexts.

**Keywords:** Sport history – gender and sports relations – women and sports – feminine emancipation

## **Des rêves, des luttes et des conquêtes: projection et émancipation des femmes brésiliennes dans le sport, 1932-1979**

*Resumée:* En incorporant le genre comme catégorie d'analyse historique, sans ignorer l'importance des conflits de classe et de race/ethnie, la thèse reconstruit les expériences et la projection des femmes dans la scène sportive depuis 1932- quand Maria Lenk a participé pour la première fois aux Jeux Olympiques- jusqu'à 1979, l'année où les interdictions pour la pratique sportive féminine ont été rejetées. Ainsi, en comprenant la pratique sportive comme un champ de pouvoir, de complots, de luttes, de tension et d'investissements, on analyse les mémoires et les trajectoires de certaines anciennes athlètes brésiliennes qui, au milieu des ruptures, des négociations et des consentements, ont joué un rôle très important en quête de l'affirmation de leurs droits et de leurs multiples identités dans les différents contextes historiques.

**Mots-clés:** histoire du sport - relations de genre et sport - femmes et sport - émancipation féminine

## Agradecimentos

Tinha dez anos, quando eu cursava a 5ª série do ginásio (atualmente, ensino fundamental) de um colégio de freiras tradicional na Tijuca, bairro de classe média, da zona norte do antigo Estado da Guanabara, onde nasci e cresci. Logo depois, com a fusão, passei a ser do Estado do Rio de Janeiro, mas continuei a morar na Tijuca. Transcorria o ano de 1974 e a sociedade brasileira começava a vivenciar o processo de abertura política, após dez anos de instauração do golpe civil-militar. Lembro-me muito bem do clima ufanista da época. Afinal, ainda vivíamos os resquícios do “milagre econômico”. Antes de iniciarmos as aulas, as turmas rezavam em forma no pátio da escola e, nas datas comemorativas nacionais, tocava-se o hino nacional e hasteava-se a bandeira, com os alunos enfileirados e devidamente uniformizados. No currículo escolar, a disciplina “Educação moral e cívica” era obrigatória. Não raramente, cantávamos alegremente uma marcha que dizia “este é um país que vai pra frente ôôôô, de uma gente unida e tão contente ôôôô...” No carro do meu pai, numa das janelas da variant, de cor mostarda, existia um adesivo com a bandeira do Brasil e o escudo do clube de Regatas Flamengo, no qual se lia “meus dois amores”.

Apesar da atmosfera nacionalista que reinava, minhas duas irmãs mais velhas iam ao Maracanãzinho, no início dos anos de 1970, para assistir os Festivais Internacionais da Canção, eventos de música célebres por sua oposição ao regime militar, nos quais Toni Tornado se sobressaiu com a canção “BR 3”. Seu cabelo *black power*, as roupas coloridas, o punho erguido e o ritmo *soul* da música, fortemente influenciada por James Brown, remetiam às atitudes afirmativas dos negros norte-americanos contra a segregação racial nos EUA. Recordo-me também que, após a conquista do tricampeonato mundial de futebol pelo Brasil, meu pai nos deu um compacto simples (irmão caçula do LP) com a narração de todos os gols feitos pela seleção canarinho ao longo da vitoriosa campanha. Impossível esquecer tais lembranças... Não tínhamos televisão e na única e grande vitrola disponível, eu e meu irmão – um pouco mais velho – escutávamos, incansavelmente, a narração dos gols. Comemorávamos, gritando efusivamente, como se ainda transcorressem aquelas partidas e o campeonato não tivesse terminado. Realmente, durante algum tempo, a memória da Copa de 1970 se eternizou entre nós através daquele pequeno disco.

De posse dessas breves informações, talvez, o leitor pense: eis a explicação para o interesse da autora pelos esportes. Em parte, estará certo. Mas, creio que tudo começou naquele colégio de freiras, no qual estudei durante longo período e por onde todos os meus irmãos passaram, alguns menos tempo do que outros. Minha mãe e algumas tias, inclusive.

Com o passar dos anos e das gerações, minha família se tornou muito conhecida entre as mães e professoras da escola, sobretudo pelo excelente boletim que minhas irmãs mais velhas ostentavam, além do comportamento exemplar. Não por acaso, eu era chamada pelo sobrenome “Farias” e, constantemente, as freiras e outras educadoras não religiosas me lembravam do ótimo desempenho escolar das minhas irmãs, o que gerava muitas expectativas e comparações. Sem dúvida, minha identidade pessoal e meu reconhecimento se dissolviam e, até mesmo, desapareciam em meio à história de tantas mulheres na família. Essa homogeneização poderia ter continuado, não fosse a ocorrência de algo “inusitado”: meu interesse por futebol e por brincadeiras “de garoto”, fato bastante curioso ou, dito melhor, transgressor, dado o contexto da época e o ambiente educacional no qual estava inserida. Hoje sei que jogar futebol de saia e com os meninos da escola foi a forma que encontrei de expressar minha diferença e identidade, para o espanto das freiras mais ortodoxas. Como não podia deixar de ser, isso me custou severas reprimendas. Não raramente, mal eu começava a jogar, alguma mãe aparecia e gritava: “Farias, me dá essa bola!”. E lá ia eu, contrariada, entregar minha “bola de meia”, pacientemente costurada por minha avó, depois dos meus incessantes pedidos. Porém, no dia seguinte, tudo se repetia. Certa vez, minha mãe foi chamada pela diretora da escola, na tentativa de acabar definitivamente com meu passatempo predileto. Jamais esqueci – e minha mãe tampouco – o que falei diante delas: “um dia vocês ainda vão ver as mulheres jogando futebol!” Só não sabia que elas já jogavam bola há muito tempo...

Como sei que a história de homens e mulheres longe está de ser fruto do acaso, acredito que, inconscientemente, minha tese teve sua origem naqueles episódios vividos. Afinal, nossas cargas afetivas, nossos sentimentos, nossas experiências de dor e impotência acumuladas ao longo da vida, frequentemente transbordam em múltiplas direções, posteriormente. Por isso, agradeço às irmãs do Colégio Nossa Senhora da Misericórdia. Suas críticas e oposições me valeram esse trabalho. Por outros caminhos, eu “fiz” esporte. Melhor ainda: pude perceber que minha história era parte de um silêncio imposto às mulheres muito maior. Por isso, contar essa história significa, na verdade, romper com a impossibilidade de livre expressão que me foi colocada há tempos atrás.

Nesse sentido, não poderia deixar de igualmente agradecer às atletas entrevistadas: Eliane de Souza Pereira, Aída dos Santos, Mary Dalva Proença, Melânia Luz, Deise Jurdelina de Castro e Soraia André. Através de suas histórias, lembranças e esquecimentos, compreendi melhor minhas vivências pessoais e de tantas outras mulheres, como minha mãe, minhas irmãs, etc... Enfim, pude me confrontar, escutar a mim mesma e me apaziguar com minha

história. Como disse Eugenia Meyer, “o fim, o objetivo da memória, da história, é dar sentido às nossas vidas. Conseqüentemente, trata-se permanentemente de lutar contra o esquecimento, para impedir que a memória chegue a um fim, a um término, à sua conclusão, e que percamos o rumo.”<sup>1</sup>

Afora os motivos pessoais que me trouxeram até aqui, essa empreitada não teria se consumado sem a orientação atenta da prof<sup>a</sup>. Rachel Soihet. Seu vasto conhecimento no campo dos estudos de gênero se tornou um alicerce sólido e seguro para eu me aventurar por esse caminho. Além disso, sua experiência, generosidade e paciência foram fundamentais para conter minha ansiedade durante esses quatro anos de doutoramento e estreitarmos nossos laços afetivos, construídos quando eu ainda era sua aluna na Pós-graduação *Lato Sensu* de História do Brasil Republicano, da Universidade Candido Mendes, em 2001. Desde então, ela foi uma das principais incentivadoras da minha trajetória acadêmica, junto com o professor Jorge Ferreira, também da UFF.

Nessa lista não podia faltar também minha numerosa família: pais, irmãos e sobrinhos. Sou imensamente grata à paciência e ao amor que tiveram, apesar das minhas ausências. Mas desejo, sobretudo, registrar um agradecimento especial ao meu irmão, único entre tantas mulheres. Desde cedo, cresci inserida em dois mundos, às vezes, separados em função dos sexos. Porém, ao lado dele pude compartilhar a alteridade do universo masculino, muitas vezes negado às mulheres. Foram muitos os momentos felizes vividos na nossa infância: jogamos futebol de botão, bola de gude, frescobol, futebol, além de ajudá-lo a fazer cerol e “rabiola” para que empinasse pipas. Com meu irmão, ainda divido meu interesse por esporte e minha paixão pelo Flamengo, mesmo que de forma bem mais leve, como ele faz questão de frisar. Sua cultura esportiva e seu olhar atento dedicado ao mundo dos esportes, às vezes, são extremamente valiosos para fazer brotar em mim idéias e questionamentos.

Agradeço ainda à Ana Beatriz e Bianca Jagger pelas transcrições das entrevistas.

Por fim, gostaria de registrar meu agradecimento ao CNPq e à FAPERJ pelas bolsas de estudo oferecidas, em períodos diferentes. Esta última instituição me concedeu, inclusive, a bolsa nota 10, para o desenvolvimento da pesquisa nos dois últimos anos de doutoramento.

---

<sup>1</sup> MEYER, Eugenia. O fim da memória. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 43, jan-jun 2009, p. 43

# Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo I – Projeção e emancipação das mulheres nos esportes, anos 1920-1930</b>	
Urbanização, industrialização e reconfiguração das relações de gênero .....	13
O projeto eugênico de Nação: corpos femininos em debate .....	22
Entre lembranças e silêncios: memórias de uma nadadora olímpica .....	51
<b>Capítulo II – A prática da educação física e dos esportes femininos sob o Estado Novo</b>	
Relações de gênero, educação física, esportes e identidade nacional .....	68
A regulamentação da prática sexista, científica e eugênica da educação física e esportes .....	94
<b>Capítulo III – Dilemas e perspectivas da prática esportiva feminina em tempos de democracia</b>	
Os “anos dourados” e a criação dos Jogos da Primavera.....	118
Mulheres e futebol no Brasil: outra breve experiência, Araguari (MG).....	137
Entre as fronteiras da diferença e igualdade: histórias orais de atletas olímpicas.....	151
<b>Capítulo IV – Prática esportiva feminina e ditadura civil militar</b>	
O recrudescimento da discriminação de gênero no espaço esportivo.....	179
Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras .....	209
Soraia André: uma judoca “japonegra”.....	223
<b>Para concluir?</b> .....	232
<b>Fontes</b> .....	235
<b>Lista das imagens</b> .....	238
<b>Referências bibliográficas</b> .....	240



## Introdução

Na tese que apresento a seguir abordo a projeção e a emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, entre 1932 e 1979, por meio da perspectiva micro-histórica. Investigo como se processou socialmente a construção, a partilha e os deslocamentos da desigualdade entre homens e mulheres no *campo esportivo*<sup>2</sup> brasileiro, através não somente das representações forjadas para o corpo feminino e masculino pelo discurso médico-eugênico, mas a partir das mobilizações, manipulações e dos investimentos articulados por elas em busca de igualdade de oportunidades e direitos num território de reserva masculino. Desse modo, reconstruo as tensões, as negociações, os conflitos e consentimentos que marcaram os projetos, as memórias e trajetórias de algumas atletas brasileiras na procura pelo seu reconhecimento e pela afirmação das suas múltiplas identidades em diferentes contextos históricos, agregando à categoria de *gênero*, outros componentes de diferenciação social, como classe, raça/etnia e geração.

Como não podia deixar de ser, algumas perguntas nortearam minha pesquisa. Sabedora de que o processo de construção da cidadania no Brasil é tortuoso, permeado por contradições, avanços e recuos, conjecturei que a conquista de direitos pelas mulheres brasileiras no espaço esportivo trilhasse o mesmo caminho, variando no tempo e ao sabor das suas experiências individuais e ações coletivas, sempre inscritas no curso das conjunturas, a exemplo dos dilemas enfrentados pelos feminismos no século XX. Afinal, longe de ignorar os sistemas normativos mais globais, a micro-história revela brechas, táticas e espaços por onde sujeitos individuais e coletivos atuaram, interpretando as regras a seu favor. Por isso, adotei o período de 1932 a 1979 como delimitação cronológica da pesquisa. Explico: 1932, além de representar a conquista do voto feminino no Brasil, marcava o ano em que, pela primeira vez, uma brasileira (e sul-americana) participou de Olimpíadas – a nadadora Maria Lenk. E o ano de 1979, significou o fim das restrições para a prática esportiva pelas mulheres, ocorrido no contexto de abertura política no país. Para além desses marcos, minha análise seria incompleta se não contemplasse a conjuntura do Estado Novo, regime ditatorial que impôs, em 1941, diversas restrições à prática esportiva feminina, reeditadas posteriormente, em 1965, com a inclusão de novos esportes pela ditadura civil-militar, instaurada um ano antes. No meio desses períodos de exceção, encontrava-se ainda a primeira experiência liberal democrática significativa do Brasil (1946-1964), sem contar os quase trinta anos de autoritarismo

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de campo esportivo como lugar de poder e disputas, ver BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

oligárquico da Primeira república. Assim, constantemente pensava: por que foi uma nadadora a primeira participante dos Jogos Olímpicos, em 1932? Não poderia ter sido uma praticante do atletismo ou de outro esporte? Como as violentas realidades do Estado Novo e da ditadura civil-militar foram vivenciadas pelas mulheres que praticavam esportes? Será que a participação feminina nos esportes se ampliou durante o período democrático e minimizou as violências de gênero? Como o leitor pode constatar, portanto, existiam outros mini-recortes temporais a serem considerados na pesquisa, pois apontavam para as marchas e contramarchas da cidadania feminina, a despeito dos avanços empreendidos nas primeiras décadas do século XX. Sendo assim, uma idéia me guiava: talvez fosse mais indicado trabalhar com as diversas conjunturas políticas da República Brasileira, na tentativa de melhor compreender a atuação das mulheres no cenário esportivo, percebendo variações e permanências e, além disso, como elas foram informadas pelas diferentes vagas do movimento feminista. Tais critérios explicam, então, o eixo cronológico adotado como espinha dorsal dos quatro capítulos da tese. Para muitos, pode ser um recurso tradicional que remete à velha história política. Porém, aos mais desconfiados, lembro a frase lapidar de E. P. Thompson: “a história é a disciplina do contexto e do processo: todo o significado é um significado dentro do contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar suas expressões em novas formas”.<sup>3</sup>

Com efeito, buscava compreender e explicar a dinâmica que marcou a complexa e difícil trajetória de lutas e conquistas das mulheres brasileiras no terreno esportivo. Nesse sentido, outras questões me intrigavam: como foram construídas as diferenças entre feminino e masculino, no espaço social das práticas esportivas, em distintas temporalidades? Quais os esportes ligados a uma suposta natureza feminina e masculina? Por que eram assim concebidos? Quais as atitudes e reações de atletas e mulheres desportistas frente às suspeitas e acusações de uma suposta masculinidade? Como as relações sociais de poder se estruturaram e se articularam no *campo esportivo*, principalmente as de gênero, classe e raça/etnia e geração, em diferentes contextos políticos? De que maneiras a prática esportiva contribuiu para uma re-significação do corpo feminino e para uma redefinição dos papéis de gênero? Como essas experiências modificaram a percepção do mundo pelas mulheres, seu sentido de si mesmas e sua inserção pública?

Minhas perguntas foram, em grande parte, movidas por ausências. A despeito do incessante avanço dos estudos sobre a história do esporte no Brasil – comprovado pelo

---

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: ed. Da Unicamp, 2001, p.243.

significativo número de artigos, dissertações, teses e livros publicados<sup>4</sup>, além de trabalhos apresentados em simpósios temáticos dedicados ao assunto –, ainda existe uma pequena lacuna quando se trata de privilegiar o esporte como objeto de estudo histórico capaz de revelar como se estruturam outras relações de poder e dominação, principalmente as de gênero. Não raro, o futebol é o esporte privilegiado nessas análises.<sup>5</sup> Quando os estudos e pesquisas contemplam as mulheres, o fazem de maneira reducionista, sem levar em conta as múltiplas diferenciações existentes entre elas, salvo raras contribuições.<sup>6</sup> Outras vezes, os trabalhos desconsideram o processo histórico complexo e não linear de constituição de direitos da cidadania no Brasil, ao longo do período republicano.<sup>7</sup> Dessa maneira, as mulheres passam automaticamente de uma fase de segregação para outra – de democratização –, numa perspectiva evolucionista e dicotômica em que ora aparecem como vítimas, ora como heroínas.<sup>8</sup> Afora esse aspecto, geralmente, as fontes priorizadas nas pesquisas são indiretas, colhidas a partir da fala masculina, isto é, são homens que expressam sua impressão e visão sobre as mulheres.<sup>9</sup> Com efeito, são pouco exploradas as vozes femininas, ou seja, as “escritas de si” e fontes orais. Ainda assim, quando os pesquisadores se debruçam sobre tais lembranças e narrativas orais, ignoram os esquecimentos, ressentimentos e silêncios que

---

<sup>4</sup> PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação*. Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Apicuri, 2009; PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009; MELO, Victor Andrade de (org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; MELO, Victor Andrade de (org.). *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2007; MELO, Victor Andrade de. *Dicionário do Esporte no Brasil*. Do século XIX ao início do século XX. Campinas, SP: Autores Associados/Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saúde/UFRJ, 2007 e PRONI, Marcelo e LUCENA, Ricardo (orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002

<sup>5</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo – Primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002; FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.). *Memória social dos Esportes*. Futebol e política: A construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2006 e ALVITO, Marcos e MELO, Victor Andrade de. (orgs.). *Futebol por todo o mundo*. Diálogos com o cinema. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

<sup>6</sup> SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo*. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo editorial/Editora Senac, 1999 e KNIJNIK, Jorge Dorfman (org.). *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010

<sup>7</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. Imagens da mulher no esporte. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. *Op. cit.*, pp 269-292

<sup>8</sup> BOCCARDO, Ludmila Mourão. Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização. Rio de Janeiro: UGF, 1998 (Tese de doutorado em Educação Física) e DEVIDE, Fabiano Pires. História das mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às resistências. Rio de Janeiro: UGF, 2003 (Tese de doutorado em educação Física).

<sup>9</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recordes*: revista de história do esporte, Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, 2008; GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 19, n. 2, abr-jun 2005, pp 143-151 e GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*, v.8, n.1, jan-jun 2005, pp 85-100.

caracterizam a construção de memórias e identidades sociais. Dessa forma, os “não ditos” tornam-se imperceptíveis; os contra-poderes, as negociações e consentimentos, que deslocam ou subvertem a relação de dominação, simplesmente desaparecem da trama da história das relações de gênero.

Por isso, minha preocupação não foi apenas com os relatos orais de algumas atletas brasileiras de destaque, cujos feitos marcaram a história oficial do esporte no país, mesmo que insuficientemente. Interessavam-me também as experiências, crenças, ideias e sensibilidades de desportistas comuns que, a seu modo e no seu tempo, saíram do anonimato e se lançaram na prática esportiva, de forma competitiva ou lúdica, deixando vestígios, traços e rastros parciais das suas vivências, nem sempre fáceis de encontrar, talvez por ausência de argúcia e sensibilidade do pesquisador. Conforme o leitor poderá comprovar, essas mulheres comuns também foram alvo de preconceitos e discriminações, em vários momentos da história do país. Muito embora seus gestos e atitudes expressassem códigos de comportamento e visões de mundo reconhecidas por um determinado grupo ou classe social, esboçavam fundamentalmente uma consciência de gênero que rompia com o cotidiano opressivo e com a história de silêncio e invisibilidade que se abatia sobre elas. A todas dedico meu trabalho.

## Capítulo 1 – Projeção e emancipação das mulheres nos esportes, anos 1920-1930

### ***1.1. Urbanização, industrialização e reconfiguração das relações de gênero***

Década de 20. A aceleração do processo urbano-industrial, desencadeada pela dinamização da economia cafeeira, acarretou uma explosão demográfica, principalmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro que, em grande parte, absorveram a mão-de-obra imigrante e o êxodo da população rural, inclusive de membros da elite agrária que se mudavam para estes locais.<sup>10</sup> Sob uma contraditória atmosfera de continuidades e mudanças, se configurava uma nova paisagem urbana: outros atores e práticas sociais surgiam no ritmo cada vez mais veloz da vida cotidiana. Funcionários públicos, profissionais liberais, banqueiros, empresários, importadores e comerciantes buscavam ascensão e visibilidade social. Era também crescente a participação de mulheres das classes médias no espaço público, como enfermeiras, docentes primárias, telefonistas, datilógrafas ou secretárias.<sup>11</sup> Estas novas ocupações urbanas representavam a dupla face da emancipação feminina nesse contexto: iniciavam não somente uma “saída” do espaço privado em busca da independência econômica e social, mas igualmente reforçavam a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços, pois tornavam reconhecidas, com o passar do tempo, as “profissões femininas” – consideradas prolongamentos das suas funções “naturais”, maternais e domésticas, e identificadas, portanto, às supostas características do seu sexo, como atenção, discrição, zelo, paciência e sensibilidade, de acordo com Michelle Perrot.<sup>12</sup> Com efeito, desde o final do século XIX e, mais precisamente, durante as três primeiras décadas do século XX, observam-se várias mudanças no comportamento das mulheres destas classes, não faltando o protesto de inúmeras vozes femininas que exigiam educação qualificada, direito de voto e de elegibilidade, além do direito ao divórcio, embora nem sempre isto significasse uma ruptura com os tradicionais papéis de gênero. Segundo afirma Rachel Soihet, “reagindo contra a

---

<sup>10</sup> De 1890 a 1920 a população de São Paulo passou de 64.934 para 579.033 habitantes. Em 1900, o Rio de Janeiro ainda era a cidade mais populosa do país, com 690.000 habitantes, passando para 1.147.599 em 1920, de acordo com SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Ed. Senac/Boitempo, 1999, p. 17.

<sup>11</sup> Deve-se destacar que as mulheres das camadas pobres sempre trabalharam, como operárias, empregadas domésticas, lavadeiras, vendedoras ambulantes, etc.

<sup>12</sup> Acerca do movimento de “sair” das mulheres, das “profissões femininas”, da distinção, comunicação e dos deslocamentos entre as esferas pública e privada, ver PERROT, Michelle. “Sair”. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, pp. 279-316

condição a que estavam submetidas, algumas mulheres se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação”.<sup>13</sup>

Paralelamente à luta feminista no Brasil, aumentavam as desigualdades sociais, as greves operárias, os problemas relativos à saúde, à moradia, transportes e outros serviços públicos, sobretudo agravados pela crise generalizada do capitalismo liberal pós 1929. Ao lado do aumento brusco da população, seguia-se uma estratificação social do espaço urbano, que não excluía os conflitos, as tensões e interações entre distintos grupos sociais, bem como entre homens e mulheres, apesar da nítida oposição que separava as esferas pública e privada, relacionando-as aos sexos, formalizada pelo Código Civil de 1916.<sup>14</sup> De fato, um clima de intensas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais marcava a sociedade brasileira. Aliadas do processo político, oligarquias dissidentes, representadas pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, articularam um movimento que colocava em questionamento as bases do sistema oligárquico vigente. Galvanizando o descontentamento de expressivos setores urbanos (camadas médias, operariado e, principalmente, tenentes e capitães do Exército), ao longo dos anos 20, a ruptura intra-oligárquica provocou várias revoltas, fazendo eclodir mais tarde a Revolução de 30<sup>15</sup> e inaugurando, posteriormente, a fase de intervencionismo do Estado no plano econômico.<sup>16</sup> Neste ambiente, intelectuais cariocas e paulistas criticavam o modelo europeizante imposto pelas elites dominantes do país, ao expressar uma “sensibilidade modernista” que, para além de abrigar diferentes concepções e vertentes, celebrava nossa herança africana e estabelecia um forte intercâmbio cultural com as camadas populares, chamando atenção para os “espaços boêmios de transgressão” e a “cultura das ruas”.<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup> SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 22

<sup>14</sup> O Código Civil de 1916, a fim de preservar a união conjugal e assegurar a ordem familiar, estabeleceu normas, deveres e obrigações aos cônjuges. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava zelar pelo espaço doméstico, como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica. Cf. MOTT, Maria Lucia e MALUF, Mariana. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 379

<sup>15</sup> Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 387-415. (Col. O Brasil republicano, vol. 1)

<sup>16</sup> Acerca da crise de 29 e sua repercussão no Brasil, ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2, pp. 11-34

<sup>17</sup> Cf. expressões formuladas por VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. Acerca do modernismo no Rio de Janeiro e em São Paulo, suas diversas visões e expressões, ver VELLOSO, Monica

Com a incessante expansão urbana, coube ao discurso médico, na sua vertente eugênica, regular a inserção de homens e mulheres na cidade, redefinindo os comportamentos e os papéis sociais de ambos em consonância com a nova ordem burguesa. Assim sendo, diante da emancipação feminina do poder patriarcal e do rearranjo das relações familiares – fruto das novas exigências preconizadas pelos higienistas e erigidas sob a tutela do Estado, segundo destaca Jurandir Freire Costa<sup>18</sup> – tornava-se necessário e urgente dedicar especial atenção à educação, à saúde e ao corpo das mulheres, para prepará-las e adequá-las ao que era visto como sua principal vocação e missão: gerar filhos mais saudáveis à Pátria. Num contexto marcado pela “erosão progressiva do pudor”<sup>19</sup> e pela emergência da primeira onda do movimento feminista<sup>20</sup>, uma nova pedagogia corporal se impunha, na tentativa de moralizar as condutas, as sexualidades e os gestos e, assim, coibir os excessos de toda a natureza, principalmente entre as mulheres. De acordo com Jurandir Freire Costa,

“A nova sociabilidade, dando maior autonomia aos desejos individuais quebrou, pouco a pouco, os fios e suportes da antiga trama de relações familiares (...) A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna. O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freinando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens e mulheres, adultos e crianças, a medicina higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar ‘burguês’”.<sup>21</sup>

Com efeito, a ampliação dos espaços coletivos de sociabilidade e lazer, trazida pelo alvorecer do século XX, deu o seu grande pulo entre os anos 20 e 30. Neste período, as associações atléticas e recreativas, os clubes esportivos e seus departamentos de ginástica, com aulas específicas para mulheres, proliferavam na mesma proporção com que as inovações tecnológicas invadiam as ruas e casas das elites republicanas. Nos jornais e nas revistas femininas e esportivas, editadas em abundância, os anúncios sobre as novas peças de vestuário, como espartilhos, maiôs e toucas (ideais para as saídas vespertinas ou noturnas, o

---

Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente. op. cit.*, pp. 351-386

<sup>18</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

<sup>19</sup> Cf. SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 109

<sup>20</sup> Essa primeira fase do movimento feminista, predominante até praticamente a metade do século XX, baseava-se na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser votada –, civis, sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança e divórcio. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu o feminismo chamado de “segunda onda”, que deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, cf. PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.14, p. 55-69, jan-jun. 2007

<sup>21</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar, op.cit.*, pp. 109-110.

banho de mar e a prática da natação), bem como sobre os novos acessórios necessários ao *toilette*, fascinavam as moças de elite, numa clara demonstração dos novos padrões de identidade de classe dos grupos dominantes.<sup>22</sup>



Capas da revista *Sports*, São Paulo, início da década de 1920.

Para a historiadora Anne-Marie Sohn, a publicidade contribuiu para dessacralizar o corpo feminino, e a praia – transformada na década de 30 em lugar de ócio e lazer – era um convite a expor o corpo desnudo e bronzeado, símbolo de boas férias.<sup>23</sup> Nesta profusão de imagens, a beleza física se redesenhava, exigindo formas longilíneas e aparência mais moderna ao “belo sexo”, que deveriam ser conquistadas não apenas com a prática prudente de exercícios físicos, mas também com o uso moderado de cosméticos e outros artifícios de sedução. Afinal, ser *chic* tornava-se sinônimo de uma beleza feminina recatada e sóbria, cuja elegância e virtude se revelavam pelos gestos comedidos, andar refinado e controlado, maquiagem discreta, pelo perfume inspirador e roupas apropriadas para cada ocasião, conforme mostra Raquel Discini de Campos.<sup>24</sup> Por outro lado, as figuras glamourosas e sedutoras dos atores de Hollywood, como Rodolfo Valentino, Jean Harlou, Greta Garbo e Jean Crawford, mexiam com a fantasia de mulheres e homens brasileiros que, inebriados pelo

<sup>22</sup> Para maiores detalhes sobre o surgimento de revistas esportivas e femininas paulistas, entre outras, ver MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

<sup>23</sup> Cf. SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. *Op. cit.*, p. 110-113

<sup>24</sup> CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 140



ar cosmopolita das cidades, passavam a imitar, de forma ambígua, estes modelos de sensualidade, segundo destaca Maria Inez Borges Pinto.<sup>25</sup> Para muitos, o período que se iniciou com o final da Primeira Guerra Mundial e se encerrou com a Grande Depressão de 29 foi vivido sob intensa atmosfera de êxtase e prosperidade. De acordo com José Jobson Arruda, era o apogeu dos loucos anos 20, ápice do cabelo curto, da aparente liberalização dos costumes e do escapismo proporcionado pelo romantismo visto nos filmes. Esta cortina de euforia, contudo, acabava por embaçar a visão de um mundo de desigualdades e misérias, revelado pela exclusão das camadas populares, das quais a população negra era a principal protagonista.<sup>26</sup>

Sem dúvida, todo esse apelo veiculado pela imprensa e pelo cinema norte-americano ampliava o consumo, configurava novos hábitos, ditava modas e transformava a ordem das relações entre os gêneros no espaço urbano, se comparado ao ritmo teológico e senhorial dos tempos coloniais, ainda preservado nos sertões do país, não obstante a fúria sanitarista que varria o interior brasileiro. Os modelos de roupas mais leves e esportivas estavam na ordem do dia das revistas ilustradas, proporcionando aos movimentos de homens e mulheres mais afortunados uma maior liberdade. Todavia, nas entrelinhas das propagandas, era a temática eugênica, enunciada desde finais do século XIX, que se consolidava e formava gerações, a despeito da libertação proporcionada. A ginástica, a educação física e os esportes, ainda não introduzidos nos colégios de forma sistemática, surgiam como elementos indispensáveis à regeneração e ao branqueamento da população brasileira, muito miscigenada e atrasada, de acordo com os preceitos das teorias racistas européias, tão ansiosamente adotados por parte das elites republicanas como salvação e possibilidade de redenção da Nação.<sup>27</sup> Por trás da construção dessa idéia de identidade nacional, se disseminava a proposta de um biotipo puro racialmente: másculo e apolíneo para os homens; esbelto, belo e gracioso para as mulheres, ainda que a valorização da mestiçagem brasileira surgisse como alternativa de alguns intelectuais para interpretar a nação, sobretudo após a publicação do livro de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”, em 1933. Para além de veicular um projeto racista e elitista de Nação, baseado num corpo homogêneo, branco, saudável e forte, a proposta eugênica reafirmava, em novos moldes, a submissão feminina: virgindade, passividade, honestidade,

---

<sup>25</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. “Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n.38, p. 154-158, 1999. Sobre a indústria cinematográfica norte-americana e seus impactos entre os habitantes do Rio de Janeiro, ver também SEVCENKO, Nicolau. “A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 598-600

<sup>26</sup> Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal*. *Op.cit.*, p. 11-34

honra e virtude eram atributos morais, construídos socialmente através de imagens e discursos que tinham como suporte o corpo sexuado e reprodutivo da mulher.<sup>28</sup> De acordo com Raquel Discini,

“O processo de apropriação dos espaços públicos empreendido pelas mulheres nesse período caracterizou-se como um movimento essencialmente contraditório. Ao mesmo tempo em que os personagens femininos ocuparam lugares antes inexistentes ou restritos aos homens, freqüentemente os discursos oriundos de vários campos do saber propugnavam justamente a restrição desse sexo ao império do lar”.<sup>29</sup>

Não por acaso, a construção da diferença entre os gêneros<sup>30</sup> se reproduzia e era reforçada por meio da sexualização das modalidades esportivas, como afirma Monica Schpun.<sup>31</sup> Nos manuais de educação, de eugenia e tratados de educação física, publicados em profusão nesse período, médicos, juristas, pedagogos, entre outros, transformavam o corpo humano em objeto de discussão e análise, forjando representações binárias de feminilidade e masculinidade, que apontavam para uma moralização dos costumes e uma hierarquização “natural” entre os sexos. Para a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, essas representações de gênero são imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o “deve ser” do que para o “ser”, num processo de construção regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão.<sup>32</sup> Com efeito, o pedagogo Fernando Azevedo<sup>33</sup> assim manifestava suas concepções sobre a educação física e os esportes para a mulher:

“... para a regeneração da raça é preciso restituir à mulher a saúde fortemente comprometida, a estabilidade do equilíbrio e a antiga beleza das linhas, é preciso levar à sua existência mais doçura e mais luz, mais saúde e mais graça, a fim de dar-lhe, especialmente à jovem, este encanto physico, este vivo sentimento eufórico... é preciso no que respeita à educação da mulher adotar-se um plano que, longe de sacrificar o corpo ao espírito, seja capaz de, por uma ginástica inteligentemente adaptada, crear

---

<sup>27</sup> A esse respeito ver FARIAS, Cláudia Maria de. “A introdução dos esportes no Rio de Janeiro”. *Recorder*, Revista de História do Esporte. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, junho de 2009.

<sup>28</sup> Para maiores informações sobre as relações entre a modernidade, a hierarquização de gênero e a construção da identidade nacional nesse período, conforme os preceitos de honra sexual, ver CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

<sup>29</sup> CAMPOS, Raquel Discini de. *Op. cit.*, p. 82

<sup>30</sup> Utilizo aqui a categoria de gênero, cf. definida por Joan Scott, para indicar as construções sociais; a criação inteiramente social e relacional das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. De acordo com esta definição, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma primeira de significar as relações de poder que rejeita o caráter biológico, fixo, a-histórico e permanente da oposição binária. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. SOS CORPO*: Recife, 1996, mimeo

<sup>31</sup> SCHPUN, Mônica Raisal. *Op. cit.*, p. 22

<sup>32</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo, 1890-1930).” In: MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 125

<sup>33</sup> Professor, educador, ensaísta e sociólogo. Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal durante 1926 e 1930. Redator e primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, em que se lançaram as bases e diretrizes de uma nova política de educação. Dados disponíveis em <http://www.netsaber.com.br/biografias>. Acesso realizado em 28.06.2010

pouco a pouco uma nova geração, em que as faces rosadas, um rosto bem delineado e a perfeição de formas substituam estas figurinhas pálidas, angulosas e de peito achatado, que povoam nossos salões, como vítimas dessa educação deficiente, tirânica, incompleta... o fim da gymnastica educativa não é principalmente o desenvolvimento muscular, mas desenvolver o aparelho locomotor, beneficiar as funções respiratórias, ensinar a coordenação harmônica dos movimentos e, em síntese, a redução à unidade do trinômio: beleza, saúde e força... O que é preciso, no entanto, ter sempre em vista na educação física, é a diferença do sexo... A questão está, pois, deslocada; já não se tem a discutir a importância da educação física para a mulher; na tela do debate só figura o problema sobre quais são os exercícios que mais lhe convenham... A educação física da mulher deve ser, portanto, integral, profundamente higiênica e plástica e, abrangendo com os trabalhos manuais, os jogos infantis, a gymnastica educativa e os esportes, cingir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e, de todo em todo, compatíveis com a delicadeza do organismo das mães, como sejam entre estes a dança clássica ao ar livre e a natação, a que deve preceder um curso regular de gymnastica sueca inteligentemente administrado”.<sup>34</sup>

A despeito de seu pensamento já revelar, de forma geral, os benefícios da adoção de uma educação física científica e sistematizada na regeneração “étnico-social” da população brasileira – elemento posteriormente fundamental na estruturação da ideologia estadonovista –, o raciocínio de Fernando Azevedo não deixava dúvida quanto à função pública dessa “nova mulher”.<sup>35</sup> Neste sentido, parecia não se questionar mais o valor social da educação física feminina – muito debatida no início do século –, na formação de uma “nova geração”, mais forte, ativa e saudável. Naquelas circunstâncias, caberia somente discutir quais os exercícios e esportes mais apropriados à sua “natureza”, provavelmente no sentido de conter a mobilização feminina e enquadrar sua inserção no espaço esportivo, dada a aparição pública de algumas mulheres em determinadas modalidades, como na natação, esgrima, no hipismo, remo, futebol, atletismo, ciclismo e na luta romana, desde o final do século XIX.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> AZEVEDO, Fernando. *Da educação física, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser*. São Paulo: Ed. Weiszflog, 1920, pp. 90-96

<sup>35</sup> Cf. expressão utilizada por Eric Hobsbawm, para designar a emancipação feminina iniciada e praticamente restrita aos estratos médios e superiores de países capitalistas desenvolvidos ou em desenvolvimento, na transição para o século XX. HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2007, pp. 271-306.

<sup>36</sup> Embora essa participação ainda fosse tímida, desde o final do século XIX encontram-se registros de algumas mulheres nestes esportes, inclusive em modalidades que geravam uma grande estranheza no público espectador, como no futebol, na luta romana e no ciclismo, por estarem vinculadas aos estereótipos masculinos de força e virilidade, segundo afirma MELO, Victor Andrade de. *Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX*. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 71-105.

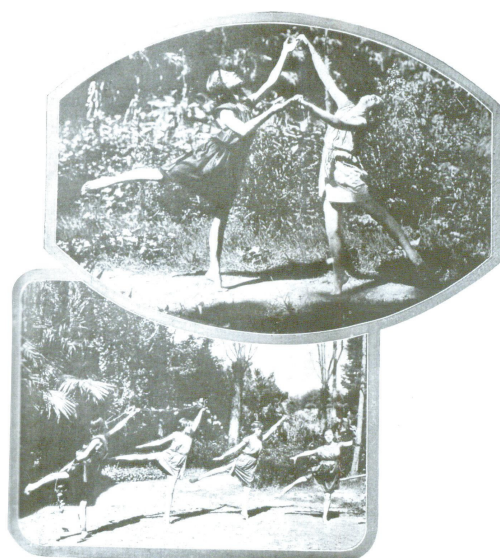


Nadadora desconhecida, à borda da piscina do Clube Paulistano, final da década de 1920

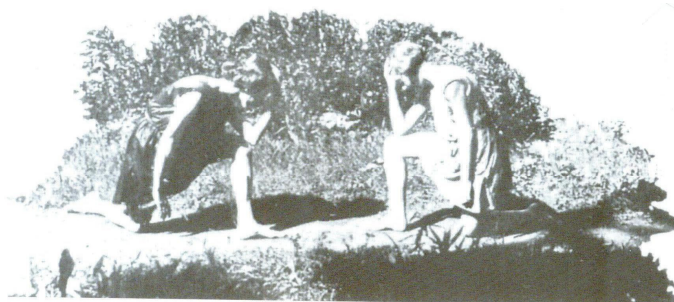


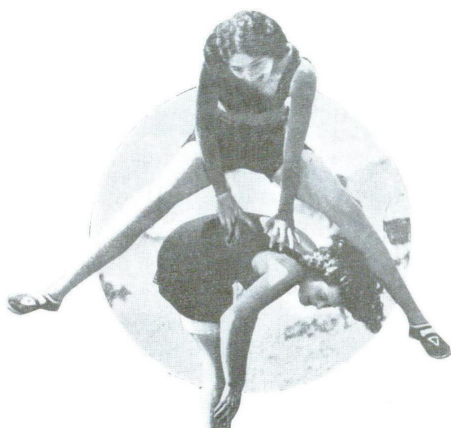
Moças na praia do Chapéu Virado, no Pará, provavelmente entre o final dos anos de 1910 e início da década de 1920, demonstrando seu prazer e alegria

Como o próprio educador afirmava “o que é preciso ter sempre em vista é a diferença do sexo na educação física”. Para Fernando Azevedo, a questão estava, portanto, “deslocada”. Vistas como futuras mães e parceiras do Estado na educação dos seus filhos, às mulheres restariam apenas os exercícios “menos violentos”, indispensáveis à manutenção da saúde, da distinção e beleza plástica, conforme os princípios estéticos e higiênicos exigidos pela nova ordem. Desviadas dos instintos ligados à competitividade e agressividade, suas preocupações deveriam ser com os exercícios metódicos, delicados, harmoniosos e contemplativos, como a ginástica, a natação, o tênis, a dança e os passeios ao ar livre, considerados mais adequados à sua morfologia e a uma maternidade segura. Excluídas das competições esportivas – lugar exclusivo da virilidade e ambição masculinas –, elas deveriam se dedicar apenas ao espaço doméstico, sem nunca se descuidar da maternidade, sua principal vocação e tarefa, conforme recomendava Rui Barbosa, em fins do século XIX.



Alunas de um curso de dança, em São Paulo, 1920





Moças brincando na praia, final da década de 1920

Em 1882, já preocupado com a regeneração do povo brasileiro, o jurista brasileiro tentava incluir a Educação Física no ensino primário, através de um parecer onde apontava a necessidade “da extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos (...) tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura”.<sup>37</sup> Desse modo, numa conjuntura marcada pela aceleração do processo urbano industrial e pela crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, médicos e educadores vão construir no esporte a idéia da diferença sexual, no intuito de demarcar os papéis e os espaços sociais, reafirmando as relações de poder e hierarquizando os gêneros, as classes e as raças, como veremos adiante através do surgimento dos manuais de eugenia e ginástica feminina.

### ***1.2. O projeto eugênico de Nação: corpos femininos em debate***

Entre os anos 20 e 30, vários manuais se difundiam entre a sociedade brasileira: manuais de educação da mulher, de economia doméstica, manuais de eugenia e de ginástica feminina. Produzidos a reboque do processo civilizador, traziam consigo regras de etiqueta social, normas de conduta para homens e mulheres, preceitos econômicos e higiênicos que deveriam presidir as uniões conjugais – por exemplo, a restrição de casamentos inter-raciais e a realização de exames pré-nupciais – e, não poderia faltar, sugestões de exercícios e esportes mais apropriados ao “belo sexo”, com fotos ilustrativas para elas se exercitarem sozinhas, na intimidade privada do seu quarto, caso os afazeres domésticos não lhes permitissem frequentar os departamentos de ginástica feminina, surgidos no interior dos clubes de elite, muitas vezes por iniciativa de algumas imigrantes, que já traziam na bagagem este hábito

---

<sup>37</sup> Trecho do “Parecer sobre a Reforma do Ensino Primário. Da Educação Física”. In: BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, v. 10, t. 2, 1883, p. 80

européu. Assim, no *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, ano de 1921, era fundada a “comissão feminina”, sob a direção de Mmme. John B. Orr,

“que recebeu um agradecimento especial pelo seu sincero devotamento à causa do esporte feminino, consagrando-lhe grande actividade, fazendo-lhe a mais ampla propaganda, pois, por sua iniciativa, grande é o número de senhoras e senhoritas, que praticavam o esporte e freqüentavam as aulas de educação physica”.<sup>38</sup>

Mais tarde, em 1927, o Fluminense Futebol Clube foi o primeiro clube carioca a inaugurar um “Departamento Feminino de Educação Physica”, onde eram ministradas “aulas de gymnastica callistenica e rythmica”, sob a direção da prof<sup>a</sup>. Margarida Fryer<sup>39</sup>, e jogos de volley ball, além de apresentar em suas dependências uma “sala de leitura”. A comissão de senhoras então responsável pelo Departamento – América Xavier da Silveira, Stella Leal e Mmme. Costa Azevedo – também afirmava que “o atletismo foi activamente praticado, tendo sido notável a atracção que os exercícios exerceram entre as moças, que compareceram assiduamente aos ensaios que se realizaram três vezes por semana na pista do stadium”<sup>40</sup>. Posteriormente, nas dependências deste espaço, foi acrescentada uma “seção de costura para a confecção de peças de roupas para o natal da creança pobre”.<sup>41</sup> Apesar das salas de leitura e de costura do Departamento Feminino de Educação Physica do Fluminense se configurarem como extensão privada e “natural” da vida doméstica de muitas mulheres de elite, ligada à intimidade secreta dos quartos, aos trabalhos manuais e às tarefas caritativas, a criação desta associação revelava, paradoxalmente, o surgimento de uma cultura feminina de “dimensão pública” – com lugar, condutas e práticas próprias –, demonstrando um sensível engajamento das sócias do clube não apenas nas aulas de ginástica e vôlei do departamento, como também na natação<sup>42</sup>, no atletismo e nos torneios de tênis (nas provas de “simples para senhoras”, “duplas para senhoras” e “duplas mistas”). Portanto, o caráter dual e fronteiriço da “seção feminina” do Fluminense Futebol Clube refletia os deslocamentos e as interpenetrações das esferas pública e privada, pensadas como equivalentes dos sexos. Ao mesmo tempo que o

---

<sup>38</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1921*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p.43

<sup>39</sup> Professora catedrática de Educação Física, da Escola Normal do Distrito Federal, nos anos 30. Autora do livro “Educação Physica”, editado no Rio de Janeiro, em 1931, cujo conteúdo ilustrativo apresenta a aplicação de programas de exercícios, jogos e danças apropriados às mulheres.

<sup>40</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1927*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 136

<sup>41</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1932*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 88

<sup>42</sup> O Fluminense foi o primeiro clube a inaugurar, em 21 de janeiro de 1919, uma piscina, com dimensões de 30m de comprimento, 17m de largura e 3,5m de profundidade. Sua instalação tinha capacidade para 2000 assistentes e vestiários para 80 banhistas, entre senhoras e cavalheiros. Apresentava ainda aparelhos para saltos, desde 1m do nível da água até 6m, cf. descrição feita no *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1919*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes.

controle desta associação significava um “empoderamento”<sup>43</sup> das mulheres, ele mascarava, paralelamente, a estrutura binária da sociedade brasileira e ainda ocultava a violência simbólica da dominação masculina<sup>44</sup>, uma vez que as diretoras do departamento, na tentativa de controlar a saída das sócias do clube das suas casas, insistiam em recomendar “aulas de educação física três vezes por semana a quem se ausenta do lar, pela manhã, a procura de melhor saúde”. Com efeito, neste novo lugar de sociabilidade da mulher moderna, perpetuava-se uma identidade feminina vinculada aos papéis obrigatórios de esposa e mãe, tal qual a função social preconizada pelo discurso eugenista, conforme nos permite vislumbrar Magdala da Gama Oliveira, uma das redatoras da revista Tricolor e, posteriormente, diretora do Departamento Feminino:

“(…) a mulher precisa de sport. Em cada menina adolescente, há a promessa de uma mulher; em cada mulher a promessa de uma criancinha; como conseguir um cidadão perfeito, se a mãe, quando menina, não se fortaleceu por meio do sport? (...) o Fluminense, club leader da América do Sul, foi o primeiro a dar combate a indolência feminina: em sua sede magestosa elevou um grande gymnasio e é ali que a mulher carioca estuda a arte de ser forte. Em legião comparecem as moças a todas as aulas: a ellas, cuja divisa é *mens sana in corpore sano*, comparecer todas as manhãs as praias de banho, ostentando *maillots* indecorosos, não basta. É encantador observar a cordialidade que reina entre ellas. Todos os movimentos rythmicos são acompanhados de musica. E finda a gymnastica., jogam volley-ball, com lealdade e beleza sem par (...) Brasileiras, tomae por exemplo essa pleiade de campeãs! Luctae, esforçae-vos, se assim for preciso e, quando victoriosas, participardes dos campeonatos dos vossos clubs, e comparecerdes às olympiadas estrangeiras (...)”<sup>45</sup>

Ao condenar a “despudorada” exposição do corpo feminino simplesmente para o lazer, a autora do artigo deixava clara sua principal mensagem: promover o esporte entre as mulheres com o objetivo de fortalecê-las e, no futuro, “conseguir cidadãos perfeitos” para a Pátria. No entanto, a necessidade de engajamento da mulher na prática esportiva, enfatizada por Magdala Oliveira, acabava por dissolver representações normativas de feminilidade e masculinidade, na medida em que ora retirava da disputa esportiva entre mulheres a competitividade e agressividade, valorizando o encantamento, a cordialidade e beleza do jogo; ora destacava a

---

<sup>43</sup> Sobre as discussões acerca deste conceito, ver COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Disponível em [http://www.agenda.org.br/docs/file/dados\\_pesquisas/feminismo/empoderamento](http://www.agenda.org.br/docs/file/dados_pesquisas/feminismo/empoderamento) Acesso realizado em 29.07.2010

<sup>44</sup> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão do dominado, ou seja, é a forma incorporada da relação de dominação que faz esta ser vista como natural. Em outros termos: é quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (masculino e feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação das classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto, cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 47. A incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Às vezes, ela constrói uma tática permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. Neste caso, mobiliza para os seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu, cf. CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*, (4) 1995, p. 41



luta e o empenho extremo das jogadoras para se conseguir a vitória, quem sabe até para representar o Brasil futuramente na maior competição esportiva internacional. Conforme destaca J. Huizinga,

“o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico (...) É uma função significante, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa ‘em jogo’ que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa. (...) O simples fato de o jogo encerrar um sentido implica a presença de um elemento não material em sua própria essência. (...) A intensidade do jogo e seu poder de fascinação não podem ser explicados por análises biológicas. E, contudo, é nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo”.<sup>46</sup>

Não por acaso, com o objetivo de aprimorar a performance do time feminino de vôlei do Fluminense e garantir sua maior competitividade nos torneios que começavam a ser disputados no Rio de Janeiro, a Diretoria do Departamento Feminino assinalava “com grande satisfação os serviços prestados pelos associados Flavio Pinto Duarte, Flavio Cardoso da Veiga e Arno Frank que trouxeram espontaneamente o seu concurso para melhor adestramento de nossa jogadoras na prática do volleyball”.<sup>47</sup>

Dessa forma, as ambiguidades que atravessavam as relações de gênero no terreno dos jogos e das práticas esportivas já se expressavam e a hierarquização dos papéis e espaços sociais definidos para homens e mulheres lentamente se deslocava – às vezes até com a colaboração masculina – apesar das permanências, inclusive em relação à natação feminina, vista por muitos como adequada à sua essência, tal qual o vôlei. Fato atestado por um pequeno comentário, feito na mesma revista, sobre o desempenho de Vera Oiticica, onde se lia “a nadadora empolgou mais pela elegância do estylo que possui, do que pela victoria propriamente dita”.<sup>48</sup> Em outra matéria, eram relatados os benefícios morais e físicos da natação para os jovens, fase da vida cercada por perigos, de acordo com o anônimo redator da *Tricolor*. Porém, embora afirmasse que na “arte de nadar a mulher não leva desvantagem em relação ao homem”, o articulista não escondia o preconceito que nutria pela participação de nadadoras em competições públicas ao ridicularizá-las, logo depois: “é a única forma de exercício que um coxo ou um aleijado podem concorrer do mesmo modo que qualquer pessoa perfeita”.<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Magdala da Gama. “A mulher e os sport”, *Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 14, dez-jan de 1929, p. 4

<sup>46</sup> HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971. p. 4-5

<sup>47</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1929*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 151

<sup>48</sup> *Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 17, março-abril de 1929, p. 27

<sup>49</sup> “A natação”, *Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1928

Outros artigos publicados na revista do Fluminense demonstram haver indícios de ambivalências em torno da prática do tênis pelas mulheres já naquela época, esporte também considerado apropriado a elas porque lhes possibilitava encontrar parceiros da mesma classe social, fora dos limites da casa e da parentela, conforme destaca Hobsbawm.<sup>50</sup>



Jovens da sociedade paulistana, durante evento de tênis.

No entanto, a partir da criação das simples femininas em Wimbledon – ainda na década de 1880 –, depois de seis anos das simples masculinas,<sup>51</sup> é possível pensarmos nas diluições das fronteiras de gênero em mais um “esporte feminino”, haja vista o aprimoramento técnico e os golpes cada vez mais fortes de algumas tenistas, conforme podemos apreender na matéria sobre Helen Wills, campeã de Wimbledon, em 1929. No artigo, inicialmente, as qualidades morais da jogadora aparecem associadas aos atributos raciais norte-americanos: “simples, sã e séria”; “correta nos seus procederes (...) e dotada de severíssima educação” era vista pelos seus compatriotas como “a encarnação mesma da moça sportista yankee, a representação genuína de não poucas qualidades raciaes”. Seus movimentos “vivazes e de grande rapidez” eram igualmente valorizados ao lado do encanto provocado pelo seu rosto “de formosura sem igual”. Não obstante o destaque dado às virtudes morais e à bela feição de Helen Wills – características que deveriam ser cultivadas por toda mulher –, o desconhecido redator da matéria revelava a impressão de desgosto causada “por certa pesadez no physico e

<sup>50</sup> HOBBSAWM, Eric. *op. cit.*, p. 289

<sup>51</sup> *Idem*, p. 292

desharmonia nas linhas”, chamando ainda a atenção do leitor para os membros superiores da tenista: “o braço direito com que joga, é maior do que o oposto”.<sup>52</sup> Dona de um estilo de jogo agressivo, forte e veloz, encarado como responsável por suas “formas desarmônicas”, a jogadora norte-americana foi considerada masculina e, portanto, incapaz de agradar por muito tempo o público londrino conservador, conforme demonstrado em reportagem publicada no ano seguinte, quando a tenista se consagrou campeã de Wimbledon, após longo predomínio de Suzan Lenglen neste campo. Ao relatar a partida final disputada entre as tenistas Helen Wills e Lily Alvarez, a matéria mostrava os atributos de feminilidade apreciados pelos comentaristas e fãs do esporte naquele tempo, quando mencionava:

“Desde o dia em que Suzan Lenglen deixou de entusiasmar as multidões de Wimbledon, uma só jogadora logrou apaixonar o público. Esta jogadora, contrariamente ao que se podia julgar e crer no primeiro momento, não foi Miss Helen Wills (...) Apesar de todo o seu poder, era demasiado bruto, demasiado masculino para seduzir e encantar os londrinos (...) Helen Wills, foi a mais forte e venceu, porém a reputação de Lily ficou consagrada e hoje é oficialmente ‘a segunda’ campeã da América, mas a primeira no favor do público, tanto por seu jogo eficaz e impecável, como por suas atitudes e seus movimentos, sempre graciosos e desprovidos da mais insignificante afectação. O jogo de Lily Alvarez é, sem dúvida, o mais formoso que se pode ver actualmente”.<sup>53</sup>

Apesar dos preconceitos e estereótipos forjados em torno da tenista norte-americana Helen Wills, seu exemplo mostra que, mesmo supostamente comprometendo sua capacidade “natural” de sedução, algumas jogadoras já surpreendiam os mais conservadores e se notabilizavam no campo esportivo internacional ao se afastarem dos tão propalados atributos “femininos” – encantamento, graciosidade e formosura –, para cultivar a seriedade, a força e agressividade, consideradas características masculinas. Sem dúvida, esta conduta, ainda estranha aos olhos de muitos espectadores da época, rompia barreiras ao expor uma maneira de se jogar provavelmente pouco conhecida pelas tenistas tricolores. Quem sabe, o estilo de jogo de Helen Wills servisse de inspiração e incentivo às tenistas dos clubes cariocas, interessadas em construir uma carreira nesse esporte, já que se realizava, em 1921, o 4º Campeonato Individual de Tennis do Rio de Janeiro, instituído pela Liga Metropolitana de Sports Atlético, com provas de simples e duplas para senhoras e duplas-mistas<sup>54</sup>, onde não

---

<sup>52</sup> “Miss Helen Wills”, revista *Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 10, agosto de 1928, p. 13

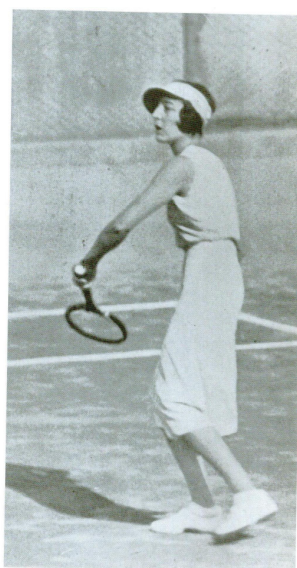
<sup>53</sup> “Lily Alvarez é uma perfeita desportista”, revista *Tricolor*, Rio de Janeiro, ano III, n. 16, fevereiro-março de 1929, p. 21

<sup>54</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1921*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 76

faltava a presença de algumas diretoras do Departamento Feminino do Fluminense, como a Sra. Stella Leal – jogadora que formava a equipe do clube, ganhadora do torneio em 1929.<sup>55</sup>



Tenistas paulistas durante partida de duplas, em 1918



Gracyara Costa,  
início dos anos 1930

Com efeito, o esporte começava a desempenhar um papel relevante na emancipação das mulheres brasileiras, a exemplo do que acontecia em países europeus e, principalmente, nos EUA. Esta ligação ficaria evidenciada, dois anos depois, por ocasião do 2º Congresso Feminista, quando vinte tenistas do Distrito Federal se exibiram frente às representantes do

---

<sup>55</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociais concernentes ao ano de 1929*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes

evento e “demonstraram o quanto está progredindo entre nós o esporte da raquette”.<sup>56</sup> Em que pesem as óbvias diferenças de jogo existentes entre as tenistas estrangeiras e as tenistas brasileiras, a construção social destes perfis na revista *Tricolor* permite vislumbrar, mais uma vez, a possibilidade de deslocamentos e ambiguidades até mesmo na prática dos esportes ditos “femininos”, bem como entrever as distinções de classe e raça articuladas no seu interior. Afinal, segundo Bourdieu, um dos elementos determinantes que fazem com que um esporte tenha afinidades com os interesses, gostos e preferências de certa categoria social é o envolvimento com o corpo que ele estabelece:

“esta relação está associada a uma posição social e a uma experiência originária do mundo físico e social. (...) as práticas mais distintivas são também aquelas que asseguram a relação mais distanciada com o adversário, ainda que intermediada por uma bola; são também as mais estetizadas, na medida em que, nelas, a violência está mais eufemizada, e a forma e as formalidades prevalecem sobre a força e a função. A distância social se retraduz muito bem na lógica do esporte (...)”<sup>57</sup>

Independente deste aspecto, o surgimento de uma cultura física feminina não pode negar que a relação entre gêneros é marcada pela desigualdade, por uma diferença hierárquica, apesar de comportar também tensões, negociações e variações:

“não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina constrói-se no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como enfim pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global (...) Como toda cultura, esta desenvolve-se dentro de tensões que administram equilíbrios simbólicos, contratos e compromissos mais ou menos temporários. Os silêncios, as ausências, usos específicos articulam estes conflitos que, sucessivamente, legitimam, deslocam ou controlam a razão do mais forte.”<sup>58</sup>

Feito esse breve parênteses, deve-se ressaltar que, em 1929, o Departamento Feminino de Educação Física do Fluminense Futebol Clube começou a oferecer um “curso de gymnastica esthetica e dansas clássicas, sob a direção dos professores coreographos Sr. Pierre Michaelows e D. Vera Grabinska” e enfatizava que “a prática de esportes moderados tem sido igualmente muito procurada pelas senhoritas”. Dentre eles, o volleyball merecia especial atenção das frequentadoras do Departamento, já organizadas em vários times femininos que disputavam torneios com alunas dos colégios Baptista, Bennet, La-Fayett e também com as

---

Brandão e Marcondes, p. 97

<sup>56</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1931*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 92

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 209

sócias do América Futebol Clube, Clube de Regatas Flamengo e Tijuca Tênis Clube.<sup>59</sup> Para se ter uma idéia do movimento de saída das mulheres em direção aos “esportes moderados” e à ginástica, conforme recomendava Fernando Azevedo em seu livro sobre educação física, o Fluminense apresentava, em seu relatório de 1929, a relação de “senhoras e cavalheiros” num quadro de comparecimento total aos diversos ramos de esportes e diversões:<sup>60</sup>

Esportes	Tennis	Natação	Gymnastica	Volleyball
Senhoras	3136	1686	8583	3364
Cavalheiros	9920	5004	-----	-----

Com efeito, o aumento de espaços mistos de convivência, tanto privados como públicos<sup>61</sup>, bem como o estímulo dado à ginástica e aos esportes femininos pelo movimento eugenista, provocou mudanças e controvérsias na ordem das relações de gênero, se consideramos três aspectos: a inserção e permanência das mulheres, de maneira mais consolidada, no campo esportivo; as tensões e ambiguidades que permeavam a forma pela qual praticavam esportes e o crescente contato entre homens e mulheres, pertencentes à mesma classe social, nas competições de “duplas mistas” no tênis e também nas piscinas dos clubes, construídas de forma mais sistemática no final dos anos 20 e início de 1930. Ao mesmo tempo em que emergia uma maior autonomia e liberdade, no que tange à interação entre ambos em espaços neutros, por outro lado, as diferenças e hierarquias eram reordenadas. Nesse sentido, delineavam-se novos padrões de moralidade diferenciados para os sexos, na tentativa de controlar esses contatos físicos e, principalmente, assegurar a permanência da mulher na esfera do lar, preservando o casamento e a maternidade, tão caros à disciplina higiênica. Com certeza, essa era a principal preocupação de Fernando Azevedo ao editar seu

<sup>58</sup> PERROT, Michelle; FARGE, Arlette et al.(orgs.) “A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. Trad. de Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. Revista *Gênero – Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, v.2, n.1, Niterói:EDUFF, 2000, pp 7-30

<sup>59</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1929*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 150-152

<sup>60</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1929*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 62

<sup>61</sup> Deve-se lembrar que as piscinas no interior dos clubes ainda não eram uma realidade. As competições de natação, que já apresentavam provas femininas em São Paulo nos anos 20, se realizavam no rio Tietê, onde também ocorriam competições de remo. Na primeira Travessia de São Paulo a Nado, realizada em 1924, Jandira Barroso venceu a prova feminina. Nesse estado, a primeira piscina construída foi em 1929, na Associação Athletica Paulista. No Rio de Janeiro, embora houvesse uma piscina no clube Fluminense, desde 1919, as provas femininas de natação já eram realizadas na Enseada de Botafogo, em 1921, sendo que a primeira competição interestadual de natação feminina aconteceu neste ano. Nela se destacaram a paulista Blanche Pironnet Bezerra e a carioca Ophelia Paranhos, cf. DEVIDE, Fabiano Pires. *História das mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às resistências sociais*. Rio de Janeiro: UGF, 2003 (Tese de doutorado em Educação Física).

livro em 1920: quais seriam os esportes apropriados à “morfologia delicada” das mulheres? Quais aqueles considerados violentos e perigosos ao organismo das futuras mães?

Assim sendo, na ânsia de esclarecer tais dúvidas, nossa já conhecida Magdala Oliveira, se apressava em declarar:

“Dentre os sports cultivados pelos povos civilizados, uns são acessíveis às mulheres, outros não... Em primeiro lugar o football. Seria lamentável permitir um team de jovens patrícias, lutar 40 minutos a fio, correndo, shootando, sofrendo *fouls*, etc... Ao finalizar o primeiro *half-time*, qual o quadro que se nos offereceria a vista? A *keeper*, adormecida junto ao goal, do lado opposto, encostada a trave, outra; as *backs*, sentada a grama exaustas, e, na enfermaria, entre vidros de saes e injeções de camphora o restante das equipes!

Não queremos com essa caricatura depreciar o bello sexo. Deus nos livre! É que o Senhor fez a mulher de tal maneira delicada que, apesar do exagero della em querer sobrepujar os homens em tudo, jamais conseguiria bater o team menos treinado da AMEA ou mesmo da Metropolitana...

Segundo: o Box. Que horror! Forçosamente venceria não a lutadora mais forte, porém a mais astuciosa... Precisamos também encarar os factos pelo lado moral: a mulher não tem coração para ‘boxear’ outra por simples interesse de vaidade ou monetário. Por amor, talvez...

Fora estes dois sports principaes, existem outros que não sofrem o mesmo absolutismo, mas deve-se experimenta-los com alguma prudência, certos ramos de atletismo, corridas exageradas, saltos, lançamentos de peso, disco e dardo, etc...”<sup>62</sup>

Para a articulista, os principais empecilhos à prática esportiva feminina eram a violência e a brutalidade dos choques provocados pelos esportes de grande contato físico, como o futebol e o box. Esses elementos, explorados através de hipotética e ferrenha partida de futebol entre mulheres, que mais se assemelhava a um cenário de guerra, acabavam por desqualificar uma possível carreira feminina nos esportes mais viris, justamente porque comprometiam seus predicados “naturais” na inútil tentativa de “querer sobrepujar o homem em tudo”. No entanto, de forma contraditória, Magdala de Oliveira reconhecia que a sensibilidade e delicadeza do sexo feminino poderiam desaparecer por completo, ou dar lugar à astúcia, numa situação envolvendo a luta corporal entre duas mulheres, talvez pela conquista do amor de um homem – autonomia consentida e incentivada pela ordem médico-higiênica, que privilegiava as uniões conjugais baseadas na afetividade e no sentimento amoroso, diferentemente do patriarcalismo colonial, onde as mulheres raramente escolhiam seus futuros cônjuges, conforme mostra Jurandir Freire Costa.<sup>63</sup> Neste caso, o uso da violência – comumente associado à identidade masculina – parecia tornar-se perfeitamente admissível e legítima para o sexo feminino. Assim, o “lado moral” da mulher adquiria um duplo sentido, porém sua promoção social e independência financeira através da prática esportiva eram

---

<sup>62</sup> OLIVEIRA, Magdala da Gama. “Sports femininos”. Revista *Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 15, janeiro-fevereiro de 1929, p. 6

tolhidas. Vemos ainda como em relação ao atletismo a moderação era enfatizada: somente as pequenas distâncias deveriam ser praticadas e os riscos minimizados, completamente. Por fim, a autora destaca – não antes de dizer que “todos os esportes convenientemente praticados são ótimos” – entre os esportes “permitidos”, o tênis, a natação, a equitação e o automobilismo, contribuindo mais para confundir as leitoras do que esclarecê-las.

Reflexo de um contexto mundial, as questões colocadas por Magdala Oliveira eram discutidas desde 1896, por ocasião da retomada dos Jogos Olímpicos da era Moderna, idealizada pelo barão de Coubertin. Já nesta primeira edição, realizada na cidade de Atenas, a maratonista grega Stamati Revithi, competindo extra-oficialmente, cumpriu o trajeto de 42 quilômetros, dando a última volta fora do estádio porque a entrada lhe foi proibida pelos organizadores.<sup>64</sup> Quatro anos depois, nos Jogos de Paris, algumas mulheres disputaram os torneios de tênis e golfe – considerados esteticamente belos e onde não havia contato físico –, mesmo sob os protestos acalorados do barão.<sup>65</sup> Não obstante as declarações de Coubertin, afirmando ser a prática esportiva feminina pouco prática, desinteressante, antiestética e incorreta, pois “não é proveitosa nem para seu encanto nem mesmo para sua saúde”,<sup>66</sup> as mulheres começaram a competir timidamente, contrariando as proibições impostas que lhes negavam inclusive o direito de subir ao pódio. Segundo afirma Michelle Perrot, embora destinadas à obscuridade da reprodução, como se estivessem fora do tempo ou do acontecimento, elas não respeitaram estas injunções, pois os “dominados podem sempre se esquivar, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História”.<sup>67</sup>

Desse modo, com longas saias brancas cobrindo o seu corpo, numa nítida condenação da sua expressão gestual, a inglesa Charlotte Cooper entrou para a história das Olimpíadas, em 11 de julho de 1900, como a primeira mulher campeã nas finais de simples e duplas mistas de tênis impedida de subir no pódio, lugar de destaque destinado às honras e conquistas masculinas.<sup>68</sup> Em St. Louis, nas Olimpíadas de 1904, foram apenas seis competidoras americanas, todas na modalidade de tiro com arco. Na Olimpíada seguinte, em Londres, elas

---

<sup>63</sup> COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. *Op.cit.*, p. 215-240

<sup>64</sup> Cf. OLIVEIRA, Gilberto, CHEREM, Eduardo H. L. e TUBINO, Manoel, J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, 2008, 16(2): pp. 117-125.

<sup>65</sup> Cf. OLIVEIRA, Gilberto, CHEREM, Eduardo H. L. e TUBINO, Manoel, J. G. *A inserção histórica da mulher no esporte. Op.cit.*, p. 119. Cabe ressaltar que o número referente à participação das mulheres nas primeiras Olimpíadas, é extremamente variável. Tal fato verifica-se pela carência ou defeito de registro quando se trata dos “traços femininos” referentes à esfera pública, conforme relata PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 12.

<sup>66</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr/jun 2005

<sup>67</sup> PERROT, Michelle. *op. cit.*, p. 9-10

<sup>68</sup> “Mulheres à frente do seu tempo: as damas de ouro nas olimpíadas”, *Revista Claudia*, Rio de Janeiro, julho de 2004, p. 110-11.



já totalizavam 37 em três esportes: tênis, patinação e tiro com arco. Mesmo assim, o Comitê Olímpico Internacional, sob a presidência de Coubertin, não as reconhecia ainda como atletas olímpicas. Em artigo publicado um pouco antes das Olimpíadas de Estocolmo, em 1912, ele defendia a exclusão definitiva das mulheres ao frisar que “os Jogos são a exaltação solene e periódica do esporte masculino”.<sup>69</sup> Porém, através da pressão da Federação Internacional de Natação (FINA), exigindo as provas femininas no programa desta Olimpíada, 48 mulheres competiram. Na década de 20, com a organização dos Jogos Olímpicos para Mulheres pela Federação Esportiva Feminina Internacional e o avanço do movimento feminista, Pierre de Coubertin renunciou à presidência do Comitê Olímpico Internacional, em 1925. Logo depois, nas Olimpíadas de 1928, as mulheres estiveram presentes, pela primeira vez, nas provas de atletismo, consideradas extremamente arriscadas e impróprias para o “sexo frágil”.<sup>70</sup>

Um pouco antes deste episódio, um artigo da revista *Tricolor*, publicado pelo Fluminense Futebol Clube, já discutia a participação das mulheres nos jogos atléticos de 1928, muito especialmente no que dizia respeito à “forte carreira dos 800m”. O(A) articulista Ied Meredith, preocupado(a) em levantar as polêmicas em torno das provas femininas de atletismo, deixava explícito que as corridas rasas de 100, 400 e 800m, além do salto em altura e do lançamento de disco, já estavam sendo disputadas. Porém, destacava que a inclusão da corrida dos 800m para mulheres em Olimpíadas foi “obtida depois de muito séria discussão”. O motivo era claro: médicos americanos suspeitavam que o esforço empregado pelas mulheres nestas provas, inclusive na de 400m, poderia lhes ser prejudicial e até perigoso.<sup>71</sup> Cabe aqui uma reflexão. Talvez, esta informação tenha contribuído para o arrefecimento do ânimo das praticantes de atletismo, sócias do Fluminense, uma vez que elas são mencionadas no Relatório da Diretoria do clube de 1927, mas, estranhamente, desaparecem da estatística apresentada no Relatório da Diretoria, dois anos depois (vide pág. 30). No entanto, essa não parecia ser a intenção de Ied Meredith (que não sabemos se era homem ou mulher), pois ao afirmar “na Europa, o critério é bem oposto, sendo que a França e outros países já apresentavam corredoras destacadas em grandes e pequenas distâncias que parecem gozar de excelente saúde”, o (a) autor (a) acabava por enfatizar os benefícios dessa modalidade à

---

<sup>69</sup> VALPORTO, Oscar. *Atleta, substantivo feminino*. Vinte mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 13

<sup>70</sup> Conta-se que o ineditismo do episódio criou uma nova polêmica, pois algumas mulheres participantes da prova de 800 m, teriam desmaiado ao cruzar a linha de chegada, o que não foi realmente comprovado. No entanto, de acordo com alguns jornais da época, isto atestou a “fragilidade” do sexo feminino e, posteriormente, as provas de atletismo foram revistas pelo programa, em 1932, e reduzidas em distância, conservando-se apenas a de 100m. A modalidade dos 800m para mulheres, só voltaria à cena nas Olimpíadas de Roma, em 1960. VALPORTO, Oscar. *op. cit.* p. 13-14 e R. NETTO, Américo. *Jogos Olímpicos de ontem, de hoje e de amanhã*, 1937, p. 40

mulher. Por fim, o(a) articulista parecia otimista quanto aos resultados das provas femininas de 800m, ainda em caráter experimental no programa olímpico de 1928, manifestando o “enorme progresso que a mulher tem feito no atletismo nos últimos 10 anos, tanto em corridas como em provas de salto e lançamento”.

A proibição dessa modalidade em 1928 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), após sua exibição nos Jogos de Amsterdã, pode ratificar, portanto, nossas suspeitas sobre o impacto negativo desta notícia entre as adeptas do atletismo feminino no Fluminense e mostrar que a expectativa de Ied Meredith, naquele momento, se confirmou muito otimista e, de certa forma, ingênua. Embora asseverasse que “se alcançar o êxito que muitos presumem é possível que sejam incluídos em definitivo nos próximos jogos”<sup>72</sup>, Meredith provavelmente não levou em conta o poderoso lobby de muitos conselheiros do Comitê Olímpico Internacional na época, contrários à participação pública das mulheres nos esportes – principalmente no atletismo –, entre os quais se destacava o famoso barão de Coubertin. Em seu tratado *Princípios Filosóficos do Olimpismo Moderno*, publicado em 1936, ele ratificava sua posição:

“O verdadeiro herói olímpico é, a meu ver, o homem adulto... Não aprovo a participação das mulheres em competições públicas. Isto não significa que elas devam se abster de praticar esportes, mas não devem dar espetáculo. Nos jogos olímpicos seu papel deveria ser, sobretudo, como nos antigos torneios, o de coroar os vencedores”.<sup>73</sup>

Mas voltemos às discussões e polêmicas travadas no Brasil acerca dos esportes ditos “femininos”. Ao que parece, existia uma grande confusão em torno do tema, inclusive no âmbito internacional. Neste sentido, era vital preencher essa lacuna, produzindo artigos e manuais de ginástica feminina que canalizassem a expansão desse movimento a favor da cruzada eugênica e, simultaneamente, minimizassem as resistências, dúvidas e receios de boa parte das elites brasileiras, sobretudo no tocante aos riscos existentes e à exibição pública das mulheres nos esportes, que pareciam abalar a rígida fronteira interposta entre os espaços e os sexos. Talvez por isso, a revista *Tricolor* tenha editado um artigo, em 1928, incitando a mulher brasileira a realizar os exercícios físicos na intimidade do seu próprio quarto, longe dos curiosos olhares masculinos. Tal era a preocupação de Lito de Nazareth, em “Cultura Physica para a mulher”. No texto, o autor mostrava várias fotos de posições corretas para a prática da ginástica, com a utilização de uma cadeira, e destacava: “neste ambiente poderá

---

<sup>71</sup> MEREDITH, Ied. “A mulher nas olimpíadas”. *Revista Tricolor*, ano II, n. 10, agosto de 1928, p. 12

<sup>72</sup> MEREDITH, Ied. “A mulher nas olimpíadas”. *Revista Tricolor*, ano II, n. 10, agosto de 1928, p. 12

<sup>73</sup> Apud CARDOSO, Maurício. *Os arquivos das Olimpíadas*. São Paulo: Panda books, 2000, p.

conservar as curvas luxuriantes de sua plástica, pois a pérola também se colora e se estrutura na concha”. Mais adiante ele afirmava:

“seus corpinhos chegarão a perfeição physica, terão os traços sutis das melindrosas, a graça viva da brasileira.... A gordura que desfeia, que faz má circulação, que offerece ao olhar dos homens a impressão desagradavel, terá seu oppositor formidavel nesses movimentos permanentes de alcova. A jovem leitora mire com cuidado esses gestos e os execute: é um presente nosso à elegância das senhoritas cariocas.”<sup>74</sup>

Ao estigmatizar os corpos femininos avantajados, durante séculos glorificados e cultuados por pintores e poetas brasileiros, o articulista da revista associava perfeição física à esbelta silhueta da mulher dos novos tempos, desde que fosse conservada “as curvas luxuriantes de sua plástica”. Para o “equilíbrio dos músculos”, dizia Lito de Nazareth, “a leitora não necessita de massagens de usos tóxicos, de mesinhas, cujos resultados são imensamente prejudiciaes a saúde”. Portanto, o novo bem simbólico de barganha das mulheres modernas no mercado matrimonial passava a ser um corpo com curvas, porém esbelto e gracioso, delineado secretamente através de uma ginástica educativa e pueril, como desejava Fernando Azevedo. Contraditoriamente inocente e sedutor aos olhos dos homens, tal qual os “traços sutis das melindrosas”, mas sem necessitar dos artifícios da maquiagem extravagante que, ao mesmo tempo, vulgarizava as melindrosas, a apreciação do corpo feminino se transformava lentamente.

A tentativa de Lito de Nazareth de conter as moças de “boa família” nas suas alcovas se revelava, contudo, a cada dia mais infrutífera, pois as senhoras Adelaide Costa Azevedo, América Xavier da Silveira, Maria Luiza Lage e Claire Ferrez, diretoras do Departamento Feminino, em 1931, já atestavam, com grande entusiasmo, “a adesão dos outros clubs da capital, que a exemplo do Fluminense, annexam aos seus estatutos a fundação de departamentos femininos, arregimentando novas adeptas, formando um conjunto desvanecedor para os que se occupam com assumptos de eugenia nacional”.<sup>75</sup> Muito embora manifestassem “o pouco desenvolvimento dos exercícios physicos para senhoras na sociedade brasileira, refractaria aos mesmos por motivos de indolencia racial e vicio de educação”, elas comemoravam suas “pequenas victorias”. Para as diretoras do Departamento, o motivo do êxito desta empreitada era a realização de jogos e torneios em “moldes racionaes, que não obrigam as moças a exhibições vexatórias, perante espectadores ainda não preparados para esse gênero de competições.”<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> NAZARETH, Lito de. *Cultura physica para a mulher*. *Revista Tricolor*, Fluminense Futebol Clube, 1928, n.1,

<sup>75</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1931*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 90

<sup>76</sup> *Idem*, p.90

Conforme a tabela mostrada anteriormente, depois das aulas coletivas e metódicas de ginástica, era o vôlei que fazia o sucesso do Departamento, vindo à frente da prática do tênis e da natação. De acordo com os dados colhidos nos Relatórios da Diretoria do Fluminense, de 1929 a 1931, a presença de senhoras e moças no departamento quase dobrou, passando de 125 a 221 inscrições, desde o ano da sua fundação, em 1927. Além disso, a frequência média diária era de “cinquenta e tantas alunas”, o que possibilitava a formação de vários times de vôlei que, segundo destacavam as diretoras, é “o sport por excellencia para as moças, no qual não há choques violentos, nem grandes distâncias a percorrer, ou dispendio intensivo de forças. É um jogo elegante, de agilidade e atenção, portanto bem feminino e que tem tido formidável aceitação entre as moças do Distrito Federal”.<sup>77</sup> Portanto, essas eram as qualidades atribuídas ao voleibol que tanto o tornavam atrativo às jovens cariocas, a despeito da sua prática comportar também variações, como vimos antes. Supervisionado e disputado de forma moderada, conseqüentemente “em moldes racionais”, parecia não exigir vigor físico, nem apresentar perigo para a conhecida “fragilidade feminina”, diferentemente do atletismo, objeto de muitas polêmicas e resistências por ser visto como masculino e popular. Georges Vigarello assim se refere ao surgimento dos esportes considerados femininos:

“A medicina da época vitoriana libertou o corpo masculino, mas espartilhou o das mulheres da classe média... A mulher burguesa era apresentada como fraca e hipersensível. Considerava-se que os esportes, que exigiam a força física e a agressividade, eram impróprios para a nova classe de ociosas representada pelas donas-de-casa suficientemente ricas e disponíveis para fazer exercícios... Os conhecimentos científicos eram dominados por uma ideologia masculina que constituía as diferenças de sexo em estereótipos de gênero e em obstáculos para a atividade esportiva”.<sup>78</sup>

Ao observar as distinções de gênero e classe existentes entre os esportes, Vigarello também menciona as apostas e os feitos de resistência física nos jogos e esportes das camadas populares, como as corridas, o pugilato e o boliche, que tanto atraíam e fascinavam homens desses segmentos, porém, considerados agressivos e rudes pela aristocracia européia e, portanto, várias vezes, proibidos. O autor afirma ainda serem comuns corridas de mulheres das classes pobres, realizadas em contextos de festas, nos séculos XVIII e XIX, onde não raramente eram recompensadas com roupas. Além disso, mulheres destas camadas, às vezes, participavam de outras provas que incluíam apostas. Devido à decadência das festas tradicionais e da crescente preocupação com a respeitabilidade feminina, Georges Vigarello

---

<sup>77</sup> FFC. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes ao ano de 1931*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes, p. 92

declara que a presença destas mulheres nestas manifestações parecia ter desaparecido, o que não ocorreu com o pugilato e outros jogos brutais, cujas práticas se tornaram apenas mais controladas e regradas, transferindo-se dos ambientes rurais para as salas dos fundos dos cafés e outros locais escondidos e fechados das cidades.<sup>79</sup> Desse modo, Vigarello compartilha das idéias formuladas por Norbert Elias, pois é a partir da formação dos Estados Nacionais e da instauração do processo civilizador, que o controle regulado das emoções e das manifestações individuais e coletivas de violência, inclusive nos desportos, foram realizados.<sup>80</sup>

Seguindo esses argumentos sobre as origens dos esportes burgueses e populares, podemos supor que o início da prática do vôlei no Brasil, para além de cristalizar a construção hierárquica da diferença entre homens e mulheres, esteve também sob o signo da modernidade, civilidade, do amadorismo, da distinção social e racial. Assim como os “assuntos de eugenia nacional”, motivo de mobilização de muitos setores da elite brasileira, inclusive das diretoras do próprio departamento feminino do Fluminense, esse esporte arregimentou mulheres brancas e com algum recurso financeiro. Negras e pobres estavam excluídas, pois não tinham como frequentar clubes de elite e mal tinham tempo para se dedicar aos esportes e à ginástica, devido à luta diária pela própria sobrevivência e da sua família. Mas não era apenas o vôlei que fazia parte deste seleto grupo: a esgrima, a equitação, o arco e flecha, a patinação, o golfe, o tênis e, principalmente, a natação se tornaram símbolos de autocontrole, refinamento, estilo e elegância em contraposição à força bruta e resistência dos esportes de origens populares, como o atletismo e o boxe (forma mais civilizada do antigo pugilato), que tanto provocavam suores e contusões. Portanto, segundo destaca o sociólogo francês Pierre Bourdieu,

“ao invés de analisarmos um esporte de forma independente, deve-se compreendê-lo também em seu *aspecto relacional* no conjunto das práticas esportivas, reconhecendo seu *valor distintivo*, a posição que ele ocupa no espaço dos esportes, bem como o tipo de relação com o corpo que ele favorece, evitando-se, entretanto, uma perspectiva reducionista de estabelecermos uma relação direta entre um esporte e uma determinada categoria social.”<sup>81</sup>

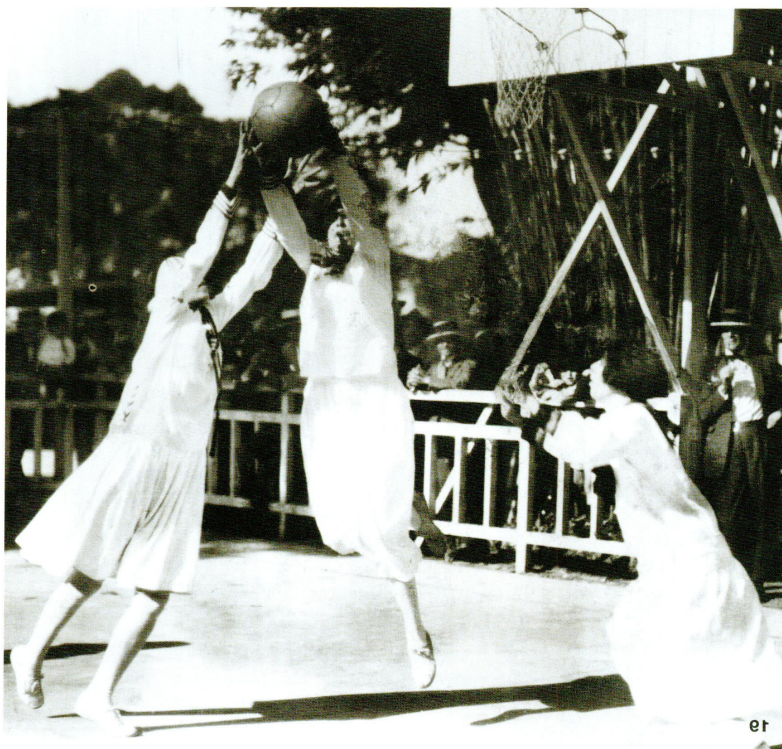
---

<sup>78</sup> VIGARELLO, Georges e HOLT, Richard. “O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 453

<sup>79</sup> Idem, p. 395-453.

<sup>80</sup> Para o aprofundamento desta questão, ver ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa, DIFEL, 1992.

<sup>81</sup> BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. *op. cit.*, p. 208



Moças da Associação Atlética São Paulo, jogando bola ao cesto, nos anos de 1920.  
Ao fundo, alguns homens assistem.

Sem dúvida, os esportes de elite estiveram entre aqueles que primeiro foram permitidos ao sexo feminino em Olimpíadas. Muito embora fossem também praticados por homens, o discurso eugênico acabou por qualificá-los como mais apropriados às mulheres, na medida em que as características dessas modalidades esportivas, bem como da ginástica, se identificavam socialmente ao pretense estilo de vida higiênico e disciplinado da camada burguesa, base sob a qual se construiria uma Nação mais saudável e forte. Tal fato ainda possibilitava a união conjugal entre indivíduos da mesma raça e da mesma classe social, segundo o programa de política eugênica prescrito por Renato Kehl à população brasileira.<sup>82</sup> Assim, à distinção de gênero, se agregavam aos corpos dos sportistas e ginastas, marcas de classe, raça e, muitas vezes, de nação. De acordo com Jurandir Freire Costa,

“A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato o corpo saudável. Corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorados, em nome da superioridade racial e

<sup>82</sup> KEHL, *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 278. Deve-se ressaltar que esta era uma das muitas obras dedicadas ao assunto pelo médico, nesta conjuntura. Dentre elas podemos destacar: “A eugenia”, 1917; “Eugenia e medicina social (problemas da vida)”, 1920; “Aparas eugênicas, sexo e civilização (novas diretrizes)”, 1933 e “Catecismo para adultos (ciência e moral eugênicas)”, 1942

social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização sócio-econômica, não logravam conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene.

O cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa... A consciência de classe tem, na consciência da 'superioridade' biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação".<sup>83</sup>

Dessa maneira, o corpo forte, sexual e moralmente regrado, construído com a prática de exercícios físicos, "fazia parte do plano de formação da consciência de classe e raça necessária ao progresso do Estado nacional".<sup>84</sup> Com efeito, a ginástica foi um importante elemento na construção da identidade nacional e formou muitas mulheres de elite, entre os anos 20 e 30, em meio à ampla divulgação dos manuais de eugenia e de ginástica feminina neste período. Fenômeno constatado através da tabela apresentada, onde era bastante expressivo o comparecimento das mulheres nas aulas de ginástica do Departamento Feminino do Fluminense Futebol Clube. Note-se também que os homens não praticavam a ginástica, nem o vôlei, inicialmente. Para melhor compreendermos o sucesso obtido pelos departamentos femininos de educação física, é necessário recorreremos aos discursos elaborados nestes manuais e artigos.

Em "Gymnastica Feminina", publicado em 1932, a autora Silvia Accioly iniciava sua explanação, apresentando os preconceitos que vigoravam, no início do século XX, contra a prática da ginástica pelas mulheres, uma vez que o modelo de beleza feminina, apreciado pelos homens, era o das formas bem arredondadas, conforme já havia sido constatado pelo seu contemporâneo Lito de Nazareth. Por trás desta idéia, existia o temor de que a ginástica pudesse produzir a hipertrofia da musculatura feminina e, conseqüentemente, a masculinização de seu corpo, tornando-o "disforme e desprovido do jogo de sedução que, segundo a teoria romântica, seria uma das armas mais eficazes do sexo frágil".<sup>85</sup> Para minimizar antigos medos e, provavelmente, auferir mais lucros para o seu negócio, Silvia Accioly – proprietária e diretora do Instituto Feminino de Cultura Física, instalado no Rio de Janeiro, no mesmo ano que lançou seu livro – dizia que a ginástica ali ensinada

"era a mais moderna, pois adotada em todos os centros mais adiantados do mundo; não dá músculos salientes porque evita os exercícios de força, cuidando inicialmente dos órgãos internos e em especial da respiração que é a chave da resistência física. Uma vez funcionando harmonicamente, esses 'motores da vida' regularizam de modo perfeito todas as funções, conferindo ao corpo não só a fortaleza ideal como a

---

<sup>83</sup> COSTA, Jurandir Freire. *op. cit.*, p. 13

<sup>84</sup> *Idem*, p. 208

<sup>85</sup> ACCIOLY, Silvia *Gymnastica Femenina*. Rio de Janeiro: Schmidt editor, 1932, p. 7

perfeição das formas dentro dos cânones naturais e estéticos, tanto quanto devem interessar a mulher que tem um justo orgulho do seu corpo.”<sup>86</sup>

Não obstante a valorização das formas e proporções “naturais e estéticas” do corpo feminino, conforme a argumentação sexista desenvolvida anteriormente por Fernando de Azevedo, Sylvia Accioly também apontava para os efeitos secundários da ginástica: o aperfeiçoamento morfológico do corpo humano. No entanto, ela adotava uma inovação no seu Instituto que, anos mais tarde, seria fundamental na legitimação do projeto nacionalista e autoritário de aprimoramento da raça brasileira durante o Estado Novo. Ao prescrever a necessidade imperiosa de adoção do exame médico geral e das fichas antropométricas para cada aluna, com a verificação das medidas exatas do peso, altura, thorax, abdômem, bacia, entre outras, antes mesmo do início do curso de ginástica, a diretora do Instituto Feminino de Cultura Física demonstrava, na prática, que os resultados de uma “terapêutica do movimento”, somente seriam alcançados se o mestre de ginástica seguisse claramente as indicações do “médico assistente”, para onde deveriam ser dirigidos os ataques. Do contrário, ponderava, haveria apenas uma agravação dos males. Dessa forma, ela preconizava uma união entre médicos e professores de ginástica; ambos deveriam agir lado a lado para corrigir anomalias e imperfeições e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento do tipo brasileiro, em especial da mulher brasileira.<sup>87</sup>

As conclusões de Sylvia Accioly, na verdade, foram obtidas através da sua trajetória e experiência pessoal. Em uma breve “escrita de si”, publicada na Revista de Educação Física do Exército, ela narrou sua inclinação desde cedo pela ginástica, posteriormente aprimorada numa grande escola, nos arredores de Berlim. No seu relato dizia: “filha única, entre três filhos, nunca relaxávamos com os exercícios ao lado do preparo intelectual, por educação paterna”. Destacava ainda não se recordar quando aprendeu a nadar, cavalgar, remar, atirar ao alvo e, até mesmo, a praticar o alpinismo, pedestrianismo, patinação, ciclismo e tênis, mas deixou escapar que se “submetia a todos os exercícios praticados pelos irmãos, porém em grau mais suave e de acordo com suas aptidões”. Depois de se casar com um médico e transferir-se para o Rio de Janeiro, Sylvia Accioly passou a frequentar alguns cursos de ginástica, pois “sempre se viu tomada pelo desejo de se dedicar à cultura física”, sendo logo aproveitada como monitora auxiliar. Incentivada pelo marido – seu principal aliado e colaborador – e após a leitura “de centenas de livros de autores alemães, franceses, suecos, norte-americanos, ingleses e brasileiros, feita paralelamente à observação dos depoimentos

---

<sup>86</sup> idem, p. 10

<sup>87</sup> ib., p. 12 e 28



anatômicos e fisiológicos de mais de quinhentas alunas”, ela se sentiu preparada para “realizar alguma coisa, por minha própria conta, dentro de idéias mais racionais e científicas”.<sup>88</sup> Assim, surgiu o Instituto Feminino, localizado numa das mais amplas salas da Avenida Rio Branco, n. 90. No Instituto, assim como no seu livro, Sylvia Accioly demonstrava a utilidade das fichas antropométricas trimestrais, instrumento científico e racional através do qual a ginástica feminina alcançaria o seu objetivo: “educar a mulher forte para a maternidade”. Por meio delas médicos, professores de ginástica e também as próprias alunas poderiam acompanhar o “desenvolvimento normal dos ossos, pois anomalias violentas seriam entaves à perfeição dos movimentos completos (...)”. Conforme ela dizia:

“cada aluna que me é confiada ou que espontaneamente se confia aos meus cuidados, representa uma unidade humana diversa a ser estudada separadamente, para merecer de minha parte uma atenção toda especial para suas necessidades individuais. Depois de uma ficha médica rigorosa, intróito que reputo indispensável, tenho então diante de mim um caso a ser classificado no curso, e para o qual emprego, além dos movimentos gerais que beneficiam indistintamente a todas as discípulas, outros movimentos especiais que se destinem exclusivamente ao seu caso (...) Suponho que somente desta forma, com verdadeira honestidade profissional, possa conseguir o real objetivo da ginástica feminina, que é no dizer de Demeny, educar a mulher forte para a maternidade, possuindo ao mesmo tempo graça suficiente para encantar”.<sup>89</sup>

Com efeito, a preocupação desses departamentos e centros de educação física era “modelar organizações humanas que primem pela saúde, em primeiro lugar, pela elegância, não só morfológica, como em todas as atitudes e todos os gestos da vida cotidiana”. Assim, todo o tipo de mulher – inclusive aquelas que trabalhavam em escritórios comerciais e, provavelmente, levavam uma vida sedentária, mas não menos independente – poderia realizar, “dentro dos princípios da mais pura eugenia, a grande glória feminina que é a maternidade”.<sup>90</sup> Neste sentido, determinadas partes do corpo feminino eram priorizadas nos exercícios ginásticos e tratadas separadamente, visando não apenas encantar e seduzir os homens, na tentativa de se conseguir um bom casamento, mas igualmente garantir uma futura gestação, livre de riscos e imprevistos, mesmo para aquelas que desejassem emancipação econômica. Assim, com o objetivo de demonstrar a possibilidade de conciliação das funções de mãe e esposa com o trabalho remunerado, algumas adeptas da cultura física destacavam os benefícios da ginástica para “tornar a mulher apta à luta pela vida, na emancipação econômica do sexo que o mundo moderno vai exigindo (...); que faça da mulher um ser perfeito, sadio e

---

<sup>88</sup> ACCIOLY, Sylvia. “Instituto Feminino de Cultura Física”. *Revista de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, março de 1933

<sup>89</sup> Idem

<sup>90</sup> Idem

enérgico, capaz de maior rendimento na sua atividade produtiva (...)”, conforme relato de Déa Mendes, da Escola Secundária do Instituto de Educação. Todavia, ela enfatizava:

“a educação física mais conveniente à mulher é a que, antes de tudo, tem em vista o seu papel preponderante na função sagrada da reprodução da espécie (...) é a que, enfim, torne a mulher forte, sem que desvirtue na masculinização, sacrificando o encanto precioso da elegância e a delicadeza rara da graça que são os apanágios eternos do seu sexo(...) Façamos, porém, tudo para que a educação física da mulher não esmoreça e cada vez mais se espalhe e se aperfeiçoe no interesse bendito da nossa raça que há de fazer o Brasil cada vez maior ”<sup>91</sup>

Embora as representações normativas de feminilidade fossem mais veiculadas, algumas vozes dissonantes se manifestavam ao serem traduzidas e apresentadas na Revista de Educação Física do Exército. Assim, Grace Sothcote Leake repudiava os preconceitos vigentes em torno da mulher atlética, destacando a carreira, a trajetória e os vários *records* mundiais – conquistados nos IX Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, – da norte-americana Mildred Babe Didriksen no atletismo, sem deixar de relatar suas investidas menos promissoras no baseball, no football, basketball e no box. Neste sentido, a autora afirmava que a atleta Mildred poderia ser exemplo de juventude e vigor, isto é, um modelo vantajoso para as mulheres em contraposição àquela suposta feminilidade associada à educação “sob o jugo das regras da boa etiqueta”, que tanto contribuía para a fragilidade e fraqueza das “raparigas”. Dessa forma, Mildred Babe Didriksen representava “ousadia e vanguarda”; estava na contramão de “superstições antiquadas e tradições passadistas” que, insistentemente, a renegavam e rotulavam como “masculinizada”. Finalmente, Grace Leake provocava e dava seu recado aos leitores:

“agora é ocasião oportuna para as mulheres renegarem esta derradeira convenção, demais envelhecida dos tempos da Rainha Vitória, si quizerem, no limiar de grandes conquistas, conservar duradouro ‘o seu dia de sol’. É tempo de revistarem suas idéas referentes à questão de feminilidade. Por qual razão não pode ser a jovem donzela robusta, incomparável na luta? Por qual razão a mulher atleta, das quais Mildred Didriksen é, hoje em dia, o mais eminente exemplo, não deve ser o padrão, o modelo, a inspiração de todas as moças?”<sup>92</sup>

Retornemos agora ao programa proposto por Sylvia Accioly. Em seu livro, o tórax e o abdômen femininos deveriam ser fortalecidos; dessa maneira a mulher não precisaria de “aparelhos orthopedicos, como soutiens e espartilhos, verdadeiras muletas, desnecessárias para quem tiver uma musculatura peitoral *razoavelmente* desenvolvida e uma parede abdominal lisa e forte” Esse grupamento muscular assumia importância primordial, uma vez

---

<sup>91</sup> MENDES, Déa. Beleza e Educação Física da mulher. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, nov 1933, p. 22-23

que beneficiaria a amamentação e o trabalho de parto.<sup>93</sup> Sem dúvida, nesta parte da obra, ela manipulava a favor do discurso eugênico, com muita sagacidade, os argumentos de muitas feministas européias que, contrárias à tirania da moda e do espartilho, lutavam por uma reforma do vestuário; pela libertação do corpo associada, em geral, à promoção da prática desportiva.<sup>94</sup>

Já a bacia merecia dupla atenção, pois estava ligada tanto à elegância do porte como a um parto seguro e fácil, pois o alargamento do anel ósseo da pélvis, através de exercícios específicos, poderia “realizar com êxito essa finalidade máxima do seu sexo”. Os membros superiores – ombros e braços – deveriam ser na mulher “essencialmente móveis”. Assim, estaria assegurada a “graça e o desembaraço dos movimentos femininos”. Já os membros inferiores – pernas, coxas, joelhos e tornozelos –, “articulações complexas e delicadas, contribuía para a perfeição da marcha e estabilidade harmônica da atitude”.<sup>95</sup>

A trajetória de vida de Sylvia Accioly, esboçada através de um precioso registro feminino, mostra como o pensamento eugênico fez parte da formação física e intelectual de várias mulheres representativas de sua geração<sup>96</sup> e classe social. Muitas se envolveram efetivamente na criação de departamentos femininos de ginástica e centros de cultura física, porque deixaram de acreditar na “fatalidade do destino brasileiro” – máxima repetida à exaustão nesse período – e passaram a crer na idéia de que eram responsáveis diretas pela construção de uma nova nação – mais moderna e civilizada –, cuja base estava centrada na família burguesa e, principalmente, na figura higiênica da mãe sadia. Através da prática de exercícios físicos e esportes apropriados, elas poderiam cuidar melhor da sua gestação e, assim, exercer uma maternidade apta a educar uma prole forte e robusta, sem dúvida um reflexo da ligação que tinham as primeiras feministas européias com os movimentos nacionalistas e a corrente dualista que priorizava a faculdade maternal da mulher.<sup>97</sup>

---

<sup>92</sup> LEAKE, Grace Sothcote. “Que é feminidade?”. *Revista Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 10, agosto de 1933, p. 26-28

<sup>93</sup> ACCIOLY, Silvia. *Gymnastica Femenina*. Rio de Janeiro: Schmidt editor, 1932, p. 49-51

<sup>94</sup> Sobre este assunto ver KÄPPELI, Anne-Marie. “Cenas feministas”. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, pp 559-560

<sup>95</sup> ACCIOLY, Silvia. *Gymnastica Femenina*. *Op.cit.*, p. 51-59

<sup>96</sup> A noção de geração é aqui entendida como um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da auto-proclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial (...) Em vez de ser apenas a espuma de uma vaga formada pelas estruturas sócio-econômicas, pode ser geradora de estruturas: por exemplo, as gerações criadas ou modeladas por um acontecimento inaugurador, cf. SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Op. cit.* p. 133 e 137

<sup>97</sup> Para o aprofundamento dessas questões, ver KÄPPELI, Anne-Marie. “Cenas feministas”. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *Op.cit.* p 541-579

Com efeito, chamadas para formar uma aliança com médicos e o Estado brasileiro, em prol de uma causa nacional, muitas mulheres viram no engajamento corporal uma forma de reconhecimento público; uma possibilidade de projeção social, mesmo que isto representasse, de forma paradoxal, a (re)definição de uma identidade ligada às suas funções familiares; uma associação com os tradicionais papéis femininos.<sup>98</sup> Devemos ainda reconhecer que em determinados esportes, praticados nos clubes de elite, a socialização e a busca por uma visibilidade social se faziam “entre iguais” e, por conseguinte, os laços de identidade de classe, compartilhados mesmo entre homens, se tornavam mais determinantes, conforme afirma Mônica Schpun.<sup>99</sup> Como consequência deste comportamento político contraditório, se configurou uma “consciência de gênero”<sup>100</sup> atravessada e, muitas vezes, recoberta pelos ideais eugênicos formulados e assimilados na época (de nação, gênero, classe e raça). Ou seja, se o surgimento de uma cultura física contribuiu paulatinamente para a emancipação social da “nova mulher”, por outro lado reforçou as diversas formas de subordinação e exclusão, traduzindo-se dialeticamente na incorporação de um *habitus* de classe<sup>101</sup> e de um sentimento patriótico articulados às diferenças de raça.<sup>102</sup> Desse modo, podemos dizer que a violência simbólica engendrada pelo Estado liberal permitiu a “gestão de ressentimentos”<sup>103</sup> entre mulheres desportistas dessa geração e classe social, na medida em que favoreceu sua inclusão e permanência no campo esportivo. Isto é, em vez da exteriorização de sentimentos de exclusão, insatisfação e raiva, proporcionou a experiência coletiva de auto-estima entre mulheres desportistas das camadas abastadas da população brasileira, atenuando seus descontentamentos e indignações, ainda que sob o pressuposto da diferença sexual. Ao pensar no esporte como tradição inventada (e neste fenômeno também podemos incluir a prática da ginástica) Eric Hobsbawm afirma:

representava uma tentativa mais espontânea de traçar linhas de classe que isolassem as massas, principalmente pela ênfase no amadorismo como critério do esporte de classe média e alta (...) Representava também uma tentativa de desenvolver ao mesmo tempo um novo e específico padrão burguês de lazer e estilo de vida (...), um critério flexível e ampliável de admissão num grupo”.<sup>104</sup>

<sup>98</sup> Acerca das contradições que cercam os conceitos de diferença e igualdade sexual, ver SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): janeiro-abril 2005, pp. 11-30

<sup>99</sup> SCHPUN, Mônica Raisa. *op. cit.* p. 53

<sup>100</sup> PERROT, Michelle. “Sair”. In: *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 279

<sup>101</sup> BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e poder simbólico”. In: *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 158

<sup>102</sup> Acerca deste assunto, ver GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil, início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 2008

<sup>103</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, pp. 23-28

<sup>104</sup> HOBBSAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914”. In: *A invenção de tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, p. 309

Não obstante todos estes fatores, ao praticarem a ginástica e os esportes “femininos”, sem dúvida elas se apropriaram, de forma tática<sup>105</sup>, das representações normativas construídas pelo discurso médico-eugênico, para subverter a seu favor a ordem imposta e, assim, conquistar espaços no cenário público. Com certeza, um nítido reflexo da primeira onda do movimento feminista no Brasil. Segundo destaca Giovanni Levi,

“(...) essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores (...) nenhum sistema normativo é totalmente coerente e estável a ponto de eliminar a negociação, manipulação ou interpretação das regras (...) a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis”.<sup>106</sup>

As idéias de Sylvia Acciloy, na verdade, já circulavam e eram compartilhadas por muitas mulheres de elite, ampliando o coro de vozes femininas filiadas às associações de educação física. Numa entrevista cedida a Magdala da G. Oliveira, uma das redatoras da revista *Tricolor*, a diretora do Departamento Feminino do Fluminense, América Xavier da Silveira, quando indagada sobre o sucesso do empreendimento e o surgimento de uma cultura física feminina respondeu:

“nenhum esforço é inútil (...) a educação physica é um factor preponderante no elemento social em formação, isto é, nos jovens. O seu início deve ser na meninice para poderem passar incólumes as phases difíceis, physicas, moraes e intellectuais, que vão da adolescência a juventude. Ahi a ocasião propicia para a formação da raça, mantendo o corpo são e o espírito também. São essenciais para o bom resultado e eficiencia da educação physica as fichas anthropometricas, onde se obtem o grau de robustez, a resistência e capacidade physica, tendências individuaes”.<sup>107</sup>

Permitindo entrever os motivos envolvidos no aparecimento de associações ligadas à educação física da mulher, quais sejam o aperfeiçoamento da raça brasileira através do desenvolvimento na adolescência de aptidões físicas, morais e intelectuais, adequadas ao comportamento social burguês, América Xavier da Silveira revelava ainda a colaboração que teria da seção de antropologia, do Museu Nacional – “uma gentileza de D. Heloiza Alberto Torres, secretária da instituição” – na elaboração das fichas antropométricas. Para além de evidenciar a legitimidade e o papel que “os homens de ciência” e os diferentes institutos de pesquisa detinham na discussão e resolução de impasses que cercavam os destinos do país, principalmente no tocante à superação dos “infortúnios da miscigenação”, conforme

---

<sup>105</sup> Cf. expressão formulada por Michel de Certeau, para se referir às astúcias inventivas dos dominados como forma de reação às opressões dos dominantes. In: *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008, vol. 1

<sup>106</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. Op. cit. p. 179-180

demonstrou Lilia Moritz Schwarcz<sup>108</sup>, ficava explícito como a reconfiguração da função social da mulher, através da sua inserção pública em atividades físicas e esportivas, foi fundamental para a divulgação do ideário eugênico e, conseqüentemente, para a atualização das diversas formas de hierarquização e exclusão, ainda que sob um certo grau de emancipação feminina restrita às mulheres brancas, das classes mais abastadas da população brasileira.<sup>109</sup> Assim sendo, de acordo com Joan Scott, a articulação do gênero com outras categorias de análise, como classe e raça, tornam explícitas que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.<sup>110</sup>

Este esforço saneador de corpos e mentes envolveu, evidentemente, muitas vozes masculinas, como o Dr. Plínio Olinto, chefe do serviço de profilaxia mental do Hospital Nacional. Em “Educação Física Feminina: rápido esboço sobre os processos educacionais, ele descrevia o papel da mulher na formação da nacionalidade: “é a mais importante questão social que poderá agitar os dirigentes de um povo”. Neste sentido, a educação física era o meio através do qual se conseguiria o aprimoramento racial e cultural de uma nação, porém devido às distintas “características bio-fisiológicas da mulher”, entre as quais destacava “um sistema nervoso mais irritável”, Dr. Olinto estabelecia os objetivos da ginástica feminina. Primeiramente, “deveria ser mantida ou melhorada a capacidade de funcionamento dos órgãos internos, sobretudo aqueles da circulação, respiração e sistema nervoso”. Aumentadas essas capacidades, os exercícios favoreceriam uma “boa atitude, formadora do caráter, da personalidade e responsável pela alegria de viver”. No entanto, era fundamental saber escolher os exercícios da ginástica feminina, estes “devem refletir a flexibilidade, a beleza, o ritmo e a graça: aí a mentalidade da mulher terá sua expressão. O **feminismo** (grifos do autor) deve ser acentuado na mulher pela ginástica. Crêa-se assim mais profundamente o espírito da maternidade”.<sup>111</sup>

Sem dúvida, o chefe do setor de profilaxia mental do Hospital Nacional compartilhava das crenças de muitos contemporâneos, que viam na educação física não só um fator

---

<sup>107</sup> “Nenhum esforço é inútil”, *Revista Tricolor*, ano III, n. 19, maio-junho de 1929, p. 11

<sup>108</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>109</sup> Sobre a paradoxal condição feminina nas primeiras décadas do século XX, cabe destacar o recente trabalho de Maria Martha de Luna Freire, intitulado “Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil”, publicado pela editora FGV, em 2009. Nele a autora analisa como a ideologia da “maternidade científica” contribuiu para a reconfiguração das relações de gênero, conferindo às mulheres burguesas uma função pública, associada à construção de uma nova nação, mais moderna e civilizada, ainda que intrinsecamente vinculada à “natureza” feminina.

<sup>110</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996

<sup>111</sup> OLINTO, Plínio. “Educação Física Feminina: rápido esboço sobre os processos educacionais”. *Revista de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, março de 1933

primordial para a construção da “brasilidade”, como também um sentido pedagógico e disciplinador ao “agir sobre as tendências específicas, inatas, que são os instintos – senão os modificando, mas por certo permitindo maior domínio sobre eles”, de acordo com a tese de João Ribeiro Pinheiro.<sup>112</sup> Este era o benefício moral trazido pela educação física à modernidade, cercada de vícios e desregramentos, haja vista a “pressão nervosa” sentida pelos indivíduos, submetidos à “vida sedentária, pela facilidade dos transportes e dos meios de comunicação, e à atividade febril do trabalho. Proporcionando “o equilíbrio imprescindível que permite a saúde e a serenidade no meio da vida vertiginosa dos nossos dias”, a educação física seria o remédio eficaz para combater, então, “a irritabilidade constante, o nervosismo, a histeria, no que concorriam os próprios divertimentos como o cinema, teatro, jogos, álcool e narcóticos”.<sup>113</sup> Segundo Carmen Lucia Soares,

“em seus momentos de glória, a velha ginástica, em suas diferentes e múltiplas expressões, de fato, foi considerada técnica capaz de educar, reformar, melhorar, aprimorar os corpos e intervir no que está escondido e que não se revela, mas que é parte do indivíduo, de seu caráter. Como pedagogia, ela soube bem alinhar os corpos e ensinar distâncias necessárias à precisão do movimento, estabelecer ritmos comuns e ordens coletivas, adequar o corpo em relação aos objetos e seus usos. Soube, mesmo, ensinar as técnicas de autogerir-se, fazendo do corpo expressão da civilização. Para além de uma prática, de uma técnica, de uma pedagogia, a ginástica foi uma instituição que alimentou idéias e ideais de educação republicana (...) Filha diletta da higiene (...), a ginástica enraíza a política nas coisa ordinárias da vida, na medida em que articula símbolos patrióticos e republicanos nas técnicas do corpo.”<sup>114</sup>

Para João Ribeiro Pinheiro, no entanto, os esportes poderiam apresentar a mesma função da educação física: “os jogos desportivos permitem constantemente situações onde o indivíduo é obrigado a manter belas atitudes moraes: cooperação, obediência, lealdade, perseverança, confiança própria e domínio pessoal”.<sup>115</sup> Porém, o autor desconhecia o caráter altamente competitivo do esporte, que muitas vezes acabava em confrontos violentos e brutais, apesar do crescente controle regulado instalado pelo amadorismo, cada vez menos tolerante com os ferimentos e sofrimentos infligidos pela excitação exagerada produzida nas disputas, conforme destaca Georges Vigarello.<sup>116</sup> Era preciso, então, estabelecer uma fronteira

---

<sup>112</sup> PINHEIRO, João Ribeiro. *Da educação physica como factor primordial de brasilidade*. Niterói: Gráfica da Escola Profissional Washington Luiz, 1928, p. 9

<sup>113</sup> Idem, p. 12-13

<sup>114</sup> SOARES, Carmen Lucia. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de. (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, pp. 133-178

<sup>115</sup> PINHEIRO, João Ribeiro. *Da educação physica como factor primordial de brasilidade*. Op. cit., p. 13.

<sup>116</sup> VIGARELLO, Georges e HOLT, Richard. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX. Op. cit., p. 428-436

bem clara entre o que era um contato físico legítimo, formador do caráter, e o que era uma conduta violenta, não formadora do caráter.”<sup>117</sup>

Se a idéia de regeneração racial do povo brasileiro através da prática de educação física e esportes não era algo novo, com certeza já podemos vislumbrar uma mudança de concepção acerca dessas práticas sociais, a partir também da exposição de idéias de alguns militares. Segundo eles, para se conseguir o aprimoramento do tipo brasileiro era imprescindível adotar métodos científicos e racionais, de forma mais sistemática, sem o qual seria impossível a construção de uma nova raça. Neste sentido, a solução do problema da educação física não poderia mais passar apenas pela iniciativa de clubes e associações privadas, conforme acontecia até a década de 30, já que se tratava de uma questão sentida como necessidade nacional. De acordo com as considerações de Orlando Rangel Sobrinho, apresentada ao Centro Militar de Educação Física para a conclusão do curso, a constituição de “nacionalidades fortes” se plasmava pela educação física racional de um povo. Em seu trabalho, esta era “uma atribuição e um dever do Estado”. Somente com a adoção de um método de educação física e com a formação de instrutores capacitados seria dado “o passo inicial para a campanha de ressurgimento”, na medida em que

“nossa raça, ainda não definida, formando-se debaixo das mais diversas influências (...) necessita, urgentemente, do auxílio da educação physica para combater os defeitos inherentes ao brasileiro, melhorando suas condições de saúde, dextresa e civilidade (...). Somente um trabalho lento, de propaganda intensa e bem orientada, corroborado pelos resultados práticos obtidos nos diversos estabelecimentos públicos e particulares, onde se pratique obrigatória e racional a educação physica, conseguiria incutir no povo o verdadeiro sentimento do exercício physico”.<sup>118</sup>

Assim sendo, com vistas a esclarecer “a notável confusão diffundida entre desportos e educação physica de modo geral” – realizada, principalmente, no trabalho de João Ribeiro Pinheiro –, Orlando Rangel afirmava:

“o desporto, como todo exercício physico, é uma arma de dois gumes: pode fazer bem, como mal, depende do modo e da ocasião de pratical-o (...) A cada idade correspondem determinados exercícios (...) o desporto, scientificamente dirigido, é imprescindível para o aperfeiçoamento da raça. As sociedades esportivas não podem prescindir do auxilio médico e dos seus gabinetes de informação (...) A idade própria para o início dos desportos, 18 anos, é aquela em que, geralmente, o jovem se sente atrahido para os prazeres e diversões perigosas, cujo abuso, além do enorme dano physico, influe sobre a moral. Afastados, pela influencia dos desportos desses lugares perniciosos, veremos o athleta conduzido à perfeição physica e moral, sabendo conhecer-se, dominar-se e vencer-se.”<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Idem, p. 436

<sup>118</sup> RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Educação physica feminina*. Rio de Janeiro: Typ. do Patronato, 1930, p. 10-15

<sup>119</sup> Idem, p. 15-17



Conforme podemos depreender da exposição de idéias de Orlando Rangel, era mister a associação entre esporte e civismo; entre esporte e aprimoramento físico e moral. Portanto, cabia ao governo federal criar um órgão central que dirigisse e executasse um programa geral de educação física, baseado na “uniformidade de doutrina” e, principalmente, nas distinções de sexo e idade, a fim de evitar distorções, erros e possíveis atrofia no tocante ao adequado desenvolvimento ósseo e muscular de um indivíduo:

“a educação física e desportiva da mulher de modo algum tem por ambição, como proclamam muitos incompetentes, formar campeãs e dansarinas (...) ela deve moldar-se ao papel social e sexual da mulher, tendo em vista o seu modo de viver e, principalmente, sua sublime função de mãe (...) Os exercícios de força devem ser abolidos, pois o fim da mulher é procrear e não lutar. Os exercícios que contribuem para o desenvolvimento normal da bacia são particularmente indicados (...) É preciso nunca esquecer a correção das formas femininas”.<sup>120</sup>

Na visão de Rangel, tenente do Exército brasileiro, o método francês parecia ser o mais indicado: além de tornar a mulher forte para a maternidade, lhe daria a graça para encantar, aliando resistência e vigor à beleza, destreza e têmpera de caráter, entendida como sangue frio, persistência, tenacidade, iniciativa e disciplina<sup>121</sup>, ressaltando, paralelamente, os benefícios da natação feminina, esporte “mais harmonioso, completo e conveniente à mulher”.<sup>122</sup> Embora o fim visado em seu estudo fosse mostrar as possibilidades desportivas da mulher, Orlando Rangel condenava veementemente “toda idéia de apologia de recordes”; às mulheres cabia a moderação, portanto. Com o objetivo de ratificar esta idéia, a revista do clube Athletico Paulistano, ao discutir sobre quem nadava melhor, destacava a maior rapidez dos homens em relação às mulheres: “tratava-se de uma diferença biológica invencível (...). O ‘motor’ da mulher não tem a mesma força que o ‘motor’ do homem”. Não obstante a ênfase dada à facilidade com que elas aprendiam a nadar, devido a seu “apurado sentimento de rythmo”, o articulista da matéria enfatizava, de antemão, que as características anatômicas e biológicas não se traduziriam numa vantagem no que dizia respeito ao cronômetro. Assim, as nadadoras deveriam se “conformar”: jamais seriam mais velozes do que os homens, pois em termos “aquadynamicos” suas desvantagens eram nítidas, uma vez que as “saliências do busto e do quadril oferecem maior resistência ao avançamento na água”.<sup>123</sup> Mesmo apontando a natação como o esporte mais indicado às mulheres, as justificativas assentadas na “natureza biológica da diferença” mantinham a hierarquização entre os gêneros neste campo, ampliando-a para todas as modalidades esportivas nas quais a busca incessante pelo recorde

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 34 e 87

<sup>121</sup> Ib., p. 83

<sup>122</sup> Ibidem, p. 169

era uma constante entre homens e mulheres. Como nesta época a natação feminina despontava fortemente no cenário nacional, as construções sociais da diferença neste esporte representavam a tentativa de desestimular as nadadoras de lutar contra o cronômetro, tendo como exemplo, muitas vezes, os recordes obtidos pela natação masculina.

De fato, os esportes eram a manifestação suprema da educação física de uma Nação, responsável tanto pelo controle da agressividade individual e coletiva, quanto pela rígida separação de corpos masculinos e femininos, entendidos nas suas dimensões moral, eugênica e cívica, portanto, livres de sua expressão mais liberal, que os atavam às identidades de diversas comunidades (de bairros, de imigrantes, etc.), conforme mostra Maurício Parada.<sup>124</sup> Ao defender uma concepção homogênea de ensino da educação física e dos esportes a serviço da nacionalidade, da defesa da Pátria, mas que deixava claro, principalmente, as rígidas fronteiras interpostas entre os sexos, Rangel enfatizava a contribuição do seu estudo. Diferentemente da opinião de seu contemporâneo João Pinheiro, que via na prática esportiva a mesma função social da educação física, ele demonstrava a necessidade de uniformizar a prática de ambos, destacando o método francês – utilizado pela marinha e pelo exército brasileiros, desde 1921 – como forma de garantir a construção de uma comunidade nacional. Fato iniciado em 1931, com a Reforma Francisco Campos, que introduziu a obrigatoriedade da prática de exercícios físicos em todas as classes do ensino secundário, legalizando o método francês. Posteriormente, com a Constituição de 1937, a educação física – incluindo a formação desportiva – se tornou obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias. No entanto, este processo teve outros desdobramentos, a partir desse ano, quando a reforma do Ministério de Educação e Saúde fez surgir a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, um dos principais órgãos civis a produzir diretrizes políticas centralizadoras para o campo da educação física, segundo Maurício Parada<sup>125</sup>, responsável inclusive pela discussão de um método nacional que, posteriormente, substituiu o francês.

Para investigar os efeitos do pensamento eugênico sobre mulheres desportistas dessa geração, é melhor seguirmos a experiência da primeira mulher brasileira a participar de uma Olimpíada, em 1932, através da sua própria voz. Neste sentido, a biografia de Maria Lenk

---

<sup>123</sup> “Quem nada melhor? A mulher ou o homem?”. *Revista Paulistano*, São Paulo, ano I, n. 2, abril de 1934

<sup>124</sup> PARADA, Maurício. Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.) *Memória social dos esportes. Futebol e política, a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2006, pp. 154-183

<sup>125</sup> PARADA, Maurício. Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo. *Op. cit.*, p. 155

pode ilustrar formas típicas de comportamento e status de um grupo – nesse caso, de nadadoras brasileiras –, bem como revelar a atmosfera de uma época e suas normas, mas também as margens de manobra dos sujeitos frente aos sistemas de poder, sendo exemplo, respectivamente, de uma biografia modal e de um contexto histórico, conforme a tipologia estabelecida por Giovanni Levi.<sup>126</sup>

### ***1.3 Entre lembranças e silêncios: memórias de uma nadadora olímpica***<sup>127</sup>

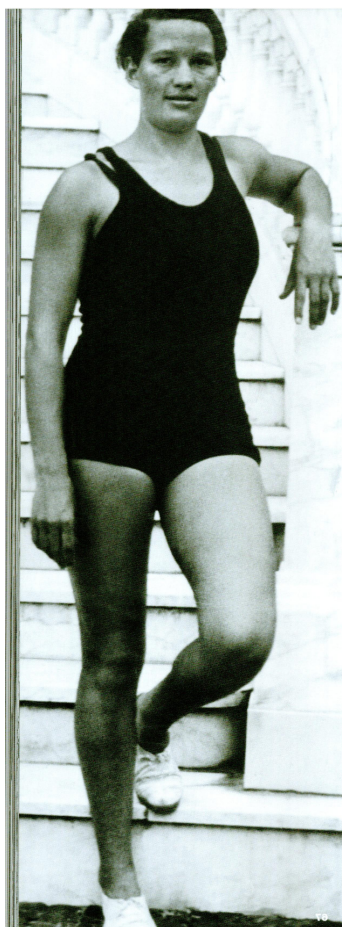
Maria Lenk iniciou a natação feminina competitiva no Brasil ao conquistar o primeiro lugar na prova interestadual entre nadadoras do Rio de Janeiro e São Paulo, realizada na Enseada de Botafogo, em 1931. Assim, ela seguia os passos isolados dados por Blanche Pironnet, Jandira Barroso, Violeta Coelho Neto, Anésia Coelho e Alice Possolo entre o final da primeira Guerra Mundial e o início da década de 20. Um ano depois, aos 17 anos, a nadadora ainda protagonizou uma façanha inédita: sem a presença do pai – fato incomum na época –, ela viajou a bordo do navio cargueiro *Itaquicê*, durante quase um mês, entre 66 atletas homens da delegação brasileira, para ser a primeira mulher sul-americana a competir em Olimpíadas. Educada desde cedo pelo pai – um imigrante alemão – nos princípios da ginástica, de quem recebeu os primeiros ensinamentos na natação, ela também venceu a Travessia de São Paulo a Nado, no rio Tietê, de 1932 a 1935, sempre despertando a curiosidade e estranheza do público espectador, embora a natação fosse vista como um esporte distinto, mais apropriado ao sexo feminino. Após participar também da Olimpíada de 1936, em Londres, e quebrar dois recordes mundiais de natação, ela encerrou a carreira esportiva em 1942, dedicando-se à cátedra de natação na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939 por Getúlio Vargas. Posteriormente, no final dos anos 60, foi a primeira mulher a ser nomeada diretora desta escola e a integrar o Conselho Nacional de Desportos (CND), onde lutou pelo fim das restrições à prática esportiva feminina, impostas pelo autoritarismo do Estado Novo, através de Decreto Lei n. 3199, de 14 de abril de 1941, e reeditadas em 1965 pela ditadura militar, com a inclusão de novas modalidades esportivas.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 174 - 179

<sup>127</sup> Esta parte do capítulo é uma versão mais atualizada de um artigo publicado na Revista *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 43, jan-jun. 2009, sob o título “Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina”

<sup>128</sup> O artigo 54 do decreto proibia às mulheres “a prática de desportos considerados incompatíveis com as condições da sua natureza, devendo para este efeito o CND baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Posteriormente, em 1965, o CND baixou a Deliberação n. 7, onde se registrava “não ser permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, rugby,



Maria Lenk

Decorridos 50 anos da experiência vivida nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, Maria Lenk decidiu escrever sua autobiografia “Braçadas e abraços”, narrando sua trajetória na natação brasileira de 1930 a 1942. Considerando-se uma “testemunha ocular da história”, por ter vivenciado como amadora os primórdios da natação feminina no país, sua narrativa será entendida aqui como expressão constitutiva de sua identidade e de seu texto, criada, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”.<sup>129</sup> Portanto, demonstrarei como o recurso da “escrita de si” permitiu, em última instância, que Maria Lenk, ao rememorar um determinado período da sua vida pública, estabelecesse uma comunicação consigo mesma e com os outros, construindo discursivamente um ponto de vista sobre si e sobre os acontecimentos vividos que, como veremos, contribuiu para seu autoconhecimento,

---

halterofilismo e baseball”. O fim das restrições só ocorreu em 1979, sendo que o futebol feminino só foi reconhecido em 1982.

<sup>129</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

sua autoexplicação e autojustificação, conforme nos sugere Alejandra Oberti<sup>130</sup>, num esforço contínuo de elaborar, até mesmo de forma terapêutica, sua reconciliação com o passado, sua redenção no presente e projetar também sua visão de futuro para o esporte brasileiro.<sup>131</sup> Ao eleger parte do relato autobiográfico de Maria Lenk como objeto de investigação, busco identificar as condições de sua produção, o quadro social de sua constituição, bem como o interlocutor imaginário ao qual o relato se dirige e o tipo de relação que o narrador estabelece com ele (de sedução ou de desafio), segundo sugere Ligia Maria Leite Pereira<sup>132</sup>, sem desconsiderar, contudo, a estruturação da sua memória e as estratégias de representação articuladas pela nadadora na tentativa de produzir um sentido exemplar para sua trajetória de vida, cristalizando uma determinada imagem de si.

Por razões metodológicas, somada a esta fonte, utilizarei o periódico *Jornal dos Sports* com vistas a elaborar um exame crítico do testemunho de Maria Lenk, referente às suas lembranças das Olimpíadas de 32, pois, de acordo com Beatriz Sarlo, “no hay equivalencia entre el derecho de recordar y la afirmación de una verdad del recuerdo; tampoco el deber de memoria obliga a aceptar esa equivalência”<sup>133</sup> e, portanto, não devemos desprezar as fontes escritas (quando existirem), produzidas no transcurso dos fatos e portadoras do espírito da época. Com a investigação em torno dos problemas, das dificuldades e dos escândalos vivenciados pela delegação brasileira nas Olimpíadas de 32, retratados no *Jornal dos Sports*, pretendo revelar as lacunas, os “ditos” e os “não-ditos” do relato de Maria Lenk no intuito de melhor compreender a lógica presente na construção da sua memória sobre este evento. Dessa forma, objetivo tornar explícitas algumas questões e problemas presentes nos relatos de histórias de vida: a ilusão biográfica, o esquecimento e o anacronismo.

A armadilha representada pela *ilusão biográfica* consiste em não deslindarmos as omissões ou a escassez de episódios dolorosos e controversos no relato, que poderiam trazer danos à imagem do narrador, impedindo a construção de uma personalidade coerente e estável, cuja trajetória fosse linear, com sentido e direção estabelecidos previamente.<sup>134</sup> O

---

<sup>130</sup> OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica em los relatos de mujeres que participaron em las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera, LORENZ, Federico e PITTALUGA, Roberto. *Historia, memória e fuentes orales*. Buenos Aires: Cedinci Editores, 2006

<sup>131</sup> Acerca do trabalho elaborativo da memória, ver JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001

<sup>132</sup> PEREIRA, Ligia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 3, 2000, p.124-126

<sup>133</sup> SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Uma discusión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005, p.57

<sup>134</sup> Acerca desta noção, ver BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”; LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996 e PEREIRA, Ligia Maria Leite. *op.cit.*, p. 117-126

segundo problema, referente ao anacronismo, sugere que o historiador reconheça as diversas tessituras temporais superpostas na trama discursiva da memória, espaço ficcionalizado por procedimentos narrativos, onde o passado é lembrado sempre a partir das imposições do presente, conjugadas, de forma cambiante, às expectativas de futuro, condição da “impureza do testemunho”, de acordo com Beatriz Sarlo<sup>135</sup>, mas também da sua singularidade, dinâmica e complexidade. Neste sentido, ao trabalharmos com a perspectiva memorialística, cabe nos indagar como o sujeito se recorda das suas experiências,

“lo que olvida, lo que calla intencionalmente, lo que modifica, lo que inventa, .... lo que sua ideas actuales le indicam que debe ser enfatizado em función de uma acción política o moral em el presente, lo que utiliza como dispositivo retórico para argumentar, para atacar o defenderse, lo que conoce por experiencia y lo conoce por los medios, que se confunde, después de un tiempo, com su experiencia, etc, etc”<sup>136</sup>

A despeito dos perigos que cercam este campo do conhecimento, especialmente no tocante à pretensão de transparência do testemunho e de unidade do sujeito que narra suas experiências, a abordagem biográfica pode ser de suma importância para a apreensão dos percursos tanto das mulheres “excepcionais” quanto das mulheres “comuns”, evidenciando, no caso em questão, as dificuldades e os obstáculos enfrentados para penetrarem e permanecerem no campo esportivo – espaço social destinado à celebração da virilidade masculina –, bem como as formas de resistência e estratégias articuladas na busca pela afirmação dos seus direitos e das suas múltiplas identidades, haja vista que em nenhum momento elas devem ser entendidas como uma categoria homogênea e, portanto, outros componentes de diferenciação social devem ser agregados à perspectiva de gênero, como geração, classe e raça/etnia.<sup>137</sup>

Para além de evidenciar estes fatores, pretendo realçar a dimensão coletiva da memória individual ao iluminar “um contexto social, la pertencia a um grupo, a una clase, a um gênero”, na medida em que o relato autobiográfico é uma construção intersubjetiva, “compartida .... que no se puede realizar sin el auxilio de outros, tanto aquellos traídos al relato en el proceso de invocación, como aquellos con los que las narraciones propias se confrontan ou se confirman”.<sup>138</sup>

Feita esta introdução, convém ainda ressaltar que, antes de iniciar o relato das suas experiências propriamente dito, Maria Lenk decidiu informar ao leitor sobre suas intenções e

---

<sup>135</sup> SARLO, Beatriz. *op.cit.*, p. 80

<sup>136</sup> *Idem*, p. 79-80

<sup>137</sup> SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997. p. 277-279

<sup>138</sup> OBERTI, Alejandra. *op.cit.*, p. 50-51

o modo como apresentaria sua autobiografia “braçadas e braços”, numa espécie de preâmbulo à obra, que intitulou “desde há 50 anos”. Tais ponderações assinalam, de antemão, a estrutura narrativa adotada pela autora para apresentar “um curto espaço de tempo” de competições de natação, entre os anos de 1930 e 1942, e celebrar um “marco na história desportiva continental”, protagonizado por ela e representado pelo jubileu em que pela primeira vez uma mulher sul-americana participou dos Jogos Olímpicos, em agosto de 1932. Neste sentido, a narradora situa sua experiência passada num horizonte de temporalidades delineado, simultaneamente, por suas motivações no presente e expectativas de futuro, haja vista que na segunda parte da obra, “por amor aos desportos”, ela apresenta várias considerações para que o Brasil siga novos rumos no esporte, **“caso deseje, de fato, competir em igualdade de condições com as demais nações nos encontros internacionais”** (grifos da autora).

Com efeito, ao articular uma multiplicidade de tempos concomitantemente, a ex-nadadora procurava “cotejar a época em que competia com a atual” para, possivelmente, chamar a atenção da “nova leva de campeões, representantes de uma geração moldada pelo progresso tecnológico, mais realista e livre de tabus” e, principalmente, enfatizar as circunstâncias desfavoráveis nas quais se realizaram suas conquistas e seus fracassos esportivos, marcadas pelo preconceito de gênero e pelas dificuldades da prática do esporte amador. Através desta estratégia, ela buscava sensibilizar e seduzir os “jovens leitores”, despertando a complacência “pelo que de limitado e até mesmo grotesco se apresenta para eles”, bem como a “melancolia dos leitores seus contemporâneos”, uma vez que hoje, diferentemente das condições experimentadas pela autora e pelos esportistas da sua geração, uma nova safra de campeões, “mais capaz de grandes proezas, quando devidamente assistida pela geração que a precedeu e que hoje ocupa os cargos de direção, poderá alcançar o que em tempos idos representava apenas um sonho impossível”.<sup>139</sup>

Neste sentido, a partir das pistas dadas por Ligia Maria Pereira, acerca dos interlocutores imaginários com os quais o narrador do relato autobiográfico dialoga e do tipo de relação que deseja estabelecer com eles, é possível dizer que Maria Lenk desejava transmitir suas experiências a um determinado público constituído por dois grupos diferenciados: o primeiro grupo, formado por ex-atletas e dirigentes esportivos – seus contemporâneos que, constantemente invocados ao longo do relato, poderiam se identificar com ela e acionar, por tabela<sup>140</sup>, as suas próprias recordações –, e o segundo, composto de

---

<sup>139</sup> LENK, Maria. *Braçadas e abraços*. Rio de Janeiro: Grupo Atlântica Boavista, 1982, p. 11-13

<sup>140</sup> Conforme Michael Pollak, "os acontecimentos 'vivos por tabela', são aqueles experimentados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer". POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, 1992, p.2

atletas das novas gerações, sobre os quais desejava provocar reações de empatia, admiração e respeito pela sua trajetória singular, pontuada por conquistas, dissabores, lutas e superações. Dessa maneira, ela situava sua experiência em distintos horizontes temporais e estabelecia uma escuta entre uma ampla *comunidade afetiva*<sup>141</sup>, formada por desportistas de diferentes gerações, na medida em que, para além de acionar lembranças do passado de vida comum no primeiro grupo, promovia, indiretamente, identificações nos atletas mais novos, mesmo naqueles com pouca experiência esportiva, criando sentimentos coletivos de pertencimento, autoconfiança e valorização, principalmente se considerarmos o impacto que as histórias de abnegação, coragem, superação e resignação produzem na comunidade esportiva. Conforme destaca Elizabeth Jelin, “la memoria es una representación del pasado construida como conocimiento cultural compartido por generaciones sucesivas y por diversos/as otros/as. Em verdad, se trata de pensar la experiencia o la memoria em su dimensión intersubjetiva, social.”<sup>142</sup>

Outro recurso utilizado por Maria Lenk no preâmbulo da sua autobiografia se refere à maneira como decidiu se apresentar ao leitor, vejamos:

... devo assinalar que eu própria, condicionada à época atual, “atualizada, como dizem os jovens quando desejam elogiar os “coroas”, vejo-me tão distante daquela fase de minha vida que quase não me identifico comigo mesma. Por isso, achei por bem tratar-me e apresentar-me **como se outra pessoa fosse** (grifos da autora) e, talvez seja, segundo os conceitos científicos que professam uma renovação celular contínua no ser humano. Este proceder não retira, mesmo assim, perdoem-me meus caros leitores a falta de modéstia já que assinala, ainda que de forma seletiva, as performances por mim alcançadas, causando a repetição constante do meu nome – MARIA LENK – que é uma simplificação do que consta no registro de nascimento, MARIA EMMA HULDA LENK, ao qual adicionei, mais tarde, o de ZIGLER, por força do casamento.<sup>143</sup>

Ao frisar as mudanças do seu próprio nome e as mutações biológicas de todo ser humano ao longo da vida, Maria Lenk afirmava já não se identificar consigo mesma, criando uma identidade narrativa que, através do relato na terceira pessoa, buscava um afastamento crítico para melhor refletir ao leitor o orgulho pelos feitos atingidos no passado – percebidos como significativos de um período excepcional da sua vida – e realçar seu compromisso com a verdade dos fatos na atualidade. A dimensão dialética da identidade narrativa<sup>144</sup>, construída no relato sem a plena presença do sujeito permite, então, que Maria Lenk, “como se outra pessoa fosse”, tome distância das suas experiências e se apresente, simultaneamente, por meio

---

<sup>141</sup> Utilizei aqui, de forma mais abrangente, o conceito de comunidade afetiva, formulado por HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 33-36

<sup>142</sup> JELIN, Elizabeth. *op.cit.*, p.33

<sup>143</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 11

<sup>144</sup> Para maiores esclarecimentos sobre este conceito, ver OBERTI, Alejandra. *op.cit.*, p. 49-50



da oposição e conciliação que estabelece na narrativa entre autora, narradora e personagem. Para além do fio condutor do relato, isto é, do núcleo resistente presente em toda história de vida, que marca uma existência e promove a construção da identidade de um indivíduo, conforme destaca Pollak<sup>145</sup>, através deste recurso ela construía uma reflexão *a posteriori* sobre sua trajetória, expondo-se de forma mutável e compreensível para si e os interlocutores com os quais desejava dialogar e garantir uma identificação. De acordo com Alejandra Oberti, “la noción de identidade narrativa, logra salvarla del sin sentido de la sucesión incoherente de acontecimientos, inaprehensibles durante el fluir da vida; por el outro lado, y en un solo y mismo acto, la dinámica narrativa impide a la identidad convertirse en una sustancia inmutable e inaccesible al devenir.”<sup>146</sup>

No entanto, a busca de um efeito de verdade, não se faz sem que Maria Lenk também recorra a outras vozes do passado, sempre referenciadas em caixa alta no relato e materializadas através

“principalmente de recortes de jornais e revistas carinhosamente guardados por minha saudosa mãe, ROSA LENK, que os colecionou, em ordem, encadernando-os e, agora, enfeitando o espaço respeitável em minha biblioteca. Outra fonte de informações que prezo, com ternura filial, é o diário do meu amado pai, PAUL LENK (...), completando os registros de ocorrências com o que me vinha à memória, muitas vezes reforçada pela troca do ‘você se lembra’ em gostosos bate-papos com desportistas meus contemporâneos.”<sup>147</sup>

A “vontade de guardar”<sup>148</sup> da família Lenk, representada pelo acúmulo de registros produzidos pelos seus pais, continuamente arquivados por Maria Lenk e, posteriormente, doados pela nadadora, ainda em vida, à biblioteca de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho<sup>149</sup> – instituição onde trabalhou como professora no antigo Colégio Piedade –, significou a possibilidade de um “enquadramento de memória”<sup>150</sup>, trabalho elaborativo realizado cuidadosamente em seu livro. Portanto, através da seleção, celebração e eternização de determinados feitos e fatos colecionados, alçados à categoria de “prova” da veracidade do relato autobiográfico, a nadadora olímpica alimentou e forjou, de forma subjetiva e intencional, a construção de uma imagem positiva de si, consolidando seu

---

<sup>145</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p.

<sup>146</sup> OBERTI, Alejandra. *op.cit.*, p. 49

<sup>147</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 12

<sup>148</sup> Sobre esta noção, ver VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício e MORAES DE SÁ, Paulo Sérgio. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In: *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, 10-14 (2), jul-dez. 1986, p. 62-76

<sup>149</sup> O arquivo de Maria Lenk, constituído basicamente por 23 volumes de recortes de jornais, organizados por assunto e ordem cronológica, e por algumas fotografias e objetos, encontra-se disponível para consulta na biblioteca de Pós-graduação em Educação Física da UGF

<sup>150</sup> Sobre este conceito, ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p.

reconhecimento e legado pessoal pelas gerações seguintes. Dessa forma, desfrutando de uma posição de autoridade ao atuar como “guardiã da memória”<sup>151</sup> familiar e do grupo ao qual pertenceu, formado por “desportistas, seus contemporâneos”, a doação do arquivo de Maria Lenk nos informa sobre o sentido autobiográfico desta ação e a lógica da acumulação em arquivos privados/pessoais, pois

“a produção de uma imagem é fruto tanto do que se exhibe quanto do que se esconde. Nesta operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivo quem supõe que seus documentos vão configurar para a história o que o titular enquanto ator foi para sua época. É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória não se exhibe o que não se releva; não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem. O gesto de doar neste caso está sendo tomado como ato deliberado de vontade. (...) Doar uma coleção, cerca-se por certo de indagações, receios, pressupõe relações de confiabilidade que apontam um consenso sobre o caráter relevante dos papéis doados...”<sup>152</sup>

Por fim, a autora comunica ao leitor que a metodologia da obra “foge à seqüência cronológica exata” e demonstra, mais uma vez, como sua narrativa é atravessada por diversas texturas temporais que se cruzam e interpenetram constantemente. A despeito das descontinuidades que marcam o relato, Maria Lenk apresenta alguns “capítulos à parte”, representados pelos Jogos Olímpicos de 32 e 36, “dos quais teve a ventura de participar”, e os de 40 “NÃO REALIZADOS” (grifos da autora). Este horizonte temporal constitui, na verdade, a trama central do relato; o fio condutor da narrativa estabelecido para a sua biografia, período representativo do ápice e encerramento da sua trajetória esportiva, “certamente relevante nos esforços que despendi para a obtenção dos meus objetivos atléticos”.<sup>153</sup> Com efeito, ao tratar as Olimpíadas de 32 e os Jogos de 40 – não realizados em virtude da 2ª Guerra Mundial – como marco inaugural e final de sua carreira esportiva a nadadora enfatizaria os desejos, as frustrações e os ressentimentos que, ao mesmo tempo, seriam os impulsionadores dos seus comportamentos e atitudes no passado e dariam o tom da sua memória no presente, numa nítida catarse das suas antigas angústias e do seu ódio recalcado pelas experiências humilhantes e mal-sucedidas em 1932 e 1936 e pelo “não vivido” em 1940, já que após bater dois recordes mundiais de natação em 1939, estava em plena condição de conseguir a medalha de ouro, se reabilitando dos insucessos anteriores. Através dessa trama discursiva, portanto, ela construía um destino linear para si mesma, dotado de justificativa, legitimidade e coerência internas. Neste sentido, é preciso considerar

---

<sup>151</sup> Acerca desta noção, ver GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. In: *ACERVO – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, jan/dez. 1996, p.17-30

<sup>152</sup> VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício e MORAES DE SÁ, Paulo Sérgio. *op.cit.*, p. 69

<sup>153</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 13

como os (res)sentimentos de raiva, indignação e orgulho ferido possibilitaram a Maria Lenk elaborar um testemunho crível no presente e, por outro lado, construir laços de identidade, solidariedade, coesão grupal e um projeto de vida no passado. Conforme destaca Pierre Ansart, “o ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com o seu grupo”.<sup>154</sup>

Em face do exposto, a autobiografia “braçadas e abraços” deve ser considerada um “lugar de memória”<sup>155</sup> individual e coletiva, uma vez que permitiu o ordenamento e a elaboração da trajetória, das experiências e expectativas de Maria Lenk, cujos significados e sentidos foram produzidos, simultaneamente, pela autora e pela narrativa construída em permanente diálogo e interação com outros, mas também através das ambigüidades, dos silêncios e esquecimentos da sua memória, conforme veremos adiante.

\*\*\*\*\*

O primeiro capítulo de “Braçadas e abraços” é intitulado “a alvorada da natação feminina no Brasil”. Nele, Maria Lenk relembra e situa o surgimento da natação competitiva feminina no Brasil nos primeiros anos da década de 30, mais precisamente em 1931, ano de realização da primeira competição interestadual de natação entre mulheres de São Paulo e do Rio de Janeiro. No evento esportivo, ela e Marina Cruz representaram o estado de São Paulo, obtendo o 1º e o 2º lugares, respectivamente. A nadadora carioca Olívia Calvert obteve o 3º lugar. A lembrança deste acontecimento é inserida após Maria Lenk mencionar “as tímidas tentativas de aparições públicas de nadadoras”, entre as quais a “sensacional exibição” de Violeta Coelho Neto, no tanque natatório da Urca, no Rio de Janeiro, “por ocasião dos festejos do centenário da Independência do Brasil, em 1922”, e a Travessia da Guanabara, realizada pelas “intrépidas senhoritas” Anésia Coelho e Alice Possalo, três anos depois.

Além destes episódios, a autora cita as experiências, em São Paulo, de um “pequeno grupo de moças da colônia alemã, que rompeu as maiores barreiras antepostas à mulher no desporto pelos costumes e preconceitos locais, ao se apresentar em público para nadar, envoltas em prodigiosos costumes de banho, abundantes em dobras e babados”.<sup>156</sup> Tais referências, embora fossem utilizadas para enfatizar o contexto daquela época, marcado pela luta da mulher brasileira, que “vinha tentando seus primeiros passos de emancipação com

---

<sup>154</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *Op.cit.*, p.22.

<sup>155</sup> Cf. NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC, n. 10, dez-1993, p. 7-28

<sup>156</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 17

pronunciamentos a favor do direito de voto e ingresso no mercado de trabalho, destacando-se Bertha Lutz, como líder do movimento feminista”<sup>157</sup>, revelavam uma *consciência de gênero*<sup>158</sup> ambígua de Maria Lenk. Para além de realçar o pioneirismo de algumas nadadoras e o lugar ocupado por ela como primeira mulher sul americana a participar de uma olimpíada, estas informações frisavam a “fama da natação de dispensar a força muscular, não prejudicando as virtudes femininas de graciosa fragilidade imposta pelo machismo dominador”, motivo pelo qual as nadadoras enfrentariam “menores resistências”, principalmente aquelas da colônia alemã, tradicionalmente adeptas da cultura física.

Neste sentido, Maria Lenk – também filha de imigrantes alemães – minimizou os preconceitos e obstáculos enfrentados por ela e outras mulheres para ingressar e permanecer na natação competitiva brasileira, já que tal ação significava ultrapassar as recomendações médicas de moderação indicadas pelo discurso eugênico e romper o anonimato do mundo privado na busca por projeção e visibilidade no espaço público. Mesmo reconhecendo que a natação era vista como um esporte feminino, a própria Maria Lenk afirmou, de forma contraditória, numa entrevista concedida à pesquisadora Ludmila Mourão, que “no momento em que a menina se tornava moça e começava a namorar, a primeira coisa que o namorado fazia era proibir ela de nadar”<sup>159</sup>.

A ambigüidade manifestada por Maria Lenk, em torno do preconceito de gênero, aparece, de forma mais clara, no início do capítulo seguinte: “X Jogos Olímpicos em Los Angeles -1932”.<sup>160</sup> Ao selecionar e reproduzir algumas palavras pronunciadas por Pierre de Coubertin na abertura dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, realizados em 1896, em Atenas, Lenk não escondia sua admiração pelo “humanista e arqueólogo francês”, idealizador e responsável pelo renascimento das Olimpíadas, que insistia na democracia e no internacionalismo pacífico entre as nações, inspirado pelo espírito desportivo de igualdade, *cavalheirismo* e respeito ao adversário. Contudo, em seu relato, ela “esquecia” de lembrar a exclusão das mulheres das competições olímpicas, exaustivamente defendida por Pierre de Coubertin e combatida através da pressão da Federação Internacional de Natação (FINA), exigindo as provas femininas de natação no programa das Olimpíadas, fato ocorrido apenas nos Jogos de Estocolmo, realizados em 1912. O próprio ineditismo de Maria Lenk seria completamente ignorado por Coelho Neto – escritor e fã incontestado dos esportes –, quando ele

---

<sup>157</sup> *idem*, p. 17

<sup>158</sup> Cf. PERROT, Michelle. “Sair”. *Op.cit.*, p. 279

<sup>159</sup> BOCCARDO, Ludmila Mourão. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Rio de Janeiro: UGF, 1998, p. 145 (tese de doutorado em educação física)

proferiu um discurso no embarque da delegação brasileira rumo às Olimpíadas de 32, da qual ela fazia parte: “... não esqueçais, não *rapazes*, que é o Brasil, que é a Pátria, que são mais de quatro séculos de energia, de amor, de aventura, que é o Brasil que levais nos músculos.”<sup>161</sup> Talvez a necessidade de eliminação dos particularismos e regionalismos, em favor da construção de uma nova ordem nacional, tenha levado Coelho Neto a suprimir em suas palavras a participação inédita de uma mulher brasileira num evento internacional de tal magnitude. Nesta conjuntura, de acordo com Vitor Monteiro, as mulheres, os comunistas e os judeus eram vistos como “elementos corruptores da nacionalidade”.<sup>162</sup>

Os esquecimentos de Maria Lenk se revelariam, de forma mais contundente, nas recordações da viagem rumo à cidade de Los Angeles. A descrição da viagem, entre 66 atletas homens e mais os dirigentes da delegação olímpica brasileira, assume um caráter altamente idílico e romântico, repleta de encantos e passagens onde a natureza sempre se fazia presente:

“podia-se observar o alegre brincar dos botos em torno da proa do navio ou, por vezes, a ferocidade de um tubarão martelo, que acompanhava o navio à espera dos restos da carne, jogados ao mar. À noite, o espetáculo fulgurante de uma enorme lua cheia (aparentemente maior nas proximidades do Equador) que prateava o mar, revezava-se com outro, não menos encantador, que fora a fosforescência das ondas pelas ardências, transformando-as em tiras de luminosidade indo ao encontro do casco do navio”.<sup>163</sup>

Para completar o cenário exuberante, Maria Lenk também lembrava a felicidade e despreocupação dos jovens atletas brasileiros na viagem:

“o auge da alegria alcançou-se por ocasião do ‘batismo’ dos estreantes em atravessar o Equador (...). Montou-se uma ‘piscina’ de caixotes revestidos com lona (...). Ninguém conseguiu escapar do banho que, afinal, foi aceito com bom humor até pelos sisudos ‘cartolas’. A existência da linha do Equador, motivo de todo esse reboleço, deveria ser comprovada. Não tiveram dúvidas nosso peraltas, que faziam com que todos olhassem por uma luneta que tornara realmente visível uma nítida linha sobre as ondas (não suspeitavam os incautos que na lente havia sido colocado um fio de cabelo). Aos mais ingênuos parecia mesmo que o navio dera um forte solavanco sobre tão importante fenômeno marítimo”.<sup>164</sup>

O relato pormenorizado da viagem reflete, conforme destaca Beatriz Sarlo, “um modo realista-romântico de fortalecimento de la credibilidad del narrador y de la veracidad de su narración”<sup>165</sup> e, ao mesmo tempo, o trabalho de “enquadramento da memória” realizado por Maria Lenk para representar certos episódios dessa experiência, pois a ida dos atletas

---

<sup>160</sup> Para uma maior problematização acerca das ambigüidades manifestadas entre as mulheres, ver SCOTT, J.W. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005, p.11-30

<sup>161</sup> Apud Lenk, Maria. *op.cit.*, p. 29

<sup>162</sup> MONTEIRO, Vitor. Esportes, masculinidade e identidade nacional: a revista Nação Armada (1939-1947). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.) *op. cit.*, p. 150

<sup>163</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 30

<sup>164</sup> Idem, p. 50

<sup>165</sup> SARLO, Beatriz. *op. cit.*, p. 68

brasileiros a Los Angeles, pontuada por vários dramas e polêmicas como veremos mais à frente, foi feita num navio cargueiro que, certamente, não apresentava condições adequadas de acomodação para tantos passageiros, ainda que os conduzisse. Diferentemente da narrativa idealizada e inocente de Maria Lenk, muito provavelmente, a viagem foi marcada pelas expectativas e preocupações da delegação brasileira, pois, na falta de recursos em espécie, ficou condicionada à venda de 55.000 sacas de café pelos atletas olímpicos em portos estrangeiros para despesas de custeio da viagem, arrancadas da fogueira por Renato Pacheco, então presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), uma vez que não existia ainda apoio financeiro do Governo Federal, nem tampouco do Comitê Olímpico Brasileiro.

Os percalços de tão penosa viagem, minimizados no relato, ainda ganhariam contornos mais dramáticos. O primeiro transtorno ocorreu por ocasião da entrada do navio no canal de Panamá, quando teria que se pagar um alto pedágio para a travessia. Na tentativa de enganar os funcionários encarregados da cobrança e se livrar do pedágio, o governo brasileiro disfarçou o cargueiro de navio de guerra antes de sua partida, colocando dois canhões na proa e uniformizando devidamente a tripulação. Todavia, a estratégia revelou-se infrutífera quando os inspetores de pedágio detectaram a inscrição “Delegação do Brasil a X Olimpíada” no casco do navio e os porões abarrotados de café, que o caracterizariam como navio mercante. Depois de muita diplomacia e negociação, se conseguiu que o pedágio fosse pago na volta com o dinheiro da venda do café.

Após atracarem no porto de Los Angeles, a delegação brasileira, sem ter conseguido vender o “ouro negro” na ilha inglesa de Trinidad, se deparou com outro grande problema: era preciso pagar um dólar por pessoa no desembarque e o chefe da delegação brasileira, cujo nome, estranhamente, é omitido por Maria Lenk, só dispunha de 24 dólares no total. Depois de muita discussão, os dirigentes decidiram que somente os “atletas considerados de maiores possibilidades no desempenho de suas respectivas provas desembarcariam”. Os demais seguiriam viagem até São Francisco, na esperança de vender o café e voltar a tempo para a competição. Esta é a única passagem do relato onde a autora evidencia a mistura de sentimentos de tristeza e alegria que predominou entre a delegação brasileira na época, já que muitos atletas foram impedidos de desembarcar e desfalcaram a equipe no desfile de abertura do evento.

Deve-se ressaltar ainda o destaque dado por Maria Lenk à façanha e ao heroísmo de Adalberto Cardoso, atleta brasileiro, que impedido de desembarcar do navio em Los Angeles, foi ovacionado pelo público ao correr descalço os 10 mil metros e adentrar o estádio poucos instantes antes do início da prova, após “acidentada viagem, sem um centavo no bolso,

dependente de carona e até da generosidade alheia para comer”. Quanto à autora e personagem desta história, parece que, depois de desembarcar e ficar hospedada em hotel destinado exclusivamente às concorrentes femininas, “participou em todas as provas de natação nos 3 estilos então constantes do programa, saindo-se melhor nos 200m nado de peito, onde registrou o oitavo melhor tempo entre todas as concorrentes”.<sup>166</sup>

No final do capítulo, ao relatar brevemente a chegada da delegação brasileira no Rio de Janeiro, em meio à Revolução Constitucionalista de 32, em São Paulo, a nadadora se entrega à reflexão e pergunta se valeu a pena, não sem antes esboçar a ocorrência de “críticas de toda ordem, comum a qualquer empreendimento de êxito duvidoso”. No entanto, a ocupação posterior de alguns cargos administrativos de projeção no desporto nacional e internacional por alguns atletas da geração de 32, faz com que prevaleça no seu relato um balanço positivo das vivências experimentadas no passado, fundamentais para a formação moral de uma geração movida por um idealismo patriótico: “pode-se dizer que, de uma forma ou de outra, todos os jovens brasileiros que lá estiveram tomaram conhecimento da importância do desporto como elemento educacional por excelência, dentro dos elevados conceitos do ‘mens sana in corpore sano’ (...)”.<sup>167</sup> Portanto, os efeitos homogeneizadores da ideologia nacionalista, articulados em torno da prática de educação física e esportes, se fizeram sentir nas lembranças de Maria Lenk, embora de forma variada. Não raramente, a atleta constrói sua memória minimizando sua singularidade e a desigualdade entre os gêneros para enfatizar o sentimento patriótico que conduziu sua dedicação ao esporte, após os “fracassos” da primeira experiência em 1932, quando não obteve classificação para as provas finais:

“no que diz respeito a MARIA LENK, foram também os Jogos Olímpicos de Los Angeles que a conscientizaram para a prática do desporto em sua forma séria e fundamental. Instigou-a daí por diante, não só o ideal olímpico, mas, sobretudo, seu patriotismo ferido por tantas desventuras, para o que desejava ardentemente uma reabilitação. De então por diante haveria de dedicar-se a uma luta sem tréguas, vencendo todos os obstáculos, treinando intensamente, até que o mundo desportivo tomasse conhecimento deste país que tanto ama e que um generoso –destino lhe havia reservado como sua Pátria”.<sup>168</sup>

Paradoxalmente, o (res)sentimento de amor próprio ferido surgido em 32, ainda daria o tom da sua memória mais adiante, ocupando lugar central também no que concerne às suas recordações das Olimpíadas de 1936, realizadas em Berlim, quando viajou com mais 5 mulheres, 4 nadadoras e uma esgrimista, sendo a melhor colocação a da nadadora Piedade Coutinho (5º lugar na prova de 400 m livre). Apesar de relatar suas “excelentes performances

---

<sup>166</sup> LENK, Maria. *op.cit.*, p. 31-33

<sup>167</sup> *idem*, p. 37-38

<sup>168</sup> *idem*, p. 38

durante os torneios de preparação olímpica, estabelecendo um recorde mundial nos 100 m nado de peito”, sendo inclusive a única mulher nadadora a empregar o nado “borboleta” nos Jogos de 36, realizado apenas por poucos homens na época, a experiência é sentida como mais uma “grande decepção”, não permitindo que a atleta reconhecesse e valorizasse seu feito e, principalmente, se “vingasse” da experiência de 32. Ressentimento acirrado ainda mais pelo cancelamento dos jogos de 1940. A revanche tão sonhada só ocorreu em 1942, por ocasião de um torneio de “boa vizinhança”, onde Maria Lenk venceu todas as disputas realizadas, superou 12 vezes os recordes americanos e encerrou sua carreira esportiva, vejamos:

“apesar de não ter concretizado seu maior sonho, o de vencer a medalha de ouro nas Olimpíadas de 40, pois a guerra riscou-os do calendário, sentiu-se compensada. Nos EUA, mais precisamente em Los Angeles, em 1932, havia sofrido as agruras da derrota. Agora, dez anos depois, reabilitou-se, conseguiu a revanche para si e a natação brasileira. Podia, agora, afastar-se tranqüila das competições. Havia cumprido sua missão.”<sup>169</sup>

Seguindo as pistas dadas por Pollak, no tocante às zonas de luz, sombra, silêncios e “não-ditos” que marcam a fronteira entre o dizível e o indizível da memória,<sup>170</sup> intrigou-me o fato de Maria Lenk conservar lembranças tão contraditórias dessas experiências esportivas, às vezes idealizadas e ufanistas, outras vezes, visivelmente ressentidas e rancorosas a ponto de mencionar, em várias passagens, as decepções, diminuições e humilhações sofridas, apesar da notoriedade adquirida no campo esportivo por ter sido a primeira mulher latino-americana a participar de uma Olimpíada.

Instigada por isso e movida pelas sugestões de Beatriz Sarlo sobre a necessidade de se pesquisar outras fontes documentais para elaborarmos um exame crítico dos testemunhos, decidi investigar a repercussão da participação brasileira nas Olimpíadas de 32 no *Jornal dos Sports*. Foi então que descobri e compreendi a razão dos ressentimentos de Maria Lenk e, por conseguinte, a lógica predominante na construção da sua memória. Em uma “declaração causticante”, estampada na capa do jornal em 20 de setembro de 1932, ela afirmou “a mulher no Itaquicê tinha que andar armada para defender sua integridade física e moral”.<sup>171</sup> A afirmação bombástica deu origem a uma série de reportagens investigativas do *Jornal dos Sports* que denunciava os escândalos e polêmicas em torno deste evento esportivo. As matérias publicadas no jornal, entre os dias 20 e 22 de setembro de 1932, revelavam o total descaso do chefe da delegação brasileira, Capitão Orlando Silva, com seus atletas, muitos dos quais passaram fome e outras privações, por exemplo a equipe do 4 x 400 m do atletismo

---

<sup>169</sup> idem, p. 132

<sup>170</sup> POLLAK, Michael. *op. cit.*, p.



masculino, que se ausentou da prova porque não “estava em condições físicas aconselháveis por falta de alimentação”, conforme entrevista de Domingos Puglisi, atleta da equipe.<sup>172</sup> No entanto, o tesoureiro da delegação olímpica “trouxo um saldo de 2 mil dólares”<sup>173</sup> e o Capitão Orlando, “pôde comprar nada menos que 11 aparelhos de rádio”.<sup>174</sup> Além de tudo isso, a entrevista de Pandiá Pires, jornalista que acompanhou a delegação olímpica em Los Angeles, destacava ainda: “Maria Lenk, a futura nadadora patrícia, entregue aos cuidados do Capitão Orlando Silva, ficou abandonada durante 7 dias, sem a menor assistência dos que dirigiam a delegação, sobretudo do Capitão Orlando Silva. Casualmente, ela encontrou um dos chefes na rua, reclamou dele e, então, fizeram o ‘sacrifício’ de tomar as devidas providências”.<sup>175</sup>

Muito possivelmente, estes foram os motivos que levaram Maria Lenk a suprimir da sua autobiografia o nome do chefe da delegação brasileira nas Olimpíadas de 32, Orlando Silva. Não mencioná-lo significou a vontade de Maria Lenk silenciar sobre episódios dolorosos de abandono e, talvez, até de assédio sexual que, se viessem à tona, poderiam expô-la a mal entendidos, manchando sua reputação e trajetória. Ao mesmo tempo, representou a alternativa mais eficaz para sobreviver aos traumas e sofrimentos passados, quem sabe, os verdadeiros motivos das diminuições e humilhações vivenciadas tão solitariamente na competição, nunca esquecidas e que tanto marcariam sua carreira esportiva e seu testemunho no presente. Talvez ainda a importância dada ao desporto como “elemento educacional e nacional por excelência”, muito freqüente nas suas memórias de 32, tenha permitido uma “gestão” dos seus ressentimentos<sup>176</sup>, paralelamente, revelando o grau de comprometimento que Maria Lenk teve, posteriormente, com os ideais integradores do Estado Novo, já que fez parte do quadro de professores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, e colaborou como missionária na divulgação dos ideais nacionalistas e eugênicos naquela conjuntura. Deve-se destacar também a publicação de dois livros de Maria Lenk nesta época.<sup>177</sup> Neste sentido, a rede de relações de poder na qual a desportista esteve inserida contribuiu para a ampliação das suas possibilidades sociais, ao mesmo tempo em que,

---

<sup>171</sup> “Declarações causticantes de Maria Lenk”, *Jornal dos Sports*, 20 de setembro de 1932, p. 1

<sup>172</sup> “Na hora da prova estavam com fome! Pó que os brasileiros não disputaram os 4x400 em L.A”, *Jornal dos Sports*, 20 de setembro de 1932, p. 1

<sup>173</sup> “Tempo ao tempo”, *Jornal dos Sports*, 20 de setembro de 1932, coluna críticas e sugestões, p. 2

<sup>174</sup> “Uma situação difícilíssima”, *Jornal dos Sports*, 21 de setembro de 1932, coluna críticas e sugestões, p. 2

<sup>175</sup> “Pandiá Pires, jornalista que acompanhou a delegação olímpica, presta declarações desassombradas”. *Jornal dos Sports*, 22 de setembro de 1932, p. 1

<sup>176</sup> De acordo com tese de Pierre Ansart, o regime democrático, contrariamente aos regimes autoritários ou absolutistas, possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, dar-lhes um certo direito de expressão, nos limites das leis, e favorecer a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *Op.cit.*, p.28

<sup>177</sup> Os livros são: “Natação” e “Organização de educação e desportos”, de 1942

possivelmente, forjou na atleta uma “consciência de si” marcada pela ambigüidade, onde o sentimento nacionalista muitas vezes suplantou a valorização de sua individualidade singular e, conseqüentemente, sua consciência de gênero.<sup>178</sup>



Maria Lenk, em 1962, ensinando pequenas nadadoras

Michelle Perrot, ao escrever sobre a história das mulheres, nos alerta sobre a importância dos “escritos femininos” como cartas, diários e autobiografias para que possamos “ouvir suas vozes diretamente” e romper o silêncio que se abate há muito sobre elas. No entanto, em suas reflexões, ela reconhece o “pudor feminino que se estende à memória”, razão, entre outras, pela qual muitas mulheres selecionavam e destruíam os vestígios de seus escritos ou simplesmente recusavam a falar de si, ainda mais quando havia o risco de que atentassem contra a sua honra.<sup>179</sup> Por outro lado, podemos dizer que estes papéis quando

---

<sup>178</sup> Formada na Escola Superior de Educação Física de São Paulo, nos anos 30, Maria Lenk aproveitou para se especializar na Escola Nacional de Educação Física do Reich, logo após sua desclassificação nas eliminatórias dos Jogos de Berlim, em 1936. De volta ao Brasil, Getúlio Vargas lhe concede o cargo de Catedrática de Desportos Aquáticos na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, criada em 1939, liberando-a para dedicar-se totalmente aos treinos com vistas à preparação para os Jogos de 1940, que acabaram por não acontecer, em função da segunda guerra mundial. VALPORTO, Oscar. op. cit., p. 27-28

<sup>179</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 28-30

conservados e organizados, pressupõem um ato de vontade e resistência em busca da afirmação do “eu”.

É neste sentido que podemos analisar a autobiografia de Maria Lenk. Num primeiro momento, a seleção e ordenação do seu relato nos informam sobre uma consciência de si tomada pelo desejo de celebrar o jubileu dos Jogos de 32, marco do seu triunfo esportivo por ter sido a primeira mulher sul-americana a competir em Olimpíadas. Contudo, à medida que avançamos, podemos perceber nos interstícios do relato, as zonas de sombra, “as reticências, a imensidão do não dito, (...) o peso do seu silêncio”, segundo destaca Perrot<sup>180</sup>, representados pelos (res)sentimentos, tensões e contradições esboçados na narrativa, que tantas vezes a levaram a se desvalorizar apesar do feito realizado. Para além de revelar sua vontade de silenciar sobre determinadas vivências em torno deste acontecimento chave, essas passagens devem ser interpretadas como irrupções súbitas de uma memória recalcada, comunicada metaforicamente em função de uma autocensura que impediu Maria Lenk de falar explicitamente sobre as humilhações, as dificuldades e os preconceitos de gênero enfrentados por ela para ingressar e permanecer no campo esportivo, ainda que se tratasse de um esporte aquático, em tese mais adequado às mulheres. Conforme afirma Alessandro Portelli, “até mesmo as memórias individuais dividem-se internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar”.<sup>181</sup> Dessa forma, podemos dizer que o título dado à autobiografia – “Braçadas e abraços” –, expressa uma síntese positiva da sua trajetória esportiva, realizada através de um duplo movimento: aludir ao que era inconfessável para se libertar dos traumas e ressentimentos do passado e, assim, promover o reencontro e a reconciliação consigo mesma no presente.

---

<sup>180</sup> *Idem*, p. 27

<sup>181</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). *op. cit.*, p. 128

## Capítulo 2 – A prática da educação física e dos esportes femininos sob o Estado Novo

### ***2.1. Relações de gênero, educação física, esportes e identidade nacional***

Como visto ao final do primeiro capítulo, as idéias acerca da prática da educação física e dos esportes no Brasil começaram a se transformar, a partir do término da década de 20. De fato, algumas concepções apontavam para a necessidade urgente de criar um órgão central que se responsabilizasse diretamente pela execução e coordenação do ensino da educação física em todo o território nacional, de forma científica e racional. Segundo estas teorias, somente assim a nação brasileira poderia almejar seu desenvolvimento e aprimoramento físico e moral. Podemos afirmar, portanto, que a reforma Francisco Campos – um dos principais ideólogos do Estado Novo –, ao introduzir a obrigatoriedade da prática de exercícios físicos em todas as classes secundárias do ensino, em 1931, representou o início de uma série de medidas adotadas com vistas a consolidar a prática intervencionista sobre este campo.

Na verdade, as transformações apregoadas refletiam um debate mais amplo travado entre intelectuais e políticos brasileiros, no qual os setores favoráveis à presença de um Estado forte, capaz de efetivar o controle e manter a ordem social, questionavam o liberalismo vigente. Para os partidários de um Estado interventor, o sistema liberal – baseado no modelo agro-exportador – tinha conduzido o país à falência, principalmente após o crack da bolsa de Nova York em 1929, fator responsável pelo “atraso” do Brasil em relação aos países capitalistas mais avançados. O crescimento de movimentos sociais e políticos, bem como o fracasso em solucionar estes conflitos foram responsáveis pela “desordem” reinante. Neste sentido, a autonomia dos Estados, consagrada na Constituição liberal de 1891, os regionalismos e particularismos resultantes do pacto oligárquico, que privilegiava os principais estados produtores de café, notadamente São Paulo, proporcionaram críticas de toda ordem, desembocando na Revolução de 1930, movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. Com a vitória dos “revolucionários”, as correntes nacionalistas se fortaleceram, apesar da insurreição articulada dois anos depois por membros das elites paulistas, inconformados com a perda da sua autonomia e preponderância. Vencidos os paulistas e superado o interregno liberal – estabelecido pela breve Constituição de 1934 –, Vargas pouco a pouco eliminou seus opositores até o golpe de 1937, reprimindo violentamente os comunistas em 1935 e lançando mão do estado de guerra várias vezes. Ao outorgar nova Constituição à nação, em 10 de novembro de 1937, ele dissolveu o Congresso Nacional e terminou

oficialmente com o sistema federativo da Primeira República, nomeando interventores nos Estados.<sup>182</sup>

Antes mesmo de apresentar a nova Carta Constitucional, a reforma do Ministério de Educação e Saúde fez surgir a Divisão de Educação Física (DEF), em janeiro de 1937, subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Posteriormente, com a nova Constituição, “a educação física – incluindo a formação desportiva –, tornou-se obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias (...). Nesse contexto, a DEF passou a ser um dos principais órgãos federais a produzir diretrizes políticas para o campo”, segundo destaca Maurício Parada.<sup>183</sup> Evidentemente, as instituições militares não ficaram fora deste processo, uma vez que a escola de Educação Física do Exército e o curso de Educação Física da Marinha já atuavam neste campo, adotando o método francês, desde os anos 20. No entanto, coube aos técnicos do Ministério de Educação e Saúde a montagem de uma rede de instituições civis que permitiu a intervenção do Estado, sem que isso significasse a militarização da sociedade. Assim, a formação do homem nacional, presente nos principais debates da época, foi transposta para a prática coletiva da educação física e desportos, de acordo com Parada.<sup>184</sup>

Com efeito, as ações efetivadas nesta e em outras áreas visavam à construção de uma identidade nacional capaz de suplantar os erros e excessos liberais da Primeira República, marcada por lutas feministas e conflitos de classe, entre outros. Dessa forma, no pós-30, o governo procurou atender tais demandas ao regulamentar o voto feminino e formular uma legislação trabalhista que garantisse as principais reivindicações do movimento operário, sem esquecer, obviamente, do ensino e da proteção ao trabalho feminino e à maternidade. Além disso, sob o Estado Novo, a busca das raízes da nossa “brasilidade” – missão delegada aos intelectuais incorporados à esfera governamental – foi valorizada como forma de integração e unificação política das massas, desqualificando-se, paralelamente, as manifestações culturais e os comportamentos contrários aos interesses coletivos. Estas medidas, contudo, revelavam uma dupla face: conjugavam tanto atitudes conciliatórias, com o objetivo de assegurar a legitimidade do novo regime, quanto efetivavam um controle do Estado sobre a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, mantinha-se a ordem das relações entre os gêneros através

---

<sup>182</sup> As afirmações feitas aqui se basearam em CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol.2

<sup>183</sup> PARADA, Maurício. *Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo*. *Op. cit.*, p. 155

<sup>184</sup> *Idem*, p. 156-157

das restrições ao trabalho feminino (noturno), da elaboração do estatuto da família<sup>185</sup> e da rígida divisão de papéis entre os sexos nas escolas, onde a “orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher no lar”, conforme previa a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que implantou definitivamente a disciplina de economia doméstica como sinônimo de educação feminina.<sup>186</sup> Deve-se ainda considerar que se existiram ganhos reais com a legislação trabalhista, por outro lado, também houve perdas, haja vista a diminuição do emprego da mão-de-obra feminina, recurso muitas vezes adotado pelos empresários brasileiros, revoltados com o ônus dos novos encargos criados. Desse modo, ao reconhecer mulheres e trabalhadores como sujeitos sociais e cidadãos ativos, incorporando suas demandas legítimas e específicas, o Estado acabou por enquadrá-los, reconduzindo-os aos seus lugares, muito embora isto não significasse a ausência de violenta repressão em relação às manifestações de oposição, consideradas fraturas ao espírito de civismo e à identidade nacional.

De fato, o Estado Novo concentrou grandes esforços na tentativa de criar uma “nova comunidade de sentido”, na qual as cerimônias e comemorações cívicas assumiam uma função memorialística e monumental, constituída pelo desfile coletivo de corpos aprimorados em suas dimensões físicas, raciais e morais. Portanto, a exibição de uma juventude disciplinada, atlética e sadia comunicava, de forma ritualizada e simbólica, virtudes e ideais patrióticos centrados no corpo civilizado e eugênico.<sup>187</sup> Daí a importância dada à prática coletiva e sistematizada da educação física e esportes no cotidiano escolar. Com a colaboração de intelectuais envolvidos diretamente na construção do ideário nacionalista, o Estado assumiu o papel de principal produtor de espaços esportivos, ocupado anteriormente pela iniciativa privada, e atualizava, sob novas bases, o pensamento eugênico, formador de

---

<sup>185</sup> O Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, dispunha sobre “a organização e proteção da família”. O artigo 13 do decreto previa que “o Estado educará os homens de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa”. O artigo 14 previa que “o Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar.” Apud SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Contenção das mulheres, mobilização dos jovens”. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 128

<sup>186</sup> Decreto-lei n° 4.244, 9 de abril de 1942. Apud SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 125

<sup>187</sup> Sobre as relações entre memória coletiva, tempo e civismo neste período, ver PARADA, Maurício. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória*. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 35-56

“novos corpos e espíritos”.<sup>188</sup> Assim, o governo Vargas promoveu a edificação de uma moderna estrutura urbana voltada para a consolidação da prática da educação física, peça fundamental na construção e mobilização de uma “nova juventude”, de um “novo homem brasileiro”. Dessa maneira, a institucionalização da Divisão de Educação Física, a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939, de parques infantis, praças de esportes, bem como a criação de colônias de férias, foram algumas das intervenções que modificaram a prática desportiva no país, inculcando na população os valores necessários para a formação de uma comunidade nacional. Para tanto, foi fundamental o papel pedagógico e missionário assumido, posteriormente, por professores e instrutores capacitados a partir da criação de cursos e escolas civis de educação física no país.<sup>189</sup> Neste sentido, Inezil Penna Marinho, em conferência dirigida às autoridades e especialistas no assunto, destacava a importância didática destes profissionais, inclusive para que se respeitasse a “natureza” dos sexos:

“o professor de educação física é um condutor em todos os sentidos, indica a cada um os exercícios de que carece, os desportos que melhor se coadunam com a sua constituição biotipológica (...). Na luta contra o cronômetro ou a trena, mas em prol da natureza. O bom professor de educação física não é o que somente obtém excelentes performances, mas o que não contraria as leis da natureza, forçando os alunos a resultados incompatíveis com a sua constituição orgânica.”<sup>190</sup>

Portanto, os atributos morais do professor de Educação Física deveriam demonstrar “firmeza de caráter, que o impeçam de transigir com os seus princípios” e “domínio pessoal para que controlasse todos os seus impulsos, quaisquer que sejam, pois o professor de educação física não tem reflexos, tem conduta”.<sup>191</sup> Somente dessa forma, ele poderia se tornar autoridade e exemplo físico e moral a ser seguido por crianças e adolescentes.

Com efeito, nesta conjuntura, as relações entre indivíduo, nação, esporte e aprimoramento racial e moral foram exploradas ao máximo, fato atestado pelas afirmações de Souza Ramos, na Revista de Educação Física do Exército: “a intromissão contagiosa de monstregos, tarados e ‘detraquês’ é um perigo para o enfraquecimento da raça (...). O esporte, qualquer que seja a sua modalidade, robustece o indivíduo, tornando-o inacessível

---

<sup>188</sup> Cf. LIMA, Magali Alonso *Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos*. Rio de Janeiro: Funarte/Centro de Documentação e Pesquisa, 1979

<sup>189</sup> Acerca deste assunto, ver PARADA, Maurício. *Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo*. *op. cit.*, p. 162-165

<sup>190</sup> MARINHO, Inezil Penna. “Qualidades do professor de Educação Física”. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, junho de 1941, p.43

<sup>191</sup> *Idem*, p. 43

aos males que o possam debilitar (...).<sup>192</sup> Em seguida, ao frisar o desenvolvimento da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, como decorrência da “dedicação integral e decidida do seu povo aos exercícios desportivos”, ele avaliava a “imensidade territorial deliquescente e a instrução popular deficientíssima do Brasil” e recomendava: “contra esses dois fatores deletérios da nossa formação étnica, o esporte pode prestar valioso concurso. Esporte nas escolas, esporte nos clubes, esporte nas empresas comerciais e industriais, esporte nas casas particulares, esporte em toda parte onde se possa atingir o indivíduo.”<sup>193</sup>

A criação de vários periódicos de Educação Física – *Revista Educação Physica*, *Boletim de Educação Física* (da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde) e revista *Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos* –, a partir de 1932, fez parte também das inúmeras estratégias articuladas pelas autoridades públicas para o alcance dos objetivos almejados. Em torno destas publicações, inúmeros intelectuais inventariavam as ações pedagógicas desenvolvidas no campo da educação física e esportes, nos moldes propostos pelo projeto autoritário do Estado Novo, incluindo a discussão de um método nacional que substituísse o método francês adotado, até então, nas escolas de educação física do exército e da marinha. A propósito do objetivo do método nacional, Inezil Penna Marinho – técnico em educação da Divisão de Educação Física e um dos principais teóricos desse campo – afirmava:

“A finalidade da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário deverá ser proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e das suas responsabilidades, e preparar a mulher para a sua missão no lar, dando-lhe ainda a possibilidade de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino; tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e defesa da nação.”<sup>194</sup>

Dessa forma, à preocupação do Estado com a prática civilizadora e eugênica da educação física, indispensável ao desenvolvimento da coesão nacional, se evidenciava o papel complementar e secundário da mulher na sociedade brasileira. Responsável socialmente pela manutenção da família tradicional, ela deveria ser um contraponto à identidade masculina. Com efeito, na elaboração e afirmação de um modelo pedagógico para o novo homem brasileiro – virtuoso, vitorioso e viril – reforçava-se, simultaneamente, a imagem fraca e ameaçadora da mulher. Para além de sua face modernizadora, as práticas discursivas adotadas no Estado Novo reforçavam a velha mentalidade patriarcal: ao enfatizarem o predomínio, a

---

<sup>192</sup> RAMOS, Souza. “Indivíduo, esporte e raça”. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, maio de 1936, p. 38

<sup>193</sup> Idem, p. 38



agressividade e o vigor masculinos destacam, paralelamente, a força desagregadora da mulher, representada pela emancipação e sexualidade femininas.<sup>195</sup> Nesta conjuntura, de acordo com Vitor Monteiro, as mulheres, os comunistas e os judeus eram vistos como “elementos corruptores da nacionalidade”.<sup>196</sup> Tal fato, além de revelar como a divisão sexual dos papéis sociais pode expressar a construção antagônica das noções de público e privado, afirma a importância do aspecto relacional entre homens e mulheres nos estudos de *gênero*, uma vez que a imagem de um é sempre formulada em contraposição às peculiaridades forjadas para o outro.<sup>197</sup>

Sem dúvida, os discursos sobre os papéis sociais apropriados aos homens e às mulheres, já patentes na Primeira República, assumem dimensão ainda maior sob a égide do Estado Novo. Afinal, a expansão da prática de esportes pelas mulheres se acentuava cada vez mais e muitas começavam a se destacar, inclusive, nos esportes considerados violentos e masculinos, como futebol e atletismo, questionando representações de feminilidade consolidadas. Fato atestado pela contundente crítica feita, no editorial da Revista do Clube Esperia, sobre o surgimento do futebol feminino no Pará:

“a despeito do belo atrativo que constitui ou venha a constituir o futebol feminino, não é inteligente, nem útil, que a mulher brasileira venha a praticá-lo. Que não se leve tão longe o feminismo...

Felizmente, a novidade desaparecerá, se é que já não desapareceu, como surgiu. A mulher é vaidosa e frágil, e o esporte bretão não prima pela harmonia e elegância das atitudes, além de ser violento demais para as mulheres.

Não vá se entender com isto que somos contra a mulher esportista. Absolutamente. A mulher, talvez mais que o homem, deve praticar metódica e cientificamente os esportes. Mas há que escolher. O atletismo, a natação e o tênis e a ginástica devem ser preferidos pelo sexo frágil. A prática do futebol, do rugby, etc pela mulher, é um despropósito que salta aos olhos.”<sup>198</sup>

Evidentemente, a previsão “otimista” do articulista, desejosa do desaparecimento daquela “novidade”, incentivada pelo feminismo, revelava a preocupação com a subversão de papéis provocada por brasileiras jogadoras de futebol – esporte transformado em “área masculina reservada” pelos ingleses, assim como o rugby e o box, incomodados com a ausência de espaços onde pudessem exercer sua virilidade e agressividade, mas também com o crescente poder das mulheres durante as mudanças “civilizadoras”, segundo descreve Eric

---

<sup>194</sup> Apud PARADA, Maurício. *op. cit.* p. 168

<sup>195</sup> Cf. MONTEIRO, Vitor. Esportes, masculinidade e identidade nacional: a revista Nação Armada (1939-47). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos. *op. cit.* p. 149

<sup>196</sup> MONTEIRO, Vitor. Esportes, masculinidade e identidade nacional: a revista Nação Armada (1939-1947). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.) *op. cit.*, p. 150

<sup>197</sup> SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997, p. 277-279

<sup>198</sup> *Revista do Club Esperia*, São Paulo, 1932, p.5-6

Dunning<sup>199</sup>. Processo que, de acordo com o editorial da revista do Club Esperia, já se estendia para o Brasil, onde o futebol acabou progressivamente reconhecido como fator de produção e reprodução da identidade masculina e nacional. O que parecia estar em questão, portanto, eram padrões de feminilidade inversos aos estereótipos de vaidade, fragilidade e beleza que ameaçavam, ao mesmo tempo, símbolos e territórios da hegemonia masculina.

Outrossim, o artigo da revista chamava a atenção para a necessidade da prática metódica e científica de esportes como maneira de assegurar a hierarquização de gênero apregoada através da moral eugênica. Dessa forma, era necessário “proteger” as mulheres dos malefícios causados pelos “esportes masculinos”, lembrando-as da sua principal missão: cuidar do lar e zelar pela própria saúde a fim de gerar filhos sadios à Pátria. Os profissionais lotados nas escolas e na Divisão de Educação Física deveriam, portanto, coibir o sentido abusivo que o esporte adquiria para a libertação da mulher brasileira, vislumbrado por Américo Netto, professor da Escola Superior de Educação Física de São Paulo. Em seu artigo, o autor destacava a mudança do comportamento feminino promovida pelo esporte:

“A mulher esportiva não deixou somente de ser a companheira tradicionalmente deslumbrada com o relato de feitos masculinos. Ela vai muito além disto. Graças aos esportes ela toma o seu quinhão – e que farto quinhão! – na grande vida das atividades físicas. Os hábitos novos estão fazendo também uma gente nova (...) A saúde afirma-se, a vitalidade triunfa. Não há mais lentidões, temores, nem desfalecimentos, agora que a mulher aprendeu a empunhar o volante do automóvel e do aeroplano, embriagando-se com a velocidade das máquinas de correr, ouvindo e entendendo o ritmo ‘z-bemol’ dos seus motores. As pernas, ciosamente encerradas nas crinolinas das saias-balão, emanciparam-se afinal. E aparecem! A indumentária simplificou-se (...) Enquanto a mulher descobre, pelo menos, braços, pernas e colos, o homem ainda mantém o atraso de sua estética de cilindros, que se enrolam no pescoço, no tronco, nas pernas e nos braços, custando a seguir o exemplo que tanto o perturba, encanta e deslumbra (...).

Esportes femininos, quase que não existem mais: a mulher entrou bem decidida, no que os homens guardavam especialmente para eles. Não respeita mais privilégios e exclusividades. Bem compreende e sabe que a energia humana é, antes de tudo, força nervosa. (...) Com ela quer triunfar. Deseja – e toma os melhores lugares –, às vezes, os primeiros. Fazendo-o, nada perde do seu encanto fundamental.

E assim se explica o comovido assombro com que os homens do nosso tempo são forçados a considerá-la: criatura nova de um tempo que, se não é de todo novo, pelo menos, é bem diferente.”<sup>200</sup>

Não obstante certos exageros de Américo Netto, para quem a contemporaneidade significava um tempo diferente, no qual as mulheres tomavam os melhores lugares na sociedade, antes destinados apenas aos homens, sua visão, sem dúvida, é avançada para a

---

<sup>199</sup> DUNNING, Eric. “O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações”. In: ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992, p. 389-412

<sup>200</sup> R. NETTO, Américo. “O esporte, libertador da mulher”. *Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 10, julho de 1937, p.30-31

época. O catedrático, mestre na disciplina História da Educação Física, certamente estava atento ao movimento de emancipação feminina no terreno esportivo e, principalmente, percebia o espanto e receio que isso provocava nos homens, reféns do conservadorismo da época, onde os atos de virilidade, bravura e ousadia eram expressões da hegemonia e do *habitus* masculino. O fato mais importante a registrar, contudo, é a ênfase com a qual o autor afirmava, ao final da década de 30, não ser mais possível identificar o que era um “esporte feminino”, diferentemente do ocorrido na Primeira República. Fenômeno, posteriormente, constatado pelo “primeiro especialista em medicina esportiva”, Dr. Leite de Castro, ao observar o crescimento do futebol feminino em 1940: “não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará (...). Pelo contrário, o futebol lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia da mulher (...) podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero)”<sup>201</sup>. Em virtude da proporção alcançada pelo futebol feminino neste ano, analisarei mais adiante a grande represália sofrida pelas jogadoras que ousaram fundar clubes deste esporte no subúrbio carioca.

Assim, professores e médicos especialistas em Educação Física e esportes relatavam, na maior parte das vezes desaprovando, a energia e o entusiasmo incansáveis com os quais as mulheres invadiam o espaço público e também se lançavam nos esportes de “reserva masculina”, sem se deixarem intimidar pelas diferenças de gênero forjadas. Fato que pelo menos para Américo Netto, não parecia comprometer a beleza feminina, nem mesmo representar um desprestígio à mulher moderna. Ao contrário, ele fazia questão de registrar que esta “creatura nova” era “decidida e ousada” e, portanto, apresentava atitudes bem mais positivas em relação àquela mulher apática e débil de outrora, sempre vagarosa, sujeita a desfalecimentos e refém dos seus temores e antigos hábitos. Mas, acima de tudo, as cidadãs descritas pelo professor pareciam desconhecer os limites das fronteiras de gênero, isto é, “os privilégios e as exclusividades do sexo masculino”. Assim, a vitalidade e disposição da “nova mulher” resultavam de suas constantes atividades físicas que, conseqüentemente, acabavam contribuindo para o equilíbrio e fortalecimento do seu sistema nervoso, este sim responsável pela conformação de um novo caráter feminino – altivo, perseverante e eficiente –, virtudes morais conquistadas sem que fosse necessário apelar para a força física, como fazia questão de destacar Américo Netto.

Sem dúvida, as mudanças observadas no pós-30 eram vertiginosas e impregnavam a sociedade urbana, alterando o comportamento das mulheres nas principais cidades brasileiras.

---

<sup>201</sup> Apud FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 319-321

Para além do casamento e da maternidade, elas ampliavam seu poder e suas expectativas sociais, sobretudo em relação aos esportes e ao trabalho assalariado. Daí a proliferação de discursos ambíguos e, de certa forma, violentos dirigidos à mulher moderna. Conforme destaca Maria Martha de Luna Freire: “ao mesmo tempo que se forjava uma tríplice representação ideal da mulher – como mãe, esposa e dona de casa –, esta era convocada para participar do mundo do trabalho em plena expansão, e tinha sua presença solicitada no espaço público das ruas, em cerimônias, festas, teatros e concertos (...)”<sup>202</sup> Diante de um “tempo diferente”, no qual as experiências femininas com os esportes de risco, incluindo nesta categoria o automobilismo e a aviação, conforme mostravam as pioneiras aviadoras brasileiras Teresa de Marzo<sup>203</sup> e Anésia Pinheiro Machado<sup>204</sup>, se tornavam mais frequentes e associadas às condutas masculinas, inúmeros artigos publicados na Revista *Educação Physica* – periódico que circulou entre 1932 e 1945 – vão discutir, didaticamente, o significado da palavra “força” para a mulher, não raramente criticando suas novas atitudes. Mario Alzua, por exemplo, afirmava que para a ela ser forte

“não era necessário ter estatura imponente, nem força descomunal. Precisa ser, simplesmente, resistente, moderadamente muscular, viva, destra, resistindo ao frio, calor e a intempérie, enérgica, frugal e sóbria. Em uma palavra: ser capaz de marchar, correr, saltar, elevar-se, lançar-se, defender-se e nadar. A força, compreendida tal como explicamos e integrada por elementos detalhados, não é exclusiva dos homens. Toda mulher pode possuí-la; deve chegar a possuí-la (...) é à educação physica que deve recorrer toda mulher que desejar conservar a sua beleza ou aumentá-la. Beleza não significa somente formosura. Por beleza entende-se o corpo gracioso e esbelto, movimentos fáceis e harmoniosos, inteligência pronta e desembaraçada, semblante esperto e expressivo, saúde perfeita”.<sup>205</sup>

De acordo com Mario Alzua “a força a que uma mulher deveria aspirar não era a força física”. Acima de tudo, para ser bela, precisaria privilegiar a graça, a magreza, resistência,

---

<sup>202</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos. *Op. cit.*, p. 85

<sup>203</sup> Teresa de Marzo nasceu em São Paulo, em 4 de agosto de 1903. Filha de imigrantes italianos foi a primeira mulher brasileira a obter o brevê da Federação Aeronáutica Internacional, em 1921, aos 18 anos, mesmo sofrendo resistências por parte da família. Ao casar-se em 1926, com o seu instrutor de vôo Fritz Roesler, acabou por abandonar a carreira logo depois, devido à falta de apoio do marido. Cf. SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 506-507

<sup>204</sup> Anésia Pinheiro Machado nasceu em Itapetininga (SP), em 5 de junho de 1904. De influente família paulista, recebeu o segundo brevê de piloto concedido a uma mulher brasileira, em 1922, também aos 18 anos. Foi a primeira aviadora brasileira a transportar passageiros e realizar vôos acrobáticos. Atuou também como repórter aeronáutica e obteve todas licenças que pediu, de piloto privado, comercial e instrutor. Foi a primeira mulher a realizar um vôo transcontinental, colaborando com a divulgação do movimento feminista no Brasil. Participou do I Congresso Feminista Internacional, organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), realizado, em 1922, no Rio de Janeiro, na qualidade de delegada da Liga Paulista pelo Progresso Feminino. Cf. SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 73

<sup>205</sup> ALZUA, Mario. “Deve ou não a mulher desenvolver sua força?”. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 9, abril de 1937, p. 26

destreza, moderação e sobriedade, em todos os atos da vida. Dessa forma, qualquer “tipo de trabalho ou exercício poderia ser executado, sem cansaço”. Neste sentido, conservar a beleza, a juventude e a energia, dentro e fora do espaço doméstico, se transformava no preço alto a ser pago pela mulher moderna. Além de revelar a fluidez existente entre as esferas pública e privada, naquela época, o apelo a esta “superposição de identidades”<sup>206</sup> provocava conflitos, tensões e transgressões no tocante às normas das relações de gênero.

Evidentemente, a valorização de um corpo feminino forte e, ao mesmo tempo, esbelto e belo, conforme preconizava Renato Kehl, revelava muitas vezes um equilíbrio difícil e precário. Segundo ele, “um dos preconceitos mais correntes é o de que a mulher não deve apresentar músculos apreciáveis, mas ter o corpo redondo, com as nádegas e os seios volumosos e pernas grossas”.<sup>207</sup> De acordo com o famoso eugenista da época, “músculos desenvolvidos não deformam: constituem, ao contrário, elementos de beleza e são essenciais para a firmeza e consistência de boas conformações; só quando excessivamente salientes se convertem em anti-elegantes e inestéticos”. Mesmo destacando a importância da “ginástica de movimentos, de agilidade e graça, ou seja, a ginástica calistênica e não a ginástica de força”, Renato Kehl acabava por confundir ginastas e desportistas de ambos os sexos, já que alertava para a responsabilidade das brasileiras frente à Nação ao associar beleza feminina e força muscular: “são as mulheres fortes que fazem uma raça forte; são as mulheres belas que fazem a beleza de uma raça forte!”<sup>208</sup>

Os discursos ambivalentes dirigidos à “nova mulher” brasileira atestavam a crescente diversidade de comportamentos femininos e a ampliação de uma “consciência de gênero” em relação às décadas passadas, quando muitas mulheres desportistas compartilharam das representações normativas de feminilidade construídas, com o objetivo de ingressarem e consolidarem sua presença neste universo. Ao mesmo tempo, esta postura mais agressiva motivou inúmeras reações, nem sempre positivas, como as de W. Berardinelli – Professor de Endocrinologia na Faculdade de Ciências Médicas e colaborador assíduo da Revista de Educação Physica do Exército. Para ele, “a tendência para a masculinização das formas da mulher moderna” era flagrante. “Os cabelos curtos, o pijama, o ‘short’ acentuam a semelhança, expressam a nova psicologia feminina”.<sup>209</sup> A “moda social”, portanto, era a “consolidação da moda biológica”:

---

<sup>206</sup> Cf. FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos. *Op. cit.*, p. 85

<sup>207</sup> KEHL, Renato. “A beleza feminina”. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 41, abril e 1940, p.16

<sup>208</sup> KEHL, Renato. “A beleza feminina”. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 41, abril e 1940, p.17

<sup>209</sup> BERARDINELLI, W. “As formas femininas e a Educação Física”. *Revista de Educação Física*, ano V, n. 33, outubro de 1936

“trabalhando como o homem, intoxicando-se como o homem (fumo, álcool), tendo emoções semelhantes às do homem, praticando o ‘birth-control’, a mulher atrofia suas funções ovarianas, modifica o funcionamento de outras glândulas e toda a sua fisiologia diferencial sexual, tendendo a distinguir-se menos”.<sup>210</sup>

Com efeito, o que estava em questão era o embaralhamento das fronteiras de gênero, principalmente acerca do desejo “distorcido” de algumas atletas de se “igualarem” aos homens, sentido como ameaça à identidade e ao domínio masculino. Para o endocrinologista, a constituição física das mulheres se aproximava visivelmente da masculina, no que se referia “à maior estreiteza da bacia” em detrimento de formas mais arredondadas e volumosas. Esta silhueta longilínea e andrógina, vista como “moda social” por Berardinelli, se traduzia na consolidação de uma nova “moda biológica”, isto é, na “inferioridade do aparelho genital”, na “insuficiência do ovário” que elas apresentavam. Assim, W. Berardinelli compartilhava da posição dos seus colegas estrangeiros, que detectavam “perturbações menstruais mais comuns nas ginastas do que nas mulheres não esportivas”. Contraditoriamente, seu contemporâneo Waldemar Areno, médico da Liga Carioca de Natação, afirmava:

“não são uniformes as opiniões de médicos esportivos e especialistas em educação física, no ponto de vista referente à prática desportiva da mulher no período menstrual. Julgamos pela observação que vemos colhendo nesse sentido, ser perfeitamente compatível a prática dos esportes nessa época, sem o menor prejuízo para a saúde, antes ainda, auxiliando e normatizando o funcionamento dos órgãos de procreação.”<sup>211</sup>

Os resultados verificados por Waldemar Areno se baseavam em exames clínicos realizados durante dois anos com as atletas da Liga de Natação e registraram “somente 3 casos de distúrbios menstruais, todos em moças que apresentavam anteriormente desequilíbrio fisiológico na esfera sexual”. Areno ainda citava “as marcas bem satisfatórias e, até mesmo, alguns recordes em provas de natação e atletismo, ocorridos num dos últimos jogos femininos realizados na Europa”, provavelmente, com o intuito de contestar “os que contraindicam os exercícios nessa época”. Para o médico da Liga Carioca de Natação, “não provaram ainda, satisfatoriamente, como possa o trabalho muscular intenso modificar as características do ciclo catamenial”.<sup>212</sup> Por fim, Waldemar Areno era taxativo: “deve assim ser afastado o receio de algum modo ainda existente e na maioria provocado pelos conselhos da família que impede a prática sistemática dos esportes pelo sexo feminino”.<sup>213</sup> Posição semelhante a do Capitão Bonoring que enfatizava: “as mulheres que apresentam um perfeito equilíbrio nas

---

<sup>210</sup> *Idem.*

<sup>211</sup> ARENO, Waldemar. “A mulher e o esporte”. *Revista de Educação Physica*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 40, julho de 1938, p.9

<sup>212</sup> *Idem*, p. 9

<sup>213</sup> *Id.*, p.9

suas grandes funções vitais, as que possuem saúde, portanto, e cujas regras são regulares e sem anomalias, podem e devem continuar a prática dos exercícios físicos na fase mensal”.<sup>214</sup> Apesar de destacar que as finalidades dos exercícios durante a menstruação eram “estimular a circulação nos órgãos da bacia e do baixo ventre”, bem como “reforçar a cintura abdominal e a musculatura pélvica pelo melhoramento da tonicidade dos músculos correspondentes”, Bonoring indicava o cuidado que portadoras de regras irregulares deviam ter com os exercícios físicos. Antes de praticá-los, essas mulheres teriam que se submeter à “exame ginecológico completo, feito por médico especialista”.<sup>215</sup>

As considerações de Waldemar Areno e Bonoring eram partilhadas por alguns obstetras, cujos estudos tinham sido citados, dois anos antes, no artigo do próprio W. Berardinelli e “não assinalavam nenhum inconveniente tocológico na bacia estreita das mulheres esportivas, cujos partos decorrem com facilidade e relativa rapidez”.<sup>216</sup> Mesmo assim, as “conclusões científicas” do endocrinologista Berardinelli condenavam o “esporte violento para a mulher, sempre pernicioso, não só pelas alterações que pode produzir nas funções circulatórias e renais, como também pelas perturbações que um esforço excessivo pode provocar na esfera genital”.<sup>217</sup> Embora carecessem de comprovações clínicas, essas críticas representavam uma reação negativa dos homens à emancipação feminina em “espaços de reserva masculina”. Neste sentido, Berardinelli condenava a “moda social” porque “acentuava a semelhança entre homens e mulheres”, dito melhor, fazia desaparecer os sinais corpóreos da diferença sexual, afetando não somente os comportamentos e a função biológica da mulher, colocada em xeque pelas feministas neomalthusianas e as atletas, mas igualmente abalando o status dos homens e a imagem que eles tinham de si mesmos. Provavelmente, com o objetivo de melhorar seus resultados e participar das Olimpíadas, elas se dedicavam cada vez mais aos treinamentos diários, tal qual os homens. Ao realizarem exercícios e esforços maiores, as atletas abandonavam, portanto, o ritmo moderado preconizado pelo discurso normativo na “busca da excitação”<sup>218</sup> e do recorde. Dessa forma, modificavam a “natureza

---

<sup>214</sup> BONORING. “Educação Física feminina: deve a mulher praticar exercícios físicos na fase mensal?”. *Revista de Educação Física*, ano II, n.6, março de 1933

<sup>215</sup> BONORING. “Educação Física feminina: deve a mulher praticar exercícios físicos na fase mensal?”. *Revista de Educação Física*, ano II, n.6, março de 1933

<sup>216</sup> BERARDINELLI, W. “As formas femininas e a Educação Física”. *Revista de Educação Física*, ano V, n. 33, outubro de 1936

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> Cf. expressão formulada por Norbert Elias para se referir ao caráter mimético de uma disputa esportiva, na qual o prazer do confronto imita a luta da vida real, de forma seletiva, isto é, evoca uma excitação agradável, sem provocar ferimentos ou mortes. Neste sentido, os confrontos esportivos permitem alcançar a vitória sobre os outros sem culpas ou “má consciência”, uma vez que se trata da manifestação controlada e civilizada de emoções e tensões sentidas habitualmente na vida real. ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1985, p. 79-81

biológica”, masculinizando seus corpos e inviabilizando a maternidade, de acordo com as opiniões de muitos médicos, entre os quais, Berardinelli. Conforme destaca Sueann Caufield,

“emancipação”, “liberação” e “independência” – precisamente a linguagem empregada pelas feministas contemporâneas para desafiar a subordinação da mulher – passaram a ser palavras utilizadas para traduzir a corrupção e a promiscuidade das mulheres que se expunham a filmes e livros imorais e salões de dança. A mulher independente desconhecia os limites espacial e moral da família, renunciando à sua inocência e ingenuidade em troca do conhecimento e da experiência disponíveis em lugares públicos de lazer (...). As mulheres modernas não só trabalhavam fora de casa, como também obscureciam os limites dos papéis sociais, pervertendo a feminilidade ao se misturar com prostitutas em lugares públicos de lazer e ao exigir igualdade com os homens. Assim como na Europa e nos Estados Unidos, existia uma grande preocupação nas cidades brasileiras de que a moda e os hábitos do pós-guerra criassem um ser andrógino, ou a ‘mulher-homem’, que desafiaria a base mais importante e aparentemente natural de diferenciação social.”<sup>219</sup>

Na tentativa de minar as conseqüências perniciosas da modernidade para a maternidade e submissão feminina, na maior parte das vezes encaradas como missão e virtude natural do “belo sexo”, o médico e jurista Afrânio Peixoto se apressava em proclamar a “igualdade relativa entre os sexos”:

“O feminismo não pode ter a pretensão de emendar a natureza (...). É como o sonho social, ou político, da igualdade entre os homens, dogma comunista, homens também desiguais entre si, física, intelectual e moralmente. O ideal será a igualdade relativa entre os sexos(...) O ideal do feminismo justo é a desigualdade relativa de funções de cada sexo na sociedade.”<sup>220</sup>

Para o jurista brasileiro era necessário, naquele contexto, não somente educar as massas diante da ameaça comunista, mas também orientar melhor as mulheres no sentido de corrigir excessos e, conseqüentemente, fortalecer e legitimar as hierarquias de gênero. Não por acaso, Afrânio Peixoto utilizava dados estatísticos, pretensamente científicos, na tentativa de naturalizar as diferenças entre os sexos e, assim, reforçar o domínio e a maior inclinação social dos homens para os esportes. Em seus argumentos ainda ficava patente a habilidade “natural” das mulheres para as atividades manuais, conforme tabela abaixo:

“61% dos rapazes são tanto ou mais esportivos quanto a média das raparigas;  
62% dos rapazes são tanto ou mais turbulentos quanto a média das raparigas;  
42% dos rapazes são tanto ou mais tímidos quanto a média das raparigas;  
28% de homens igualam ou passam a habilidade no trabalho manual da média das mulheres;  
40% de homens igualam ou passam a vaidade da média das mulheres;  
62% de homens igualam ou passam o gosto de esportes da média das mulheres;  
70% de homens igualam ou passam a independência da média das mulheres”<sup>221</sup>.

<sup>219</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 188-191

<sup>220</sup> PEIXOTO, Afrânio. *A educação da mulher*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 130

<sup>221</sup> Idem, p. 157-158



Mas não eram apenas as autoridades brasileiras que se preocupavam com o visível deslocamento de poder entre homens e mulheres, instaurado pelo processo civilizador.<sup>222</sup> Paul Doumer, ex-Presidente da França, autor do artigo intitulado “O casamento”, também se empenhava em estabelecer as características “naturais” e os papéis sociais de cada sexo ao afirmar, logo no início, a força muscular e enérgica dos homens em comparação às mulheres:

“Traz o homem o que a natureza lhe concedeu e a educação desenvolveu, e que a mulher não recebeu, quer da natureza, quer da educação: a força, a razão calma dominando o espírito, a vontade de fina têmpera. A diferença dos papéis na vida entre o homem e a mulher acha-se nitidamente delineada pela diferença das faculdades e da constituição física de cada um. O homem é naturalmente predestinado a uma atividade enérgica que reclama músculos vigorosos e caráter firme. A mulher é chamada a desempenhar um papel mais brando, mais passivo que não exige nem a mesma resistência orgânica, nem a mesma vontade empreendedora.

O reino da mulher está no lar, na casa, no seio da família onde exerce a sua atividade terna, paciente e infatigável. Ali é soberana legítima por força e designação da própria natureza.

O campo da atividade do homem acha-se no exterior, no meio da sociedade em movimento. A mulher exercendo empregos ou trabalhando fora de casa deveria constituir exceção rara. Entretanto, é quase uma regra hoje.

Em geral não é por vontade própria que a mulher se conserva solteira. A ação do sentimento, o poder do instinto materno a impelem para o casamento. Que lar se pode ter, que família educar, quando se acha ausente a mãe durante a maior parte do dia?

A cada qual seu papel neste mundo. A mulher foi feita para a casa, para os cuidados da família, mais que suficientes em todas as classes. Ao homem cabe o trabalho exterior, a tarefa remuneradora.<sup>223</sup>

Posteriormente, no livro “Eunice ou a educação da mulher”, Afrânio Peixoto publicava os “mandamentos da esposa ou a arte da felicidade”, condenando explicitamente os comportamentos femininos altivos e eloquentes, considerados ameaçadores à realização da convivência harmônica dos casais e, conseqüentemente, à plenitude do amor conjugal, vistas basicamente como responsabilidade social da mulher, a quem caberia apenas escutar, obedecer e servir ao marido, este sim digno de atenção, compreensão e respeito. Vejamos:

- “Lembra-te que antes da ventura de conhecer-te, te amar e fazer a ti o sacrifício de sua liberdade e do seu sossego, teu marido viveu, cresceu, tomou hábitos, adquiriu uma personalidade, tão respeitável como a tua, as quais devem ser respeitadas.”
- “A mulher mandona é a criatura mais insuportável do mundo (...). Trata de ser como outras que mandam, pedindo. O maior prazer da vida é ser compreendida e adivinhada: procura sê-lo!”
- “Pensa que teu marido tem cabeça e tem língua, gosta de pensar e dizer o que pensa (...). Deus nos deu uma boca e dois ouvidos: portanto ouve mais e fala menos. Só os tolos (e tolas) não sabem escutar”.

---

<sup>222</sup> Sobre este aspecto, ver DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. In: KNIJNIK, Jorge Dorfman (org.). *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 67-108

<sup>223</sup> DOUMER, Paul. “O casamento”. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 45, agosto de 1940, p. 16

- “Não lhe imponhas o teu gosto, que é diferente do seu; se ele tivesse o teu gosto, não te escolheria: o amor específico nos quer diferentes, o da compreensão nos faz iguais. Sê, pois, inteligente ou compreensiva, que é com o que se adquire a felicidade”.<sup>224</sup>

Contemporânea do jurista brasileiro, Déa Mendes – professora de Educação Física para crianças, adolescente e mulheres – seguia a mesma linha de raciocínio ao fazer a apologia da ginástica rítmica, “método essencialmente feminino”, descrito como a “expressão equilibrada e plástica de todo o corpo em exercícios harmônicos, realçados por belas músicas”.<sup>225</sup> Considerada pela professora um “estudo do controle corporal, onde a divisão do tempo, do espaço, dos intervalos, bem como o lugar de cada componente no espaço” se realizava meticulosamente, a ginástica rítmica devia ser ensinada desde cedo à mulher, porque representava um poderoso “controle para os nervos, além de exercer uma profunda ligação entre corpo e espírito”, obviamente ensinando-lhe o lugar secundário que deveria ocupar na sociedade. Neste sentido, Déa Mendes recomendava às mulheres que nunca deixassem de se exercitar, caso não houvesse alguém especializado que lhes ensinasse a ginástica rítmica. Porém, enfatizava: “os exercícios naturais, como marchas, corridas, saltos e natação devem ser praticados “sem a preocupação de *records* e, mais ainda, sem a idiota pretensão de se parecer com o homem. Assim, a mulher poderá alcançar um desenvolvimento físico capaz de garantir a integridade de sua saúde e beleza.”<sup>226</sup>

Tais preocupações, somadas aos alertas contra os exercícios e esportes de risco, surgiam também nas reportagens da revista *Sport Ilustrado*. Intitulada “Saúde e beleza pelo exercício. Brinquem como crianças!”, um artigo indicava exercícios pueris às mulheres. Eles deveriam ser realizados com a bola, atirando-a para outras companheiras, que podiam jogá-la de pé, sentadas ou deitadas. Recomendavam-se igualmente atividades com uma corda de saltar. Estes exercícios infantis “fortificam os músculos e não fazem correr riscos, quando as forças são mais ou menos equivalente e realizados em locais que não tornem as quedas perigosas, como na areia, na grama, etc.”<sup>227</sup> Dessa forma, o corpo feminino branco, esteticamente belo e controlado, livre da excitação e excessos, da mania desenfreada por resultados e *records*, que parecia o igualar ao corpo masculino, tornava-se expressão e veículo das hierarquias sociais. Conforme afirma Scott, “o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais (...). Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser

<sup>224</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Eunice ou a educação da mulher*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson editores, 1944, p. 317-19

<sup>225</sup> MENDES, Déa. “Educação Física Feminina”, *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 22, maio de 1935, p. 11

<sup>226</sup> Idem, p. 11

<sup>227</sup> *Sport Ilustrado*, ano I, n. 18, 10 agosto de 1938, p. 20

como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos”.<sup>228</sup>

As observações de Déa Mendes e seus contemporâneos, no entanto, estavam na contramão do processo civilizador, pois a busca incessante pela performance, como índice de aperfeiçoamento, instalava a vontade da superação constante, do sucesso individual, de um interminável desabrochar pessoal, de um domínio sempre maior do próprio corpo, segundo descreve Georges Vigarello se referindo ao crescimento de métodos e programas de treinamento intensivo destinados à fabricação do corpo atlético na Europa, início do século XX. Para o autor, durante muito tempo reservada ao trabalho de preparação dos cavalos de corrida, a palavra “treinamento” significava, naquele momento, um investimento muscular diário com o objetivo de aumentar os recursos físicos humanos, misturando ao mesmo tempo progressão e resultado, dosagem e esforço, numa nítida alusão aos novos tempos de competição e concorrência. Este fenômeno social se traduziu no crescimento das sociedades esportivas, dos clubes adeptos do velocípede, de futebol, de atletismo ou de remo, que tomavam o lugar das sociedades de ginástica fixadas em seus alinhamentos sincrônicos, muito embora permanecesse equivalente o número de praticantes entre elas até a primeira Guerra Mundial.<sup>229</sup> Contudo, o modelo de corpo atlético, com musculaturas cada vez mais desenvolvidas, se reforçou e se diversificou ainda mais no período entre guerras, fazendo subir cada vez mais o número de inscritos nas federações de atletismo, basquetebol e futebol em relação às sociedades ginásticas, segundo constata Vigarello.<sup>230</sup>

Em que pesem as advertências de médicos e professores brasileiros contra a busca desmedida das mulheres pelo prazer, recorde e pela força, palavras comumente associadas à identidade e performance masculinas, o exame dos Relatórios de Diretoria do Fluminense Futebol Clube permite trazer à tona importantes indicadores acerca da prática esportiva feminina, entre os anos de 1940 a 1946, conforme demonstram as tabelas a seguir, referentes ao comparecimento total dos sócios nos diversos ramos de esportes.

---

<sup>228</sup> SCOTT, Joan. Apud NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, vol.8, n.2, 2º semestre de 2000, p. 10

<sup>229</sup> VIGARELLO, Georges. “Treinar”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, vol. 3, p. 197-201

<sup>230</sup> Idem, p. 223-224

**ANO 1940<sup>231</sup>**

Esportes	Infantis	juvenis	senhoras	atletas
Natação	1126	2018	3615	6411
Tênis			7118	14615
Ginástica	173		2.865	
Volley			718	1206
atletismo	44	522	<b>163</b>	4615

**ANO 1943<sup>232</sup>**

Esportes	Infantis	juvenis	senhoras	atletas
Natação			4520	7216
Tênis			5035	10519
Seção feminina	153		2.154	
Volley			716	2317
Atletismo			<b>2126</b>	4815
Esgrima			485	1129
Basquete			275	1613

**ANO 1944<sup>233</sup>**

Esportes	Infantis	juvenis	senhoras	atletas
Natação			3317	9121
Tênis			5615	11092
Seção feminina	112		1852	
Volley			419	2412
Atletismo			<b>2719</b>	5310
Esgrima			466	1320
Basquete			65	1684

<sup>231</sup> Fluminense Futebol Clube. *Relatório Anual da Diretoria*, 1940, p. 93

<sup>232</sup> Fluminense Futebol Clube. *Relatório Anual da Diretoria*, 1943, p. 56

<sup>233</sup> FFC, *Relatório Anual da Diretoria*, 1944, p. 46

### ANO 1945<sup>234</sup>

Esportes	Infantis	juvenis	senhoras	atletas
Natação			3612	10316
Tênis			5912	13615
Seção feminina	86		1329	
Volley			532	2594
Atletismo			<b>4122</b>	7615
Esgrima			328	1516

### ANO 1946<sup>235</sup>

Esportes	senhoras	atletas
Natação	3915	12036
Tênis	6236	14123
ginástica	2179	1675
Volley	649	2316
Atletismo	<b>5326</b>	7911
Esgrima	412	1539

De acordo com estes dados quantitativos anuais, observa-se o surgimento e o crescimento significativo da prática do atletismo entre as mulheres sócias do FFC, entre 1940 e 1946, a reboque da tendência francesa notada por Georges Vigarello, quando se refere à “Festa dos músculos”, realizada nas Tulherias, nos anos 20, apresentando “mulheres com roupas curtas, pernas nuas, boné preto, maiô bem justo. Lançamentos de peso, corridas de obstáculo, saltos em altura ofereciam fotos inéditas: competições onde os gestos que exprimiam esforço se tornavam tanto femininos como masculinos”.<sup>236</sup> Para se ter uma idéia melhor da representatividade desse aumento em relação às décadas anteriores, é necessário examinar o número de comparecimento total das mulheres no atletismo em relação a frequência das atletas no tênis, na natação, ginástica e no vôlei, conforme recomenda Bourdieu. Segundo o sociólogo francês, não devemos analisar um esporte de forma independente, mas sim no seu aspecto relacional no conjunto das práticas esportivas, dado que

<sup>234</sup> FFC, *Relatório Anual da Diretoria*, 1945, p. 51

<sup>235</sup> FFC, *Relatório Anual da Diretoria*, 1946, p. 64

<sup>236</sup> VIGARELLO, Georges. “Treinar”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*. Op. cit., p. 225

cada elemento recebe seu valor distintivo.<sup>237</sup> Portanto, se considerarmos a tabela mostrada no primeiro capítulo, referente ao ano de 1929, verificamos que ao lado do aumento significativo do atletismo feminino na década de 40, inversamente ocorreu uma evasão crescente de alunas das aulas de ginástica e vôlei que compunham, juntamente com a seção de costura, as atividades do antigo departamento feminino do Fluminense – inaugurado em 1927, com aulas de ginástica “calistênica” e rítmica – agora denominado “seção feminina”.

Segundo atesta o quadro de recordes (brasileiro, carioca e sul-americano) conquistados pelos atletas do Fluminense (homens e mulheres), referente aos anos de 1941 e 1943, era cada vez maior o número de sócias do clube em diversas provas do atletismo – por exemplo, 75m, 100m, 200m, revezamento 4 x 75m, 4 x 100m, 80m com barreiras, arremesso de dardo, disco, peso, salto em altura e salto a distância –, estabelecendo excelentes tempos e performances, com destaque para Alda Veloso, Crisca Cotton, Erica Sauer, Ursula Krauss, Otilia Machado, entre outras. Mesmo assim, a Diretoria do FFC lamentava a perda do Campeonato Feminino de Atletismo em 1941, apesar “da nossa forte equipe de moças”<sup>238</sup>, o que nos leva a supor que este movimento também se realizava em outros clubes cariocas.

Deve-se destacar ainda que o afastamento das mulheres das aulas metódicas de ginástica e da prática moderada de vôlei nos anos 40, na busca mimética da tensão, excitação e do recorde proporcionada pelo atletismo, se realizou após a explosão experimentada naquelas atividades ao longo dos anos 30, tão logo foram inauguradas as atividades do departamento feminino do FFC. Fato que motivou as queixas das subdiretoras da “seção feminina” do Fluminense, Hilda Mattos e Corina Oliveira, em 1943: “as atividades da seção no decorrer deste ano, infelizmente, não tiveram o movimento que nos foi dado apreciar nos anos anteriores, devido a frequência das 72 candidatas inscritas, que apenas atingiu a soma de 2.154”.<sup>239</sup> Um ano depois, elas faziam a mesma reclamação, observando que a “frequência às aulas de ginástica decaiu um pouco. Apenas 60 candidatas se inscreveram, totalizando a frequência de 1.964 ao longo do ano no ginásio do clube, somando-se a este número 112 crianças”.<sup>240</sup> De acordo com informações das dirigentes da “seção feminina”, relativas ao ano de 1944, “tão diminuta frequência” parecia demonstrar um desinteresse pelas aulas, já que

“sabemos existir no quadro social do clube um grande número de senhoras e senhoritas que bem poderiam se aproveitar dessas aulas tão benéficas à forma do corpo. Se olharmos para aquelas que se abalam, algumas de bem longe, para o nosso ginásio, nas manhãs de terça, quintas e sábados, dias de aulas, chegamos à conclusão

<sup>237</sup> BOURDIEU, Pierre. “Programa para uma sociologia do esporte”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 208

<sup>238</sup> Fluminense Futebol Clube. *Relatório Anual da Diretoria*, 1941, p. 79-84

<sup>239</sup> FFC. *Relatório Anual da Diretoria*, 1943, p. 156

<sup>240</sup> FFC. *Relatório Anual da Diretoria*, 1944, p. 114

de que 50% da sua totalidade são antigas senhoras, que trocam com satisfação o presente – de bem estar em casa – pelo futuro – de uma saúde melhor.”<sup>241</sup>

Esta tendência foi observada por Sílvio Cintra Filho, em artigo publicado na revista *Sport Ilustrado* sobre o declínio do vôlei feminino:

“nosso voleibol feminino vem atravessando uma fase de completa decadência. A prova do que estamos afirmando está no reduzido número de concorrentes nos últimos campeonatos da cidade. O mais interessante é que os clubes estão vendo a sua seção feminina desaparecer e não tomam sequer uma providência (...). É necessário, porém que haja um maior interesse dos nossos clubes, trabalhando pelo engrandecimento da parte feminina, tendo em vista que as estrelas alegram e encantam as nossas quadras, não só com a técnica como pela forma que cada uma possui (...)”<sup>242</sup>

Fato também confirmado por Elza Eunice Soeiro, jogadora de vôlei, defensora do Botafogo. Ao retratar sua trajetória, a revista *Sport Ilustrado* destacava o início de Elza no esporte em 1936, quando estudava no Instituto Lafayette. Em seguida, o artigo relatava seu “grande prestígio” junto ao público devido “à sua meiguice e simpatia”. No entanto, indagada pelo repórter Cintra Filho sobre a situação do vôlei no cenário brasileiro daquele momento, Elza Soeiro fazia questão de salientar “o voleibol feminino vem decaindo ano a ano”.<sup>243</sup>

Através destas reportagens nota-se que a atração exercida pelo vôlei entre as mulheres brasileiras diminuía progressivamente. Mais do que isso é possível perceber a grande indignação de Sílvio Cintra Filho com a situação decadente das seções femininas nos clubes cariocas. Não por acaso, com vistas a colaborar com o “engrandecimento” dos esportes femininos, os perfis sociais construídos para as jogadoras de vôlei valorizavam seus supostos atributos físicos e morais, distinguindo-as positivamente das demais, na tentativa de marcar suas diferenças de gênero e, assim, conquistar novas adeptas em relação às praticantes dos esportes de rendimento naquela conjuntura. Assim, as jogadoras de vôlei eram identificadas como “estrelas” que encantavam os espectadores com sua “meiguice, simpatia, graciosidade e formas físicas”. Em contrapartida, tais atributos não eram associados ao atletismo feminino, visto como polêmico porque, entre outros aspectos, não exaltava a delicadeza e beleza das mulheres, nem suas formas físicas. Ao contrário, provocava o estreitamento da bacia, tornando a silhueta da mulher mais “masculinizada”, além de desenvolver sua força. Outros fatores, ligados às diferenciações de classe e raça, também contribuía, possivelmente, para estabelecer relações de conflito, tensão e concorrência entre estes esportes, pois algumas

---

<sup>241</sup> FFC. *Relatório Anual da Diretoria*, 1944, p. 114

<sup>242</sup> CINTRA FILHO, Sílvio. “Em pleno declínio o vôlei feminino”. *Sport Ilustrado*, n. 498, 23 de outubro de 1947, p. 15

<sup>243</sup> CINTRA FILHO, Sílvio. “Elza, uma estrela que não se apaga”. *Sport Ilustrado*, n. 496, 9 de outubro de 1947, p. 15

mulheres negras do atletismo, de outros segmentos sociais, começavam a despontar no cenário esportivo nacional, como Melânia Luz, Deise Jurdelina de Castro e Wanda dos Santos, as duas primeiras participantes dos Jogos Sul-Americano do Chile, em 1947.<sup>244</sup>



Wanda dos Santos e Melânia Luz, atletas do São Paulo Futebol Clube, em 1949.

Contudo, em outra reportagem da *Sport Ilustrado*, Mauro Pinheiro manifestava seu contentamento diante do desenvolvimento do atletismo feminino no país:

“faltava ao atletismo feminino do Brasil, uma arremessadora tipo Nadim Marreis, e justamente o certame feminino de estreantes desse ano nos veio trazer esta boa nova. Já que falamos a respeito do progresso evidente que se vem notando no esporte-base da Capital Federal, devemos abordar com satisfação os resultados técnicos das 5 provas disputadas no certame feminino de estreantes. Das 5 provas, 4 delas tiveram marcas superadas”.<sup>245</sup>

Em seguida, o redator da matéria fazia referências à nova arremessadora de peso e dardo, atleta do Vasco da Gama, que superou os recordes “mais com a força do braço do que propriamente pela técnica assimilada”, expressando inicialmente seu orgulho, diante de talentos femininos promissores nesta modalidade. Logo depois, Mauro Pinheiro afirmava que a atleta “pequenina do Vasco” já era bastante conhecida pelos seus dotes no volley-ball e no

<sup>244</sup> Cf. SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 469

<sup>245</sup> PINHEIRO, Mauro. “Mais um título de raro brilho! Estreantes – a nova geração de atletismo no Brasil”. *Sport Ilustrado*, n. 536, 15 de julho de 1948, p. 17



tênis. Todavia, destacava que ela tinha sido campeã pelo clube no “esporte da raquete”. Ao final da reportagem, o redator explicitava que a atleta “se revelava em mais um esporte, pela força dos seus punhos, que não se pode brincar com ninguém”.<sup>246</sup> Assim, o perfil social forjado para a arremessadora de peso, ao mesmo tempo que demonstrava e exaltava o progresso do atletismo feminino, zombava da força descomunal da “pequena atleta” e da sua falta de técnica, deixando implícito, paralelamente, suas características físicas desproporcionais. Comparando seu vigor e tipo físico ao do robusto e maciço arremessador de peso, martelo e disco, Nadim Severo Marreis, campeão carioca pelo Botafogo, diversas vezes, o artigo nos fornece pistas sobre as discriminações e os constrangimentos enfrentados pelas mulheres praticantes desta modalidade esportiva.

No entanto, não era somente através do atletismo feminino que a busca da tensão e excitação se realizava. De acordo com fotos mostradas na revista *Sport Ilustrado*, em relação aos esportes no estado do Rio Grande do Sul, este fator se tornava possível também na ginástica feminina. Nas imagens, as atletas americanas, Helen Mc Kee e Pearl Perkins, executavam a “gymnastica de aparelhos, com exercícios de paralelas, barra horizontal e cavalo”.<sup>247</sup>

Junto aos dados quantitativos apresentados nos relatórios do Fluminense, os artigos transcritos acima demonstram uma mudança progressiva na conduta das atletas brasileiras. Muito provavelmente, aquelas que permaneceram se dedicando às aulas de ginástica e vôlei, nos anos 40, eram mulheres de uma geração anterior, formadas no momento em que os manuais de eugenia e ginástica se disseminavam amplamente entre a elite carioca, recomendando a harmonia, leveza e moderação feminina nos exercícios. Ao mesmo tempo, apontam para um sensível deslocamento e engajamento de mulheres mais jovens no atletismo, modalidade esportiva que, do ponto de vista eugênico, deveria ser praticada com amplas restrições, na medida em que os saltos, as corridas de grandes distâncias e os lançamentos de dardo, disco e peso colocavam em questionamento representações tradicionais de feminilidade, conforme oposição médica registrada em Paris, nos anos 20, segundo atesta Georges Vigarello.<sup>248</sup> O atletismo também era encarado como um perigo à maternidade, pois em algumas provas os choques constantes com o solo, as quedas e contusões colocavam em risco o aparelho reprodutor feminino. Além disso, era considerado um “espetáculo deprimente” por Pierre de Coubertin e outros, porque ao final dos treinamentos e competições

---

<sup>246</sup> Idem, p. 17

<sup>247</sup> “Gymnastica de aparelhos”. *Sport Ilustrado*, ano I, n. 16, 27 de julho de 1938, p. 26-27

<sup>248</sup> VIGARELLO, Georges. “Treinar”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*. Op. cit., p. 225-226

as mulheres estavam extenuadas, suadas e descabeladas.

Com efeito, se até o final dos anos 30 as mulheres se aproveitaram taticamente da função maternal para consolidarem sua presença no espaço esportivo e, conseqüentemente, aumentarem seu poder, reivindicando, inclusive, outros direitos, agora elas ampliavam sua forma de atuação nos esportes, rompendo com o modelo de conduta moderado adotado anteriormente, na busca da excitação e do recorde. Desse modo, após a conquista do voto e de direitos sociais, as mulheres ultrapassavam a barreira dos “esportes femininos”, segundo observava o próprio catedrático Américo Netto, e se lançavam decididamente na prática de modalidades consideradas polêmicas e/ou de reserva masculina, numa “tentativa deliberada de se expressarem contrariamente aos ideais e *habitus* femininos da época”, segundo descrevem Dunning e Maguire, se referindo à prática do hóquei na grama por algumas desportistas inglesas, logo após o fim da era vitoriana.<sup>249</sup> Neste contexto, as jogadoras foram estigmatizadas por mulheres inglesas como “sufragettes” porque o esporte duro e competitivo do hóquei, disputado em campos lamacentos, as tornavam masculinizadas e as faziam negligenciar seus deveres domésticos, além de lhes dar um gênero ‘detestável’.<sup>250</sup> De forma semelhante, a prática do atletismo feminino no Brasil, a partir dos anos 40, pode ser interpretada como “elemento de conscientização política” que, em última instância, aponta para a redefinição da identidade feminina nesta conjuntura, através de atitudes mais afirmativas.

Com o objetivo de conter o avanço feminino no espaço esportivo, sobretudo no atletismo, e reforçar a hierarquização de gênero, o médico brasileiro Waldemar Areno, declarava “o desporto feminino encontra ainda hoje opiniões desfavoráveis, conselheiros negativos à sua disseminação, alguns até preconizam o limite restrito da iniciação atlética, sem o direito de competição (...)”<sup>251</sup> Para tanto, o médico da Liga Carioca de Natação e professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos dizia ser necessário respeitar fielmente “princípios gerais”:

“adaptação dos exercícios, adaptação dos desportos a serem encarados e seleção das diversas modalidades esportivas, pois a arquitetura mecânica da mulher e a natureza das finalidades a que se destina, implicam na escolha de desportos condizentes com as suas necessidades, visando em primeiro plano a beleza – qualidade apanágio da mulher – firmada em uma saúde completa, integral e associada ao perfeito desenvolvimento das suas qualidades morais.”<sup>252</sup>

---

<sup>249</sup> DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. In: KNIJNIK, Jorge Dorfman (org.). *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 96

<sup>250</sup> DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. Op. Cit., p. 95

<sup>251</sup> ARENO, Waldemar. “Os desportos femininos, aspecto médico”. In: *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 62, jan-fev de 1942, p.22

<sup>252</sup> Idem, p. 22

Logo depois, ele indicava como “desportos aconselháveis” à mulher

“a natação, esgrima e o tênis, pois além de proporcionarem o desenvolvimento gracioso e harmônico do corpo, modelando as formas e burilando a esbeltês, tonificam o sistema nervoso e educam o ânimo, sendo que a esgrima e o tênis desenvolvem a velocidade e a coordenação dos movimentos.”<sup>253</sup>

Com relação aos desportos coletivos, Waldemar Areno sugeriu a prática do ‘voley-ball’ e relatava que o ‘basket-ball’ estava recrutando, de forma crescente, grande número de atletas, “após a elaboração das novas regras, que introduziram adaptações inteligentes, evitando contato pessoal e, assim, o perigo de traumatismos e choques entre as disputantes”. Em outra categoria, ele discriminava os esportes “proibidos e nocivos, contra-indicados mesmo para uma simples iniciação”:

“ninguém negará que não cabe à mulher a participação em provas de foot-ball, de water-polo, luta, boxe, peso e alteres, salto com vara e tantas outras que encontram oposição justa e razoável, porque tem por finalidade desenvolver qualidades não visadas na mulher, desgraciosas a ela. Além disso, porque submetê-las aos perigos dos desportos violentos, aos traumatismos variados (...) que a cada instante lhes podiam alterar aquela linha harmoniosa e a beleza de suas formas, lhes ofuscar aquela graça e o encanto que só elas possuem?”<sup>254</sup>

Por fim, Waldemar Areno dizia que “certas provas atléticas são ainda discutíveis e oferecem realmente motivos para controvérsias, como “saltos em altura e extensão e a prova de barreiras”.<sup>255</sup> Posteriormente, em artigo dedicado especialmente ao polêmico tema do atletismo feminino, ele ratificava as idéias de muitos colegas contrários ao aumento da performance esportiva e da força física na mulher ao destacar “a mulher de hoje não é conduzida para o cultivo da força, mas para o aprimoramento da raça, da beleza e da feminilidade (...).<sup>256</sup> Depois, com o objetivo de “esclarecer” as dúvidas reinantes acerca de algumas provas atléticas, ressaltava

“no atletismo feminino existem provas que merecem crítica orientada (...). Uma delas é a corrida sobre barreiras. Apesar de disputada em menor percurso e com barreiras baixas, é prova difícil que requer da disputante, além das qualidades gerais inerentes à qualquer atleta, uma figura mecânica compatível e favorável.”<sup>257</sup>

Ao se referir a uma figura feminina “compatível e favorável” para a prática do atletismo, Areno classificava os “tipos esportivos” em três categorias, utilizando-se de tabela estrangeira. Assim, existiam o “tipo esguio, o maciço e o intermediário”. Para a prova de salto com

---

<sup>253</sup> Id, p. 22

<sup>254</sup> ARENO, Waldemar. “Os desportos femininos, aspecto médico”. In: *Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 62, jan-fev de 1942, p.22

<sup>255</sup> Idem, p. 23

<sup>256</sup> ARENO, Waldemar. “Considerações médico-desportivas sobre atletismo feminino”. In: *Revista Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, outubro de 1945, p. 24

barreiras, portanto, a atleta devia ser “esguia, de pernas longas e boa musculatura da coxa”. Levando em conta o tipo físico feminino curvilíneo, de pernas roliças, valorizado comumente por homens e mulheres da sociedade brasileira nesta época, não é difícil supor porquê o médico julgava com restrições as competições femininas nesta prova, a não ser que fosse realizada uma “verdadeira filtração, uma seleção rigorosa no exame morfológico das atletas. Só assim seria permitida a competição entre moças”.<sup>258</sup> Tais prescrições também envolviam a modalidade do salto em distância. Segundo Waldemar Areno, durante muito tempo excluído dos programas atléticos, o salto em distância não podia ser encarado sem reservas, pois “os choques constantes e repetidos sobre os calcanhares no momento da queda, podem e devem repercutir sobre a bacia e os órgãos genitais internos, principalmente os ovários, acarretando uma possível alteração no seu equilíbrio funcional”.<sup>259</sup>

Assim, diante do expressivo aumento das praticantes de atletismo no Brasil, em diversas modalidades, Waldemar Areno, anteriormente favorável à prática de atividades físicas pelas mulheres, de intenso trabalho muscular, mesmo durante o ciclo catamenial, conforme mostramos, mudava sua posição e passava a considerar vantajosa a proibição de determinadas competições, uma vez que o atletismo feminino era “fértil em provas encantadoras nas suas disputas, na graça e beleza dos movimentos executados pela mulher, fértil em provas que favorecem sem perigos a conquista do equilíbrio integral e desejado, que é a saúde”. Porém, ao ratificar as proibições “justas e razoáveis”, ele se esquecia de um detalhe: mencionar às leitoras quais as provas do atletismo eram consideradas “encantadoras e não perigosas” e, conseqüentemente, permitidas à mulher.

Esse esquecimento, aparentemente contraditório, acabava por reforçar a discriminação que pesava, de maneira geral, sobre a prática do atletismo feminino e confirmava as proibições de certos esportes pelas mulheres, haja vista a formalização do artigo 54, do Decreto Lei n. 3199, de 14 de abril de 1941. Através desta lei se estabeleceu que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza, devendo o Conselho Nacional de Desportos (instituição criada pelo artigo primeiro do mesmo decreto lei e destinada a orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva em todo o território nacional) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.<sup>260</sup> Logo depois, em 2 de setembro do mesmo ano, a 4ª sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos (CND) aprovava o projeto

---

<sup>257</sup> Idem, p. 25

<sup>258</sup> Id, p. 25

<sup>259</sup> ARENO, Waldemar. “Considerações médico-desportivas sobre atletismo feminino”. In: Revista *Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, outubro de 1945, p. 26

<sup>260</sup> Decreto Lei n. 3199, de 14 de abril de 1941.

do conselheiro General Newton Cavalcanti, que formalizava as seguintes regras para os desportos femininos:

– as corridas de velocidade serão permitidas até 200m; revezamento até 400 metros (4x100) e as barreiras com o percurso diminuído e de menor altura, sendo, no entanto, proibidas as de meio fundo, fundo e ‘cross country’; – saltos: permitir unicamente os em largura e altura. Não devem ser permitidos os saltos com vara, em profundidade e tríplices; – lançamentos: deverão apenas ser executados os de peso, disco e dardo, sendo que o peso de todos eles deve ser inferior ao dos usados pelos homens. Interditar o lançamento do martelo; pentathlon, decathlon, lutas e boxe; esgrima, remo, natação, saltos ornamentais, hockey, golf, patinagem, equitação e tiro de pistolet são esportes individuais que devem ser praticados pelo sexo feminino. O remo, porém, não deve ser praticado em competições e só será utilizado como meio de corrigir certas deficiências orgânicas. Quanto aos desportos coletivos os mais aconselháveis para a prática do sexo feminino são os de peteca, péla, ténis, voley e basket-ball, sendo que este último deve ter os seus campos e tempos reduzidos. Neste gênero deve ser terminantemente proibida a prática de futebol, rugby, pólo e water-polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao organismo feminino.<sup>261</sup>

Os argumentos pouco precisos de Waldemar Areno, adotados para esclarecer e justificar a proibição da prática de algumas modalidades esportivas pelas mulheres, na verdade, eram os mesmos utilizados pelos opositores do futebol e das lutas para o sexo feminino e serviam, de maneira indistinta e confusa, para classificá-los como violentos, perigosos e viris, qualificando-os, portanto, como “áreas de reserva masculina”, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra. Não por acaso, feministas inglesas escolheram como alvo principal de seus ataques clubes de golfe, de boliche, cricket e de futebol, quando sua luta democrática pelo voto feminino fracassou, em 1913.<sup>262</sup> Ao mesmo tempo, a ausência de regras mais detalhadas para determinadas competições de atletismo, na legislação elaborada pelo Conselho Nacional de Desportos, podia ser perfeitamente interpretada pelas atletas como uma brecha para a prática informal dessas modalidades no interior dos clubes esportivos. Neste sentido, cabe mais uma vez lembrar a frase bastante expressiva de Giovanni Levi: “nenhum sistema normativo é totalmente coerente e estável a ponto de eliminar a negociação e interpretação das regras”.<sup>263</sup>

Apesar destes aspectos, não devemos desconsiderar que estas leis impunham sérios limites à participação das mulheres nas competições esportivas e representavam, na sua essência, reações masculinas contrárias à ascensão das mulheres neste campo. Por outro lado, a formalização de uma violenta segregação entre os sexos, com a transformação posterior de alguns esportes em “territórios de reserva masculina”, era sintoma de mudanças mais vastas que apontavam para o deslocamento de poder entre homens e mulheres e, na mesma medida, para as

<sup>261</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Anais do Conselho Nacional de Desportos, 1941-1942*. Ata da 4ª sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 51

<sup>262</sup> DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. Op. Cit., p. 96-97

<sup>263</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. Op. cit. p. 179-180

transformações na maneira como as desportistas se percebiam e se inseriam no mundo naquela conjuntura, a despeito dos conflitos, constrangimentos, humilhações e interdições vivenciadas que, não raramente, questionavam sua identidade de gênero e orientação sexual.<sup>264</sup> Ou seja, demonstrava o aumento de investimentos, de mobilizações e a ampliação de uma consciência de gênero entre atletas que, sem dúvida, rompia com o ideal de pureza racial, beleza, elegância, moderação, delicadeza e refinamento adotado anteriormente, de forma tática. Sobretudo, evidenciava o receio crescente de autoridades públicas frente às lutas e conquistas femininas num território de hegemonia masculina.

Neste sentido, ainda que significasse o exercício de uma relativa liberdade, a participação das primeiras brasileiras representantes do atletismo feminino, nas Olimpíadas de 1948, após as proibições decretadas sete anos antes, pode ser considerada bastante expressiva. De um total de 11 mulheres presentes na delegação olímpica do Brasil, 6 eram do atletismo. Entre elas estava Melania Luz, primeira atleta negra do Brasil em Jogos Olímpicos.

Porém, não foi somente o aumento da prática polêmica do atletismo feminino que provocou a publicação do artigo 54, do Decreto Lei 3199, em 14 de abril de 1941. Com o objetivo de compreender ainda melhor o processo que culminou na interdição de mulheres em determinadas competições esportivas, necessário é reconstruir agora o percurso trilhado por diversas mulheres jogadoras de futebol no subúrbio carioca, em 1940. Antes disso, um breve retrospecto da história das primeiras atletas brasileiras em Olimpíadas será apresentado.

## ***2.2 A regulamentação da prática sexista, científica e eugênica da educação física e esportes***

O desejo crescente de afirmação, reconhecimento e projeção das mulheres no campo esportivo pode ser acompanhado, numa perspectiva micro-histórica, se compararmos o aumento geral de atletas e a diversificação gradativa dos esportes praticados pelas sócias do Fluminense, entre os anos 30 e 40. Este fato se refletiu, de forma mais global, em participações cada vez mais significativas de atletas brasileiras em Jogos Olímpicos, se considerarmos as edições deste evento em 1932, 1936 e 1948.

Após a participação pioneira e solitária da nadadora brasileira Maria Lenk, nas Olimpíadas de 1932, quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de Berlim, a delegação brasileira feminina aumentou, sendo composta por 6 mulheres que integravam,

---

<sup>264</sup> Sobre estes aspectos, bem como acerca de outros conflitos vivenciados pelas mulheres atletas para conjugar suas tarefas de esposa e mãe, poucas vezes encarados pelos homens, ver DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. Op. Cit., p. 97-100

respectivamente, as equipes de natação (5) e esgrima (1): Maria Lenk, Piedade Coutinho, Scylla Venâncio, Helena de Moraes Salles, Sieglund Lenk e Hilda Von Puttkammer. Certamente, as experiências destas atletas na maior competição esportiva mundial – para algumas delas vividas mais de uma vez, como foi o caso de Maria Lenk, em 1932 e 1936, e Piedade Coutinho, sucessivamente participante das Olimpíadas de 1936, 1948 e 1952 – não permitem encobrir a vontade de conhecimento, aprimoramento e superação que elas possuíam, nem tampouco os preconceitos de gênero vivenciados, apesar de serem vistas como representantes dos “esportes femininos”. Fator que pode explicar tanto o aumento de interesse das cariocas pela esgrima – após a participação, em 1936, da primeira esgrimista brasileira em Olimpíadas – quanto à relativa estabilidade da natação feminina, entre as sócias do Fluminense, durante a década de 40, conforme atestam as tabelas.

Para comprovar a busca pelo recorde e aperfeiçoamento constante entre as nadadoras brasileiras, Maria Lenk afirmou que, durante a preparação para as Olimpíadas de 1936, pôde contar muitas vezes com o treinamento do exigente técnico Takashiro Saito – um dos responsáveis pela equipe de natação do Japão nos Jogos de Berlim – contratado pela Liga de Esportes da Marinha Brasileira, para realizar algumas competições no país.<sup>265</sup> Embora não tenha participado das finais olímpicas em 1936, Maria Lenk foi a única mulher a empregar o “nado borboleta” nesta competição, extremamente difícil e exaustivo, sendo praticado apenas por poucos homens na época. Além disso, diferentemente das Olimpíadas de 1932, quando os atletas brasileiros chegaram fora de forma em Los Angeles, as nadadoras brasileiras, exceto Piedade Coutinho que viajou posteriormente, mantiveram o ritmo de treinamento numa “piscina” improvisada a bordo do navio cargueiro que as conduziu rumo aos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. De acordo com informações de Maria Lenk, expressas em sua autobiografia,

“o tanque construído pela tripulação, na verdade, era um caixote, feito com tábuas cobertas de lona e cheias com água do mar, pequeno para dar-se uma braçada, mas a criatividade do técnico Carlos de Campos Sobrinho tentou solucionar esse problema, amarrando os nadadores por uma corda, de modo que pudessem executar os movimentos dos nados seguidamente, sem a consequente locomoção.”<sup>266</sup>

Deve-se ainda ressaltar a ousadia demonstrada pelas nadadoras brasileiras nestas Olimpíadas. Ao viajarem em grupo, mas sem os pais, elas não se intimidaram pelos preconceitos vigentes, principalmente se considerarmos as experiências de abandono da própria Maria Lenk, vivenciadas solitariamente nas Olimpíadas de 1932 – divulgadas pelo

---

<sup>265</sup> LENK, Maria. Braçadas e abraços. Op. cit., p. 87

<sup>266</sup> Idem, p. 100

*Jornal dos Sports* e, com certeza, compartilhadas cuidadosamente, de forma oral, entre as nadadoras e suas famílias na época. Por ser jovem demais, este fato não ocorreu com Piedade Coutinho. A nadadora carioca, então com 15 anos, foi apelidada pejorativamente de “filhinha” pela imprensa brasileira, porque contou na viagem à Berlim e em toda a competição com a presença incentivadora e protetora do pai, o que mostra como as lembranças “proibidas” e “clandestinas” de fatos traumatizantes permanecem vivas e circulam por meio de redes familiares e de amizades, conforme afirma Pollak.<sup>267</sup>

A permanência dessa memória subterrânea, que foge ao controle da memória coletiva nacional, sem dúvida, foi decisiva na carreira esportiva da nadadora carioca Ligia Cordovil. Especialista no estilo livre e convocada para participar das Olimpíadas de 36, ela teria desistido de competir em Berlim porque fazia um curso de contabilidade na época e isso ia acarretar-lhe sérios prejuízos na conclusão do curso, de acordo com as declarações do seu pai, Ismael Cordovil, ao *Jornal dos Sports*.<sup>268</sup> No entanto, a própria Ligia Cordovil lamentou sua ausência nas Olimpíadas de Berlim e afirmou ao jornal *Diário de São Paulo* que não pôde competir nos Jogos “por culpa do seu pai”.<sup>269</sup> Depois disso, Ligia Cordovil nunca mais participou de uma Olimpíada. Provavelmente, tanto a viagem de Piedade Coutinho na companhia do pai, quanto à ausência sentida de Ligia Cordovil nas Olimpíadas de 1936, foram motivadas pelos receios e preconceitos das famílias dessas atletas em função do que tinha acontecido com Maria Lenk quatro anos antes, quando viajou sozinha em meio a 66 atletas homens rumo aos Jogos Olímpicos de Los Angeles e vários incidentes aconteceram.

Já nas Olimpíadas de Londres, em 1948, primeiros Jogos a serem realizados pós 2ª Guerra Mundial, o número das competidoras do atletismo ultrapassou o das nadadoras, esporte que, nos anos 30, havia consagrado as primeiras atletas brasileiras em Olimpíadas, em virtude da possibilidade de treinamentos mais intensos e rotineiros aberta com a construção das piscinas nos clubes paulistas, de medidas oficiais, depois de 1933.<sup>270</sup> Superando interdições, tabus e discriminações de vários tipos, pela primeira vez as representantes do atletismo feminino competiram em Olimpíadas. De um total de 11 mulheres que formavam a delegação olímpica brasileira, 6 eram do atletismo e 5 da natação, sem dúvida um reflexo da tendência observada nos clubes cariocas, a partir dos anos 40, conforme atestou o exame dos Relatórios de Diretoria do Fluminense. Elas competiram nas provas de salto em distância, salto em altura, arremesso de peso, revezamento 4x100 m, 100 m e 200 m, com destaque para

---

<sup>267</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. Op.cit., p.3-15

<sup>268</sup> “Ligia Cordovil não irá a Berlim”, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936, p. 1

<sup>269</sup> “Lygia não seguiu”. *Diário de São Paulo*, 27 de junho de 1936

<sup>270</sup> LENK, Maria. Braçadas e abraços. Op. cit., p. 71



a participação da primeira atleta negra do Brasil, Melania Luz, então com 20 anos e corredora dos 200m, que abriu caminho para a presença cada vez maior das esportistas negras nas principais competições internacionais.<sup>271</sup> As atletas olímpicas restantes eram Benedita Souza Oliveira, Elizabeth Clara Muller, Helena Cardoso de Menezes, Lucila Pini e Gertrudes Ida Morg. Já as nadadoras foram representadas por Piedade Coutinho, Eleonora Schmitt, Maria Angélica Leão da Costa, Edith da Gama Groba e Talita de Alencar Rodrigues.<sup>272</sup>

Os aspectos descritos acima demonstram, portanto, as atitudes afirmativas dessas atletas frente aos sistemas normativos de poder, a despeito das inúmeras resistências e restrições encaradas principalmente pelo atletismo feminino, vivenciadas, de forma mais velada, pelas nadadoras brasileiras, porém não menos sofridas. Apesar dos cerceamentos existentes podemos imaginar então as margens de manobra e negociação articuladas pelas praticantes do atletismo no interior de seus clubes, principalmente quando atingiam os índices olímpicos estabelecidos para suas especialidades, performance conseguida apenas por poucas atletas. Diante de uma realidade discriminante, a qual se somavam os treinos, as viagens e competições e, não raramente, o trabalho remunerado em alguma atividade, o alto rendimento físico destas mulheres, possivelmente, funcionava como forma de alavanca para galgar posição e prestígio no campo esportivo brasileiro, sobretudo se considerarmos que elas começavam a representar o nome do país na maior competição internacional. Seus investimentos, deslocamentos, vivências, trajetórias e ações contribuíram, portanto, para uma re-significação do corpo feminino, aqui entendido como “lugar de memória” e resistência ao anonimato e à exclusão. Por outro lado, seus excelentes resultados deviam suscitar rancores e discriminações de todos os tipos, se levarmos em conta que ao preconceito de gênero se somavam as acusações de uma “sexualidade duvidosa” e os estigmas de classe e raça/etnia sentidos por algumas atletas negras, de situação remediada, como foi o caso de Melania Luz.

De maneira fugidia, Melania disse que sentia o “preconceito de cor”, principalmente de algumas mulheres do atletismo, descendentes de imigrantes alemães, pertencentes ao quadro de atletas do Sport Club Germânia, agremiação paulista, atualmente denominada Sport Club Pinheiros em função da mudança de nome feita durante a Segunda Guerra Mundial. Atleta do São Paulo Futebol Clube, Melania Luz se referia mais especificamente a Elizabeth Clara Muller – do clube Germânia, sua companheira nas Olimpíadas de 1948 e, ao mesmo tempo,

---

<sup>271</sup> Cf. SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 465-477

<sup>272</sup> Estas informações foram colhidas em COB. *Sonho e conquista*. O Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. Sobre a atleta negra Melânia Luz, ver SCHUMAHER, Schuma e VITAL

concorrente na modalidade de 100 e 200m. Quando indagada sobre a convivência com as mulheres brancas do atletismo, ela relatou: “a pior era a Clara. Porque a Clara era de um clube de alemães mesmo”. Insistindo na pergunta, tentei esclarecer em que sentido ela empregou a palavra “pior” e questionei se Clara Muller era racista. Então, ela respondeu afirmativamente, mais de uma vez: “a Clara era um pouco sim. Era um pouco sim”.<sup>273</sup> Além disso, Melania disse “nunca me entrosei com esta turma” ao se referir às atletas alemãs do Germânia. Em seguida, falou: “só quando tinha competição mesmo. Que nem quando tem Troféu Brasil, Sul Americano, aí a turma tem que treinar junto mesmo, né? Digo cada um na sua”.<sup>274</sup> Como se pode perceber, Melania usa a palavra “turma” com um duplo sentido. Embora a utilize para expressar uma eventual coesão entre atletas brasileiras, em caso de disputas esportivas internacionais, na maioria das vezes ela deixa claro o afastamento que existia entre as atletas do São Paulo e as “alemãs” do clube Germânia. Por ter iniciado sua carreira em 1945 e participado das Olimpíadas de 1948, a entrevista de Melania Luz será examinada mais detalhadamente no próximo capítulo, onde abordarei a participação feminina nos esportes durante a experiência liberal-democrática brasileira (1946-1964), juntamente com outros depoimentos: de Deise Jurdelina de Castro – atleta negra, corredora dos 200 m nas Olimpíadas de 1952 – e Mary Dalva Proença – única mulher brasileira presente nas Olimpíadas de 1956, na modalidade dos saltos ornamentais. Esta perspectiva será adotada para examinar como se opera a construção de alteridades entre as próprias mulheres, em diferentes contextos históricos, haja vista que em nenhum momento elas devem ser entendidas como uma categoria homogênea.<sup>275</sup>

Feitas estas observações convém voltarmos ao início da década de 1940. Com efeito, o artigo 54, do decreto lei 3199, de 14 de abril de 1941, foi uma resposta violenta e autoritária do Estado à luta das mulheres pela ampliação da sua libertação, dos seus direitos e da sua cidadania. Representava também a tentativa do Governo Federal de uniformizar e centralizar a prática desportiva – a partir daquele ano sob a fiscalização do Conselho Nacional de Desportos – e, assim, obter o aprimoramento racial do povo brasileiro, com base nas distinções de sexo e idade, entre outras, a exemplo do que recomendavam alguns teóricos do assunto, desde o final dos anos 20. Para o poder público era imprescindível, portanto, que a prática da educação física e esportes fosse deixada aos cuidados de professores, instrutores e

---

BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 465-477

<sup>273</sup> Entrevista concedida à autora, em 3 de maio de 2009.

<sup>274</sup> Idem

médicos capacitados pelo Estado e não de interesses privados. Assim, na exposição de motivos do ministro da Educação e Saúde, encaminhada ao Presidente Getúlio Vargas, junto ao Decreto-lei n. 1212, de 17 de abril de 1939, que criou, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), Gustavo Capanema afirmava:

“Não basta que se façam leis e regulamentos dispendo sobre a prática da educação física nas escolas, nem que nestas se montem estádios, ginásios, piscinas e outras instalações (...). É preciso, sobretudo, que existam professores, não professores quaisquer, improvisados no preparo e errados no saber, pois estes, ao invés de aprimorar a infância e a juventude com a educação física, com esta não raro lhes levam a deformação ou a lesão irreparável, mas ao contrário professores instruídos, possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos, e capazes de melhorar a saúde e dar ao corpo solidez, agilidade e harmonia.

Observamos, por outro lado, que se torna necessário e urgente elevar o nível dos desportos em nosso país (...). A obra a empreender demanda muitas e difíceis medidas. Uma se apresenta com exigência imperiosa: é a preparação de pessoal técnico destinado a orientar e dirigir os desportos de diferentes modalidades. Este pessoal técnico tem de ser numeroso e não pode ser recrutado entre os autodidatas, rudimentares ou desvirtuados no conhecimento da penosa matéria, mas entre os especialistas esclarecidos e seguros. Em suma, professores de educação física, técnicos em desportos, médicos especializados em educação física e desportos, tais são os elementos essenciais e básicos de que necessitamos para desenvolver e aperfeiçoar entre nós a educação física e os desportos.”<sup>276</sup>

Junto à ação da Divisão de Educação Física, a criação da ENEFD supostamente significava a execução dos fins propostos. Pretendia-se com esta medida que clubes, escolas, associações ginásticas e de classe ficassem submetidas ao rigor saneador de médicos especialistas, determinados a corrigir deficiências e anomalias físicas, identificar lesões mais comuns, bem como observar moléstias contagiosas adquiridas através de comportamentos e práticas sexuais inadequadas. Ao tentar desenvolver acertadamente o programa de educação física do governo nas instituições educacionais e, assim, estabelecer grupamentos de ensino homogêneos, com turmas equivalentes em suas capacidades físicas, a avaliação médica empreendida nas escolas buscava segregar aqueles que não alcançavam o rendimento físico esperado ao final do ano letivo e, sobretudo, identificar precocemente os alunos mais aptos a praticar determinadas modalidades esportivas. Neste sentido, o preenchimento semestral de fichas médico-biométricas, com a medição da cintura, quadris, envergadura dos braços, altura das pernas e capacidade respiratória, entre outras, era imprescindível, devendo ser enviadas, posteriormente, à Divisão de Educação Física para “trabalhos estatísticos, considerando-se as regiões de origem, as raças, identidade do clima, da população, hábitos, etc. Dos cálculos

---

<sup>275</sup> SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997. p. 277-279

<sup>276</sup> Decreto Lei n. 1212, de 17 de abril de 1939. In: LENK, Maria. *Organização da Educação Física e Desportos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p.30-31

estatísticos, surgirão tabelas de importância para a simplificação e justiça da execução do grupamento homogêneo”, conforme explicitava o médico Paulo Araújo.<sup>277</sup>

Em outra conferência, o Dr. Araújo explicava, mais detalhadamente, a importância de se adotar a “homogeneização das turmas”:

“o médico assistente de educação física dos estabelecimentos de ensino inicia suas atividades realizando o 1º exame para separar os educandos, de cada sexo, perfeitamente normais, do ponto de vista da rigidez, dos que apresentam qualquer desvio de normalidade, resultando em 2 grupos, denominado pelas instruções médicas, de normais e deficientes”.<sup>278</sup>

Para o médico “a constituição atual das classes na escola, seja pela idade cronológica, seja pela idade escolar, não tem em vista, nem realiza a homogeneidade física”.<sup>279</sup> Portanto, o aprimoramento da educação física no país somente seria viável se as classes de ensino se constituíssem de acordo com o mesmo padrão físico apresentado pelos alunos. Desse modo, aqueles que não demonstravam o mesmo rendimento na disciplina de educação física ficavam impedidos de “atrapalhar” o desenvolvimento dos alunos considerados “mais capacitados”, ao mesmo tempo, poupando tempo e esforços desnecessários dos professores e médicos.

Sem dúvida, o projeto de mapear e aprimorar a saúde física do país se revelava ambicioso e sua execução extremamente difícil, apesar das tentativas de coordenação realizadas pela Divisão de Educação Física. Mesmo fornecendo as fichas médico-biométricas aos diversos estabelecimentos de ensino secundário no país, o relatório de atividades da DEF, referente ao ano de 1942, indicava que das 101.065 fichas enviadas somente tinham retornado 57.373 devidamente preenchidas.<sup>280</sup> Diante do aparente descaso ou desconhecimento dos profissionais envolvidos nas escolas, a DEF criou uma premiação para incentivar a colaboração das mesmas. Os estabelecimentos de ensino secundários que cumprissem suas obrigações receberiam pontos pelo preenchimento de cada exigência, cujo máximo ficava fixado em 100. Para se classificar era exigido, no mínimo, 60 pontos e apenas 10 estabelecimentos seriam premiados. Cumpre ressaltar que o item de maior valor (15 pontos) era a tão almejada devolução das fichas biométricas.<sup>281</sup>

Embora não tenhamos conhecimento sobre o resultado da iniciativa do poder federal para alcançar seu intento, nem mesmo se a medida adotada permaneceu nos anos posteriores,

---

<sup>277</sup> ARAÚJO, Paulo. “O exame médico-biométrico”. Conferência publicada no *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, junho de 1941, p. 91-96

<sup>278</sup> ARAÚJO, Paulo. “O grupamento homogêneo”. Conferência publicada no *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, junho de 1941, p. 109-110

<sup>279</sup> Idem, p. 109-110

<sup>280</sup> Relatório das Atividades da Divisão de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 6, abril de 1943, p. 14

os dados colhidos no relatório de atividades da DEF, referentes ao ano de 1944, mostram uma curiosidade: das 8.875 fichas distribuídas, foram enviadas à Divisão 15.342 fichas no total.<sup>282</sup> Se compararmos com os dados anteriores, notaremos comportamentos diversos dos atores sociais envolvidos na questão. Na primeira resposta à convocação da DEF, realizada em 1942, antes que fosse criada a premiação, somente 57% das escolas secundárias preencheram os formulários adequadamente, demonstrando uma significativa rejeição da sociedade ao projeto do governo ou, no mínimo, a apatia, o desconhecimento e a incredulidade de grande parcela das instituições de ensino diante das expectativas sociais ainda megalômanas do Estado Novo, claramente expressas no número de fichas distribuídas (101.065). Porém, o mais inusitado, mas não menos revelador, pode ser observado no relatório de 1945 da DEF. Para além de evidenciar a noção que o próprio regime já tinha do seu enfraquecimento e agonia naquele momento, expressa no reduzido número de fichas distribuídas (8.875) em relação ao ano de 1942, nos chama a atenção o fato da DEF ter recebido 15.342 fichas no total, quase o dobro de formulários enviados.<sup>283</sup> Provavelmente, conscientes do poder de barganha que poderiam ter caso “aderissem” ao projeto autoritário do Estado, numa conjuntura de grande pressão da sociedade brasileira pelo restabelecimento das liberdades democráticas ou, quem sabe, almejando ainda obter possíveis premiações, várias escolas sacaram de suas gavetas fichas esquecidas e nunca enviadas, mesmo que continuassem indiferentes ou passivas em relação às propostas eugênicas da DEF. O que não exclui, certamente, a existência de outros comportamentos sociais durante a ditadura do Estado Novo, como a adesão e colaboração de muitas desportistas nesta conjuntura, conforme demonstrado através da análise das memórias de Maria Lenk, feita no primeiro capítulo. Porém, entre aqueles que resistiram e os que efetivamente colaboraram com a política autoritária de Vargas, há os simpatizantes, indiferentes e os que alegam nada saber, segundo afirma Janaína Martins Cordeiro, analisando o processo de consenso social estabelecido em torno da ditadura civil-militar de 1964.<sup>284</sup>

A existência de professores e médicos que colaboraram ativamente com as pretensões e propostas do governo pode igualmente ser evidenciada nos relatórios enviados à DEF por alguns profissionais das diversas instituições de ensino da Capital Federal. Como exemplo, destaca-se o relato pormenorizado do médico assistente de educação física, lotado no Colégio

---

<sup>281</sup> Idem, p. 37

<sup>282</sup> Relatório das Atividades da Divisão de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano V, n.12, abril de 1945, p. 7

<sup>283</sup> Relatório das Atividades da Divisão de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano V, n.12, abril de 1945, p. 7

<sup>284</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 43, jan-jun de 2009, p. 91

Santo Inácio, sediado no bairro de Botafogo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ele afirmava a ocorrência de diversos casos clínicos entre os alunos, por especialidades. Na área das dermatoses, o médico manifestou a existência de acnes, herpes, eczemas, urticárias e foliculites. No campo da oftalmologia, relatou casos de daltonismo, estrabismo e miopias graves, bem como deficiências no aparelho locomotor (escolioses, pé chato, artrite, entre outras), no sistema nervoso (gagueiras, dislexia, etc.), além de casos congênitos de sífilis.<sup>285</sup> Existiam também relatórios menos detalhados, como o da médica assistente de Educação Física do colégio Notre Dame, ambos citados no Boletim da DEF e apresentados no Primeiro Congresso Pan-Americano de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro, de 19 a 31 de julho de 1943.<sup>286</sup> No sentido de averiguar as ocorrências relatadas realizaram-se 174 inspeções nos estabelecimentos de ensino secundário no país, conforme informações da DEF.<sup>287</sup>

Em outro caso, é possível notar ainda a colaboração ativa de algumas mulheres na criação de Departamentos Femininos, nesta conjuntura. No discurso pronunciado pela representante do Departamento Feminino “Gustavo Capanema”, por ocasião da inauguração de uma praça de esportes em Pitangui (MG), as atitudes do Ministro de Educação e Saúde eram lembradas e eternizadas pelo seu exemplo de “firmeza e coragem, de fina sensibilidade estética”. Nas palavras da oradora, a figura de Capanema aparecia como “grande apologista da educação, quer física, quer social, moral e intelectual”. Assim, ela aproveitava a cerimônia pública de inauguração da praça de esportes pelo governo federal, para destacar o trabalho privado feito pelo Departamento Feminino, com a finalidade de colaborar com a causa nacional da educação física. Com efeito, na tentativa de obter apoio e, quem sabe, recursos públicos para a entidade, a anônima moradora de Pitangui se empenhava em enfatizar o papel da educação física na “força de um povo”, “base de todo o processo educacional”, uma vez que “pode melhorar as boas inclinações e modificar as más”.<sup>288</sup>

Atitude bem distinta daquela adotada pelos bispos da Província Eclesiástica de São Paulo. Reunidos em conferência anual, eles se dirigiram à Presidência da República, através de carta enviada em 19 de março de 1940. Nela, eles desaprovavam e condenavam “certas práticas oficiais em flagrante contradição com os preceitos morais pregados pela Santa

---

<sup>285</sup> *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 7, agosto de 1943, p. 7

<sup>286</sup> *Idem*, p. 7

<sup>287</sup> *Boletim de Educação Física*, ano IV, n. 12, abril de 1945, p. 11

<sup>288</sup> Discurso pronunciado pela oradora do Departamento Feminino “Gustavo Capanema”, por ocasião da inauguração de uma praça de esportes em Pitangui (MG). Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 11, fotograma 81, série produção intelectual, 10 de junho de 1940

Igreja”.<sup>289</sup> Manifestando “sincero e leal intuito de colaboração harmoniosa entre Igreja e Estado”, os bispos apresentavam os motivos que causavam alarme às famílias paulistas, entre os quais destacavam as aulas que aconteciam na Escola Superior de Educação Física, “assistidas em trajes indecorosos por moços e moças, alheios a qualquer preocupação moral e religiosa”. Assim, salientavam: “uma educação física dessa maneira acarreta deslizes em matéria de pudor, com a seqüela lúbrica de excitações eróticas nas aulas”. Contudo, o que realmente considerava-se uma afronta religiosa eram “as fichas violentamente contrárias à decência, com dados desnecessários e impudicos, como o mais desabrido ultraje ao recato feminino, pois que o serviço antropométrico das alunas é confiado a médicos e não a médicas ou senhoras de confiança”. Desse modo, além de inúmeras sugestões “para modificar radicalmente o espírito e o rumo da Educação Física no estado de São Paulo”, as autoridades eclesiásticas recomendavam que as fichas biométricas somente anotassem “dados que tivessem real justificativa esportiva e higiênica, excluídos em absoluto os vexatórios ou contrários à decência”. Por fim, solicitavam que os exames antropométricos das alunas fossem realizados por senhoras, “competindo à família designar o seu médico de confiança para seguir de perto a saúde da criança e adolescente”<sup>290</sup>, confirmando o incômodo causado pela interferência do Estado em questões de ordem privada.

A imposição e aceitação dessas medidas, certamente, não foram unânimes, mas denotam a intervenção do Estado no cotidiano da sociedade, para além de destacar as interpenetrações, negociações, os impasses e diferentes concepções existentes entre as esferas pública e privada. Situação sentida, sobretudo, no âmbito das associações esportivas. De acordo com os Relatórios de Diretoria do Fluminense Futebol Clube, as transformações se fizeram sentir no próprio estatuto do clube, alterado com a inclusão de novas seções. Assim, o tricolor carioca anunciava a criação da “seção feminina”, em 1937, nova denominação do antigo Departamento Feminino, “regularizando-se a situação de um conjunto de atividades que ainda não tinham expressão oficial”. A par desta modificação, se fazia menção aos reparos na piscina do clube, iniciados em 1934 e concluídos dois anos depois, de acordo com as instruções da inspetoria de engenharia sanitária, que havia detectado falha na água recebida do mar, considerada impura e, portanto, sem apresentar as condições de higiene adequadas. Razão pela qual o Fluminense realizou as obras de tratamento de água, segundo previa o novo regulamento sobre o funcionamento das piscinas balneárias.<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 22, fotograma 455, 19 de março de 1940

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1937, p. 10-14

No mesmo ano, o clube inaugurou a “seção de serviços médicos”, com avaliação dos atletas através de exames clínicos e morfológicos e a classificação dos acidentados por esporte e lesões apresentadas, seguindo as normas ditadas pela DEF.<sup>292</sup> Em seguida, a diretoria do FFC criava o Boletim Oficial de Informações, da nova seção de publicidade e propaganda, bem como o Centro Cívico da Juventude Brasileira, em virtude do decreto lei n. 2072, de 8 de março de 1940. A solenidade de inauguração do Centro da Juventude contou com a presença do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, “que apresentou ao FFC suas efusivas congratulações e o agradecimento do governo federal por essa realização de tão alto sentido humano e patriótico”.<sup>293</sup>

Mais do que revelar o grau de alcance do poder federal na tentativa de consolidar sua proposta eugênica, os Relatórios de Diretoria do Fluminense demonstram a negociação, adesão e estreita colaboração desta associação esportiva com o projeto político do Estado Novo. Cooperação que envolveu, inclusive, a permissão para a ENEFD funcionar no próprio clube, após as melhorias efetivadas, conforme evidenciava o telegrama de agradecimento enviado por Gustavo Capanema.<sup>294</sup> Na verdade, o acordo estabelecido deveria vigorar até 31 de dezembro de 1947. No entanto, a diretoria do tricolor carioca somente em 1949 rompeu o compromisso assumido, porque o governo federal não pagava o aluguel estipulado – CR\$ 30.000 mensais –, desde que a ENEFD ali se instalou.<sup>295</sup> Conforme atestava notícia veiculada no *Jornal do Sports*, ao permitir que a escola continuasse a realizar gratuitamente as aulas práticas nas suas instalações, o Fluminense obtinha distinção e reconhecimento público:

“(…) A Escola Nacional de Educação física e Desportos tornou possível a divulgação dos mais modernos métodos de cultura do corpo (...) é um trabalho de projeção nacional. Os técnicos que saem da escola vão transmitir, nos lugares mais remotos do país, as lições recebidas; vão dirigir a educação física de jovens brasileiros (...). Assim se padroniza a cultura do corpo pela adoção geral dos mesmos princípios e métodos (...). Mas na apreciação dessa obra, ninguém poderá esquecer o papel do glorioso Fluminense Futebol Clube. Com um alto sentido de brasilidade, o tricolor cedeu à ENEFD as suas majestosas dependências – campo, pista, piscina e ginásio. É justamente fixando essa contribuição que apresentamos essa reportagem em homenagem ao FFC, que tanto soube prestigiar e cooperar numa obra de verdadeiro interesse nacional”<sup>296</sup>

Além de consolidar seu prestígio entre autoridades públicas e a sociedade brasileira, o Fluminense Futebol Clube também obtinha benesses do governo, como demonstrava a

---

<sup>292</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1939, p. 10

<sup>293</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1940, p. 23-24

<sup>294</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1940, p. 39

<sup>295</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1949, p. 154



homenagem prestada pelo nosso já conhecido Waldemar Areno, professor da ENEFD, que concedeu o nome do clube à embarcação de remo para exercícios dos alunos. Em nome de sua colaboração, a agremiação esportiva barganhava ainda o abatimento e, até mesmo, a liquidação de dívidas com o governo federal, bem como a negociação de títulos junto ao Banco do Brasil.<sup>297</sup> Neste sentido, a relação de favores estabelecida entre ambos é uma amostra representativa dos alcances da proposta micro-analítica, dado que permite reconstituir a complexidade e, até mesmo, a trama social das relações de poder. Longe de ignorar os sistemas normativos mais globais, essa perspectiva ilumina as experiências e subjetividades de grupos e atores sociais diante das estruturas coercitivas, tão privilegiadas em enfoques macroanalíticos. Segundo afirma Jacques Revel,

“A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama (...) O projeto é fazer aparecer, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais mais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc...”<sup>298</sup>

As seções de serviços médicos instaladas no interior dos clubes, das escolas e associações de classe atestavam “a campanha de sanear o sport através do exame médico”, segundo a afirmação do Dr. Leite de Castro, chefe do Departamento Médico da Liga de Futebol do Rio de Janeiro, demonstrando o prestígio e a notoriedade alcançados pelos mesmos durante o Estado Novo. Com o objetivo de comparar a situação anterior do futebol brasileiro, Leite de Castro destacava “a nova mentalidade do dirigente esportivo”, cômico do “verdadeiro papel da medicina dentro da educação física” a partir da “nova era do profissionalismo”. Desse modo, ele demonstrava os avanços conseguidos: “nosso trabalho não foi mal empregado (...) pudemos estabelecer uma análise mais nítida das deficiências que atormentavam as centenas de jogadores do ‘sport bretão’ (...) Fizemos a dissecação ampla do mal, abrindo os bordos da ferida e mostrando a verdade dos fatos (...)”<sup>299</sup> Em seguida, ele se estendia às outras modalidades esportivas:

Não se discute mais sobre a importância do exame prévio no sport. Todo aquele que pratica football, remo, basketball tem necessidade de possuir um organismo em boas

---

<sup>296</sup> “O sentido de colaboração entre o Fluminense Futebol Clube e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos”. Transcrito do *Jornal dos Sports* e inserido no *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1942, p. 209

<sup>297</sup> *Relatório de Diretoria do Fluminense Futebol Clube*, 1943, p. 9-11

<sup>298</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV. 1998, p. 20-22

<sup>299</sup> LEITE DE CASTRO. “O exame médico nos sports”. *Sport Ilustrado*, ano I, n.14, 13 de julho de 1938, p. 20-24

condições (...). E quem, como nós está a frente de um serviço dessa natureza, pode, melhor que ninguém, bem medir a importância capital deste preceito higiênico (...). As nossas fichas informam tudo (...). De facto, a análise do médico deve ir a maior profundidade, esmiuçando todos os recantos da vida física e psíquica do indivíduo (...). Uma peça avariada pode determinar alterações profundas no conjunto geral (...). Uma simples e banal infecção venérea pode inutilizar de modo definitivo um jogador ou atleta, o que no regime profissional actual, representa uma grande e grave perda (...). Quem se dedica a estudos dessa natureza tem nesses exames médicos uma fonte inegociável de observações (...). Cremos que assim o fazendo, esclarecemos da melhor forma possível a verdadeira finalidade da ciência médica, intervindo de maneira definitiva sobre todos aqueles que se dedicam com entusiasmo e ardor aos exercícios físicos para conquista da força, saúde e vigor”.<sup>300</sup>

Posição semelhante tinha Domingos D’Angelo, chefe do departamento médico da Liga Carioca de Basket (LCB). Na reportagem da *Sport Ilustrado*, mostrava-se sua foto, medindo a pressão arterial de um atleta. Abaixo da imagem, lia-se a seguinte legenda: “Dr. Domingos D’Angelo examina um sportsman, além de verificar se satisfaz todos os requisitos exigíveis à sua inscrição como basket-player”. Para Domingos D’Angelo

“a intervenção do departamento médico da LCB tem sido proveitosa em muitas oportunidades (...). No sentido de amadores portadores de afecções venéreas, mais incisiva não poderia ter sido a sua fiscalização, impedindo a participação dos mesmos em encontros oficiais (...) Por serem moléstias transmissíveis, desde logo se tem a ideia das vantagens que advem do exame médico”.<sup>301</sup>

Na mesma revista, as nadadoras Scylla Venâncio, Geysa e Dayse Former de Carvalho apareciam em outras fotos, realizando diversos exames – verificação de peso e altura, envergadura dos braços, capacidade pulmonar – com o médico da Liga Carioca de Natação (LCN), Waldemar Areno. Evidentemente, as medidas verificadas forneciam dados considerados de suma importância para a realização de estudos científicos sobre os biotipos adequados a cada modalidade esportiva e serviram, provavelmente, como base para a proibição de determinados esportes pelas mulheres. Mas, sobretudo, os exames periódicos dos homens e mulheres atletas podiam detectar hábitos sociais e comportamentos sexuais incompatíveis com a finalidade precípua da educação física: selecionar os indivíduos física e moralmente superiores. Neste sentido, a sífilis e o alcoolismo eram vistos como os piores inimigos do desportista, causando, inclusive, seu afastamento das competições e, muitas vezes, do próprio clube.

Os estudos médicos e científicos também eram feitos com o tênis. Embora indicado para indivíduos de todas as idades, “sem distinção de sexo”, sua prática devia respeitar certos preceitos, devendo o jogador “se submeter a um minucioso exame médico, a fim de não se

---

<sup>300</sup> Idem, p. 20-24

expor a excessos”.<sup>302</sup> Neste sentido, para ser corrigida a assimetria do corpo, causada pelo trabalho muscular mais intenso somente em um lado do corpo, recomendava-se antes “exercícios com os braços e ombros não utilizados no emprego da raquete”. Assim, a harmonia das formas não seria prejudicada. Além disso, “moças no período menstrual e grávidas, a partir do quarto mês de gestação, não deviam praticá-lo”. Afora estas recomendações, o tênis era considerado um esporte “simples, delicado e higiênico, porque praticado sempre ao ar livre, em contato direto com o sol”. Para finalizar, o artigo reproduzia os valores sociais distintivos atribuídos a esse esporte ao frisar “não há contato de corpo entre os adversários e o jogo se torna naturalmente delicado, obrigando seus praticantes a uma cortesia espontânea”.<sup>303</sup>

A divulgação da forma adequada, sistematizada e científica da educação física e esportes, bem como o estabelecimento das bases de organização dos desportos no Brasil – deixada sob o encargo do Conselho Nacional de Desportos, através do decreto lei 3.199, de 14 de abril de 1941 – foram ainda uma resposta autoritária ao que era visto como um modo “leigo e improvisado” com o qual se praticavam as atividades físicas e desportivas no país, conforme relatava Mario de Brito, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, em carta encaminhada ao Ministro Gustavo Capanema, em 4 de agosto de 1938. Nela, ele reclamava a atenção do Ministério de Educação e Saúde para “certas iniciativas” que promoviam a realização de campeonatos colegiais de futebol.<sup>304</sup> Assim, Mario de Brito afirmava que “a promoção de tais competições não dever ficar à mercê de interesses de empresas particulares, sobretudo leigas, e à revelia da fiscalização do Departamento Nacional de Educação, sobre o qual recai a maior parcela de responsabilidade na formação física, intelectual e moral da juventude”. Para o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação a comprovação pública de que os promotores e organizadores daquele campeonato “menosprezavam os mais elementares preceitos que servem à Educação Física” se expressava no próprio regulamento da competição. Segundo descrevia o parágrafo primeiro, do artigo 3, “permitia-se a composição das equipes de futebol com jovens de 16 anos”, cujos organismos “encontravam-se ainda numa fase delicada de formação, em risco, portanto, de ocasionar graves prejuízos para a saúdes desses colegiais”. Além disso, Mario Brito escrevia que não havia no regulamento geral do campeonato “a menor referência às condições fisiológicas dos

---

<sup>301</sup> “O basket sob controle médico”. *Sport Ilustrado*, ano I, n. 19, 17 de agosto de 1938, p.5

<sup>302</sup> LOYOLA, Holanda. Estudo sobre o tênis. *Revista Educação Physica*, n. 56, julho de 1941, p. 17

<sup>303</sup> Idem, p. 73

alunos, nem à assistência médica que deve preceder e acompanhar qualquer organização dessa natureza”. Aos inconvenientes físicos de tal prática “leiga” se somavam os prejuízos morais, uma vez que decorrentes de pugnas esportivas “inoportunas e mal dirigidas, num ambiente viciado pelos maus exemplos”, não raro a polícia era chamada para resolver os conflitos. Dessa forma, o Diretor solicitava a intervenção dos poderes públicos. Caso contrário, os reflexos desse e de outros campeonatos similares seriam “deletérios” e longe da finalidade de congregar os estudantes, provocariam entre eles “a cizânia e atritos mais violentos”.<sup>305</sup>

As reprimendas manifestadas em torno de práticas desportivas realizadas sem a fiscalização e controle do Estado e, principalmente, sem que fossem observadas as distinções de sexo e idade eram frequentes e, algumas vezes, resultantes dos apelos feitos por setores da sociedade brasileira. Em alguns casos, eram frutos da iniciativa de pessoas “comuns”, como José Fuzeira. Em carta dirigida ao Presidente Getúlio Vargas, em 25 de abril de 1940, ele comentava a fundação da Liga Feminina de Futebol, chamando a atenção para as graves consequências deste sport na constituição orgânica da mulher.<sup>306</sup> Inicialmente, José Fuzeira se apresentava como um “signatário, sem dispor de credenciais de qualquer autoridade educacional e científica”. No entanto, como se quisesse enfatizar sua posição de cidadão consciente dos seus deveres e colaborador atento às questões nacionais, ele denunciava “a calamidade que estava prestes a desabar sobre a juventude feminina do Brasil”, referindo-se ao “movimento entusiasta que empolgava centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não pode praticar esse esporte violento, sem afetar seriamente o equilíbrio das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a ser mãe”. Em seguida, ele mostrava-se um leitor atualizado e afeito às opiniões de “expoentes médicos brasileiros, que diziam ser as pancadas violentas contra os seios causa do câncer e outras lesões traumáticas, além de expor as futuras mães às duras recargas de tal jogo, refém de impulsos rudes e incontroláveis”, afetando diretamente seu sistema nervoso. Assim, José Fuzeira escrevia que, de acordo com os jornais do Rio, “já estavam formados nada menos do que 10 quadros femininos, e em São Paulo, Belo Horizonte constituíam-se outros”. Preocupado em expor suas pessimistas expectativas sociais, Fuzeira vaticinava: “em um ano o Brasil terá uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja, 200

---

<sup>304</sup> Carta do Departamento Nacional de Educação, escrita por Mario de Brito (Diretor Geral do Departamento) ao Ministro de Educação e Saúde, em 4 de agosto de 1938. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, série correspondências, rolo 22, fotograma 450

<sup>305</sup> Carta do Departamento Nacional de Educação, escrita por Mario de Brito (Diretor Geral do Departamento) ao Ministro de Educação e Saúde, em 4 de agosto de 1938. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, série correspondências, rolo 22, fotograma 450

<sup>306</sup> Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 116

núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes”.<sup>307</sup> Ao prosseguir, ele manifestava seu receio de que a prática do futebol feminino motivasse também que “as filhas de Eva” se exibissem em “assaltos de luta livre e em justas da ‘nobre arte’. José Fuzeira aventava ainda a possibilidade de que “toda essa afobação” estivesse sendo conduzida por “interesses mesquinhos que nada tem a ver com quaisquer ideais de cultura física, pois até no que respeita à estética esportiva, semelhantes torneios femininos, bem considerados em todos os seus aspectos e detalhes, são simplesmente ridículos”, comparando “as corridas e trambolhões espetaculares das pugnas futebolísticas” às atitudes de “elegância e beleza de um grupo de moças em exercícios aquáticos”. Por fim, ele mostrava-se um profundo admirador do movimento de saneamento dos esportes através de exames médicos e solicitava ao Departamento de Cultura e Saúde que um grupo desses profissionais, “com sua acatável autoridade”, decidisse se “efetivamente a mulher pode, sem manifesto e grave prejuízo da sua saúde, integrar-se como elemento ativo em esporte de atritos físicos rudes e agressivos que, muitas vezes, redundam em pisaduras e pontapés no peito, no estômago e no ventre das jogadoras”.<sup>308</sup> Demonstrando seu patriotismo ao pedir que “salvassem estas futuras mães do risco de destruírem sua preciosa saúde e, ainda, a saúde dos futuros filhos delas e do Brasil”, José Fuzeira, contraditoriamente, terminava sua carta dizendo que seu amor pelo país era “desinteressado”, deixando mais evidente seus arraigados preconceitos de gênero, entretanto.

A resposta à carta de José Fuzeira não tardou e, imediatamente, Paulo Frederico de Figueiredo, da subdivisão de medicina especializada, emitiu um parecer positivo ao seu gesto, reconhecendo-o como “digno de todos os louvores”, em 17 de abril de 1940.<sup>309</sup> Nele, o médico dizia que o movimento de formação de quadros femininos de futebol que tinha tomado conta da Capital, com o apoio de alguns jornais cariocas, merecia a reprovação das “pessoas sensatas”, já que se tratava de “espetáculo ridículo”, além de representar atividade violenta, incompatível com o organismo feminino. O mais contraditório a destacar, contudo, é que logo depois o Dr. Paulo Frederico reconhecia: “a prática do futebol pelos homens, a julgar pelo número de acidentes constantemente verificados, é violenta, imagine-se, então, o que dizer do futebol feminino”, permitindo imaginar o perigo que representavam boladas e pancadas violentas na genitália masculina, atestado pela posição abaixada das mãos dos jogadores protegendo esta parte, principalmente em cobranças de faltas. Em que pese o

---

<sup>307</sup> Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 116/117, p. 2

<sup>308</sup> Idem, p.3

<sup>309</sup> Parecer emitido em resposta à carta de José Fuzeira. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 118/119.

paradoxo observado, o parecer aprovava a execução de uma ampla propaganda, mostrando os malefícios do futebol para as mulheres, “a fim de evitar lamentáveis conseqüências, enquanto se aguardam medidas tendentes a permitir a interferência dos poderes públicos em tais questões, medidas estas que poderão constar na regulamentação dos desportos, presentemente em estudo”.<sup>310</sup>

Evidentemente, a denúncia e a condenação a priori da prática do futebol feminino no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, ensejou a publicação de alguns artigos, com o objetivo de manifestar a posição das autoridades públicas diante do “ridículo espetáculo”, conforme recomendava o parecer da subdivisão de medicina especializada, deixando ainda claro que medidas normativas da prática desportiva no país já estavam em estudo. Assim, no artigo “Pode a mulher praticar o futebol”, Holanda Loyola afirmava que “todo o esporte é salutar, desde que seja praticado racionalmente”.<sup>311</sup> Em seguida, informava-se que a prática do futebol feminino, “iniciada há três meses, por um grupo de moças de clubes esportivos do subúrbio carioca tinha se tornado sensação, sendo explorada habilmente pela imprensa esportiva, aumentando o entusiasmo do público e o ‘elan’ das jogadoras, com partidas animadas e concorridas, onde não faltavam socos e agressões, características do jogo masculino”. Diante de inúmeras consultas endereçadas às autoridades médicas, entre as quais, provavelmente, estava a carta de José Fuzeira, Holanda Loyola apresentava diversas opiniões estrangeiras sobre o assunto, desde àquelas favoráveis até as mais moderadas, passando pelas radicalmente contrárias. Neste sentido, sem querer desagradar homens contrários a tal prática, nem “as patrícias, belas e gentis, que se exibiram no futebol, igualando-se em popularidade e prestígio aos Faustos e Leônidas”, a autora mostrava-se atualizada e, de certa forma, solidária à causa feminina, haja vista que “em vários países as mulheres praticam o futebol, o basquetebol e o box, que é o mais masculino e violento de todos os esportes, evidência da capacidade física da mulher para as mais variadas atividades físicas”. Contudo, sem fugir da regra, Loyola indicava uma série de “normas racionais e científicas” para a prática moderada da atividade.<sup>312</sup> Assim, ela preconizava a realização de um exame médico biométrico prévio para atestar a condição física das jogadoras. Depois, recomendava uma preparação física adequada das praticantes e exercícios compensadores e corretivos, “pois a prática constante do futebol desenvolvia excessivamente as pernas, ocorrendo também o encurvamento e

---

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> HOLANDA LOYOLA. “Pode a mulher praticar o futebol”. *Revista Educação Physica*, n. 46, setembro de 1940, p. 18

<sup>312</sup> HOLANDA LOYOLA. “Pode a mulher praticar o futebol”. *Revista Educação Physica*, n. 46, setembro de 1940, p. 18-19

caimento dos ombros, o que prejudicava a estética feminina”. Além disso, outras prescrições, como a redução do tempo de jogo, do tamanho do campo, pequenos repousos entre as partidas, proteção para joelhos e tornozelos, sapatos de borracha, em vez das chuteiras comuns eram indicadas para a conservação da saúde e harmonia da beleza da mulher.

Em tese, a posição adotada por Loyola era menos radical, desde que fossem introduzidas novas regras, o que fatalmente transformaria as partidas de futebol feminino numa nova modalidade esportiva. Em seguida, Holanda Loyola aconselhava que o futebol feminino não fosse praticado de maneira profissional, mas apenas em programas de educação física, impedindo a plena realização de muitas jogadoras que, naquele momento, despontavam no cenário nacional, inclusive como dirigentes de clubes de futebol. Para finalizar, o artigo recriminava a maneira pela qual as “patricias” estavam jogando futebol no subúrbio carioca, “absolutamente empírico, sem cuidados médicos e princípios fisiológicos”, apenas pelo “entusiasmo e o prazer da exibição”. Aparentemente favorável ao futebol feminino, este ponto de vista revelava, na verdade, as mesmas representações normativas de feminilidade e masculinidade, estabelecendo exclusões e rígidos limites para a perfeita manutenção da ordem e da lógica que presidia as relações de gênero no campo esportivo, além de condenar mais uma vez a prática leiga e improvisada do futebol.

Em outro artigo, Humberto Ballariny, assistente da escola de medicina, especializado em educação física, não somente se manifestava radicalmente contrário a tal prática, como também mostrava seu comportamento machista. Logo no início ele afirmava que “não existe inferioridade no valor físico da mulher, mas sim uma diferenciação funcional, missões a cumprir diametralmente opostas, razões pelas quais os seus atos não devem ser computados por uma mesma norma”.<sup>313</sup> Ao prosseguir, ele ridicularizava e provocava as feministas, como se coubesse aos homens e, particularmente, aos médicos conceder igualdade de direitos e oportunidades às mulheres, vista na sua interpretação equivocada como uma comparação com os homens: “não negamos à mulher os mesmos direitos concedidos aos homens, porém não compreendemos que a mulher interprete essa igualdade procurando imitá-lo física, moral e intelectualmente (...). Só almejamos igualar ao que nos supera”. Ressaltando que a sublime missão da mulher é a maternidade e que sua formação física, moral e intelectual deve enaltecer a beleza, graça, flexibilidade, docilidade e o espírito altruístico de renúncia próprio das mulheres, o médico especialista em educação física condenava a prática do futebol feminino pelos mesmos motivos de seus contemporâneos. Por último, ele inscrevia nos corpos

---

<sup>313</sup> BALLARINY, Humberto. “Porque a mulher não deve praticar o futebol”. *Revista Educação Physica*, n. 49, dezembro de 1940, p. 36

de homens e mulheres as diferenciações sociais construídas: “se no homem uma musculatura hipertrofiada é considerada atrativo sexual, de maneira alguma pode ser considerada na mulher encanto físico (...). E sabemos que os homens sentem-se atraídos por mulheres de físico proporcional e harmonioso”, não sem antes dizer que o futebol desenvolvia a agressividade e o espírito combativo, “qualidades morais incompatíveis com o temperamento e o caráter feminino”.<sup>314</sup>

Vista até agora sob a perspectiva do discurso normativo, a polêmica em torno da prática do futebol feminino no subúrbio carioca, surgida no início dos anos 40, estava instalada. Mas como se articularam e reagiram as protagonistas dessa história? Para reconstruir este percurso, que tal ouvirmos o eco de suas vozes e seguirmos suas ações?

Tudo parece ter começado em 27 de fevereiro de 1940, quando o *Jornal dos Sports* realizou a seguinte chamada sensacionalista: “O match feminino terminou em pancadaria”.<sup>315</sup> Logo abaixo, anunciava “As jogadoras do ‘Independente de Bento Ribeiro’ agrediram as ‘footballers’ do Cruzeiro”. A reportagem retratava, com detalhes, o match de futebol, realizado no campo do S. C. Cruzeiro, no bairro de Realengo. Numa tarde de domingo, jogadoras do time local enfrentaram a equipe “do Independente” e o resultado da partida foi de 2x0 para a equipe “de Realengo”. O que dava o tom de animação do embate, dizia a reportagem, era o clima de revanche da partida, motivo pelo qual os “fans se acotovelavam”, tornando o espetáculo “muito mais interessante que o da ‘Copa Roca’”. O conteúdo da crônica esportiva ficava mais emocionante logo a seguir, quando relatava: “a craque do time visitante, agrediu a jogadora local, revidando a canelada sofrida, em meio ao ‘score’ de 1x0”. Daí por diante “foi o diabo”, segundo descreveu o jornal.

“Todo o team do Cruzeiro caiu em cima da agressora. Generalizou-se a briga, os torcedores invadiram a cancha para separar os bandos litigantes e a custo serenaram os ânimos. No fim de tudo, andavam pelo gramado alguns tufo de cabelos loiros, castanhos e pretos e vários rostinhos apresentavam sinais de valentes unhadas”<sup>316</sup>

Dias depois, anunciava-se que “a equipe do S. C. Brasileiro jogará hoje em Realengo”.<sup>317</sup> Na verdade, as dirigentes do S. C. Brasileiro não só aproveitavam a oportunidade dada pelo *JS* para divulgar a partida como pediam o comparecimento das suas

---

<sup>314</sup> BALLARINY, Humberto. “Porque a mulher não deve praticar o futebol”. *Revista Educação Physica*, n. 49, dezembro de 1940, p. 36

<sup>315</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1940, p. 6

<sup>316</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1940, p. 6

<sup>317</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1940, p. 6



jogadoras naquele dia, às 13h, na sede do clube, situada no bairro de Cascadura, Rua Silva Gomes, 131, a fim de seguirem juntas para o local do jogo.<sup>318</sup>

No mês seguinte, uma chamada do mesmo jornal com o título: “A noite sportiva do campo do S. C. Tavares assinalou um recorde de assistência”, estampava pela primeira vez uma foto com a equipe feminina do S. C. Brasileiro, que conquistou a taça ‘Mario Rodrigues Filho’, abatendo o Eva F. C. pelo *score* de 3x0.<sup>319</sup> O mais importante a ressaltar, porém, era a magnitude alcançada pelo evento. De acordo com o *Jornal dos Sports*, “a inauguração dos refletores do campo do S. C. Tavares constituiu um dos maiores acontecimentos esportivos do ano (...). Não havia um só lugar vago. O público servia-se de tudo para presenciar o “encontro” entre as equipes femininas do S. C. Brasileiro e Eva F. C (...)”. Em sequência, a crônica esportiva relatava que a partida tinha sido vivamente disputada por ambos os quadros, notando-se a superioridade técnica do S. C. Brasileiro, que se manteve sempre na ofensiva e marcou dois gols na primeira fase, com as jogadoras Paradanta e Ophelia. Na “fase final do embate, Nicéia aumentou para três tentos a vantagem, enquanto o Eva nada conseguiu”.<sup>320</sup> Muito embora a reportagem mencionasse a atitude desrespeitosa de uma jogadora do Eva FC perante o árbitro da partida – “que destoava da educação de suas companheiras” –, ficava patente a organização, o aprimoramento técnico e a disciplina das futebolistas em relação ao jogo realizado dois meses antes, entre o S. C. Cruzeiro e o Independentes de Bento Ribeiro, quando tudo havia acabado em pancadaria. Assim, elas demonstravam que nem tudo no futebol feminino era empírico e improvisado, como queria fazer crer o discurso médico-científico.

Todavia, um fato mais surpreendente ainda aconteceria. A Presidente e jogadora do S. Club Brasileiro, Adyragram – anagrama do nome Margarida – se dirigiu à redação do *JS* para defender as praticantes do football feminino, conforme manchete da matéria publicada, com sua foto, em 10 de maio de 1940.<sup>321</sup> Numa atitude de liderança, extremamente corajosa, que realçava a seriedade com a qual praticava o futebol, Adyragram foi rebater as críticas feitas pelo nosso já conhecido José Fuzeira, pois não satisfeito em enviar uma carta ao Presidente Getúlio Vargas, ele também encaminhou uma missiva a um “popular vespertino” – como dizia o *JS* –, muito possivelmente, com o mesmo teor da anterior. Pois, bem. A carta chegou às mãos da dirigente do S.C. Brasileiro que, indignada, assim lhe respondeu:

---

<sup>318</sup> Idem, p. 6

<sup>319</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1940, p. 5

<sup>320</sup> Idem, p.5

<sup>321</sup> “Defendem-se as praticantes do football feminino”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1940, p. 6

“Só criticam a prática do violento sport bretão aqueles que na vida jamais entraram numa praça de educação física (...) Li a carta do Sr. Jose Fuzeira. A princípio tomei o caso a sério. Refletindo, perguntei a mim mesma: – Quem seria esse José Fuzeira? Verifiquei que esse cavalheiro é desconhecido no sport, faltando-lhe, portanto, autoridade para discutir o assunto. Pretendeu celebrar-se nos meios sportivos apenas com uma carta dirigida ao mais alto magistrado do país. Há homens cujas ocupações lhes dão tempo até para tratarem de assuntos femininos. Todas as vezes que o fazem procuram celebrar-se, dando o nome, residência e até o telefone”.<sup>322</sup>

E Adygram prossegue:

“ O Sr. Fuzeira deve assistir a prática do futebol feminino, para verificar quão salutar é esse sport e os benefícios que o mesmo presta às suas praticantes. É verdade que o football como outros sports, não pode ser praticado por todos, principalmente, por aqueles que tem aversão à educação física e que só fazem ginástica pelo rádio, receosos de ser apresentar em público, graças às deficiências orgânicas com que a natureza os brindou. O Sr Fuzeira qualquer dia achará que a natação é prejudicial ao sexo feminino, porque a água poderá gripar as concorrentes e as roupas curtas e colantes estão em desacordo com o seu modo de pensar sobre as futuras mães”.<sup>323</sup>

Para finalizar, ela diz:

“O sr Fuzeira fica convidado a assistir ao primeiro encontro de football feminino e apontar publicamente quaes as desvantagens da sua prática nos moldes em que o mesmo vem sendo empregado entre as jovens brasileiras. Antes disso, o Sr Fuzeira deve preocupar-se com os gurus que jogam bola de meia na rua de sua residência quebrando as vidraças da vizinhança. Nesse caso o missivista prestaria um grande serviço e não teria tempo de preocupar-se com coisa que só interessam ao sexo frágil”.<sup>324</sup>

A princípio, o desabafo da “popular jogadora” e presidente do S. C. Brasileiro parece permitir apenas entrever a violência de gênero sofrida pelas mulheres que começavam a se organizar em clubes de futebol feminino, a partir de 1940, no subúrbio carioca. Porém, antes de tudo, ele é um precioso registro de uma voz feminina que, longe de ser anônima, já era conhecida no meio esportivo, principalmente pelo JS, divulgador dos jogos. Ao assumir a postura de uma dirigente esportiva politicamente engajada, Adygram fala por muitas outras jogadoras, independente do clube a que estavam filiadas. Neste sentido, seu testemunho expressa a tomada de uma consciência de gênero, na medida em que Adygram se coloca como representante das praticantes de futebol feminino e vai à redação do JS para dar uma resposta ao Sr. Fuzeira, um “cavalheiro desconhecido no sport”, segundo ela mesma disse e, portanto, “sem autoridade para discutir o assunto.” Mais ainda, de acordo com as palavras da presidente do S. C. Brasileiro, José Fuzeira estava tentando se “celebrizar” e tornar-se

---

<sup>322</sup> Idem, p. 6

<sup>323</sup> “Defendem-se as praticantes do football feminino”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1940, p.

6

<sup>324</sup> Idem, p. 6

conhecido, aproveitando-se da súbita fama adquirida pelas jogadoras cariocas de futebol. Com efeito, ao dizer seu nome, onde morava e, inclusive, fornecer seu número de telefone, quando encaminhou sua carta denúncia a um popular vespertino, Jose Fuzeira pretendia se notabilizar e sair do anonimato, situação inversa àquela que começava a ser vivenciada pelas populares jogadoras do esporte bretão, naquele momento. Com tempo suficiente para “tratar de assuntos femininos”, o desconhecido cidadão conseguia alguns momentos de fama, comportamento novamente repetido, já que tinha se dirigido ao “mais alto magistrado do país” anteriormente, também através de uma carta. Assim, o ponto de vista de Adygram demonstrava a inversão temporária dos tradicionais papéis sociais que pautavam as relações de gênero.

Contudo, não satisfeita em desmoralizar José Fuzeira a jogadora do S. C. Brasileiro vai mais longe. De forma perspicaz, ela o provoca, convocando-o a assistir uma partida de futebol feminino, para conhecer os benefícios que um salutar esporte prestava às suas praticantes, não sem antes ridicularizá-lo e deixar claro aos leitores que o futebol só poderia ser exercitado por aqueles “que não tivessem aversão à educação física”, caso que, supostamente, não era o de José Fuzeira. Nas irônicas palavras de Adygram, ele parecia ser um típico praticante de ginástica pelo rádio. Apropriando-se do jargão e do mesmo meio de comunicação utilizado por Fuzeira, ela ressaltava, portanto, seus conhecimentos científicos, capacidade física e experiências vividas na prática cotidiana do futebol, diferentemente do missivista, um aparente trabalhador com tempo ocioso, “preocupado com coisas que só interessavam ao sexo frágil”, zombava Adygram.

Sem se deixarem abater pelas críticas públicas de José Fuzeira, as jogadoras de futebol continuaram a realizar suas partidas, divulgadas com entusiasmo pelo *JS*, não raramente com fotos das equipes. Dias depois, no estádio do Pacaembu, um jogo de futebol foi disputado entre as equipes femininas do Cassino Realengo e do S. C. Brasileiro, este último, time de Adygram.<sup>325</sup> A reportagem relatava que a viagem à São Paulo – “um grande empreendimento” – tinha sido dificilmente resolvida pelo representante da Liga Paulista, Carlos Gonçalves, “por se tratar de equipes femininas”, e patrocinada pelo *JS*.<sup>326</sup> Apesar dos obstáculos, outros jogos se realizaram na cidade de Santos, a ponto da futebolista Sarah Paradanta “esquecer” os constrangimentos vivenciados e dizer que durante a excursão as componentes da equipe do S. C. Brasileiro tiveram manifestações de “cavalheirismo”.<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1940, p.6

<sup>326</sup> *Idem*, p.6

<sup>327</sup> “Chegaram as equipes femininas que atuaram em São Paulo e Santos”. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1940, p.6

Dessa forma, as notícias permitem vislumbrar não só os paradoxos, preconceitos e as dificuldades vividas pelas jogadoras, como os entraves também enfrentados pelos homens admiradores e fãs das partidas femininas de futebol, antes mesmo das proibições decretadas um ano depois.

Neste sentido, a polêmica em torno da prática do futebol feminino no subúrbio carioca, surgida em 1940 e até então vista sob a perspectiva das discussões e fortes críticas da Divisão de Educação Física, vinculada ao Ministério de Educação e Saúde, foi recuperada também a partir das ações e vozes das protagonistas dessa história e da campanha articulada por um cidadão comum, em prol da condenação dessa prática “degradante”, mediante carta endereçada ao Presidente Getúlio Vargas e à redação de um jornal. Seu desdobramento revelou, portanto, os conflitos, as representações, tensões e os deslocamentos provisórios da desigualdade entre os gêneros existentes no campo esportivo brasileiro. No entanto, como as notícias sobre os jogos de futebol feminino cessam nos anos seguintes, podemos supor que a posterior proibição desta e de outras modalidades esportivas, consideradas inadequadas à natureza feminina, através do decreto lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, impôs um silêncio sobre os rastros de tal prática, impedindo que os veículos de comunicação continuassem a divulgar e patrocinar o futebol feminino, muito embora isto não significasse a eliminação de sua sobrevivência. Dessa forma, o percurso trilhado possibilitou apreender as “migalhas de experiências” de diversos atores constituídos neste processo social, fazendo emergir, conforme destaca Simona Cerutti, as inter-relações existentes entre os indivíduos e o meio circundante, entre os comportamentos sociais e o das dinâmicas institucionais.<sup>328</sup> Mais do que isso demonstrou o alargamento da consciência de gênero entre mulheres desportistas através das ações, dos enfrentamentos e deslocamentos expressivos manifestados por praticantes de atletismo e futebol, na busca pela ampliação da sua libertação e cidadania numa conjuntura autoritária. Com efeito, muitas romperam abertamente com os ideais eugênicos de distinção, moderação e pureza racial compartilhados anteriormente, conforme foi demonstrado. Neste sentido, é possível afirmar que o acirramento da violência de gênero perpetrada pelo Estado Novo provocou a explosão de descontentamentos de mulheres desportistas, isto é, a manifestação de atitudes mais afirmativas, sobretudo se levarmos em conta que até o final dos anos 30, aproximadamente, predominou a “gestão de (res)sentimentos”<sup>329</sup> entre elas,

---

<sup>328</sup> CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 189-193

<sup>329</sup> Cf. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *Op.cit.*, p.28

comportamento favorecido pela inserção, consolidação e reconhecimento da presença das atletas no espaço público, principalmente das nadadoras em Olimpíadas.

Porém, a trajetória das mulheres no campo esportivo não foi linear. Como não poderia deixar de ser, foi atravessada por avanços e recuos, marchas e contramarchas. Por isso, é melhor seguir adiante...

## Capítulo 3 - Dilemas e perspectivas da prática esportiva feminina em tempos de democracia

### *3.1 Os “anos dourados” e a criação dos Jogos da Primavera*<sup>330</sup>

Para muitos brasileiros que viveram a década de 1950, essa foi uma “época de ouro”, dito melhor, foram “anos dourados”. Símbolo dos famosos concursos de misses, da nascente indústria automobilística e, principalmente, da conquista do primeiro campeonato mundial de futebol pela seleção brasileira em 1958. Com efeito, a fama internacional do país se propagava cada vez mais através dos esportes. Depois da comemoração do bicampeonato de Adhemar Ferreira da Silva no salto triplo – obtido nas Olimpíadas de 1952 e 1956 –, a conquista da Copa do Mundo, na Suécia, fazia esquecer temporariamente a dor do fracasso de 1950, responsável pelo “complexo de vira lata” do povo brasileiro, expressão cunhada por Nelson Rodrigues. Logo após o feito no futebol, Maria Esther Bueno foi considerada a número 1 do ranking mundial de tênis, em 1959 e 1960, por seus campeonatos individuais obtidos nesses anos em Wimbledon e no U.S. Open, afora os incontáveis títulos conquistados ao longo da sua carreira. Ainda em 1960, Eder Jofre se tornou o primeiro brasileiro a conseguir o cinturão de campeão mundial de boxe, na categoria peso galo. A atmosfera de êxtase que o Brasil vivia era justificada também pela prosperidade econômica, pelos avanços tecnológicos e altos índices de consumo das camadas média e alta da população, resultados da política econômica desenvolvimentista implementada pelo Estado, especialmente no governo Juscelino Kubitschek, conhecido por seu lema “cinquenta anos em cinco”.

Junto à expansão industrial brasileira, se consolidava o processo de construção da democracia representativa no país, inaugurada com a Constituição de 1946, de inspiração liberal-democrática, cujos princípios gerais significaram o dismantelamento das estruturas autoritárias do Estado Novo, com forte influência do contexto pós Segunda Guerra Mundial. Sem dúvida, em que pese a continuidade da legislação corporativista, entre os anos de 1946 e 1964, houve uma ampliação dos direitos civis e políticos da população, com crescente participação ativa da sociedade civil, organizada em partidos, sindicatos, associações de bairros, ligas camponesas e entidades estudantis, conforme destaca Lucília de Almeida Neves.

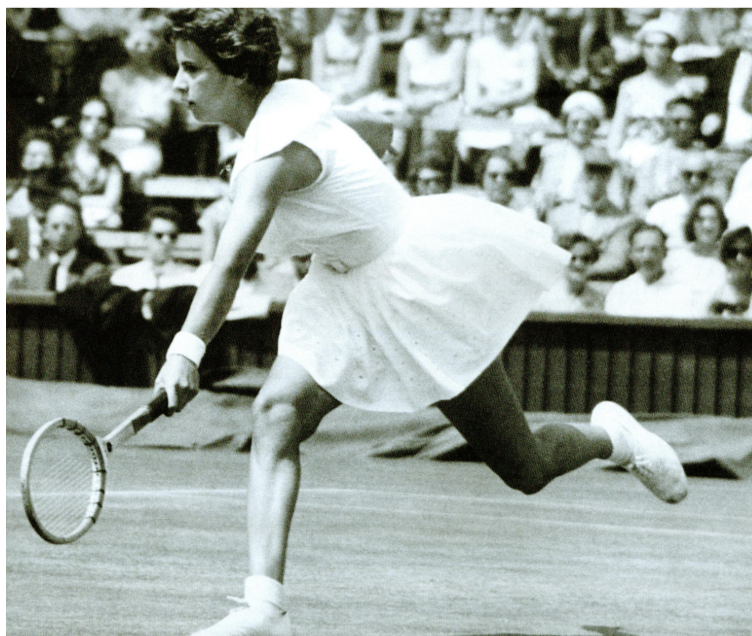
---

<sup>330</sup> Esta seção é, na verdade, uma versão ampliada do capítulo “Os Jogos da Primavera: dilemas e perspectivas da prática esportiva feminina em tempos de democracia”, integrante do livro “O Rio de Janeiro nas páginas dos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964), organizado por Jorge Ferreira e publicado pela editora 7 Letras, em 2011.

Para a historiadora, neste período “a prática da política estendeu-se para além do aparelho de Estado e contaminou a sociedade”.<sup>331</sup>



Maria Esther Bueno, desfilando em carro aberto, após a vitória em Wiblendon, 1959



Maria Esther Bueno em Winbledon, 1958

<sup>331</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, vol. 2, n. 4, dezembro de 1997, pp. 80-102

Essa imagem de euforia não deve ocultar, contudo, o clima político turbulento que marcou a Capital Federal nos anos 1950, palco de um atentado, assassinato e de intensas manobras conspiratórias da UDN – orquestradas por Carlos Lacerda – e setores das Forças Armadas, cujo desfecho mais trágico foi o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Posteriormente, as instituições democráticas sofreram novo abalo por ocasião da difícil e conturbada posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice-presidente, João Goulart. No plano econômico, as altas taxas inflacionárias e o aumento constante do custo de vida apontavam para o visível esgotamento do modelo industrializante e o descontentamento da classe trabalhadora, motivos pelos quais inúmeras greves operárias se realizaram ao final da década. Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, realizada já na nova sede do poder federal, a polarização política ainda se acentuou durante a presidência de João Goulart, que governou sob forte pressão de setores da direita e esquerda, culminando no movimento articulado por grupos civis e militares golpistas em março de 1964<sup>332</sup>, fato que, indiscutivelmente, não apenas guarda fortes ligações com a dramática morte de Vargas, como também possibilitou o adiamento do golpe por mais 10 anos, segundo a hipótese de muitos historiadores e jornalistas.<sup>333</sup>

Feitas estas breves considerações, cabe ressaltar outra informação. Apesar das distâncias entre homens e mulheres terem diminuído nas cidades, em função da ampliação de acesso à informação, lazer e consumo, segundo afirma Carla Bassanezi,<sup>334</sup> as relações entre os gêneros, naquela época, ainda eram pautadas por rígidas regras de comportamento; não raramente, às mulheres das classes média e alta se destinavam os tradicionais papéis sociais de esposa e mãe. Para elas, o casamento significava a perda dos direitos civis plenos. Quanto aos homens, cabia-lhes a função de provedores do lar, conforme a explícita oposição que separava as esferas pública e privada, relacionando-as aos sexos, formalizada pelo Código Civil de 1916, ainda vigente.<sup>335</sup> A não virgindade da mulher, inclusive, era motivo para muitos maridos solicitarem a anulação do casamento. A eles cabia ainda a concessão de

---

<sup>332</sup> Acerca deste assunto, ver FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 24, n. 47, jan-jun de 2004, pp. 181-212

<sup>333</sup> Cf. GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 8

<sup>334</sup> BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002, pp. 607-639.

<sup>335</sup> O Código Civil de 1916, a fim de preservar a união conjugal e assegurar a ordem familiar, estabeleceu normas, deveres e obrigações aos cônjuges. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava zelar pelo espaço doméstico, como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica. Cf. MOTT, Maria Lucia e MALUF, Mariana. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 379



autorização para a mulher trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência.<sup>336</sup> Com efeito, a moral sexual predominante nos anos 50 não via com bons olhos aquelas que transgrediam os limites estabelecidos, não obstante o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e os níveis de escolaridade alcançados.<sup>337</sup> Para Bassanezi,

“eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época (...) A idéia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio.

Outro perigo alegado era o da perda da feminilidade e dos privilégios do sexo feminino – respeito, proteção e sustento garantidos pelos homens – praticamente fatal a partir do momento em que a mulher entra no mundo competitivo das ocupações antes destinadas aos homens.”<sup>338</sup>

Em face do exposto, qual era a situação feminina no terreno das práticas esportivas, espaço comumente destinado à celebração das vitórias masculinas, naquela conjuntura? E o movimento de mulheres? Estava estagnado após a conquista do voto? Para responder essas e outras perguntas, vou abordar aqui a criação dos Jogos da Primavera durante a experiência liberal-democrática e discutir se este evento representou a construção de relações de gênero mais igualitárias no espaço esportivo brasileiro. Ou seja, é possível afirmar que a discriminação que pesava sobre as mulheres desportistas foi menos violenta do que no contexto autoritário anterior? Os Jogos da Primavera contribuíram para a ampliação indiscriminada do acesso aos esportes pelas mulheres em tempos de democracia? Será que promoveram uma transformação na ordem das relações de gênero? Quais as perspectivas existentes para as atletas naquela época? Adiantando um pouco as respostas, com certeza houve mudanças. Afinal, regimes democráticos são reconhecidos por favorecerem a liberdade de expressão e a pluralidade de opiniões. Contudo, creio ser mais lúcido pensarmos em rupturas e permanências, já que se trata do conhecimento histórico, repleto de incertezas, nuances, contradições e possibilidades. De fato, o ofício do historiador está longe de atingir a realidade de forma absoluta e objetiva.

Neste sentido, reconstruo os sentidos, as crenças e representações forjadas em torno dos Jogos da Primavera, olimpíada exclusivamente feminina, idealizada por Mario Filho – editor e proprietário do *Jornal dos Sports* –, com a finalidade de patrocinar, divulgar e intensificar a prática dos esportes entre as mulheres. Organizada anualmente desde 1949, sempre no mês de

---

<sup>336</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKI, Jaime e PINSKI, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 503.

<sup>337</sup> Cf. BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. *Op. Cit.*, p. 622-624.

<sup>338</sup> Idem, p. 624

setembro, a competição marcava no calendário o início da estação do ano associada ao desabrochar das flores, relacionando-a simbolicamente à imagem de beleza da mulher desportista. Inicialmente realizada nas instalações do Fluminense Futebol Clube, situado no bairro nobre de Laranjeiras, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e contando com a participação de um pequeno número de moças, que representavam alguns colégios e clubes cariocas, a cerimônia de abertura dos Jogos assumiu contornos de um grande desfile cívico ao longo dos anos 50 e início dos anos 60, a ponto de englobar milhares de atletas representantes de vários estados brasileiros e se deslocar para o estádio do Maracanã, em virtude da presença cada vez maior de público e de inúmeras autoridades do país, como os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Após meses de disputas esportivas em várias modalidades, a culminância do evento acontecia com a escolha da “Rainha dos Jogos da Primavera”, concurso realizado à parte da competição e que também contava com ampla cobertura e patrocínio do *Jornal dos Sports*.



Getúlio Vargas assistindo os Jogos da Primavera, com outras autoridades públicas, ainda no estádio do FFC



Desfile de abertura dos Jogos da Primavera, no FFC

Surgido em março de 1931 e circulando quase todos os dias, exceto às segundas-feiras,<sup>339</sup> o *Jornal dos Sports*, portanto, é a fonte privilegiada nesta seção da tese, pois não só foi responsável pela criação de concursos, campanhas e campeonatos esportivos que

<sup>339</sup> No início cada edição do jornal tinha quatro páginas durante a semana e seis aos domingos. O exemplar avulso na capital custava 100 réis e 200 rs nos estados e no interior. A assinatura trimestral custava 10\$000 rs., a semestral 18\$000 rs. e a anual 30\$000 rs., de acordo com MOREL, Márcia e COTES, Marcial. “Análise e formatação do matutino esportivo *Jornal dos Sports* no período 1931 a 1945”. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador, setembro de 2009, p. 2

mobilizaram intensamente a sociedade brasileira, como representou um importante segmento da imprensa especializada no assunto, causando ainda grande impacto visual ao ser impresso com a cor rosa já nas primeiras edições. Posteriormente, passou por inovações gráficas e mudanças na sua forma narrativa, se aproximando cada vez mais do leitor, quando foi comprado por Mário Filho e Roberto Marinho, cinco anos depois de ter iniciado suas atividades sob o comando dos primeiros proprietários, Argemiro Bulcão e Ozéas Mota, ligados aos jornais e oficinas gráficas da época.<sup>340</sup> Neste sentido, o *Jornal dos Sports* é tratado igualmente como objeto de pesquisa, capaz de proporcionar o conhecimento de um determinado contexto histórico através das transformações da sua aparência física, além de permitir investigar sua função social, dado que em momento algum o conteúdo veiculado é objetivo e imparcial – questão a ser reconhecida em qualquer tipo de fonte –, haja vista a “seleção, ordenação, estruturação e narração, de uma determinada forma, daquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público”, conforme destaca Tânia Regina de Luca.<sup>341</sup> Assim, seguindo as sugestões da autora, devemos indagar sobre as motivações que levaram o *JS* à decisão de criar e dar publicidade aos Jogos da Primavera, atentar para o destaque conferido ao acontecimento, bem como perceber os discursos articulados, a ênfase em certos temas e a linguagem adotada, sem desconsiderar o grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores mais assíduos e suas relações com interesses financeiros e os poderes constituídos, fatores que o tornam, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica.<sup>342</sup> Deve-se ainda enfatizar que, poucas vezes, o *Jornal dos Sports* foi visto através desta dupla perspectiva.<sup>343</sup> Com certeza, os estudos recentes dedicados à história da imprensa, da educação física, do esporte e lazer no Brasil vão se encarregar de preencher a lacuna existente.

\*\*\*\*\*

Em agosto de 1949, o *Jornal dos Sports* anunciava a abertura das inscrições para os Jogos Femininos:

---

<sup>340</sup> Cf. COUTO, André Alexandre Guimarães. “Do Foot-ball ao futebol: a criação do Jornal dos Sports e a imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)”. Anais do XII Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, Niterói, UFF, agosto de 2006.

<sup>341</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006, p. 139

<sup>342</sup> Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Op. cit.*, p. 138-141

<sup>343</sup> Cabe aqui louvar as iniciativas de MOREL, Márcia e COTES, Marcial. “Análise e formatação do matutino esportivo *Jornal dos Sports* no período 1931 a 1945 e de COUTO, André Alexandre Guimarães. “Do Foot-ball ao futebol: a criação do Jornal dos Sports e a imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)”, citadas anteriormente.

“certame destinado a exaltar a prática dos desportos pela mulher, conclamando as iniciativas e oferecendo magníficas oportunidades às ‘estrelas’ para a jornada de graciosidade e apuro técnico (...) Lançado pelo *JS* tem o mérito de incentivar os desportos femininos que entre nós, não obstante os feitos assinalados, ainda não ostentam a ampla difusão que seria de desejar (...)”<sup>344</sup>

Na breve notícia, certas expressões usadas e pontos de vista, bem como a construção de alguns esquecimentos chamam a nossa atenção. Primeiramente, é nítida a preocupação em identificar o evento esportivo criado a uma “jornada de graciosidade” oferecida às “estrelas”, imagens idealizadas de feminilidade que nem de longe lembravam a performance das onze atletas brasileiras presentes, um ano antes, nas Olimpíadas de Londres, com destaque para a participação da primeira atleta negra nesta competição, Melânia Luz, corredora dos 200 metros, aos 20 anos.<sup>345</sup> Em seguida, a nota fazia a promoção do jornal ao destacar sua excelente iniciativa em corrigir uma “falha”, no tocante à pequena difusão dos desportos entre as mulheres, sem lembrar ao leitor que os Jogos Olímpicos de 1948 representavam, até então, a participação mais expressiva de brasileiras neste evento<sup>346</sup>, apesar da proibição imposta, no Estado Novo, através do artigo 54, do Decreto-Lei de 14 de abril de 1941, onde se lia: “as mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) – criado pelo mesmo decreto para orientar, fiscalizar e divulgar os esportes no Brasil – baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Logo depois, o general Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho subsídios para a elaboração de um documento que formalizou a interdição das mulheres a algumas modalidades esportivas, tais como as lutas, o futebol, boxe, salto com vara, salto triplo, decatlo, pentatlo, rugby, pólo e water-polo; outras modalidades do atletismo foram permitidas, desde que preservados certos limites.<sup>347</sup>

A ausência de tais informações, na pequena nota veiculada pelo *Jornal dos Sports*, portanto, mostrava um descaso em relação à história de atletas brasileiras presentes nos Jogos

---

<sup>344</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2/08/1949, p. 3.

<sup>345</sup> A delegação olímpica feminina do Brasil em 1948 foi composta por 6 mulheres do atletismo e 5 da natação, totalizando 11 atletas, dentre as quais se destacava a segunda participação de Piedade Coutinho que, em 1936, nas Olimpíadas de Berlim, obteve o 5º lugar na final dos 100 m livre aos 15 anos, conforme Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004, p. 115-117.

<sup>346</sup> Em 1932, o Brasil contou com a participação pioneira e solitária da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana nas Olimpíadas. Quatro anos depois, nas Olimpíadas de Berlim, foram 6 atletas, cinco da natação feminina (com a segunda participação de Maria Lenk) e uma esgrimista. O número de 11 atletas brasileiras nas Olimpíadas de Londres, em 1948, somente foi ultrapassado nas Olimpíadas de Moscou, em 1980, quando a delegação brasileira foi composta por 15 mulheres, sendo 12 da equipe de vôlei, cf. Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. *Op. cit.*, p. 301-304

<sup>347</sup> Cf. Ata da 4ª sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos (CND), realizada em 2 de setembro de 1941 e publicada no Diário Oficial de 20 de setembro do mesmo ano. In: Ministério de Educação e Saúde. Anais do Conselho Nacional de Desportos, 1941 a 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p.51.

Olímpicos, tornando invisíveis suas lutas e conquistas diante dos constrangimentos, discriminações e interdições neste campo. Inclusive, “esquecia” de considerar o impacto negativo que teve o Decreto 3199 – vigente por mais de três décadas – para o amplo desenvolvimento do esporte feminino no Brasil<sup>348</sup>, “não obstante os feitos assinalados”, conforme ressaltava, contraditoriamente, o enunciado. A linguagem adotada e o discurso articulado pelo JS, certamente, nada tinham de desinteressados. Ao contrário, enalteciam sua iniciativa, apagando os vestígios da trajetória das mulheres nos esportes, relativamente recente no Brasil se considerarmos sua efetiva inserção, projeção e permanência num espaço social de possibilidades sempre limitadas.<sup>349</sup> Com efeito, a notícia continha um velho recurso do jornal para consolidar seu prestígio e popularidade entre a população e autoridades públicas, obtidos com a “invenção de jargões, apelidos, concursos e competições inusitadas”<sup>350</sup>, diretamente vinculado à forma de atuar do dono e redator-chefe Mario Filho. Célebre por suas crônicas esportivas, criativas e dinâmicas, capazes de mobilizar paixões, angariar simpatias e cativar o público torcedor, o proprietário do *Jornal dos Sports* foi um dos intelectuais responsáveis por acelerar a popularização do futebol e defender sua profissionalização nos anos 30 – vistos por ele como elementos fundamentais de integração nacional e democratização racial ao promover a inclusão dos negros brasileiros –, colaborando, de forma inequívoca, com a construção da ideologia estadonovista.<sup>351</sup>

Sem dúvida, o anúncio dos “Jogos Femininos” não era desprezioso. Para além do interesse de Mario Filho em restabelecer antigas relações de poder num outro contexto, a criação dos Jogos representava, paralelamente, a tentativa de contornar o recente dilema criado pela institucionalização arbitrária do artigo 54, do Decreto lei 3199, sob o Estado Novo. Neste sentido, como incentivar os desportos entre as mulheres, sem abalar a rígida fronteira interposta entre os sexos? Assim, a lógica simbólica que presidia a criação dos Jogos da Primavera apresentava o seguinte objetivo: procurava seduzir e mobilizar coletivamente as

---

<sup>348</sup> O artigo 54, do Decreto Lei 3199, de 14 de abril de 1941, só foi revogado em 1979, durante o período de abertura política, sendo que o futebol feminino só foi reconhecido por lei em 1983, segundo a Deliberação 01/1983, do CND, de 25 de março de 1983. cf. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Desportos. *Normas Básicas sobre Desportos*. Deliberações 01 a 15 /1983. CND: Rio de Janeiro, 1983. Cumpre ressaltar que durante a ditadura civil-militar no Brasil a discriminação de gênero no campo esportivo recrudescceu por meio da Deliberação 07/1965, na qual o CND acrescentou às modalidades já proibidas, a prática do futebol de salão e de praia, conforme veremos no último capítulo.

<sup>349</sup> Sobre a ausência e escassez de registros femininos no espaço público, ver PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 17

<sup>350</sup> Cf. MOREL, Márcia e COTES, Marcial. “Análise e formatação do matutino esportivo *Jornal dos Sports* no período 1931 a 1945. *Op. cit.*, p. 6

<sup>351</sup> Acerca deste assunto, ver HELAL, Ronaldo e César Gordon. A Pátria de chuteiras e a identidade nacional. In: VOTRE, Sebastião (org.). *Imaginário e representações sociais em Educação Física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, pp. 147-162

mulheres com a proposta de construir um espaço democrático destinado exclusivamente à prática esportiva feminina, apagando a memória das sanções existentes ao instituir um marco fundador neste campo, crucial na transição de uma ditadura para uma democracia. Conforme sugere Andréas Huyssen,

“é necessário situar o esquecimento num campo de termos e de fenômenos tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão – que revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória... Existe uma política de esquecimento público que difere daquela que conhecemos simplesmente como repressão, negação ou evasão...”<sup>352</sup>

Ao comparar casos históricos díspares de esquecimento público, constitutivos de um discurso de memória politicamente desejável, relacionados ao terror de Estado na Argentina e aos bombardeios permanentes de cidades alemãs na II Guerra Mundial, Huyssen nos chama a atenção para a memória e as formas de esquecimento necessárias na construção de uma esfera pública democrática, isto é, que afirme reivindicações culturais, legais e simbólicas em prol de uma memória política nacional. Seu argumento, portanto, é que a memória política em si não pode funcionar sem o esquecimento.<sup>353</sup> Nesse sentido, podemos dizer que os esquecimentos, conscientes e desejados, construídos pelo JS em relação à prática esportiva feminina eram produto de uma política de memória que visava apagar a lembrança das restrições impostas pelo Estado Novo e ainda vigentes no país, mesmo sob uma roupagem democrática. Afinal, a trajetória delas por esse terreno de *dominação masculina*<sup>354</sup> se construiu lentamente, a partir de isoladas aparições públicas de mulheres em determinadas atividades esportivas, como no turfe, hipismo, remo e ciclismo, nas últimas décadas do século XIX.<sup>355</sup> Durante o século XX o processo se intensificou e, como vimos anteriormente, foi permeado por avanços e recuos.

Entre os anos 20 e 30, a inserção feminina no campo esportivo se consolidou ao se apropriar taticamente de vários elementos presentes no discurso médico-eugênico, haja vista a preocupação de grande parte da intelectualidade brasileira com a construção de uma nova Nação, mais moderna e civilizada, função social delegada à família burguesa e,

---

<sup>352</sup> HUYSSSEN, Andréas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. *Intercom*, Porto Alegre, 31 de agosto de 2004 (mimeo)

<sup>353</sup> HUYSSSEN, Andréas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. *Intercom*, Porto Alegre, 31 de agosto de 2004 (mimeo)

<sup>354</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

<sup>355</sup> Sobre o envolvimento das mulheres em diferentes modalidades esportivas nesta época, bem como na transição do século XIX para o século XX, ver respectivamente: MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul-dez de 2007, pp. 127-152 e MELO, Victor Andrade de. “Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX”. In: PRIORE,

principalmente, à figura da mãe higiênica sadia, que deveria se engajar nas atividades físicas para, conseqüentemente, gerar e educar filhos fortes e ativos à Pátria. Assim, a possibilidade de “sair”<sup>356</sup> do confinamento do espaço privado e obter reconhecimento público nos esportes se tornou realidade entre mulheres das classes mais abastadas da população brasileira. Inicialmente, muitas obtiveram projeção social nas modalidades vistas como extensão das suas funções “naturais”, maternais e domésticas, identificadas pelo discurso dominante às supostas características do seu sexo: atenção, discrição, equilíbrio, paciência, elegância, graciosidade e sensibilidade. Surgiram, então, tenistas, nadadoras, esgrimistas, jogadoras de vôlei e praticantes de hipismo, não por acaso esportes de origem elitista, onde os laços de identidade de classe, mesmo compartilhados entre homens nos clubes privados, eram mais determinantes.<sup>357</sup> Deve-se ressaltar também que nestas modalidades os contatos físicos são minimizados ou intermediados por uma bola e roupas especiais, sendo considerados mais civilizados e, supostamente, menos perigosos em relação às modalidades de força e resistência, associadas às práticas populares, como o atletismo, boxe e futebol, que tanto produziam a “masculinização” das formas e condutas do “belo sexo”, de acordo com pressupostos médicos em voga.

No entanto, com a conquista de direitos políticos e sociais<sup>358</sup>, as mulheres buscaram ampliar sua participação no universo esportivo e o futebol feminino cresceu no subúrbio carioca em 1940, fenômeno retratado de perto pelo *Jornal dos Sports*, que frequentemente divulgava as ações das dirigentes e os jogos dos vários times criados, conforme demonstrado no capítulo anterior. A repercussão dos jogos causou verdadeira polêmica entre os setores conservadores da sociedade brasileira, motivo pelo qual a presidente e jogadora do time S. C. Brasileiro, Adyragram, se dirigiu à redação do *JS*, com o objetivo de publicar seu descontentamento e desabafo diante das cartas ofensivas recebidas pelo jornal por divulgar um “espetáculo degradante”. A questão ganhou grande proporção e a resposta do Estado Novo foi rápida e, não poderia deixar de ser, extremamente autoritária, traduzindo-se na imposição do artigo 54, do Decreto Lei n. 3199. Efetivada a interdição, as notícias veiculadas pelo *JS* sobre os jogos de futebol feminino cessam nos anos seguintes, impondo o silêncio sobre os rastros desta prática, muito embora isso não significasse a eliminação de sua

---

Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 71-105.

<sup>356</sup> Cf. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, pp. 279-316.

<sup>357</sup> Cf. SCHPUN, Mônica Raísa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Ed. Senac/Boitempo, 1999.

<sup>358</sup> Refiro-me aqui à conquista do voto em 1932 e à legislação social de amparo ao trabalho feminino produzida no período.

sobrevivência, argumento que pode servir também para as praticantes das outras modalidades proibidas, muitas delas negras e pobres, o que nos leva a pensar nas múltiplas formas de exclusão articuladas, numa época onde a idéia de construção da identidade nacional pressupunha a negação das hierarquizações de gênero, classe e raça, entre outras.

De posse destas informações, podemos agora compreender melhor o empenho do *Jornal dos Sports* em criar os Jogos da Primavera em 1949. Surgidos num contexto pós Segunda Guerra Mundial, no qual a luta pela afirmação das liberdades democráticas e a polarização ideológica entre partidários de direita e esquerda englobavam, inclusive, os interesses específicos do movimento feminista, a iniciativa de Mário Filho favorecia a “gestão de ressentimentos” entre atletas brasileiras, mobilizando-as de forma coletiva e relativamente coerente, porém não premeditada e não programada, de acordo com as afirmações de Pierre Ansart, quanto às ações dos “manipuladores de opinião”, muitas vezes, agentes do Estado e das instituições.<sup>359</sup> Ou seja, em tempos de democracia e vigor ufanista, as Olimpíadas Femininas constituíram-se manifestações públicas, um mecanismo político legalizado, nas palavras de Ansart, visando atenuar as indignações e impedir a manifestação de ressentimentos antigos e perigosos por parte de mulheres desportistas, moderando-os em meio à legalização de fortes oposições ideológicas e ao surgimento de novas atletas no cenário esportivo nacional. Com efeito, a criação deste evento esportivo favorecia o recalque da agressividade ao proporcionar, em vez da exteriorização de sentimentos de exclusão, insatisfação e raiva vivenciados anteriormente, a experiência coletiva de auto-estima entre mulheres desportistas, ainda que sob o pressuposto da diferença sexual, ratificado através da manutenção do Decreto 3199 e, comumente, compartilhado por feministas, comunistas e desportistas das décadas de 1940 e 1950.<sup>360</sup> Mais uma vez, deve-se lembrar das palavras de Pierre Ansart, “diferentemente dos regimes autoritários e absolutistas, o regime democrático

---

<sup>359</sup> ANSART, Pierre. ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 28

<sup>360</sup> Não devemos esquecer a complexidade das experiências feministas contemporâneas. “Historicamente, as feministas reivindicaram tanto direitos iguais como direitos especiais, em nome quer da sua identidade com os homens, quer da sua diferença em relação a eles”. Somente no final dos anos 1960 e início dos 70, quando surge a segunda onda do feminismo, a luta por uma maior libertação das mulheres recrudesciu, introduzindo, inclusive, a noção de diferença entre as próprias mulheres ao destacar as contradições por classe, raça/etnia, geração, sexualidade, etc, cf. ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, vol. 5, pp. 583-609



possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, dar-lhes um certo direito de expressão, nos limites das leis, e favorecer a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões”.<sup>361</sup>

Ao mesmo tempo, a criação de uma olimpíada exclusivamente feminina, nos moldes eugênicos ditados pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), possivelmente, desfazia um antigo mal-estar gerado entre o *JS*, por ocasião da veiculação de notícias sobre o futebol feminino, e algumas autoridades públicas contrárias ao jogo, temerosas da crescente participação de mulheres num esporte que já era naquela altura expressão da identidade masculina e nacional. Desse modo, Mario Filho fazia desaparecer a memória de rusgas, tensões e conflitos vivenciados por elas anteriormente, restabelecendo não somente acordos políticos e relações mais amistosas com membros do CND – em atividade e com as mesmas funções sob o regime democrático –, mas também uma ampla comunicação com as atletas que buscavam reconhecimento e visibilidade nos esportes permitidos por lei, reforçando sua coesão e adesão social aos Jogos da Primavera. Assim, sob uma aparente atmosfera de mudanças, as fronteiras de gênero, articuladas às diferenciações de classe, raça/etnia e geração, se atualizavam.

O objetivo de manter a hierarquização de gênero no espaço esportivo ficava mais explícito quando o *JS* anunciou o regulamento geral dos Jogos da Primavera:

“esteve reunida, ontem, na redação do jornal, a comissão organizadora dos jogos. Participaram da reunião os esportistas Alceu de Oliveira Castro, Alberto Curi e Rubem Cea.

Os Jogos da Primavera constarão de competições desportivas adequadas ao sexo feminino (...) atletismo, basketball, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, volley, tênis, tênis de mesa, golfe. Poderão concorrer clubes, instituições e outras organizações interessadas no desenvolvimento dos desportos cuja prática seja adequada à mulher”.<sup>362</sup>

A notícia, portanto, confirmava as sanções impostas pelo artigo 54, do Decreto Lei de 3199, ao discriminar os esportes nos quais a participação feminina era considerada adequada. Feita a distinção, a organização dos Jogos apresentava outra função social: previa um concurso, realizado ao final da competição, onde seria escolhida a “Rainha dos Jogos da Primavera”. Assim, o *JS* conclamava clubes e educandários a indicarem e inscreverem suas candidatas no concurso: “um júri de artistas fará a escolha da ‘Rainha’, para o que também contribuirá a eficiência esportiva das candidatas”.<sup>363</sup> Logo após, uma manchete estampada na primeira página do jornal, aguçava ainda mais a curiosidade do leitor: “serão adotadas as

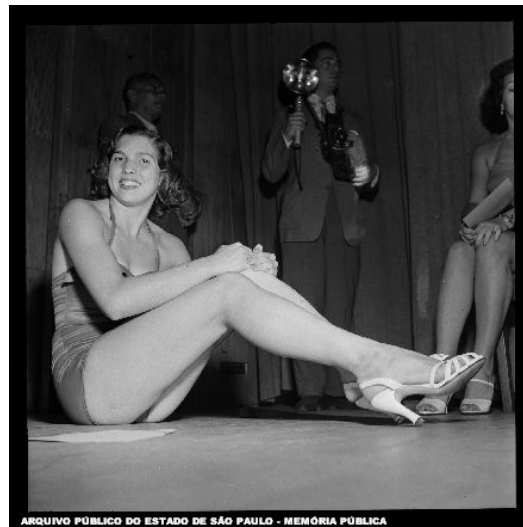
---

<sup>361</sup> ANSART, Pierre. ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 28

<sup>362</sup> “Pronto o regulamento geral dos Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 3

primeiras medidas para a escolha da ‘Rainha dos Jogos da Primavera’, objetivando distinguir e exaltar, num pleito de graciosidade e beleza, a mulher praticante de desportos”.<sup>364</sup> Dois meses depois, anunciavam-se alguns critérios a serem priorizados pela comissão julgadora:

“(…) a eleita será não só a mais bela e portadora de maiores dotes de graciosidade, como terá o mérito de se haver portado como atleta praticante, já que no cômputo geral irá influir a plástica, os traços fisionômicos, a eficiência técnica e até a disciplina de cada concorrente, embora com predominância da parte física, cujo peso de pontos irá ao máximo de 70% (...) Constituirão o júri pra a escolha da ‘Rainha’, os artistas Carlos Chambelland, Quirino Campofiorito e Georgina de Albuquerque, professores da Escola de Belas Artes; o escultor Humberto Cizzo; os escritores Ana Amélia Carneiro e José Lins do Rego, além do cineasta Milton Rodrigues”.<sup>365</sup>



<sup>363</sup> *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 8/09/1949, p. 3

<sup>364</sup> *Jornal dos Sports*, 30/10/1949, p. 1

Veiculadas em doses homeopáticas, estratégia que aumentava a venda do jornal, as chamadas explicitavam, de antemão, os sentidos atribuídos ao concurso da Rainha dos Jogos e à própria competição esportiva através de vários aspectos. Estranhamente, num concurso onde eficiência técnica e esportiva eram quesitos importantes, o júri formado para escolher a Rainha dos Jogos não era representado por membros da comunidade esportiva. Em vez disso, sua composição básica apresentava professores da Escola de Belas Artes e um escultor, cujos tradicionais padrões estéticos já revelavam o peso dos quesitos referentes à forma, harmonia e beleza no julgamento das candidatas. Neste sentido, os Jogos da Primavera e o concurso da Rainha dos Jogos, eventos destacados como “pleitos de graciosidade e beleza”, contribuíam para reforçar simbolicamente o ideal predominante de feminilidade – associado à brancura da mulher burguesa – em detrimento da eficiência esportiva das candidatas. Com efeito, as comemorações em torno dos Jogos da Primavera e dos concorridos concursos realizados posteriormente, se vinculavam muito mais à divulgação e celebração das representações normativas de uma identidade feminina – e de valores patrióticos –, do que à exaltação da performance esportiva das atletas nas competições, fato atestado pela exclusão de práticas esportivas consideradas inadequadas à natureza do “belo sexo”. Não por acaso, para fixar esses sentidos e significados simbólicos, a culminância do evento ocorria com a escolha da “Rainha dos Jogos da Primavera”, espetáculo que coroava, tal qual os concursos de misses da época<sup>366</sup>, a mais bela das atletas inscritas, a partir da avaliação de uma comissão julgadora, composta por artistas e professores da Escola de Belas Artes, que atribuía notas às concorrentes nos seguintes quesitos: *plástica e traços fisionômicos*, representando 70% dos pontos totais; *eficiência esportiva*, 20% dos pontos totais e *coeficiente de disciplina*, os 10% restantes.<sup>367</sup>

O peso tão desproporcional destes diferentes aspectos revelava, na verdade, uma arbitrariedade. Baseado nos moldes eugênicos, o julgamento acabava por eleger como Rainha dos Jogos, majoritariamente, as mulheres loiras, brancas e de olhos claros, conforme as fotos e os perfis biográficos das ganhadoras publicados no *JS* permitem mostrar.<sup>368</sup> Dessa forma, os

---

<sup>365</sup> “Instruções para o certame da Rainha dos Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, 16/11/1949

<sup>366</sup> Em 3 de agosto de 1952, o *Jornal dos Sports* anunciava a participação da Miss Brasil, Jussara Marques, como uma das integrantes da equipe do estado de Goiás nos Jogos da Primavera daquele ano, e a candidatura de sua irmã, Jurema, ao título de “Rainha dos Jogos da Primavera” de 1952.

<sup>367</sup> *Jornal dos Sports*, 17/11/1949, p. 4.

<sup>368</sup> Muito embora persistissem as discriminações de classe e raça, não se pode negar a existência de espaços de sociabilidade – de tradição e resistência –, ligados às comunidades, irmandades e festividades de homens e mulheres negras e mestiças. As formas de associativismo e sociabilidade das camadas populares, em vários períodos, são bastante conhecidas. Nesse sentido, podemos destacar os trabalhos de ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 e SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de*

Jogos da Primavera e o concurso da Rainha dos Jogos atuavam como lugares de memória<sup>369</sup>, representando um “monumento à graça, beleza e civismo da juventude feminina” que incutia, através de um poder simbólico<sup>370</sup>, valores morais e padrões de comportamento burgueses às mulheres brasileiras.

Com o sucesso dos Jogos, o *Jornal dos Sports* começou a veicular um suplemento exclusivo dedicado ao evento, onde não faltavam entrevistas de autoridades públicas e das participantes sobre a importância desta “comemoração cívica para a demonstração das possibilidades do futuro da raça brasileira”. Para além de evidenciar as transformações técnicas, gráficas e editoriais pelas quais passava a imprensa brasileira na década de 50, segundo afirma Alzira Alves de Abreu<sup>371</sup>, a criação do suplemento deixava claro como a construção destes acontecimentos pela imprensa ganhava forte adesão de homens e mulheres da sociedade. Lígia Lessa Bastos, vereadora da UDN, assim manifestou-se em relação aos Jogos:

“Como mulher moderna sou 100% pelo desenvolvimento dos desportos femininos e, portanto, uma constante admiradora daqueles que trabalham neste sentido. Como representante do povo, vejo nos Jogos da Primavera um largo passo no sentido da constituição de uma raça eugênica e sadia.”<sup>372</sup>

Opinião compartilhada pelo seu colega, o vereador da UDN, Mario Martins: “nenhum país pode se desenvolver sob o ponto de vista eugênico de sua raça sem atentar, com objetividade, para o problema da sua juventude, através do esporte”.<sup>373</sup> O próprio vereador Leite de Castro, famoso por seus artigos contrários ao futebol feminino no campo da medicina esportiva, nos anos de 1940, afirmava: “como médico e legislador, sinto-me à vontade ao dizer que a realização dos Jogos da Primavera, além de iniciativa de alcance técnico

---

Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Acerca da existência de bailes, concursos de música, de beleza, de miss, que exaltavam o samba e a figura das “mulheres de cor”, comum em clubes do subúrbio e da zona norte carioca, na Primeira República e nos anos de 1950, ver respectivamente PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O prazer das morenas”: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: MARZANO, Andréa e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 275-299 e GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro, o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

<sup>369</sup> Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993, pp. 7-28

<sup>370</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 7-16

<sup>371</sup> ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves; RAMOS, Plínio de Abreu, et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 13-60

<sup>372</sup> “O legislativo da cidade e os Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, 9/08/1952, p. 3

<sup>373</sup> *Idem*, p. 3

excepcional, sobretudo, é uma obra de grande valor patriótico, difundindo a educação física e estimulando a prática dos desportos”.<sup>374</sup>

Assim, o ideal de aprimoramento racial através da prática da educação física e esportes, ansiosamente perseguido por parte da intelectualidade brasileira durante a Primeira República e cujo ápice se deu no Estado Novo, se renovava e era delegado mais uma vez à brancura da mulher desportista, socialmente responsável pela divulgação da missão eugênica. Elucidativa do significado atribuído aos Jogos era a crônica escrita por Vargas Netto, um dos principais colaboradores do jornal e, naquele momento, presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND):

“Se Deus quiser, haverá hoje a inauguração dos Jogos da Primavera. O senhor Presidente da República honrará o ato com sua presença. Cerca de 5 mil moças desfilarão no estádio do Fluminense. Moças do Distrito Federal, do estado de Minas Gerais, de São Paulo e Rio Grande do Sul, levarão as suas bandeiras e insígnias, ritmando na graça das silhuetas e no garbo dos seus passos o entusiasmo e o idealismo das moças brasileiras. É o encontro do Brasil consigo mesmo, dando no presente uma demonstração de nossas possibilidades em próximo futuro. A raça do Brasil, através das esposas e das professoras de amanhã, mostra na graça juvenil das desportistas a base material do seu progresso (...) Poder-se-a conseguir os padrões regionais de nossa formação racial, os tipos que se vão fixando ou surgindo das combinações de raças ou famílias (...). Nessa perfilação de espécimes humanas estará todo o Brasil representado e reunido (...).”<sup>375</sup>

A despeito dos sentidos construídos para os Jogos, divulgado como “um movimento, sem precedente, na história do desporto feminino”, não devemos subestimar a capacidade das mulheres de se apropriar do evento, segundo seus próprios interesses, nem tampouco a violência simbólica engendrada com a adesão do dominado.<sup>376</sup> Porém, sob um aparente consentimento, muitas vezes, se esconde a astúcia do contra-poder feminino<sup>377</sup>. É necessário, pois, fugir de interpretações simplistas e dicotômicas, que ora destacam a vitimização das mulheres, ora enfatizam sua rebeldia. Entre estas oposições, existe uma variedade de experiências humanas; nuances de comportamentos e ações. Com efeito, os Jogos da Primavera somente alcançaram grande aceitação porque correspondiam aos anseios de

---

<sup>374</sup> *Idem*, p.3

<sup>375</sup> “A crônica de Vargas Netto”, *Jornal dos Sports*, 13/09/1952, p. 5

<sup>376</sup> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão do dominado, ou seja, é a forma incorporada da relação de dominação que faz esta ser vista como natural. Em outros termos: é quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (masculino e feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação das classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto, cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 47.

<sup>377</sup> De acordo com Chartier, a incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Às vezes, ela constrói uma tática permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. Neste caso, mobiliza para os seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu. CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*, (4) 1995, p. 41

mulheres esportistas dos anos 50 e 60, de diversas camadas sociais, naquela altura, cerceadas pelas proibições impostas e com poucas perspectivas de construir uma trajetória significativa, uma vez que a prioridade deveria ser o casamento e a maternidade. Poucas foram aquelas que conseguiram conjugar vida privada com viagens e treinamentos exaustivos, típicos do universo esportivo. Outras, possivelmente, abandonaram a possibilidade de uma carreira esportiva em função da pressão familiar ou do próprio desejo. Afinal, para obter excelentes performances e construir uma sólida trajetória, era preciso contrariar os padrões machistas vigentes e se dedicar arduamente aos treinos.

Assim, algumas atletas se casaram e tiveram filhos somente após abandonarem definitivamente os treinamentos, as viagens e competições, como foi o caso de Maria Lenk, Wanda dos Santos e Aída dos Santos.<sup>378</sup> No caso de Maria Esther Bueno, o casamento e a maternidade sequer foram mencionados nos seus inúmeros perfis biográficos construídos, disponíveis na Internet, atualmente. Como em toda regra existe exceção, a veterana nadadora Piedade Coutinho, então com 27 anos, foi a primeira atleta que, em 1948, viajou com o marido e o filho para competir em sua penúltima Olimpíada, assim conjugando vida pública e privada.<sup>379</sup> Um ano depois, ela conduziu o Pavilhão Nacional no desfile de abertura dos Jogos da Primavera.<sup>380</sup> Por isso, talvez, a Olimpíada Feminina conseguiu ganhar a adesão expressiva de muitas mulheres. Numa época em que o esporte era amador, em sua maioria, e o preconceito de gênero imperava, a competição significava a possibilidade de sair do anonimato e buscar prestígio e reconhecimento público, conforme mostrava o exemplo de várias atletas olímpicas do Brasil, competidoras nos Jogos Femininos, como Piedade Coutinho e Aída dos Santos – esta última, participante de diversas edições dos Jogos nos anos 60. Ou seja, o sucesso deste evento esportivo está diretamente ligado à formação de uma comunidade afetiva<sup>381</sup>, sem a qual impossível seria a cristalização social de todo aquele ideário. Assim, se estabeleceu um amplo consenso social em torno das Olimpíadas Femininas, principalmente com mulheres da comunidade esportiva. Neste sentido, vale reproduzir o relato de Mary Dalva Proença, única mulher a integrar a delegação brasileira dos Jogos Olímpicos em 1956, realizados na Austrália, cidade de Melbourne. A atleta do Fluminense

---

<sup>378</sup> Sobre este assunto ver FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007, p. 34-38. Acerca dos preconceitos de gênero sofridos por Maria Lenk nas Olimpíadas de 1932, ver FARIAS, Cláudia Maria de. “Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina”. *Estudos Históricos*, vol.22, n. 43, jan-jun de 2009, pp. 238-257

<sup>379</sup> Ver *Jornal dos Sports*, 11/07/1948, p. 6 e *Jornal dos Sports*, 6/08/1948, p. 1

<sup>380</sup> Apud BOCCARDO, Ludmila Mourão. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF, 1998, p. 175 (Tese de Doutorado)

<sup>381</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 33-36

Futebol Clube, na modalidade dos saltos ornamentais, filha de um fiscal da receita federal, quando indagada sobre a importância das Olimpíadas Femininas em sua vida, afirmou:

“o evento de Mário Filho marcou época em minha carreira esportiva: os Jogos da Primavera representaram mais do que um evento; foram o incentivo, a persistência e o aprimoramento da raça nacional para dias mais tranquilos, mais saudáveis e felizes. Mário Filho com essa iniciativa não só logrou dar às moças brasileiras momentos de lazer, como apaixonou a mocidade pelas competições esportivas”.<sup>382</sup>

O próprio Presidente da República Juscelino Kubitschek, presente na tribuna de honra do Fluminense Futebol Clube, na abertura dos Jogos da Primavera, em setembro de 1956, exclamou: “este desfile deslumbrante que assisto pela primeira vez deixou-me plenamente confiante na força, na beleza e no destino da raça brasileira”.<sup>383</sup> Portanto, ao mesmo tempo em que este evento esportivo mascarava a estrutura hierarquizada e binária da sociedade brasileira, ocultando a violência simbólica da dominação masculina, proporcionava, de forma paradoxal<sup>384</sup>, a incorporação das mulheres no espaço esportivo, sendo taticamente utilizado por elas como bem simbólico<sup>385</sup> para deslocar e/ou subverter a ordem das relações de gênero, mesmo que temporariamente. Com efeito, o esporte já desempenhava um papel relevante na emancipação das mulheres brasileiras, desde os anos 20, a reboque do que acontecia em países europeus e, principalmente, nos EUA. Independente deste aspecto, não se pode negar que a relação entre gêneros é marcada pela desigualdade, por uma diferença hierárquica, apesar de comportar também tensões, negociações e variações. Cabe aqui lembrarmos as afirmações de Perrot: “toda cultura desenvolve-se dentro de tensões que administram equilíbrios simbólicos, contratos e compromissos mais ou menos temporários. Os silêncios, as ausências, usos específicos articulam estes conflitos que, sucessivamente, legitimam, deslocam ou controlam a razão do mais forte”.<sup>386</sup>

Dessa forma, neste novo lugar de sociabilidade da mulher moderna, perpetuava-se uma identidade feminina vinculada aos padrões eugênicos de beleza, jovialidade e graça, conforme demonstram os quesitos de avaliação das candidatas à Rainha dos Jogos, bem como das competidoras que desfilavam nos Jogos carregando bandeiras e fazendo malabarismos, de forma ordenada. Em 1960, o *Jornal dos Sports* publicava o perfil de Sueli Chatreio, “linda

---

<sup>382</sup> “Mary Dalva Proença e os Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, 05/09/1956, p. 3

<sup>383</sup> *Jornal dos Sports*, 23 de setembro de 1956, pg. 3

<sup>384</sup> Para uma maior problematização acerca das ambigüidades manifestadas entre as mulheres, no tocante às noções de igualdade e diferença, ver SCOTT, J. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005, p.11-30

<sup>385</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

<sup>386</sup> PERROT, Michelle; FARGE, Arlette et al.(orgs.) “A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. Trad. de Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. *Revista Gênero – Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, v.2, n.1, Niterói:EDUFF, 2000, pp 7-30

representante da Associação Atlética Marco Esteves”, atestando que a competição de rainha se destacava e constituía outra atração, à parte dos Jogos. Ao descrever a candidata como “alta, loura, dona de belos olhos e reunindo as melhores virtudes e quesitos para o tradicional pleito”,<sup>387</sup> a matéria definia previamente as características das prováveis ganhadoras do concurso e, sem dúvida, eliminava a indicação de concorrentes negras, incentivando, de forma indireta, sua exclusão também como porta-bandeiras dos Estados, colégios e associações que se apresentavam no desfile de abertura dos Jogos, muito embora tais entidades não menosprezassem o aproveitamento de suas qualidades técnicas nas competições esportivas.

Ainda no mesmo ano, outro perfil feminino era construído no suplemento, com o título “Primavera também em casa!”. Nele, Daisy de Aquino Correa assim era descrita:

“linda da cabeça aos pés. Já com onze anos mostrava, em linhas perfeitas e suaves, que seria a futura Rainha dos Jogos da Primavera (...) Aos treze anos, ganhava medalhas e medalhas. Competia nos jogos infantis e nos Jogos da Primavera, na natação, no atletismo e vôlei. Sua maior emoção foi quando foi eleita rainha dos Jogos, com apenas 14 anos”.<sup>388</sup>

Em seguida, o redator da reportagem narrava o ciúme do namorado de Daisy, Paulo Cochrane, relacionamento amoroso que começou na piscina do Fluminense Futebol Clube:

“Paulinho achava que Daisy não devia desfilar nos Jogos da Primavera, era excesso de beleza para todo mundo ver. Daisy não atendeu ao pedido dele, ou melhor, entrou num acordo. Desfilaria e Paulinho ficaria de repórter fotográfico na pista. Foi assim em 57 e 58. Em 1959, porém, ficou noiva quando completou 18 anos. Não desfilou mais e estudava menos. Até que em junho deste ano, estando no 3º ano clássico, pediu ao pai: - ‘Deixa eu sair do colégio e casar logo’”.<sup>389</sup>

Por fim, a matéria registrava a união conjugal dos protagonistas dessa história, quando Daisy atingiu a maioridade e obteve o consentimento do pai, não sem antes destacar sua astúcia para driblar o ciúme do namorado e continuar participando dos Jogos até que assim desejasse. Dessa forma, o perfil construído para a jovem atleta e Rainha dos Jogos da Primavera permite, ao mesmo tempo, vislumbrar os valores e padrões de comportamento da classe média dos anos dourados, referentes às relações de gênero, mas também a possibilidade de acordos e deslocamentos provisórios. Não obstante o progresso da condição feminina, relativo à educação e lazer, a permanência da rígida moral sexual era nítida. Ser esposa, mãe e dona de casa fazia parte das escolhas realizadas por muitas mulheres, influenciadas pelo peso dado ao casamento convencional. Evidentemente, várias mulheres foram além e priorizaram suas carreiras esportivas, outras nem sequer casaram. Algumas conseguiram, não sem muitas

---

<sup>387</sup> “Tudo farei para corresponder o meu clube”, *Jornal dos Sports*, 17/08/1960

<sup>388</sup> *Jornal dos Sports*, suplemento ‘revista cor de rosa’, 16/10/1960, p.5

<sup>389</sup> Idem.



dificuldades, conciliar as duas atividades. Mesmo assim, seria necessário aguardar os ventos mais libertadores da segunda fase do movimento feminista – quando a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, cujo lema era “nosso corpo nos pertence”, marcou o final dos anos 60 e 70 – para dar prosseguimento às reivindicações e conquistas anteriores.

Com efeito, devemos sempre levar em conta as relações de poder estabelecidas em determinados contextos históricos, fundamentais para que os agentes possam vislumbrar possibilidades e horizontes sociais, fazendo valer suas estratégias e táticas.<sup>390</sup> Neste sentido, após buscarem ampliar sua atuação no espaço esportivo e serem reprimidas no Estado Novo, os Jogos da Primavera representaram um canal de expressão legítimo para muitas mulheres desportistas; uma válvula de escape para seus desejos, inquietações, ressentimentos, descontentamentos e reivindicações, ainda que significasse o exercício de uma relativa liberdade. Caso contrário, como explicar a presença de 100 mil pessoas extasiadas no estádio Maracanã na abertura dos Jogos da Primavera em 1963 – 15º ano de existência do evento –, anunciada na primeira página do *Jornal dos Sports*?<sup>391</sup> O entusiasmo geral foi tão grande nesta edição dos Jogos a ponto de Pedro Calmom, reitor da Universidade do Brasil, assim se manifestar: “este maravilhoso espetáculo de juventude, graça, beleza e harmonia, apresenta mais do que a festa da Primavera. É a alegoria da raça, a apoteose de um Brasil moço e forte, representado pela flor da sua gente, que é essa geração enérgica, amanhecendo para a vida”.<sup>392</sup>

Certamente, as Olimpíadas Femininas não representaram o fim da hierarquização de gênero, nem tampouco proporcionaram o acesso indiscriminado das mulheres aos esportes, haja vista a permanência do artigo 54, do Decreto Lei de 3199, vigente até 1979. Porém, contribuíram para aumentar sua participação no espaço público e ampliar suas expectativas sociais, deslocando e, às vezes, subvertendo a ordem das relações de gênero, sob uma paradoxal atmosfera de consentimento, conforme veremos a seguir, através de um viés bastante específico, em mais um episódio do futebol feminino.

### **3.2 Mulheres e futebol no Brasil: outra breve experiência, Araguari (MG)**

Em 11 de janeiro de 2009, o programa *Globo Esporte* anunciou uma reportagem com as “pioneiras do futebol feminino em Araguari”, cidade localizada no Triângulo Mineiro. O repórter da Rede Globo de Televisão, Renato Peters, assim iniciou sua narração: - “elas não se encontravam há quase 50 anos. O encontro não é apenas entre amigas de longa data... (*nesse*

---

<sup>390</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008, vol. 1

<sup>391</sup> “Primavera leva 100 mil pessoas ao Maracanã!”. *Jornal dos Sports*, 22/09/1963, p. 1

<sup>392</sup> “Entusiasmo geral contagiou tribuna de honra”. *Jornal dos Sports*, 22/09/1963, p. 2

*momento, a câmera dá um close nas protagonistas dessa história que, alegremente, levam fotos da época para, juntas, recordarem as experiências vividas).* Logo depois, ele dizia: - “estamos em Araguari, no Triângulo Mineiro. Aqui estas senhoras se conheceram, casaram e criaram os filhos. Mas para contar a história é preciso voltar no tempo...”. Então, a reportagem prossegue, com a voz de Peters em *off*: “na década de 50, elas eram estudantes. A escola estava no vermelho. A diretora, Isolina Soares, teve uma idéia vendo um jogo de futebol (*close na historiadora Teresa Cristina Montes Cunha, uma das responsáveis pela divulgação do fato, que contou: “- Ela queria fazer um jogo, cuja verba fosse revertida para ajudar no caixa da escola”*). Em seguida, o repórter esclarece: “o pai de Teresa Cristina era Ney Montes (*é mostrada a foto dele, à época*), diretor de futebol do Araguari Atlético Clube, mas o esporte não andava de ‘bola cheia’”. (*Close novamente na historiadora que afirma “ – o meu pai explicou para elas que um jogo normal não daria renda suficiente para ajudar neste sentido. Foi aí que ele sugeriu para a diretora: - por que a senhora não chama as meninas mesmo da escola e a gente não faz um jogo diferente?)*)

Ainda em *off*, Renato Peters falou: “a notícia correu, 45 moças se apresentaram... Zalfa era uma delas (*mostra-se sua foto na época e, em seguida, a câmera foca em Zalfa que afirmou: ‘ - a gente ficou bem interessada porque era uma novidade’.*) A narração continua, mostrando fotos das jogadoras naquela época: “os times da cidade ganharam então versão feminina. Em 19 de dezembro de 1958, entraram em campo o *Araguari*, da zagueira Darci (*breve close nela, após ser mostrada sua foto naquela ocasião*), contra o *Fluminense*, da lateral Sirlene dos Anjos (*close em Sirlene, que diz: - “o jogo foi sensacional, o público encheu o estádio e uns queriam até invadir o campo!”*)

Em seguida, o repórter disse: “surgiram, então, convites para outras exhibições. Uma delas, na cidade vizinha de Uberlândia. A partida, disputada no estádio Juca Ribeiro, que nem tinha essas arquibancadas (*nesse momento, Renato Peters aparece no vídeo e a câmera mostra as arquibancadas, posteriormente, construídas*), foi um sucesso! Juntou mais gente do que um amistoso disputado aqui mesmo, entre Uberlândia e Botafogo, de Garrincha e Didi. O radialista, Odilon Neves, foi o locutor das duas partidas, naquela época”. (*são mostradas fotos do radialista no passado e, depois, a câmera dá um close nele, que lembrou o ocorrido: - “No jogo do Botafogo tinha dado um estádio quase lotado... Mas deu superlotação no jogo das mulheres, foi preciso chamar a cavalaria para não deixar o público entrar no gramado”.* *Imagens e fotos da época são mostradas na reportagem para confirmar a veracidade dos fatos narrados.*)

A matéria prossegue: “- o burburinho que vinha do triângulo mineiro chamou a atenção da imprensa nacional (*close nas fotos e na capa da revista “O cruzeiro”, de 28/02/1959*). E, pelas páginas da revista *O Cruzeiro*, o futebol delas ganhou o país”. Nesse momento, a voz em *off* do famoso locutor esportivo, Léo Batista, lê parte daquela matéria publicada, reproduzida também no vídeo: “quando as moças entraram em campo, as bilheteiras do estádio de Uberlândia assinalavam um recorde: 120 mil cruzeiros foi a arrecadação... Nem tudo é pó de arroz, dos frágeis gestos femininos, de vez em quando a botinada aparece, não escapando nem mesmo o juiz... A goleira em posição pouco acadêmica, mas os cabelos são lindos”. O tom de galhofa adotado por Léo Batista, ao ler parte da matéria de *O Cruzeiro*, traduz o clima conservador da época em relação às mulheres que assumiam outros papéis sociais.

Após a interferência de Léo Batista, a voz em *off* de Renato Peters retorna e exclama: “- foi o suficiente para transformá-las em celebridades!” (*a câmera mostra fotos da matéria de O Cruzeiro, onde algumas jogadoras vestidas com maillots faziam poses sensuais, tal qual as estrelas de Hollywood, naquela época. Em seguida, a edição dá close rápido numa ex-jogadora, que disse: - “às vezes aparecia até dinheiro para a gente marcar... – ‘Marca um gol que eu te dou tanto!’*). Essa passagem, quase imperceptível, nos possibilita vislumbrar rapidamente indícios de um contra-poder feminino<sup>393</sup>. Depois, a câmera dá um close no radialista, Odilon Neves, que recordou: ‘- quando falavam que o futebol feminino ia jogar nesta cidade era uma festa!’). A narração de Renato Peters prossegue: “- e elas juram que batiam um bolão!”. Diante da ironia do repórter, forma de violência ainda muito utilizada pelos críticos da emancipação feminina, como já demonstrou Rachel Soihet<sup>394</sup>, uma das ex-jogadoras devolve a provocação, dizendo com sarcasmo e gargalhando, logo depois: “- perante uma bola, tá todo um charme, meu filho!”. Ao se vangloriar dos efeitos provocados por sua beleza no passado, a resposta dada pela personagem revela, mais uma vez, os usos do consentimento para driblar a relação de dominação.<sup>395</sup>

Em seguida, o narrador diz: “em vôo fretado as equipes foram para Belo Horizonte, onde jogaram com as camisas do América e do Atlético. Depois, enfatiza, ainda em *off*: “- em

---

<sup>393</sup> PERROT, Michelle; FARGE, Arlette et al.(orgs.) “A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. *Op. Cit.*, pp 7-30

<sup>394</sup> Para maiores informações sobre a desmoralização da luta feminista no Brasil, no início do século XX, ver SOIHET, Rachel. Pisando no ‘sexo frágil’. Revista *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, janeiro de 2004, p. 14-20. Acerca da difamação realizada pelos críticos da segunda onda do movimento feminista no Brasil, ver SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007, p. 39-53 e SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, 2005

Salvador, a recepção foi digna de artistas de cinema”. (*Nesse momento, a câmera dá um close em Zalfa, ex-jogadora, que lembrou: - ‘o presidente do Bahia desfilou com a gente pela cidade, anunciando que éramos do futebol feminino mineiro, de Araguari’. Então, o campo ficou lotado!*)

Na sequência, Renato Peters aparece no vídeo para dizer: “- a fama das jogadoras araguarinas foi bem mais longe... Os times foram convidados para disputar uma partida no México. Mas o sonho de jogar fora do Brasil, jamais decolou do aeroporto da cidade (*Close em Nilza de Aguiar, ex-jogadora, que falou: ‘- a gente tava assim naquele expectativa, achando mesmo que ia viajar bastante, jogar e mostrar o que a gente sabia, né? De repente, chegaram e disseram ‘não vai mais, foi proibido, não tem como vocês irem’*). Nesse momento, embora em *off*, a voz do narrador interfere para marcar uma ruptura na história e introduzir a mudança nos destinos das personagens. O modo de narrar, então, abandona o estilo linear, com o intuito de prender a atenção do telespectador. Por meio da inquietação e do sobressalto, recursos muito utilizados nas tramas das telenovelas brasileiras, a reportagem do *Globo Esporte* provoca no espectador compaixão e espanto.<sup>396</sup> Assim, trazendo à tona sentimentos passados, o narrador afirmou: - “moças jogando futebol? Não ficava bem... As pressões vieram de todos os lados.” (*Close em Heloísa Marques, ex-jogadora, que também lembrou: “- colégio tradicional da cidade, jamais poderia ter um time de futebol feminino, era coisa de homem, coisa muito violenta”. Depois, a câmera foca em Maria da Penha – a mesma jogadora que, minutos antes, se recordara alegremente do charme feminino que existia atrás da bola. Agora, ela recordou com pesar: “- o papai tirou a gente, não queria que a gente continuasse, eu era muito criança, tinha 11 anos. E aí fui obrigada a deixar, com o coração partido!”*)

O repórter, ainda ausente no vídeo, continua: “- Ney Montes, o criador das equipes, não teve o que fazer quando soube que estava fora da lei”. (*Close na historiadora, Teresa Cristina, filha de Ney Montes: “- Ele recebeu oficialmente uma solicitação dizendo para parar com os jogos. Nesse instante, Léo Batista em off lê o texto do Dec lei 3199, de 14 de abril de 1941, ao mesmo tempo que a televisão o reproduz: proíbe as mulheres de praticar esportes ‘incompatíveis com as condições de sua natureza’: futebol, futebol de salão, halterofilismo e beisebol. Depois, a câmera foca em Marly Teresa de Paiva Montes, ex-*

---

<sup>395</sup> Acerca do “efeito de beleza” como tática das mulheres para subverter a dominação masculina, ver CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Op. cit.*, p. 41

<sup>396</sup> Utilizo-me aqui das formulações teóricas e metodológicas apresentadas por BARBOSA, Marialva Carlos. “Meios de comunicação e história: um universo de possíveis”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA,

*esposa de Ney Montes, que enalteceu a atitude vanguardista do marido na época, porém “esqueceu” de falar sobre sua atitude de resignação, quando soube da proibição : “- ele sentiu muito porque acabou-se um sonho, né? As meninas... elas fizeram toda uma idéia de continuidade que não houve...)* Nesse instante, Renato Peters, que anteriormente ridicularizou, de forma irônica, a experiência do futebol feminino em Araguari, lamentou: “- o decreto lei valeu até 1979. O futebol delas, que tanto encheu estádios, não podia mais ser jogado.... Os times foram desfeitos. (O vídeo mostra Heloísa Marques, ex-jogadora que, mesmo incorporando certas representações de feminilidades, reviveu a surpresa e uma certa mágoa: “- ninguém na época entendeu, porque dentro de nós não existia esse preconceito... A gente não entendia porque estávamos praticando um esporte entre nós mulheres, não tinha nada que fosse violento, tanto é que hoje o futebol tá aí...)

Como se compartilhasse da frustração, melancolia e dos ressentimentos recalcados pelas jogadoras de Araguari, o repórter afirmou, frisando a capacidade técnica das jogadoras desta vez: “- o futebol feminino de Araguari resistiu um pouco mais de 10 meses, não resistiu ao drible conservador da sociedade daquela época. Contra este adversário, não adiantou o talento em campo”. Em seguida, o vídeo focaliza os diversos sentimentos evocados pela reportagem nas ex-jogadoras: indignação, impotência, decepção, resignação, alegria e tristeza. Duas delas assim se expressaram: “- nós não tivemos apoio, não tivemos ninguém quem nos defendesse”. “- Cheguei a chorar, acredita? Chorei muito”, disse outra. Dessa forma, o ato voluntário de lembrar faz emergir um “passado reprimido” que se pretende “pioneiro” no presente, a nível nacional (como sugere o próprio título da matéria). Ao estabelecer uma continuidade com o futebol feminino atual – ruptura sutilmente eliminada acima por Heloísa Marques, quando diz “tanto é que o futebol tá aí” –, a operação mental de lembrar, editada pela TV Globo, valoriza as ações públicas de coragem e ousadia das personagens no passado, transformando-as em heroínas. Com efeito, a memória coletiva, agora fixada pela mídia televisiva, livra-as do esquecimento, “garante a continuidade do tempo e permiti resistir à alteridade, ‘ao tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”, segundo descreve Henri Rousso para ironizar o “modismo e os desvios das políticas de memória na atualidade, responsáveis por representações explícitas e

voluntaristas do passado, de tendência ideológica e unificadora”, estabelecidas em função da demanda social de determinados indivíduos e grupos sociais.<sup>397</sup>

Finalizando, Renato Peters diz: “- 50 anos depois, as senhoras voltaram a entrar no estádio. Meio tímidas, um tanto deslocadas, até o primeiro toque na bola. Depois de experimentar alguns chutes a gol, uma delas diz: “- revivemos momentos maravilhosos, encontramos amigas, todas separadas, jogamos bola e não estamos tão ruins assim não...” Após esse instante, a reportagem atinge seu ápice e mostra a celebração e a alegria do reencontro, no antigo estádio de Araguari, monumento de toda a história contada, nexos entre o passado e o presente deste grupo de mulheres, do próprio Ney Montes – que se notabilizou por ter conduzido os times femininos –, e marca territorial onde a própria cidade se reconhece “por tabela”.

Em meio ao clima de alegria, o locutor em *off* frisa: “- só deixaram de lado os sorrisos ao se lembrarem de uma ex-companheira, D. Magali, que, segundo elas, era a melhor jogadora do time. Magali morreu poucos dias antes da reportagem ser gravada.” *(A câmera mostra foto atual de Magali e dá um close no grupo de ex-jogadoras. Elas contam que Magali estava muito contente com a possibilidade do reencontro e da reportagem. Algumas fizeram questão de declarar que a falecida companheira era “muito amiga, grande atleta e muito atuante”. De repente, como se fossem convidadas a se despedir da amiga, elas prestam uma última homenagem, exclamando em voz alta: ‘- valeu, Magali!’).* A morte de Magali, usada aqui para o desfecho da reportagem, de forma alguma fere a unidade do grupo, ao contrário torna sua coesão ainda mais forte, pois aciona novas lembranças e torna presente aquela que está ausente. De acordo com Halbwachs, “é depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre a sua pessoa (...) Em realidade, nunca a imagem de um falecido se imobiliza”.<sup>398</sup>

Obviamente, essa história despertou em mim grande interesse. No mesmo instante em que assisti a reportagem, fui arrebatada por um desejo quase incontrolável de entrevistar aquelas mulheres. Elas eram, sem dúvida, muito importantes para a pesquisa, pois retratavam, novamente, a violência de gênero perpetrada pelo Estado brasileiro sobre o futebol feminino. Dessa vez, porém, em tempos de democracia, quando os Jogos da Primavera ocorriam, concomitantemente. Tais experiências, portanto, me permitiriam fazer algumas comparações com aquelas vividas pelas jogadoras de futebol durante o Estado Novo. Diante disso tudo, não

---

<sup>397</sup> ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Op. cit. p. 94-97

<sup>398</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Op. cit., p. 74

pensava em outra coisa. Durante alguns dias alimentei a idéia de fazer contato com a historiadora citada na reportagem, filha de Ney Montes, para chegar às jogadoras de Araguari. Nesse momento, a lucidez da minha orientadora me fez pensar na distância geográfica a percorrer, na dificuldade que teria em selecionar as jogadoras para entrevistá-las, além das outras entrevistas que já tinha agendado previamente em São Paulo, com as primeiras atletas olímpicas afro-brasileiras.

Passada a euforia inicial, refleti melhor e percebi que a própria reportagem do *Globo Esporte* já era um registro de memória que tinha em mãos, criador do próprio fato e do sentido da celebração que se realizou em torno dele. Motivo pelo qual Henri Rousso afirmou “a memória não é mais o que era”. Afinal, além dos relatos fragmentados das jogadoras, a televisão trazia à tona outros testemunhos entrelaçados, construindo o próprio acontecimento e, sobretudo, definindo os “fatos memoráveis”, isto é, a forma da rememoração. Portanto, ao congelar certas expressões, editar e organizar as palavras e idéias de diversos atores sociais envolvidos na narrativa, entre os quais, o radialista Odilon Neves, a historiadora Teresa Cristina Montes e de Marly Teresa de Paiva Montes, filha e viúva de Ney Montes, respectivamente, o programa não só reconstitui a trama da história, como contribui para eternizar uma determinada memória social, já que a torna passível de ser reproduzida e acessada diversas vezes através do site “youtube”. Nesta perspectiva, as mudanças no tom narrativo – algumas vezes eloqüente, dramático, outras irônico e, até mesmo, melancólico –, bem como a presença e ausência do repórter no vídeo, em determinadas situações, também concorrem para a construção das subjetividades tecidas em torno do acontecimento, produzindo um sentido comum, além de fabricar outros testemunhos. Conforme afirmam Ana Paula Ribeiro e Lucia Maria Alves Ferreira,

“os meios de comunicação desempenham nas sociedades contemporâneas, um papel crucial na produção de uma idéia de história e de memória. Ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produzem no âmbito do senso comum sentidos para os processos históricos nos quais estes sujeitos estão inseridos, da mesma forma que participam da constituição das próprias subjetividades. Além disso, a mídia – sobretudo a jornalística – aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Constitui-se, assim, em um verdadeiro ‘lugar de memória’ da atualidade.”<sup>399</sup>

Se não bastasse este fato, a narrativa construída destaca duas passagens marcantes na reportagem: no início, a trama se desenvolve através das “peripécias” das personagens em meio ao sucesso e o súbito assédio do público masculino; prática discursiva que as retrata

---

<sup>399</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 7

como celebridades e estrelas de cinema, enfatizando sua beleza, porém desqualificando-as como jogadoras de futebol. Sem dúvida, estratégia que reforça uma representação de feminilidade ainda permanente, comprovada pela atitude de deboche do repórter Renato Peters ao dizer: “e elas juram que batiam um bolão!”

Na segunda e última parte, o enredo da história se desenvolve através de uma intriga que desperta, sobretudo, a piedade e comoção do telespectador no final. Neste sentido, diversos momentos são destacados para demonstrar a vitimização e frustração dessas mulheres diante da violência vivenciada, como na passagem em que duas delas exclamaram: “- *nós não tivemos apoio, não tivemos ninguém quem nos defendesse*”. “- *Cheguei a chorar, acredita? Chorei muito*”, disse outra. Fica evidente ainda que a construção do acontecimento liga todos os personagens, incontestavelmente. Ou seja, as memórias dessas mulheres se confundem com a história de Araguari e do próprio Ney Montes, forjando, reciprocamente, a identidade de ambos, isto é, a forma como eles se reconhecem e desejam ser lembrados no futuro. Sobre este aspecto, não podemos deixar de mencionar que embora o futebol feminino em Araguari tivesse uma origem beneficente, muito comum entre mulheres, sua iniciativa foi, na verdade, articulada por um homem, Ney Montes – na época, diretor de futebol do Araguari Atlético Clube. Foi ele que teve a idéia de chamar as meninas da escola para fazer um “jogo diferente”, dado que um “jogo normal”, isto é, entre times masculinos de futebol da cidade, “não daria renda suficiente”, provavelmente, por não gozar de prestígio entre seus habitantes. Não se pode esquecer também o contexto social no qual estes atores estavam inseridos. Afinal, o episódio se desenvolveu entre 1958 e 1959, isto é, em meio à consagração do time masculino de futebol do Brasil – campeão mundial pela primeira vez – e à euforia que tomou conta da nação. Esse fato, ao mesmo tempo que as influenciava e proporcionava visibilidade social em função da diferença de gênero, também representou um peso extra para elas que não se deve desprezar, ao contrário do que faz a reportagem.

Concebido inicialmente como jogo beneficente, cujo principal objetivo era arrecadar dinheiro para uma escola pública, o futebol feminino de Araguari rapidamente se tornou um fenômeno, projetando suas jogadoras publicamente. Ao arrastar multidões e, principalmente, mobilizar as protagonistas dessa história para além dos papéis sociais que lhes eram reservados, ultrapassou os limites envolvidos na sua idealização, sendo alvo de preconceitos e, posteriormente, proibido. Inicialmente de cunho moral e restrito, a atividade passou a ser, portanto, “matriz de uma consciência de gênero” ao levá-las cada vez mais para longe dos limites da cidade de Araguari, conforme expressou Nilza de Aguiar: “- a gente tava assim naquela expectativa, achando mesmo que ia viajar bastante, jogar e mostrar o que a gente



sabia, né?” Dessa forma, as experiências vividas por essas mulheres modificavam sua percepção do mundo, seu sentido de si mesmas e sua inserção pública, conforme afirma Michelle Perrot, adquirindo outro significado, bem diferente dos jogos beneficentes de futebol feminino promovidos nessa conjuntura, como o de vedetes, realizado no Maracanã, em 12 de setembro de 1959, entre cariocas e paulistas. Segundo destacava o título da reportagem “Deixa que eu chuto”, da revista *Manchete*, “o juiz Mario Viana se viu às voltas com um ‘bububu no bobobó’ com mordidas, unhas e pontapés, e a polícia teve que intervir na luta, pois alguns ‘mãos-bobas’ quiseram tirar partido da confusão”.<sup>400</sup>

Talvez, resida aí uma das principais diferenças entre as experiências de futebol feminino no Brasil, retratadas até aqui em duas conjunturas específicas. Enquanto no período do Estado Novo as jogadoras de futebol enfrentaram abertamente a ditadura de Getúlio Vargas e suas formas de hierarquização social através de um comportamento político afirmativo – representado pela indignação pública da dirigente Adyragram, que não se calou frente às ironias, acusações e difamações dos seus críticos vorazes –, a atitude das jogadoras araguarinas parece ter sido contrária, revelando sujeições, resignações e consentimentos diante da discriminação de gênero. Porém, como revela Chartier a “questão do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres às vítimas ou rebeldes em detrimento das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações...”.<sup>401</sup> Como nos revela Chartier

“nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência”.<sup>402</sup>

De posse dessas informações, devemos evitar perspectivas lineares e reducionistas para, mais uma vez, pensar nas manipulações realizadas pelos atores sociais diante dos limites (às vezes, imprecisos, quando se trata de regimes democráticos) impostos em cada configuração histórica. É necessário, pois, na tentativa de melhor compreender o passado, nos questionar acerca das diferentes modalidades de poder das mulheres e como elas se combinam em temporalidades e espacialidades específicas. No caso em questão, talvez seja mais lícito refletir sobre o sentido da memória social produzido e cristalizado pela mídia em torno do acontecimento, no qual o pioneirismo e heroísmo das jogadoras convivem com sentimentos de impotência, resignação e passividade feminina, numa perspectiva bastante dualista e

---

<sup>400</sup> SUGIMOTO, Luiz. Eva Futebol Clube. *Apud Jornal da Unicamp*, 5 a 11 de maio de 2003, p. 12

<sup>401</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Op. cit.*, p. 42

maniqueísta. Sem dúvida, uma memória coletiva que anula outra, tecida a partir dos “usos do consentimento”, pouco aparente na narrativa construída pela televisão, porém manifestada de forma subterrânea e sutil em algumas passagens da reportagem.

A par desta matéria produzida pelo *Globo Esporte* e disponível no youtube, é possível encontrarmos mais um registro de memória do futebol feminino em Araguari, também acessível no mesmo site. Na tentativa de elucidarmos as batalhas de memória travadas na atualidade, de que nos fala Pollak<sup>403</sup>, analisarei a seguir a entrevista realizada por Leda Pinho – do programa *Risco e Rabisco*, canal 15, de Araguari – com suas convidadas, Teresa Cristina Cunha e duas ex-jogadoras de futebol feminino da cidade: Magali, falecida um pouco depois, e Zalfa.

A entrevistadora inicia o programa dizendo: “- o Risco e Rabisco de hoje vai detonar... Estou aqui com 3 companheiras que vão falar de um assunto muito legal, muito gostoso. Eu tenho certeza de que vocês nem sonham sobre qual assunto vamos falar. Vamos falar do primeiro time de futebol feminino do Brasil, que é de Araguari e que tem muita coisa pra contar... Para alguns para lembrar, sacudir o baú das lembranças... Para os mais novos, com certeza, para saberem que esta terra já foi ousada demais.

Vou começar conversando com Teresa Cristina Cunha, que está realizando um trabalho de resgate de tudo o que aconteceu e que tem a intenção de fazer um documentário.

“- Por que essa idéia, de onde veio?”, perguntou Leda Pinho.

“- Meu pai era Ney Montes. Ele faleceu em 2004 e fazia parte da diretoria do Araguari Atlético Clube”, disse Teresa Cristina, repetindo a história contada no programa *Globo Esporte*, posteriormente.

Logo depois, Leda Pinho passou a palavra a Magali, apresentando-a como “atacante de resposta”, que corria e jogava a bola na rede. Ao ser indagada sobre sua experiência, Magali respondeu:

“- foi maravilhosa, porque sempre gostei de esporte. Surgiu um boato na escola que estavam formando um time de garotas. Aí eu disse: opa, é comigo mesmo! Então, várias candidatas, de todas as escolas, compareceram para uma pequena seleção e tal... Eu adorava jogar bola, então foi ótimo! Era o Araguari Atlético Clube. Fizemos vários jogos de apresentação e foi sensacional. Aí o sonho seguiu em frente. Foi um sucesso total porque o presidente do Araguari, se não me falha a memória, quis continuar, ele não desfez o time, manteve o time para outros jogos, inclusive em Uberlândia, Itumbiara, Belo Horizonte, Goiânia, etc.”

---

<sup>402</sup> Idem, p. 42

<sup>403</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15

Em seguida, a apresentadora do programa perguntou: “- E Zalfa? Qual era sua posição?” Zalfa, disse: “- eu era zagueira central, eu tinha o apelido de Belini”. Interrompendo Zalfa, Leda Pinho enfatizou: “- e essa aqui (apontando para Magali) tinha o apelido de Garrincha”. No mesmo instante, ela foi interpelada por Magali que diz: “- eu sou a Marta de hoje, né?” As narrativas e respostas permitem entrever alguns aspectos importantes.

Inicialmente, a fala de Magali nos fornece indícios sobre o interesse que o futebol já despertava entre as mulheres de Araguari, antes mesmo da iniciativa de Ney Montes, a ponto de se deslocarem “candidatas de todas as escolas para uma pequena seleção”, ao contrário do que se idealizou no começo: fazer a escolha apenas entre as alunas da escola que passava por dificuldades financeiras. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à afirmação contundente de Magali: “- eu adorava jogar bola, então foi ótimo!”. Sua exclamação nos informa diretamente sobre sua experiência prévia com o jogo em si. Para Magali, esse esporte não era uma novidade, ao contrário do que registrou a reportagem do *Globo Esporte*. Provavelmente, seu envolvimento inicial com o esporte ocorreu entre garotos, em campos de terra batida, fato muito comum ainda hoje. Poderíamos até mesmo dizer que Magali parecia aguardar ansiosamente por uma oportunidade mais formal para mostrar suas habilidades com a bola, naquele tempo. Não foi à toa que ela foi comparada a Garrincha e também se comparou à jogadora Marta. Aliás, para marcar o retorno ao presente e estabelecer uma comparação com o futebol feminino brasileiro na atualidade, ainda carente de maior reconhecimento, a entrevistadora Leda Pinho faz uma pausa e afirma: “- gente, como mudou, não? Hoje, temos um pouco mais de apoio, muito pequeno ainda, rasteiro, apesar do futebol feminino defender o Brasil por aí afora, com muito brilhantismo”.

Depois, a apresentadora interrogou Zalfa sobre como foi sua experiência: “- foi muito bom mesmo, tenho saudades daquele tempo que a gente viajou muito e tudo começou como beneficente. E depois, começamos a jogar fora de casa, receber convites, fomos a Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo. Acho que foi um pouco difícil e depois teve a proibição também...” Nessa passagem da entrevista, Leda Pinho perguntou: “- E a proibição? Quem quer falar a respeito?” Magali, então, tomou a palavra e contou: - “bom, eu tive que deixar o time porque eu era nova, tinha 16 anos. Naquela época, com 16 anos, a gente era criança, né? Pois é! Eu tive que deixar o time porque senão não podia estudar no colégio das freiras...”. Novamente, Leda Pinho, interferiu:

“- Mas era outra época, né? Outro sistema... Eu também estudei em colégio de freiras, os conceitos eram muito rigorosos em relação à mulher. A liberdade do homem é e sempre será total, mas em relação à mulher, a coisa era muito opressora. E havia muita restrição no colégio das irmãs em relação às meninas que jogavam, que não podiam

frequentar o colégio, na verdade. Houve também uma restrição por parte da tradicional família mineira. Isso tudo, ninguém tá criticando isso não, eram coisas da época, deu uma melhorada básica, mas isso existia com muita força naquele tempo...”

Em seguida, a entrevistadora prossegue: “- E aí esse time que viajava tanto e que era bem recebido, que se hospedava na casa das melhores famílias fora daqui e que sempre se colocou havia o maior respeito entre os dirigentes, entre as pessoas e até por parte do clube...” Aí, Zalfa completou: “- e também havia sempre duas mães que acompanhavam...”. As narrativas demonstram como o recato, a virtude e a honra faziam parte da moral sexual tradicional, na década de 1950, sendo motivos de preocupações e proibições constantes da família e escola em relação às mulheres, sobretudo àquelas que viajavam.

Posteriormente, Leda perguntou à historiadora, Teresa Cristina, porque ela pensou nesse documentário, em que pé estava e como as pessoas podiam ajudar, caso tenham algum documento da época. Teresa, então, respondeu:

“primeiro sou araguarina e quando papai adoeceu, em 2001, no hospital o assunto preferido dele era Araguari e, especialmente, o time de futebol feminino. Então, aprendi a gostar. Sem conhecer as meninas, eu já conhecia por nome e pelas experiências que eles vivenciaram naquela época. Eu fui me empolgando com o assunto e em certa ocasião fiz várias entrevistas com o papai. Registrei e ele me pediu que transformasse num documentário. E esta promessa eu estou em dívida, porque eu preciso encontrar as meninas todas para a gente fazer o documentário”.

Nesse momento da entrevista, Teresa Cristina esclarece e diz que procurou pelas atas da época, mas não as encontrou; falou que as mesmas poderiam ajudar para que fossem conhecidos os nomes de todas as jogadoras. Ao final do programa, a historiadora deixa os telefones e email para contato.

A partir da realização do programa *Risco e Rabisco* – apresentado antes da reportagem do *Globo Esporte* –, é possível compreender os motivos e interesses em jogo na construção desta memória social e, sobretudo, elucidar alguns aspectos presentes na matéria do *Globo Esporte* com “as pioneiras do futebol feminino em Araguari”. O primeiro ponto a ser destacado é o empenho da historiadora Teresa Cristina Cunha em “pagar” uma promessa feita ao seu pai, quando ele estava à beira da morte. Na tentativa de viabilizar o projeto<sup>404</sup> de resgate da memória do futebol feminino de Araguari – um pedido do seu pai, Ney Montes –, a historiadora parece ter conscientemente sensibilizado a TV local como forma de “encontrar as meninas todas e fazer um documentário” sobre o “primeiro time de futebol feminino no Brasil”, conforme disse a apresentadora do programa *Risco e Rabisco*. Porém, Teresa Cristina

parecia só conhecer duas ex-jogadoras na ocasião, Magali e Zalfa, fato que comprometia a viabilidade do projeto, a possibilidade de sua comunicação, pois “não existe um projeto individual ‘puro’, sem referência ao outro ou ao social. Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas”, de acordo com Gilberto Velho.<sup>405</sup>

Neste sentido, o programa de Leda Pinho é a peça chave para compreendermos a ligação e cumplicidade estabelecidas desde o início entre os personagens desta história, ou seja, entre Ney Montes e as jogadoras de futebol em Araguari. Para que ele seja lembrado e eternizado é necessário encontrá-las, reuni-las e também falar delas. A memória de um não sobrevive sem que se fale do outro. É importante, contudo, frisar que a relevância deste fato, ou seja, do futebol feminino em Araguari, só surge a partir da morte iminente de Ney Montes. É seu desejo de ser celebrado e imortalizado que aciona estas lembranças e clama por sua renovação. Como diz Maurice Halbwachs “um quadro vazio não pode preencher-se sozinho”. Para se manter vivo, para a sua história passar adiante é preciso que suas recordações individuais se ancorem em outras lembranças comuns, acionando, neste sentido, uma comunidade afetiva.<sup>406</sup> Assim, o objetivo de Teresa Cristina fica explícito: reunir todas as jogadoras e, assim, pagar sua dívida com a memória do pai. Por isso, ela forneceu seus contatos, ao fim da entrevista. Na verdade, o programa *Risco e Rabisco* é um apelo feito à comunidade de Araguari para a viabilização do projeto, fato que também traria reconhecimento público à cidade. Estratégia que surtiu efeito, pois outras jogadoras apareceram e, provavelmente, puderam ajudar na reconstrução da história mediada pelo *Globo Esporte*, posteriormente. No entanto, para que a memória individual se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos, conforme ressalta Halbwachs,

“é necessário que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.”<sup>407</sup>

---

<sup>404</sup> Utilizo aqui o conceito de projeto proposto por VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.26

<sup>405</sup> VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura*. Op. cit., p. 26

<sup>406</sup> Cf. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. *Op. cit.*, p. 33

<sup>407</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. *Op. cit.*, p. 34

Com efeito, a cristalização desta memória social se ancorou nas experiências partilhadas por vários sujeitos sociais. Neste sentido, a idéia de Ney Montes só pôde ser considerada genial e inovadora se igualmente fosse destacado o pioneirismo do futebol feminino no Triângulo Mineiro. De forma recíproca, a tristeza das jogadoras pelo fim das viagens e competições também significou a tristeza de Ney Montes, conforme frisaram sua filha e viúva, muito embora seja visível a existência de descontinuidades nas narrativas marcadas pelas diferenças de gênero, que não comprometem, porém, a construção de unidade desta memória coletiva. Segundo Halbwachs, “é porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.”<sup>408</sup>

Dessa forma, as rupturas dessa história remetem às discriminações de gênero sentidas pelas jogadoras – faladas mais abertamente no programa *Risco e Rabisco* do que na reportagem exibida pelo Globo Esporte. Assim, algo que poderia ser insignificante escapa na fala de Magali, posteriormente ausente no programa da TV Globo porque já falecida. Quando Magali é apresentada por Leda Pinho como “jogadora de resposta, que corria e jogava a bola na rede, apelidada de Garrincha na época”, ela narrou sua experiência: “foi maravilhosa, porque sempre gostei de esporte. Surgiu um boato na escola que estavam formando um time de garotas. Aí eu disse: opa! É comigo mesmo!”. Ao se recordar com contentamento do boato que tomou conta da cidade, bem como do surgimento de várias candidatas para a seleção de um time feminino de futebol, Magali nos fornece indícios sobre a sua identidade, bem como sobre a presença de mulheres fãs e praticantes do esporte em Araguari – mesmo que de forma lúdica, não organizada –, antes mesmo da idéia “original” de Ney Montes, fato que não aparece no programa *Globo Esporte*. O que, certamente, explica o sucesso posterior da “novidade”.

Afora este aspecto, não se pode deixar de ressaltar a influência da conquista do time masculino de futebol do Brasil, campeão mundial pela primeira vez em 1958, na construção do imaginário ufanista da época, inclusive, entre as mulheres de Araguari. Em que pesem as hierarquizações de gênero vivenciadas, Magali e Zalfa se identificavam com os modelos masculinos dos jogadores, Garrincha e Bellini, ambos da equipe brasileira de futebol vencedora daquele ano, o que demonstrava não apenas seus desejos de igualdade, auto-afirmação e reconhecimento, mas, sobretudo, a fluidez das fronteiras de gênero no tocante aos comportamentos sociais. É neste sentido que o programa *Risco e Rabisco* se diferencia

---

<sup>408</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. *Op. cit.*, p. 25

daquele exibido pelo *Globo Esporte*. Enquanto na reportagem de Renato Peters as pioneiras de Araguari são mostradas como heroínas, vítimas e, às vezes, como artistas de cinema, a despeito de suas habilidades técnicas com a bola de futebol, a entrevista realizada por Leda Pinho nos permite entrever o contrário, ainda que seu propósito primordial seja contribuir com a viabilização do projeto da historiadora Teresa Cristina, ou seja, de um documentário tributo à Ney Montes. Nesse sentido, o exercício inusitado de reflexão histórica aqui proposto, que para muitos poderia ser considerado arriscado, um mero caso isolado de micro-história, sem relevância, fornece um caminho teórico-metodológico para descortinarmos possibilidades vivenciadas pela condição de gênero – às vezes, em situação de conflito, concorrência, colaboração e, até mesmo, de cumplicidade com os homens –, desde que levemos em conta as relações entre as “pequenas” histórias e as perspectivas estruturais, generalizantes.<sup>409</sup>

### ***3.3 Entre as fronteiras da diferença e igualdade: histórias orais de atletas olímpicas***

Marcada por um distanciamento crítico em relação à abordagem macrosocial que, com seus modelos estruturalistas e globalizantes, dominou por muito tempo o cenário da pesquisa em história e em ciências sociais, a escala microanalítica inscreve-se hoje como orientação metodológica necessária para restaurar o papel dos indivíduos – suas situações vividas e estratégias singulares – na construção dos laços sociais.<sup>410</sup> De acordo com Chartier, “o objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”.<sup>411</sup> Dessa forma, ao revelar os desvios, as tensões, as negociações e discordâncias existentes entre os indivíduos e grupos e os sistemas normativos de uma sociedade, a micro-história pretende trazer à tona a experiência de sujeitos sociais até então excluídos da investigação histórica, como as mulheres e os segmentos populares, ampliando o foco sobre as múltiplas faces das desigualdades e redefinindo os clássicos paradigmas sobre os sistemas de poder e subordinação. Com efeito, a grande reviravolta da história nas décadas de 70/80 – favorecida também pelo *boom* da história cultural –, contribuiu para o desenvolvimento da história das

---

<sup>409</sup> Utilizei-me aqui das considerações feitas por HERMANN, Jacqueline. “Natalie Zemon Davis”. In: LOPES, Marco Antonio e MUNHOZ, Sidney (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 213-231

<sup>410</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 102

<sup>411</sup> Idem, p. 102

mulheres, acirrado ainda mais pelo recrudescimento do movimento de liberação das mulheres, a partir dos anos 60/70.<sup>412</sup>

Como reflexo da ampliação dos horizontes da disciplina e dos debates instalados no interior do próprio movimento feminista, a partir do final da década de 70, a categoria *gênero* surgiu como “uma maneira de indicar as *construções sociais*: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”, refutando, portanto, as explicações biológicas que legitimavam o caráter essencialista, a-histórico, fixo e permanente da diferença e hierarquização entre os sexos.<sup>413</sup> Conforme afirma a historiadora Racquel Soihet, ao sublinhar o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, na medida em que a compreensão de qualquer um dos dois não pode ser realizada em separado, bem como reavaliar a perspectiva dos enfoques que enfatizavam a vitimização ou a rebeldia feminina, a questão do gênero contribui sobremaneira para se buscar a complexidade da atuação das mulheres, introduzindo também as diferenças, os conflitos e os deslocamentos de poder provocados pelas articulações com outras categorias, como classe, raça/etnia e geração.<sup>414</sup> Assim, a fragmentação de uma identidade universal entre as mulheres pôde revelar outras relações sociais de hierarquização e dominação, para além das divisões de poder entre os sexos.<sup>415</sup> Segundo as historiadoras Rachel Soihet e Joana Pedro,

“inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum...de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.”<sup>416</sup>

Com efeito, as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista deram lugar às pesquisas de novos temas ligados ao cotidiano, à sexualidade feminina e às suas diversas formas de atuação no espaço privado e público. Para rastrear as dimensões do mundo feminino, por tanto tempo ocultas, a abordagem biográfica e a consequente valorização de experiências individuais para a compreensão do passado despertaram, assim, um crescente interesse entre os historiadores. Alimentada por uma renovação da história política, que se despiu do caráter positivista, puramente cronológico e

---

<sup>412</sup> Para maiores informações sobre os fatores científicos, sociológicos e políticos envolvidos no nascimento de uma história das mulheres, ver PERROT, Michelle. “Escrever a história das mulheres”. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p.19-20

<sup>413</sup> Cf. SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, abril de 1996, 3ª edição, mimeo.

<sup>414</sup> SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997. p. 277-79

<sup>415</sup> COSTA, Sueley Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha e SOIHET, Racquel. (orgs.). *O ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 196



narrativo dos “feitos dos grandes homens”, a redescoberta da biografia, de acordo com Sabina Loriga, remeteu principalmente a experiências no campo da história atentas a outras subjetividades, como a história oral, os estudos sobre cultura popular e a história das mulheres. Assim, “o desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico”.<sup>417</sup>

Não obstante os avanços epistemológicos deste método, o historiador deve estar atento às suas armadilhas. Neste sentido, as críticas formuladas por Pierre Bourdieu, entre outros, revelaram-se bastante profícuas. Ao alertar para o perigo da “ilusão biográfica”, o sociólogo francês ressalta os riscos de se considerar uma determinada história de vida como um relato de acontecimentos sucessivos, coerentes e ordenados a partir de um projeto orientado para um fim específico. Retirando da existência humana os conflitos, os imprevistos e as discontinuidades que marcam a fragmentação do “eu”, o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, se basearia na preocupação de estabelecer um sentido artificial e unívoco para a vida de um indivíduo, produzindo uma “apresentação oficial de si”. Portanto, a construção de biografias harmônicas e lineares, ignora a “superfície social” na qual o indivíduo encontra-se imerso, suas colocações e deslocamentos no espaço social ao longo da vida, bem como a rede de relações objetivas estabelecidas, em diferentes situações, com outros agentes envolvidos no mesmo campo.<sup>418</sup> Neste sentido, Bourdieu rejeita o termo biografia, preferindo falar em “trajetórias”.<sup>419</sup> Em que pese as pertinentes observações de Bourdieu, apontando para uma correspondência na relação entre *habitus*<sup>420</sup> de grupo e *habitus* individual, Giovanni Levi sugere ainda atentarmos para a amplitude da liberdade de escolha dos indivíduos; estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis”.<sup>421</sup>

Desse modo, a revalorização do sujeito na história e a ênfase nas suas experiências individuais, após a renovação teórico-metodológica da História, ocorrida nas últimas décadas do século XX, reacendeu o debate em torno da subjetividade como objeto do conhecimento científico. Tal polêmica foi acirrada ainda mais pela invenção do gravador de fita, em meados dos anos 1950. A gravação de entrevistas com testemunhas do passado, anteriormente

---

<sup>416</sup> SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, n.54, vol.27, jul-dez 2007, p. 287

<sup>417</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225

<sup>418</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191

<sup>419</sup> idem, p. 190

<sup>420</sup> O *habitus* é um sistema de esquemas de percepção e apreciação da realidade social, que funciona como estrutura cognitiva estruturada e estruturante, geradora de práticas e representações sociais, cf. BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e poder simbólico”. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 158

<sup>421</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. Op. cit. p. 179-180

marginalizadas pela história, permitiu que a história oral se convertesse lentamente numa metodologia de pesquisa, ao mesmo tempo, tornando possível a constituição de novas fontes para o historiador, sobretudo se considerarmos a lacuna de registros de uma memória feminina, por muito tempo, relegada ao silêncio pela memória oficial.<sup>422</sup> Juntamente com as biografias e autobiografias, o “fascínio pelo vivido” ganhou uma nova dimensão, pois permitiu ao historiador dar voz aos excluídos da história e reconstituir importantes fenômenos do *tempo presente*, uma vez que ao lidar com a vivência de um indivíduo, seja através da publicação espontânea de memórias ou a partir das interrogações realizadas numa entrevista, revela-se o que é inacessível nos arquivos: a visão contemporânea da testemunha (do momento em que fala) sobre os fatos estudados.<sup>423</sup> Segundo Verena Alberti, num mundo globalizado, extremamente marcado pela fragmentação e velocidade da comunicação, bem como pelas tentativas de exclusão política das ditas “minorias” coletivas, o campo da história oral é “acentuadamente totalizador, pois entrevistado e entrevistador trabalham conscientemente na elaboração de projetos de significação do passado”.<sup>424</sup> Assim, na narrativa oral, a memória de um indivíduo – único e singular – sobre determinados acontecimentos e conjunturas é valorizada como “elemento constitutivo da sua identidade, na medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”<sup>425</sup>

As considerações aqui apresentadas, em torno dos processos sociais de construção de memórias e identidades individuais/coletivas são, portanto, fundamentais para a compreensão das trajetórias de vida de três atletas brasileiras que abordarei, a seguir: Melânia Luz e Deise Jurdelina de Castro – primeiras representantes negras do Brasil nas Olimpíadas de 1948 e 1952, respectivamente, nas modalidades de 200 m e salto em altura – e Mary Dalva Proença, única mulher brasileira presente nas Olimpíadas de 1956, na modalidade dos saltos ornamentais.

Melânia Luz nasceu em 1928. Vive hoje em São Paulo, no bairro de Santana, é viúva e mora com a filha. Sua família era de classe média: a mãe, dona de casa e o pai, militar, tiveram um casal de filhos. Melânia começou a praticar esportes aproximadamente aos 17 anos, em 1945. Na época, a família morava no Canindé, bairro onde se localizava a primeira

---

<sup>422</sup> Para maiores informações sobre este assunto, ver PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina”. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 33-43

<sup>423</sup> ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). op. cit., p. 98

<sup>424</sup> ALBERTI, Verena. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso realizado em 2/08/06

sede do São Paulo Futebol Clube (SPFC).<sup>426</sup> Foi lá que Melania se iniciou no atletismo. Na verdade, ela foi a primeira mulher pertencente ao quadro de atletismo do São Paulo, composto apenas por homens, até então.<sup>427</sup> Tão logo começou a ser treinada pelo técnico Dietrich Gerner – membro remanescente da antiga Associação Alemã de Esportes, que vendeu seu terreno posteriormente para o São Paulo Futebol Clube –, a velocista se tornou “recordista brasileira jovem de 50 metros rasos”. Em 1946, no Troféu Brasil, consagrou-se campeã dos 200 metros e vice-campeã dos 100 metros rasos. Um ano depois, obteve o 3º lugar nos 100 e 200 metros rasos, no Campeonato Sul-americano, realizado no Chile.<sup>428</sup> Foi a primeira atleta negra do Brasil a participar de uma Olimpíada, em 1948, na cidade de Londres.

Quando a indaguei sobre sua carreira no esporte, Melania relatou que tinha pouco tempo para treinar, pois, assim que concluiu o antigo ginásio, começou a trabalhar como técnica de laboratório durante a semana, profissão que lhe permitiu “ter o seu dinheiro, não fazer falta em casa” e na qual se aposentou. Sem dúvida, a fala de Melania é uma amostra de como a ideologia de valorização do trabalho, disseminada durante o Estado Novo, sobretudo, foi assimilada por setores médios urbanos. Apesar de treinar basicamente nos finais de semana, ela conseguiu melhorar constantemente suas marcas nas eliminatórias e, assim, ingressar na seleção brasileira de atletismo feminino.

Ao ser questionada sobre a reação dos pais diante da decisão de construir carreira no atletismo, Melania disse que foi “normal”. Certamente, a infância e adolescência vividas durante o Estado Novo – período em que o ensino da educação física e esportes, bem como o ensino técnico e profissionalizante foram sistematizados e priorizados pelo governo federal – contribuíram para suas escolhas pessoais e profissionais, elaboradas dentro de um campo de possibilidades, segundo sugere o antropólogo Gilberto Velho.<sup>429</sup> Cabe ressaltar ainda a ascensão vivida pelo atletismo feminino naquele contexto, principalmente a partir de 1940, conforme mostraram as tabelas constantes do segundo capítulo. Além disso, o fato de seu pai ter sido instrutor de escoteiros e de levar a família para ver os jogos de futebol do São Paulo, nos anos 40, demonstram as particularidades do ambiente no qual cresceu; as experiências e

---

<sup>425</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

<sup>426</sup> Atualmente, o local é a sede da Associação Portuguesa de Desportos, cf. NICOLINI, Henrique. Tietê, o rio do esporte. Op. cit., p. 340

<sup>427</sup> Cf. SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Op. cit., p. 465

<sup>428</sup> Cf. dados apresentados no seu currículo.

<sup>429</sup> VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura*. Op. cit., p. 27

interações culturais que teve para elaborar seus projetos individuais e, conseqüentemente, amadurecer seus gostos, preferências e interesses.

Contudo, quando indagada por mim acerca dos preconceitos da sociedade da época em relação à prática esportiva feminina, sobretudo nos esportes de alto rendimento, Melânia disse que nunca sentiu nada, porém relatou em seguida: “de cor sempre tem. Você sabe... Principalmente porque lá tinham umas alemãs, né? Mas a Clara era do Pinheiros, naquela época que fechou na guerra”.<sup>430</sup> Melânia Luz se referiu, de maneira geral, às atletas dos clubes da colônia alemã, cujos imigrantes implantaram a cultura física em São Paulo, ligada principalmente à ginástica. Cabe registrar aqui que algumas associações esportivas da cidade, de origem germânica, tiveram suas sedes fechadas, temporariamente, já na Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, a situação se agravou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Alguns clubes e associações deixaram de existir e seus sócios migraram para outras agremiações esportivas, caso do técnico de Melânia, Dietrich Gerner, que foi para o SPFC.<sup>431</sup> Outros clubes mudaram seus nomes, como o Sport Club Germânia que passou a ser “Esporte Clube Pinheiros”, do qual fazia parte Elizabeth Clara Muller, citada acima por Melânia Luz.

Neste sentido, Melânia evidenciou, mais especificamente, o preconceito racial que sentiu de “Clara”, sua principal concorrente e adversária nos 100 m e 200m, integrante, inclusive, da seleção brasileira feminina de atletismo em 1948, nas Olimpíadas de Londres. Muito embora não lembrasse da discriminação de gênero na entrevista, sua memória voluntariamente irrompeu quanto ao preconceito de cor, sem que eu perguntasse sobre isso. Posteriormente, ela deixou escapar mais uma vez: “o que tinha mesmo era a atleta alemãzinha que sempre, sabe os alemães, ainda mais alemão, né? Mas assim entre nossa turma não existia” Quando finalmente indaguei sobre a situação da mulher negra naquele contexto, Melânia relatou: “não vou dizer para você que foi só naquela época. Porque até hoje ainda tem discriminação. Não posso dizer muito, mas tem”.<sup>432</sup> Levando em conta a trajetória esportiva da ex-atleta, incluindo o período em que competiu como veterana, desde 1986 até 1997, quando encerrou sua carreira, o depoimento de Melânia nos fornece indícios acerca da discriminação racial vivenciada também em outras conjunturas, ainda que hoje sentida por ela de forma mais atenuada, aparentemente. Contudo, a ex-velocista disse que o seu técnico alemão Dietrich Gerner e Gertrudes Ida Morg – outra representante da equipe olímpica de atletismo feminino do Brasil, em 1948, e com passagem rápida pelo São Paulo Futebol Clube,

---

<sup>430</sup> Entrevista concedida à autora, em 6 de maio de 2009.

<sup>431</sup> Para maiores informações, ver NICOLINI, Henrique. Tietê, o rio do esporte. Op. cit., p. 330-340

<sup>432</sup> Melânia Luz, entrevista concedida à autora, 6 de maio de 2009.

onde conheceu Melania – não apresentavam a mesma atitude preconceituosa. Do primeiro lembrou a rigidez: “ele não gostava muito que a gente ficasse com os rapazes treinando essas coisas, essas brincadeiras”, demonstrando, todavia, o cerceamento da liberdade vivido pelas mulheres, o que contradiz a fala anterior da entrevistada no tocante às relações de gênero. Aspecto reforçado logo após, ao fazer uma comparação com as atletas da atualidade: “naquele tempo nós não tínhamos o que elas têm hoje... Elas têm tudo, tudo, tudo. Treinam na hora que querem. Nós trabalhávamos por aí e treinávamos... A mulher hoje tem muito mais liberdade. Se ela quiser, ela vai...”<sup>433</sup>

Em relação a Gertrudes Ida Morg, Melania mostrou existir, no passado, uma relação afetiva entre elas, razão pela qual guarda uma foto de “Trudes”, como carinhosamente se referiu à amiga, já falecida. Com certeza, a discriminação racial que ela sentia por parte dos alemães tornava-se mais acirrada em competições esportivas, quando afloram rivalidades clubísticas tanto entre homens quanto em mulheres. Como Melania Luz e Gertrudes Morg foram companheiras no São Paulo Futebol Clube, durante breve período, e não concorriam na mesma modalidade esportiva, esse fator parece ter sido neutralizado neste contexto, ao contrário do que aconteceu entre Melania Luz e Elizabeth Clara Muller, representantes de agremiações esportivas diferentes e concorrentes na mesma modalidade (100 e 200m rasos). Essa questão surgiu mais explicitamente quando a ex-atleta falou sobre a convivência com as atletas brancas do atletismo. Disse Melania: “a pior era a Clara. Porque a Clara era de um clube de alemães mesmo: Esporte Club Germânia. Eles eram mais assim sabe... Faziam força para ganhar. E a gente estava também fazendo força para ganhar.”<sup>434</sup> Quando a indaguei diretamente se “eles” eram racistas, a ex-atleta respondeu duas vezes, como se desejasse reforçar esse ponto: “a Clara era um pouco sim. Era um pouco sim”. Esse aspecto expõe, portanto, as múltiplas faces das desigualdades entre mulheres, evidenciando a fragmentação de uma suposta unificação, a partir das tensões, concorrências e conflitos existentes entre elas em função das suas diferenças identitárias (de classe, raça/etnia, geração, nacionalidade, etc.).

Aparentemente, esse ponto de vista não é destacado quando a atleta se refere ao seu técnico alemão, no passado. Porém, de forma nebulosa, ela expressou que diante de Dietrich Gerner “tinha mais é de mostrar para ele que eu podia fazer o que ela faz. Fazia, né?”<sup>435</sup>. Sutilmente, Melania mostrou indícios do peso que representava ter como principal adversária e concorrente uma atleta veterana e descendente de alemães, como Clara Muller, naquela

---

<sup>433</sup> Melania Luz, entrevista concedida em 6 de maio de 2009

<sup>434</sup> Idem.

<sup>435</sup> Idem.

época. Muito provavelmente, o rígido técnico alemão, Dietrich Gerner, ao compará-la com “Clara” provocava-a, para “demonstrar” a suposta superioridade e qualidade técnica da atleta do Esporte Clube Pinheiros, sobretudo se considerarmos o ambiente no qual estes atores sociais estavam inseridos. Afinal, as Olimpíadas de 1948 se realizaram logo após o fim da 2ª Guerra Mundial e, evidentemente, o orgulho e as crenças de muitos descendentes de alemães espalhados pelo mundo estavam seriamente abaladas, fomentando ainda ressentimentos, ódios e revanches. Neste sentido, o desejo de vingar a derrota alemã e “ir à forra” se manifestou, certamente, em hostilidades, invejas e preferências no campo esportivo brasileiro – mais ou menos intensas – por parte de Elizabeth Clara Muller e Dietrich Gerner. Como nos informa Ansart, baseado nas afirmações de Freud, as múltiplas formas de nacionalismo fornecem ao sujeito um objetivo para suas necessidades de vínculo, embasamento para sua auto-estima e orgulho pessoal, ao mesmo tempo que equilibra este vínculo pela difamação das nações rivais. Da mesma forma, conjunturas particulares de guerras favorecem, em maior ou menor intensidade, à exacerbação dos ódios.<sup>436</sup>



Melania Luz, durante treinamento

---

<sup>436</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *Op. cit.*, p. 24-25

Os esquecimentos em relação às atitudes de seu técnico se revelaram, igualmente, quando ela se recordou da convivência com mulheres e homens não atletas, principalmente com os quais trabalhava cotidianamente no hospital.<sup>437</sup> Inicialmente, Melania disse nunca ter sentido preconceito de gênero pelo fato de ser praticante de atletismo. Todavia, ela afirmou, com hesitação: “primeiro eles achavam que a mulher não devia fazer esporte assim, né? Mas eu nunca senti isso não. Nunca. Eu acho que na nossa turma não tinha essas coisas assim. Sabe? Se tivesse era muito assim escondido. Mas na nossa turma de esporte eu nunca notei assim, nada. Não sei...”<sup>438</sup> Posteriormente, quando questionei se as resistências eram menores na natação feminina, se existia alguma diferença<sup>439</sup>, ela respondeu: “Sabe? Tem turma que quando você viaja com alguma delegação, que tem vários esportes, né, você sente isso. Porque elas quase não se misturam. Você também não quer se chegar. Então não tem briga. Mas sempre tem uma diferença, né?”

Importante notar na narrativa de Melania um aspecto recorrente: o fato de sucessivamente afirmar a existência de uma “turma” no São Paulo Futebol Clube, da qual faziam parte ela e outros homens do atletismo, incluindo, seu marido, atleta que foi para esse clube, posteriormente. Dessa forma, ao empregar o termo “turma”, Melania nos fornece sinais dos fortes vínculos de amizade e solidariedade, formados aos poucos entre atletas negros do São Paulo, homens e mulheres, vínculos estes fundamentais para suavizar e, até certo ponto, ocultar os efeitos da hierarquização de gênero. Ao mesmo tempo, essa convivência harmoniosa forneceu a Melania Luz um suporte afetivo para lidar com as discriminações raciais, a despeito das inúmeras tentativas de Dietrich Gerner de separar os homens e as mulheres do atletismo do SPFC. Com efeito, ela se referiu a “nossa turma do São Paulo” mais de uma vez. Numa das passagens da entrevista assim ela falou do marido: “ele era do atletismo. Aí ele veio para cá. A gente casou e tudo. Mas continuávamos fazendo esporte. Tinha a nossa turma, sabe? Sempre tem uma turminha, né? Às vezes, eles vinham para casa, aniversário... Casei assim, com aquela turma de esporte nossa, e sempre continuou aquela mesma turma.”<sup>440</sup> Em seguida, indagada sobre se havia uma diferença econômico-social entre ela e as atletas alemãs, a ex-velocista respondeu: “nunca me entrosei, essa turma com a do São Paulo, essa turma nunca estava muito entrosada com a outra turma”.

---

<sup>437</sup> Melania Luz foi funcionária da Santa Casa da Misericórdia, trabalhando na área de citopatologia, e de um hospital do Estado, onde preparava lâminas para os médicos de patologia. Cf. entrevista concedida em 6 de maio de 2009 à autora.

<sup>438</sup> Melania Luz, entrevista feita em 6/5/2009.

<sup>439</sup> Essa pergunta foi feita levando em conta a composição da delegação brasileira feminina nas Olimpíadas de 1948, dividida entre 6 mulheres do atletismo e 5 da natação.

<sup>440</sup> Melania Luz, entrevista feita em 6/5/2009.

Em outra passagem, lhe perguntei se houve algum estranhamento por parte da delegação olímpica brasileira, em 1948, diante da sua presença, já que Melania foi a primeira atleta negra do país a participar de uma Olimpíada. Ela, novamente, falou: “Não, a gente não sentia. Porque você tinha o seu núcleo, né? Eu nunca senti assim, sabe? Porque você fica mais na sua turma, né?”.<sup>441</sup> Cabem aqui duas observações: se Melania foi a primeira mulher brasileira negra presente em Olimpíadas, esse não era o caso de alguns homens negros do atletismo brasileiro que a acompanhavam, já participantes em outros Jogos Olímpicos. Na delegação olímpica brasileira de 1948, ao lado de Melania Luz, estava ainda Adhemar Ferreira da Silva, naquela altura já pertencente ao quadro do atletismo do SPFC e que vivia igualmente a sua primeira experiência olímpica. Portanto, independentemente da diferença de gênero, ela pôde compartilhar essa vivência inédita para uma mulher negra com um homem negro do atletismo, o que acabou por fornecer-lhe uma identidade grupal, permitindo que ela não se sentisse sozinha, uma vez que tinha a “sua turma”, o “seu núcleo”.

Dessa maneira, o termo “turma” enfatizava a cumplicidade e a coesão grupal dos homens e mulheres do atletismo do SPFC, naquela época, contribuindo para deslocar, dissolver e até neutralizar relações de oposição e dominação entre os sexos. Neste sentido, há que se rever os tradicionais paradigmas de oposição entre homens e mulheres que por muito tempo marcaram e, de certa forma, ainda balizam os debates feministas sobre relações de gênero.<sup>442</sup> Com efeito, a palavra “turma” assumiu inúmeros significados no depoimento de Melania: foi utilizada, inicialmente, para manifestar tensões, conflitos e rivalidades existentes entre atletas do SPFC e de clubes alemães, das quais a relação de hostilidade racial entre duas mulheres, “Clara” e ela, foi exemplo. Depois, serviu para demonstrar sociabilidades, sensibilidades e experiências comuns partilhadas entre Melania e os homens “de cor” desse grupo, a ponto de ocultar, ou melhor, “esconder” as discriminações de gênero, conforme reconheceu a própria narradora. Não por acaso, a ex-atleta pouco se lembrou desse tipo de preconceito na sua narrativa. Na verdade, seus dissabores, suas diferenças e constrangimentos foram vividos e acirrados quando concorria com outra mulher, Elizabeth Clara Muller. Muito embora tenha sido a primeira mulher do atletismo do São Paulo Futebol Clube, fato que poderia ter gerado grande resistência por parte dos atletas do clube, Melania compartilhou e dividiu com eles momentos de prazer, alegrias e angústias. Portanto, apesar dos esforços de

---

<sup>441</sup> Idem.

<sup>442</sup> Uma análise mais detalhada dos paradigmas usuais que marcaram os movimentos feministas, ou seja, a suposta igualdade entre mulheres, bem como a eterna dominação masculina exercida sobre as mulheres pode ser encontrada em COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, setembro-dezembro 2004, pp. 23-36



Dietrich Gerner para separar os homens e mulheres do atletismo do SPFC, as intimidades e brincadeiras entre eles foram surgindo nos treinos que se faziam aos domingos, nas reuniões e festas em casas de amigos, como fez questão de frisar Melania: “a turma do atletismo era aquela turma... Às vezes tinha um rio, a gente passava e pegava as barquinhas, né? Descia um pouco o rio...”. Aos poucos, também chegaram outras mulheres negras no atletismo do São Paulo: Wanda dos Santos e Deise Jurdelina. Para além das relações de poder e subordinação que costumam marcar as diferenças de gênero, quase imperceptíveis na entrevista, foi a existência de cumplicidade e solidariedade entre a “turma” de atletismo do São Paulo Futebol Clube, experimentada com os homens negros do clube, que moldou a memória e identidade de Melania Luz.

Alguns dos pontos presentes na narrativa de Melania Luz surgem também na entrevista realizada com Deise Jurdelina de Castro. Embora apresentem semelhanças, essas narrativas femininas são marcadas por singularidades bem visíveis. Nascida em 18 de setembro de 1933, na zona leste de São Paulo e, posteriormente, moradora do bairro de Santana, zona norte da cidade, Deise Jurdelina de Castro participou dos Jogos Olímpicos de Helsinque, Finlândia, em 1952, na modalidade dos 200m rasos e salto em altura, logo após a participação olímpica de Melania Luz, o que confirma a ascensão das mulheres negras do atletismo no campo esportivo brasileiro nessa época.<sup>443</sup> No total, a delegação brasileira feminina nos Jogos Olímpicos de 1952 foi composta por 108 atletas: 5 mulheres e 103 homens. As outras representantes do Brasil eram: Wanda dos Santos e Helena Cardoso de Menezes, do atletismo, além de Piedade Coutinho e Edith Groba, da natação, ambas presentes nas Olimpíadas de 1948.<sup>444</sup>

A família de Deise Jurdelina de Castro, assim como a de Melania Luz, era de classe média. Comparativamente, porém, a renda da família Castro devia ser maior, pois o pai e a mãe de Deise exerciam atividades remuneradas: o pai era bancário e a mãe foi professora do Instituto Profissional Feminino de São Paulo. Deise tinha dois irmãos mais velhos e estudou num colégio particular de freiras, desde os 5 anos de idade. Viveu sua infância e adolescência na intersecção de dois mundos, o público e o privado: “fui criada dentro de uma chácara, aprendendo os costumes femininos dentro de casa, cozinhar, fazer doces, muitos doces, bordando porque mamãe era professora da Escola Industrial Feminina e passava esse trabalho

---

<sup>443</sup> Cabe destacar que para competir em Olimpíadas os atletas devem obter índices olímpicos nas eliminatórias de cada modalidade esportiva. Portanto, as eliminatórias, realizadas entre aquelas que detêm as melhores marcas e tempos no país, são verdadeiras “peneiras”, selecionando os melhores atletas para as Olimpíadas. Assim, são poucas as selecionadas no atletismo para as competições esportivas internacionais, a despeito da projeção no cenário nacional obtida por muitas atletas negras nessa época.

<sup>444</sup> Dados presentes em COB. Sonho e conquista: o Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX. Op.cit., p. 143

para mim”.<sup>445</sup> Apesar de crescer no interior de uma cultura feminina, Deise tinha uma convivência bastante próxima com os irmãos. Um deles, Darcy Teófilo Castro, foi reconhecido por ela como seu “primeiro técnico”:

“todo fim de semana mamãe deixava brincar. E nos brincávamos de correr desde Vila Matilde até a estação de ..... E ele voltava correndo. Os nossos brinquedos eram correr, subir em árvore, pular de galho em galho, pular corda (...) Sempre fiz exercícios assim (...) Enfim, os meus irmãos eram homens, então a brincadeira era um pouco bruta.”<sup>446</sup>

Seu ambiente social e cultural nos informa sobre a importância do ensino secundário para a educação das mulheres nesses tempos. Voltadas exclusivamente para o sexo feminino, muitas escolas associavam ensino profissional, comercial e doméstico, com o objetivo declarado de formar moças prendadas para o lar e, caso necessário, para o trabalho, segundo afirma Maria Martha de Luna Freire.<sup>447</sup> Para a autora, revelava-se assim certa tensão neste campo: ao mesmo tempo que se pregava a dedicação das mulheres à domesticidade, buscava-se formar trabalhadoras adequadas às demandas do sistema econômico capitalista em expansão e atender aos desejos das próprias mulheres de exercer uma atividade profissional, fosse por necessidade ou para obtenção de prestígio social ou realização pessoal.<sup>448</sup> Não à toa, Deise mencionou que quando saiu do colégio de freiras foi para a Escola Profissional Feminina, aos 12 anos, onde a mãe lecionava: “lá, além dos trabalhos todos femininos, bordar, costurar, pinturas, cerâmicas, nós tínhamos a parte do ginásio. Nesse programa de ginásio (...) jogávamos muito ‘barrabol’, queimada e basquetebol”.<sup>449</sup> Depois que saiu da Escola Profissional, ela fez a Escola Industrial, curso técnico na época. Em seguida, realizou o curso normal, pois “achou que deveria ser professora de criança, pois gostava muito de criança”. Assim como Melânia Luz fez o curso profissionalizante de técnica em laboratório, Deise Jurdelina escolheu o curso normal, ambos priorizados durante o Estado Novo para promover o ensino secundário feminino de aplicação à vida prática, ou seja, com formação voltada ao trabalho e, predominantemente, destinado a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada.<sup>450</sup>

Logo que Deise começou a praticar esses jogos, provavelmente, ao final da 2ª Guerra Mundial, sua professora Laís percebeu seu talento para correr e saltar. Ela, então, chamou a mãe de Deise para conversar. O objetivo era pedir a permissão de D. Jurdelina de Castro para

---

<sup>445</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida a Cláudia Farias, em 7 de maio de 2009.

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Op. cit., p. 111

<sup>448</sup> Idem, p. 112

<sup>449</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida em 7 de maio de 2009.

<sup>450</sup> Cf. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Op. cit., p. 124

levar sua filha ao Clube Floresta, onde o noivo de Laís, Paulo Resende, era técnico de atletismo. Para obter a aprovação de D. Jurdelina, Paulo Resende lhe explicou o que era o esporte e disse que precisava fazer um teste com sua filha, Deise. Com a permissão da mãe e apresentando um grande potencial para a modalidade, Deise se tornou atleta convidada do clube Floresta, tendo a companhia de D. Jurdelina nos treinos.<sup>451</sup> Em seis meses, ela bateu o recorde sul-americano nos 200m rasos. Aos 15 anos, também havia ultrapassado o recorde brasileiro dos 800m e o recorde de salto em altura. Mesmo assim, a atleta Deise nunca deixou de bordar. Aliás, borda até hoje, pois sempre gostou.<sup>452</sup>

Quando indagada sobre seu começo no esporte, Deise se recordou com saudades do “Floresta” – clube que, até 1942, denominava-se “Esperia”, mas, por conta da entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, mudou o nome para “Associação Desportiva Floresta”, já que sua origem ligava-se à imigração italiana. Contraditoriamente, porém, ela disse:

“não lembro até hoje se eu fui discriminada. Fui recebida como boneca, fui muito bem treinada pelo técnico Paulo Rezende (...) Ele se dedicou profundamente aos treinamentos comigo, com muita atenção e ainda pedia ao técnico Milton, de natação, que me acompanhasse até em casa, quando ele não podia ir, pois era sua incumbência me levar até em casa. O papai não queria que eu voltasse sozinha.”

Posteriormente, ao comentar sobre suas viagens para fora do Estado de São Paulo, representando o clube Floresta, Deise enfatizou ainda mais o sentimento de nostalgia do passado:

“Fui muito querida, muito bem recebida. Se existiu alguma discriminação, alguém viu. Não sei de nada, não vi nada. Não sei se isso foi consequência da maneira que eu fui criada. Eu sempre me senti muito honrada pela minha raça. Ser negra era normal. E acredito mesmo que não houve nada nesta época. Eu estudei em colégio de freira e lá dentro eu fui discriminada. Isso eu tinha 7 anos e eu lembro. Houve necessidade do papai tomar um atitude muito grave e comunicar o colégio. Foi também à Secretaria de Educação comunicar a perseguição que havia com as crianças negras do colégio. Isto eu lembro muito bem. E eles fizeram alguma coisa? Não. Eu era uma criança aplicada. Fazia tudo o que as freiras queriam e, inclusive, ensinava elas a bordar, só que elas não me levavam para o quadro de honra. Minhas notas eram muito boas, mas outras crianças com notas menores iam. Iam para o quadro de honra os melhores alunos da escola. Isso chamava muita atenção. E aquelas varadas que ela dava... Aí foi que eu reclamei em casa. Estava machucada no braço. Meu pai tomou as providências: a freira foi mandada embora para a Itália e o colégio continuou, eu também continuei. Tirei diploma no colégio e o colégio está lá até hoje. Mas foi a única vez que eu me lembro que houve uma discriminação.”<sup>453</sup>

---

<sup>451</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7/05/2009. Na entrevista, Deise narrou que das dez meninas selecionadas para fazer o teste, sobraram apenas duas: ela e outra. O que demonstra, mais uma vez, o trabalho de garimpo, de “peinerar” jovens talentos desde a fase infantil.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> Ibidem.

Nessa passagem da entrevista, as tensões e contradições na narrativa de Deise são flagrantes. Muito embora lembre da discriminação racial sofrida aos 7 anos, inclusive dos castigos físicos que lhe foram imputados pela freira italiana do colégio onde estudou, ela negou ter vivenciado essa situação posteriormente, por ocasião do seu ingresso no clube Floresta – clube de origem italiana –, ainda que tenha se remetido indiretamente à questão racial, quando disse: “se existiu alguma discriminação, alguém viu. Não sei de nada, não vi nada”. Em seguida, como se justificasse a irrupção de uma memória “proibida”, ligada à sobrevivência de acontecimentos traumatizantes, da qual nos fala Pollak<sup>454</sup>, ela afirmou: “não sei se isso foi consequência da maneira que eu fui criada”. Nesse caso, Deise se reportava às lembranças que tinha do seu avô, Teófilo Dias de Castro. De acordo com sua entrevista, Teófilo Castro veio dos EUA para São Paulo, assim que tinha acabado a escravidão lá. Da primeira geração da família Castro, composta por 9 filhos, todos foram obrigados a estudar e fazer faculdade. Apesar de “passarem por problemas raciais sérios, isso nunca era levado em conta”, como recordou Deise, pois seu avô

“era bastante perseverante e fazia com que todo mundo tivesse na cabeça que nós éramos iguais a todo mundo e que teríamos que estudar para vencer na vida. E assim aconteceu com a família toda até o presente momento. Todas as tias, tios, primos, todos tem faculdade, todo mundo estudou. Dos meus netos, uma já é formada. Meus filhos são todos formados. Ainda se mantêm aquela mesma linha. Não existe racismo. Deus criou só um homem”<sup>455</sup>

O desejo de construir uma memória familiar baseada em lembranças positivas, compartilhadas através de gerações e muito comuns em narrativas sobre o passado, fez com que Deise Jurdelina enfatizasse certos aspectos em detrimento de outros. Dessa maneira, o episódio do colégio surgiu no relato como o único momento da sua vida em que a discriminação racial existiu e foi levada em conta, ao contrário do que ensinava o avô. Como a situação foi enfrentada e combatida na época, acabou por provocar muitos constrangimentos, transtornos e aborrecimentos a Deise e sua família. Nesse sentido, era melhor seguir o conselho do avô e negar o racismo, ou melhor, fingir que ele não existia, para preservar a sobrevivência do clã e de si mesma, como admitiu Deise, evasivamente: “não sei se isto foi consequência da maneira que eu fui criada”. Diante de futuros acontecimentos desse tipo, portanto, era preferível silenciar para não ter problemas. Porém, segundo nos informa Pollak, o silêncio tem razões bastante complexas e, muitas vezes, evoca sentimentos

---

<sup>454</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15

<sup>455</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7/05/2009

ambíguos. Por isso, às vezes, ele irrompe bruscamente; em outros momentos, assume formas mais sutis, já que silenciar não significa esquecer.<sup>456</sup>

Assim, as alusões e negações que Deise faz em relação ao racismo no passado representam as duas faces da mesma moeda: ambas expressam reações, atitudes e sentimentos reprimidos, recalcados, já que reconhecê-los e manifestá-los significava trazer à tona mal-estar, ressentimentos e traumas, comprometendo a identidade, unidade e continuidade da família e dos seus membros. Com efeito, não levar em conta o preconceito e a discriminação racial, como fazia questão de transmitir oralmente o avô de Deise para todas as gerações, representava definir e reforçar sentimentos de pertencimento grupal. Em última instância, significava a vontade de manter a coesão e coerência interna da família Castro. Assim, aquilo que precisamente não foi dito, não foi proclamado; aquilo que foi negado se constituiu, entretanto, como um móbil das suas atitudes, concepções e percepções sociais, conforme expressa Pierre Ansart acerca das relações entre memória e ressentimento.<sup>457</sup> Além disso, o mito tão propalado da democracia racial, difundido durante a ditadura varguista, certamente, contribuiu para a ocultação dos preconceitos e das discriminações, exercendo grande influência sobre diferentes segmentos da sociedade na época. Em que pese as atitudes de resistência e enfrentamento promovidas por associações negras nessa conjuntura, não se deve negar a penetração desta ideologia entre diversas camadas, inclusive entre a população negra.

Nesse sentido, cabe aqui uma indagação: a despeito dessas memórias de gênero se aproximarem quanto à discriminação racial, por que Melania Luz e Deise Jurdelina, atletas coetâneas, reagiram de forma tão diferenciada a este estigma? Enquanto Melania Luz, atleta do São Paulo Futebol Clube, reconheceu a existência de atitudes racistas naquele contexto, ainda que suavizadas por fazer parte de uma turma de atletas negros, por que Deise Jurdelina decidiu negá-los? É possível dizer que o ambiente familiar e esportivo no qual Deise Jurdelina cresceu exerceu sobre ela um peso determinante, a ponto de fazer com que ela ignorasse ou “esquecesse” o racismo? Talvez, encontremos as explicações ao compararmos as carreiras esportivas das duas atletas em questão.

Enquanto Melania Luz iniciou sua trajetória já com 17 anos, no interior do São Paulo Futebol Clube, associação esportiva que já tinha muitos atletas negros no quadro do atletismo, esse não foi o caso de Deise Jurdelina de Castro. Lembremos que sua carreira esportiva começou no clube Floresta, segunda denominação da agremiação italiana “Esperia”, que

---

<sup>456</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15

<sup>457</sup> ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 29

assim passou a ser chamada logo depois do Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo, em 1942. Seus silêncios e esquecimentos, portanto, remontam às experiências vividas na infância e adolescência. Afinal, ela começou sua trajetória esportiva por volta dos 13/14 anos, no então recém fundado clube Floresta, cujos sócios eram italianos em sua maioria e tinham acabado de ser derrotados na guerra. Desprovida de relações de amizade e solidariedade que pudessem lhe fornecer amparo e identidade grupal num clube de origem italiana, Deise Jurdelina preferiu não ver o racismo, ou melhor, “não levá-lo em conta”, como enfatizava seu avô, para assim conseguir sobreviver na agremiação como atleta convidada e, então, elaborar um projeto. Daí ter dito: “se houve discriminação, alguém viu. Eu não vi nada”. Enfrentar os preconceitos e discriminações, portanto, seria ressuscitar velhos fantasmas e aborrecimentos; reviver fatos traumatizantes que abalavam a unidade familiar e que tanto causaram constrangimentos, ressentimentos e sofrimentos, como no episódio de que foi alvo no colégio, aos 7 anos. Conforme nos alerta Pollak, as vítimas de questões graves muitas vezes preferem se abster de falar, de se exprimir publicamente, por isso as razões de tais silêncios são compreensíveis.<sup>458</sup> Não podemos esquecer também, segundo destaca Norbert Elias, do peso que imagens depreciativas exercem sobre indivíduos/grupos *outsiders*, sobretudo crianças, e como elas marcam sua auto-imagem.<sup>459</sup> Este aspecto surge ao longo do seu depoimento, recorrentemente. Em outra passagem, Deise assim respondeu, quando questionada se recebia algum apoio material, ajuda de custo do clube:

“nada, nem o dinheiro da condução(...) Tudo o que a gente comia era feito em casa, levava-se lanche. Eu ia treinar e levava lanchinho. Mesmo quando a gente comia algum lanche no Floresta, era o técnico que pagava(...) Quando treinávamos muito, a gente podia tomar um copo de leite, mas isso era pago do bolso dele (treinador). Isso era coisa muito rara. Era uma entrada livre, eu não lembro de associado discriminar, não havia nada disso. Pelo contrário, eles tinham bastante orgulho porque eu só dei títulos bons e até hoje eles tem uma placa de bronze na pista do atletismo me homenageando. Está lá até hoje. Lá foi um lugar maravilhoso na iniciação do meu esporte. Eu precisei sair porque acabou o contrato do meu técnico (Paulo Resende) e ele foi para o Palmeiras”.<sup>460</sup>

Possivelmente, a afetividade e solidariedade existentes entre o treinador Paulo Resende e suas atletas convidadas (não associadas do clube Floresta) eram os únicos vínculos que garantiam a permanência e a proteção delas em clubes de comunidades estrangeiras, sobretudo da Alemanha e Itália. Tal fato torna-se ainda mais verossímil se considerarmos que Deise Jurdelina “precisou sair” do clube Floresta para o Palmeiras justamente “porque tinha

---

<sup>458</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15

<sup>459</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 28

<sup>460</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida em 7 de maio de 2009.

acabado o contrato de seu técnico com o Floresta e ele foi embora para lá”. Porém, ao se recordar desta transferência, Deise Jurdelina disse:

“eu já estava mais mocinha e havia críticas que eu ia sofrer horrores no Palmeiras. O Palmeiras não aceitava ninguém negro. Eu já havia batido o recorde sul-americano e aí a mamãe achou que eu não deveria parar o esporte, mesmo que continuando no Floresta com alguém. Mas acontece que eu fui para o Palmeiras. Estava na época em que o Dr. Mauro era o presidente. Se eu fui feliz no Floresta, foi igualzinho no Palmeiras. Fui recebida maravilhosamente(...) Tudo o que houvesse de necessidade – médico, enfermeiro, massagista – tinha todos os profissionais que me atendiam. E lá eles davam refresco depois do treinamento. O tratamento era igual ao dos jogadores. Só que nós não tínhamos nada pela parte profissional. Uma atenção maravilhosa (...)”.<sup>461</sup>

É provável que, passados alguns anos após o fim da 2ª guerra, a transferência de Deise para um clube também de origem italiana – a primeira denominação do Palmeiras foi “Palestra Itália”, modificação ocorrida pelo mesmo motivo das demais – tenha acontecido em função da diminuição dos ressentimentos de teor nacionalista, apesar da desconfiança de alguns contemporâneos que a alertaram sobre a existência de racismo no Palmeiras. No entanto, a mudança na presidência desse clube, aparentemente, para uma gestão mais democrática, a ida do seu técnico para lá e a consciência adquirida das suas capacidades e qualidades técnicas, aproximadamente aos 19 anos, portanto, já na fase adulta, acabaram lhe proporcionando um “empoderamento”. Com certeza, esses foram os motivos que a levaram a competir nos Jogos Olímpicos de 1952, como atleta “do Palmeiras”. Junto a Deise Jurdelina, estava Wanda dos Santos, atleta negra do São Paulo Futebol Clube, especialista nos 80 m com barreiras. Além delas, Helena Cardoso de Menezes, do atletismo do Fluminense, participava pela segunda vez consecutiva em Olimpíadas. O restante da delegação olímpica feminina era formado por duas nadadoras cariocas: Piedade Coutinho, que competia pela terceira vez seguida neste evento, e Edith Groba, que já havia participado dos Jogos de 1948.<sup>462</sup>

Com relação à experiência de Deise Jurdelina de Castro nas Olimpíadas de 1952, em Helsinque, nota-se outro fato curioso. Apesar de “negar” a existência de relações racializadas no campo esportivo brasileiro, a ex-atleta não deixou de destacar o racismo norte-americano nesta edição dos Jogos Olímpicos. Neste caso, Deise lembrou, com revolta, o “aborrecimento” que tiveram as atletas olímpicas brasileiras. Muito embora chegassem dois dias antes da delegação olímpica dos EUA, as atletas do Brasil receberam um aviso: deveriam abandonar o segundo andar do alojamento feminino para cedê-lo às atletas brancas norte-americanas. Deise assim se recordou do episódio: “quis voltar para o Brasil, porque eu não

---

<sup>461</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7 de maio de 2009.

<sup>462</sup> Dados obtidos em COB. *Sonho e conquista: o Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX. Op.cit.*, p. 143-145

estava aceitando o que tava acontecendo. Era a separação que o americano estava impondo na Europa: separar as raças (...). Os EUA estavam nos obrigando a ir para o quinto andar. E foi aceito pelo sr. Padilha (chefe da delegação brasileira), ele concordou”.<sup>463</sup> Quando a indaguei sobre o motivo dado pela delegação olímpica americana, ela disse: o argumento era que eles não queriam ninguém da raça negra junto com as meninas brancas dos EUA. Logo em seguida, Deise afirmou: “eu pedi meu passaporte para retornar ao Brasil (...) eu pedi para ir embora, teve de haver outra reunião. Provoquei um problema muito sério, porque eu não iria mais correr. Aí houve a reunião e nós continuamos no segundo andar”.<sup>464</sup>

A tentativa de segregação racial por parte dos americanos, que viviam este *apartheid* no seu país, se manifestou novamente, nos Jogos Pan-Americanos, ocorridos três anos depois, no México. Neste evento esportivo, Deise Jurdelina obteve a medalha de prata, no salto em altura, com a marca de 1.59m, ficando à frente das americanas no pódio.<sup>465</sup> A vitória brasileira diante dos EUA provocou uma manifestação ostensiva por parte das atletas americanas, como recordou Deise:

“quando tocou o hino brasileiro, quando as americanas perderam de mim, elas falavam em inglês xingando o Brasil, com palavrões, e nós tínhamos que nos comportar caladinhos(...) Acabou tudo aquilo e foi o momento da concentração. No elevador, elas estavam no quinto andar e nós no terceiro. Entrou todo o mundo, elas encostaram na porta e não me deixaram passar. Ali, eu precisei vir embora para o Brasil. Foi uma coisa desagradável(...)”.<sup>466</sup>

Interessante notar as reações de insatisfação e revolta da ex-atleta brasileira nas duas competições internacionais, em 1952 e 1955: em vez de calar diante das manifestações e provocações de cunho racial das norte-americanas, suas adversárias diretas, como habitualmente fez durante sua carreira no Brasil, a pedido do avô, Deise preferiu dar vazão às suas contestações, raivas e reivindicações. Com certeza, a irrupção de ressentimentos e descontentamentos acumulados no tempo, que jamais puderam se exprimir publicamente – quem sabe, reforçados ainda mais pela crença de que no Brasil se vivia uma democracia racial – ocorreu numa conjuntura mais favorável, na qual tabus e mitos conservados pela memória oficial anterior deixaram de existir, conforme afirma Pollak.<sup>467</sup> Portanto, é fundamental perceber, em relação às memórias individuais e coletivas, que as fronteiras entre os não-ditos

---

<sup>463</sup> Idem.

<sup>464</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, 7 de maio de 2009.

<sup>465</sup> Cf dados obtidos através da CBat (Confederação Brasileira de Atletismo) em <http://www.cbat.org.br/estatisticas/medalhas/panamericano.asp>

<sup>466</sup> Deise Jurdelina, entrevista feita em 7 de maio de 2009.

<sup>467</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15



e os ditos, entre silêncios e esquecimentos não estão estanques, mas sim em perpétuo deslocamento, conforme as circunstâncias lhe são favoráveis ou desfavoráveis.<sup>468</sup>

Por fim, cabe destacar que, em 1953, Deise Jurdelina se transferiu para o São Paulo Futebol Clube, pois seu namorado era desse clube, onde praticava o atletismo. O namoro durou pouco tempo e eles se casaram logo depois, em 1955. Após um ano, nasceu o filho do casal, Fábio. Deise encerrou a carreira esportiva em 1956 para se dedicar ao filho e à prática de umbanda.<sup>469</sup>

Nesse ponto, a trajetória de Mary Dalva Proença – atleta olímpica brasileira em 1956, na modalidade dos saltos ornamentais –, se revelou diferenciada, sobretudo quanto aos conflitos raciais vivenciados pelas duas outras atletas em questão. Nascida em 3 de março de 1935, portanto, da mesma geração de Melania e Deise, Mary Dalva é natural do estado do Pará. Filha de um fiscal de imposto de renda, extremamente rígido na educação dos filhos, ela passou a infância na sua cidade natal, junto aos seus outros irmãos por parte de pai. Sua mãe, embora tivesse exercido a função de professora, quando solteira, deixou de trabalhar para ser “dona de casa”, cuidar dos filhos e pintar porcelana nas horas vagas. Mary brincava cotidianamente num igarapé, bastante cristalino, que existia no bairro afastado onde morava. Durante os dias de intenso calor, em Belém, seu principal divertimento era botar uma tábua na beira do riacho e, com uma pedra em cima, pular na água, como se fosse um trampolim.<sup>470</sup> Seu sonho de ser nadadora foi sendo construído por meio das notícias que lia de Maria Lenk. Sobre isso ela relatou: “eu lia as notícias de Maria Lenk e dizia ‘vou ser uma nadadora assim’. Aprendia a nadar por mim”.<sup>471</sup>

A oportunidade de realizar seu desejo finalmente surgiu quando seu pai foi transferido para o Rio de Janeiro. Mary Dalva tinha então 15 anos. Com a família indo morar em Laranjeiras, no início dos anos de 1950, eles rapidamente se tornaram sócios do Fluminense, clube no qual a jovem Mary começou a praticar natação, com o objetivo de acalantar seu sonho. Aos poucos, aprendeu técnicas de respiração e melhorou sua prática no esporte, com o treinador Cachimbal. Depois dos treinos, ela ficava pulando do trampolim da piscina. Avistada pelo técnico de saltos ornamentais do clube, Marcos Darilio, ela foi convidada para treinar nessa modalidade. Após três meses apenas de treinos, consagrou-se campeã carioca nos saltos ornamentais. Em seguida, foi campeã brasileira e sul-americana, respectivamente, em 1952 e 1954, desbancando a veterana Dília Costa de Almeida. Dois anos depois, ela foi

---

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> Deise Jurdelina de Castro, entrevista feita em 7 de maio de 2009.

<sup>470</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, em 11 de novembro de 2008.

<sup>471</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

capa da revista *Fluminense*. Na reportagem “nossa capa”, um breve perfil das qualidades físicas e morais da atleta era descrito, em meio ao cenário hipotético, bucólico e exuberante, da região Amazônica, criado pela revista:

“É de Mary Dalva Proença, campeã absoluta dos saltos ornamentais, linda morena que possui todo o encanto e a ingenuidade das filhas da Amazônia, a foto da capa desta edição. Ela viu a luz do dia sob o sol ardente do trópico, sentindo o aroma das flores mais perfumadas do mundo, ouvindo os dos pássaros mais raros da natureza, escutando histórias misteriosas das yaras, botos e boiunas, de que é fértil a portentosa, rica e ainda quase virgem região do Rio-Mar.

Como um rebento dos caldeamentos das virtudes de intrepidez e desprendimento daquela gente brava, dedica-se a um esporte que requer coragem, sangue frio e resolução, pouco praticado. (...) suas exhibições primam pela elegância, graciosidade e, sobretudo, pelo coeficiente sempre elevado (...) Como uma vitória-régia, soberana, às margens dos igarapés paranarás, Mary Dalva pousou para a câmera nas bordas da piscina tricolor, seu novo ‘habitat’.<sup>472</sup>

Ainda no mesmo ano, Mary Dalva competiu nas Olimpíadas de Melbourne (Austrália), em 1956, quando tinha 21 anos. Foi a única mulher nesta edição dos Jogos a conseguir o índice olímpico, em meio aos 47 homens da delegação brasileira. Ao seu lado, estava Fernando Telles Ribeiro, 18 anos, jovem atleta do Fluminense Futebol Clube, único também a competir nos saltos ornamentais, devido à especialidade ser considerada difícil, arriscada e incomum, inclusive, entre os homens naquela época.

Sobre sua iniciação na prática dos saltos ornamentais, Mary Dalva relatou a resistência inicial da mãe que achava o esporte arriscado para as mulheres, apesar de posteriormente ressaltar, de forma contraditória, que “é um esporte bonito, um esporte de estética, né, você faz pose no ar, então a mulher fazendo isso é uma beleza, né? Não encontrei nenhuma restrição, não. Pelo contrário, o que acontecia é que as pessoas tinham vontade de fazer a mesma coisa que eu fazia. Causava inveja nas pessoas. Não tinha discriminação.”<sup>473</sup> Talvez, as ambiguidades que cercavam essa modalidade esportiva possam ser explicadas se considerarmos a influência exercida, na década de 1950, pela atriz americana, Esther Williams, exímia nadadora e estrela de vários filmes de Hollywood, nos quais aparecia saltando do trampolim e da plataforma nas piscinas, além de fazer acrobacias de ballet aquático. Não à toa, a revista *Fluminense* exibia fotos das turmas de ballet aquático no clube, impulsionado “depois dos filmes maravilhosos de Esther Williams. Constitui hoje uma das mais novas e interessantes modalidades esportivas das jovens tricolores que, além de

---

<sup>472</sup> *Revista Fluminense*, ano II, n. 23, maio de 1956, p. 6

<sup>473</sup> *Idem*.

desenvolverem seus portes físicos, dão expansão à graça e beleza peculiares à mulher moderna”.<sup>474</sup>



Candidatas a um concurso de beleza, no Rio de Janeiro, 1953

Na verdade, a resistência da família Proença à prática esportiva adotada por Mary tinha outro motivo: o namoro com Fernando Telles, do mesmo clube e também atleta olímpico dos saltos ornamentais em 1956. A relação afetiva entre eles, iniciada em meio à rotina dos treinos, das competições, viagens e da convivência na piscina do Fluminense, causou grande polêmica na alta sociedade carioca, pois Mary Dalva era mais velha do que Fernando Telles três anos. A diferença de idade não era grande, mas o suficiente para mostrar as regras da rígida moral sexual predominante na época, no tocante às relações de gênero. “Por causa do namoro com o menino Fernando, meu pai resolveu arrebanhar a família e levar para longe”, contou Mary Dalva.<sup>475</sup> Afinal, de acordo com aquela mentalidade, uma moça de 21 anos já devia estar casada e até ter filhos, de preferência com um homem mais maduro e com emprego garantido para sustentar a futura família. Como lembrou Mary ao fazer uma comparação com os tempos de hoje: “naquela época era um escândalo namorar um rapaz mais novinho que estava... eu já devia estar pensando em casar, e ele estava servindo no exército. Era um garotão. Então hoje a gente vê umas pessoas aí criando um garoto para namorar

<sup>474</sup> *Revista Fluminense*, ano II, n. 22, abr. 1956, p. 17

<sup>475</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

(risos)”.<sup>476</sup> O espanto ainda foi maior na época se considerarmos que ambos viajavam sozinhos para as competições nacionais e internacionais. Sobre esse aspecto, Mary Dalva disse:

“quando eu fui para as Olimpíadas, minha mãe tinha umas amigas que chegavam para ela e diziam ‘- como é que você deixa sua filha ir para o exterior sozinha’. Naquela época era o fim da picada, né? A gente namorava dando beijinho na boca e segurando na mão, era diferente, entendeu? (...) eu fui para a Austrália com namorado, fui para Viña Del Mar com namorado, mas naquele tempo era assim, namoro era muito sério, não era como é hoje não, com essa facilidade.”<sup>477</sup>

Assim, após a experiência inédita nas Olimpíadas de Melbourne (1956), quando obteve o 16º lugar geral, o desejo de Mary Dalva de continuar competindo e melhorar sua performance esportiva foi bruscamente interrompido pela prepotência de seu pai. Para viajar com a família e retornar a sua cidade natal, Mary Dalva abandonou o emprego de contadora, o esporte e o namorado. Em entrevista concedida ao repórter esportivo Oscar Valporto, ela afirmou: “naquela época, uma moça solteira devia obediência ao pai. Se ele tinha que mudar de cidade, a gente ia junto”.<sup>478</sup> Sozinha, distante do esporte e do namorado, a pressão familiar para que se casasse com um jovem engenheiro – filho de uma importante família em Belém, amiga dos Proença – se manifestou subitamente, tão logo Mary decidiu retornar ao Rio de Janeiro e morar com uma amiga em Laranjeiras, no intuito de retomar seus treinos na piscina do Fluminense. Na época, João Havelange, presidente da CBD, inclusive, conseguiu que ela voltasse para seu antigo emprego, no Instituto Nacional de Imigração e Colonização.<sup>479</sup> A despeito de se considerar uma mulher “desbravadora” naquele tempo, capaz de fazer a mesma coisa que um homem fazia, com facilidade para praticar ciclismo, atletismo e natação e sem ter nenhum impedimento, como relatou na entrevista<sup>480</sup>, Mary não resistiu às dificuldades de manter o namoro com Fernando Telles, aos receios de ficar solteira, nem aos apelos repentinos do seu novo pretendente, sócio do seu irmão. Incorporando a violência simbólica da qual foi alvo, ela nos contou:

“eu não me acostumei lá com o calor, queria voltar e o João Havelange conseguiu para eu ser reintegrada no Instituto, que hoje é o INCRA, né, mudou de nome. Mas aí tinha um sócio do meu irmão que era engenheiro, eu nem era namorada dele, eu fui ao aniversário dele, eu e minha cunhada, casada com meu irmão. Ela chegou e disse para ele: ‘- oh, a Mary vai embora para o Rio’. Aí ele chegou e me pediu, disse que queria casar comigo, nem namorado ele era. Aí eu achei que a família tava certa e ele tava errado (o namorado do Rio, Fernando Telles). Logo depois que eu cheguei lá (Belém),

<sup>476</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>477</sup> Idem.

<sup>478</sup> VALPORTO, Oscar. *Atleta, substantivo feminino*. Vinte mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 43-47

<sup>479</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>480</sup> Idem.

uns seis meses depois, eu terminei o namoro. Não tinha como se comunicar; o namorado aqui no Rio e eu lá em Belém, né? Hoje não, hoje tem telefone toda hora, tudo é mais fácil, né?<sup>481</sup>

Posteriormente, disse: “sei lá o que eu vou encontrar lá, será que eu vou ter condição, se o outro tiver lá namorando com outra, eu não vou me sentir frustrada? Bateu esse negócio em mim, né? Falei: quer saber de uma coisa, é com esse que eu vou!”<sup>482</sup>

Após o casamento e o nascimento de dois filhos, a carreira esportiva de Mary Dalva parecia definitivamente encerrada. No entanto, aos 28 anos, a vida lhe reservava mais uma surpresa: o suicídio do marido, em 1963. Viúva e disposta a abandonar o local da tragédia, ela retornou ao Rio de Janeiro, indo morar com os pais e os filhos. Em seguida, reiniciou os treinos no Fluminense, trabalhando também como secretária-executiva, pois ficar sem marido e sem sustento significava, à época, se tornar um peso para a família e estigma de fracasso social por não ter cumprido com o destino feminino, de acordo com Carla Bassanezi.<sup>483</sup> Assim, no final de 1963, ela foi campeã carioca na plataforma e venceu o Campeonato Brasileiro, em São Paulo. Em busca do índice olímpico para os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, ela viajou para o Equador, em mais um Sul-americano. Ao conquistar a medalha de ouro nesta competição, aos 29 anos, saltando da plataforma de 10m, o sonho tão acalentado de retornar às Olimpíadas parecia, finalmente, próximo. Não por acaso, Mary Dalva foi eleita a “mãe esportiva do ano” pelo *Jornal dos Sports*, em maio de 1964.<sup>484</sup> Na reportagem, destacava-se a tutela da mãe, a dedicação aos filhos e, por último, seu empenho para retornar ao esporte, após a morte do marido, Geraldo Azevedo:

“Mary Dalva voltou a morar com os pais e os irmãos, voltou ao Rio com eles (...) Dona Iraci controla sua vida. Sempre fora assim. Dava-lhe toda a liberdade, fazendo com que se sentisse responsável pelos seus atos, mas sem nunca deixar de orientá-la. Mary não pensa em casar. Não agora. Quer dar tudo aos filhos, quer vê-los realizados agora e sempre. Sem recalques e sem complexos (...).<sup>485</sup>

---

<sup>481</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>482</sup> Idem.

<sup>483</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. Op. cit., p. 619

<sup>484</sup> “Campeoníssima é eleita Mãe esportiva do ano”. *Jornal dos Sports*, 10 de maio de 1964, p. 8

<sup>485</sup> Idem.



Mary Dalva Proença, nos Jogos Pan-Americanos de 1963, realizados em São Paulo

Porém, na volta da viagem ao Equador, provavelmente, em função de nova pressão familiar para se casar, do receio de ficar só e das dificuldades de conciliar suas rotinas como mãe, funcionária pública e atleta, ela abandonou definitivamente seu ideal.<sup>486</sup> Ao legitimar e enraizar no seu corpo a violência simbólica da qual foi alvo, a atleta acabou por renunciar ao esporte que tanto lhe proporcionou visibilidade e reconhecimento social. Decretando sua “morte simbólica” por duas vezes, a história de Marly Dalva nos informa sobre o trabalho de eternização da *dominação masculina* no ambiente familiar, fruto também da incorporação feminina dos *habitus* sexuados que se depositam nos corpos, segundo afirma Bourdieu.<sup>487</sup> Recordando-se desse período, Mary relatou

“eu treinava e trabalhava (...) saía do trabalho e ia treinar, mas as firmas particulares exigem muito da gente, a mesma coisa que as funcionárias públicas naquele tempo. Aí abandonei o salto da natação e fiquei em casa, fiquei em casa tratando dos meninos.

<sup>486</sup> VALPORTO, Oscar. *op. cit.*, p. 43-47

<sup>487</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, Op. cit., p. 41

Eu morava com os meus pais, para não morar sozinha eu fui morar com os dois na casa dos meus pais.”<sup>488</sup>

A esses fatores, somava-se o preconceito dos atletas de outra geração, mais jovens. Sobre isso, disse

“quando eu fui para um ‘brasileiro’ (campeonato), lá em São Paulo, tinha uma gurizada que ficava em cima de quem era sozinha, e eu era sozinha, fiquei no mesmo hotel (...) as meninas fazendo bagunça de noite, não dormi direito. Então eu disse: -‘não dá para mim não’. A gente precisa descansar para competir e eu já tava com 28, 29 anos. Parei de competir por força das circunstâncias.”<sup>489</sup>

Quanto ao episódio de suicídio do marido, Mary Dalva decidiu não mencioná-lo, ou melhor, se esquivar dele durante nossa entrevista, não obstante minhas tentativas de abordar o assunto, de forma indireta, já que eu sabia da tragédia previamente. Seu comportamento, na verdade, refletia os limites que desejava impor na construção da narrativa; seu trabalho de enquadramento de memória: desconfiada dos meus objetivos, quando eu a interpelava sobre seu primeiro casamento, várias vezes ela bocejou, ficou entediada e reticente, assim revelando as zonas nebulosas do seu relato. Em algumas passagens, ela se desculpava comigo e simbolicamente dizia “esquecer do que estava falando” ou “não se lembrar onde tava”. Não raramente, sua tática para fugir desse assunto era referir-se constantemente ao seu segundo matrimônio, contraído aos 36 anos, com um militar, sócio do Clube de Regatas Flamengo. Dessa forma, ela “saltava no tempo” e passava rapidamente de um casamento para outro.

O segundo casamento, aliás, é um ponto no qual Mary se ancora tanto para se lembrar dos tempos felizes vividos posteriormente como atleta master de natação do Flamengo – motivo pelo qual seu marido tinha muito orgulho dela, inclusive a acompanhando em muitas viagens –, quanto para fugir das tristes recordações do seu primeiro matrimônio, período em que sucumbiu às pressões familiares e à prisão de um casamento arranjado. Na única vez em que falou da primeira união conjugal, Mary Dalva disse: “meu marido era muito ciumento, não deixava, nossa, não saía de casa”.<sup>490</sup> A viuvez do primeiro marido, portanto, foi vivenciada pela ex-atleta como libertação e empoderamento. Contudo, havia também o lado mais pesado dessa condição social: a vigilância da mãe, as exigências da sociedade com o luto, o cuidado com os filhos e o recato das viúvas, mulheres que deveriam se isolar no espaço doméstico ou casar logo, dependendo da idade, para não ficarem sujeitas às relações amorosas

---

<sup>488</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>489</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>490</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

passageiras e difamadas.<sup>491</sup> Assim, a forma pela qual Mary Dalva Proença conheceu o segundo marido é reveladora dos meios utilizados por ela para manipular as regras do jogo a seu favor e, assim, sair da condição de viúva, tão paradoxal, se levarmos em conta o contexto dos anos 1950/1970. Numa passagem da entrevista, a ex-atleta mencionou:

“eu disse para uma amiga que trabalhava no Ministério do Exército ‘- você não conhece nenhum *milico* que esteja a fim de casar, não?’ Eu já tava viúva há não sei quantos anos... Ela disse: ‘- olha, tem sim, eu vou fazer um jantar dia primeiro de abril lá em casa e vou te convidar para você conhecer ele’. Aí, ela fez o jantar para mim e para ele. Aí ele chegou e disse: ‘- você é viúva, né? Eu sou separado... Nesse mesmo dia que ele me conheceu, falou para mim: ‘- olha, o caso é o seguinte, eu vou cuidar da minha vida financeira, assim que eu resolver tudo, daqui há uns 3 meses, a gente tá casando.’”<sup>492</sup>

Em seguida, Mary contou:

“começamos a sair e, antes disso, dia 20 de abril ele tinha ido visitar os filhos e foi agredido pela ex-mulher. Aí, ele chegou de mala e cuia para morar. Eu morava num apartamento com os meus filhos; trabalhava fora também, né? Eu era secretária do segundo homem da Lista Telefônica Brasileira. Depois fui secretária da Bors. Foi quando conheci o meu segundo marido. Aí saí, casei com o segundo e fiquei 32 anos casada”.<sup>493</sup>

Em que pesem a solidão sentida por Mary Dalva e o valor dado ao casamento tradicional, foi ela que teve a iniciativa explícita de conseguir um marido, diferentemente da atitude “passiva” apresentada no primeiro matrimônio. Afora esse aspecto, a ex-atleta dá a entender que abrigou seu futuro cônjuge num apartamento já mantido por ela, com o seu trabalho e, portanto, sem a ajuda dos pais, ainda que tenha tido o amparo deles, inicialmente, quando retornou ao Rio, logo após o suicídio do primeiro marido.<sup>494</sup> Assim, Mary Dalva buscou sua “segunda chance” antes mesmo de se casar oficialmente, pois já tinha conquistado autonomia, liberdade e independência econômica suficientes, aos 36 anos. Sabendo do prestígio social que representava estar casada com um major do exército, no auge do regime militar no Brasil, em 1971, Mary Dalva não procurou um marido, de forma aleatória. Na sua escolha por um “milico”, como disse na entrevista, pesou o fato de que, à época, a maior parte da sociedade civil brasileira celebrava e participava ativamente da ditadura instaurada a partir de 1964, conforme explicitaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade,

---

<sup>491</sup> Sobre a condição social representada pela viuvez feminina, ver POSSAS, Lídia. Gênero e viuvez: (re)significando práticas identitárias e relações de poder. *Fazendo Gênero* 9, UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010

<sup>492</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

<sup>493</sup> Idem.

<sup>494</sup> Na entrevista, Mary Dalva disse que só recebeu a pensão do primeiro marido muito tempo depois que ele morreu. Por isso, teve que trabalhar logo, pois tinha dois filhos para sustentar.



organizadas por mulheres da CAMDE e outras entidades.<sup>495</sup> Isso não significa afirmar, contudo, que todas as mulheres seguiam os padrões da época ou simplesmente agiam de forma tão calculada. Porém, os horizontes sociais de Mary foram moldados de acordo com as circunstâncias, os valores e mentalidades daquele tempo, ainda marcantes na sua memória. Talvez, por isso, ela tenha afirmado em tom enfático e, ao mesmo tempo, melancólico: “eu faço qualquer negócio agora para ter companhia, é muito chato ficar sozinha”.<sup>496</sup> Mary, certamente, se referia ao fato de ter ficado novamente viúva, após o casamento feliz de 32 anos com seu segundo marido. Certamente, a condição de viúva representou liberdade e empoderamento, sobretudo em relação ao primeiro casamento, lhe permitindo acumular, posteriormente, duas pensões e ter conforto material durante o restante da vida, para “ficar curtindo, viajando e passeando sem compromisso”, como reconheceu na entrevista. Porém, de forma paradoxal, esse estado civil lhe trouxe certos desconfortos, revelando o valor e o status social que ela ainda atribui à mulher casada ou que não está sozinha. Caso contrário, por que Mary Dalva resolveu procurar, de forma bastante explícita, um segundo marido?

Ao comparar a trajetória de três atletas olímpicas, por meio da metodologia de história oral, demonstrei, sobretudo, a pluralidade e as subjetividades dessas vivências durante o período da experiência liberal-democrática no Brasil. As narrativas femininas aqui abordadas revelaram a fragmentação de uma identidade de gênero perpassada por clivagens de classe, raça/etnia, geração e nacionalidade em nada desprezíveis para a compreensão da vida dessas mulheres, das suas alteridades, suas memórias, dos seus silêncios e esquecimentos, bem como das relações de poder constituídas nessa conjuntura. Essas vozes femininas deixaram ainda à mostra como a perspectiva dicotômica e essencialista, que enfatiza a eterna oposição entre homens e mulheres, empobrece a análise dos processos históricos; reduz a complexidade e dinâmica das relações de gênero ao ocultar a constituição de consentimentos, acomodações, cumplicidades e contra-poderes – sutilezas tecidas no cotidiano das mulheres como forma de resistência, luta e sobrevivência aos diversos tipos de discriminações e preconceitos. Por fim, mais uma vez destaco minha preocupação de reconstruir “pequenas” histórias de mulheres

---

<sup>495</sup> Acerca desses assuntos, ver CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009 e REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Aarão Daniel; RIDENTI, Marcelo & e MOTTA, Rodrigo Pato de Sá org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

<sup>496</sup> Mary Dalva Proença, entrevista concedida à autora, 11 de novembro de 2008.

desportistas “comuns” e anônimas e não somente as experiências vividas por atletas olímpicas, supostamente mais “reconhecidas”.

Contudo, esse não é o último capítulo dessa história...

## Capítulo 4 – Prática esportiva feminina e ditadura civil-militar

### ***4.1. O recrudescimento da discriminação de gênero no espaço esportivo***

Em diferentes momentos da história republicana do Brasil, as relações entre política e esporte foram evidenciadas, como vimos. Não raro, no pós-30, o futebol surgiu como síntese otimista do país; expressão da nacionalidade e símbolo de um futuro feliz. Outras vezes, ocorria o contrário. E a mestiçagem brasileira, tão valorizada nos campos de futebol por meio da ginga, malícia e dos dribles infernais do *scratch* nacional, tornava-se motivo da descrença e infelicidade do país, como no campeonato mundial de 1950, realizado no Brasil. Como se o plano econômico desastroso do governo Dutra – ocasionado pela alta inflacionária e o déficit comercial crescente – invadissem o gramado, a esperada e alardeada vitória brasileira não aconteceu. Diante da derrota para o Uruguai, no gigante estádio Maracanã, recém-construído e lotado por cerca de quase 200 mil espectadores, o abatimento do país foi visível. Como explicar tal tragédia? À frustração nacional que se seguiu, se elegeram alguns culpados: o goleiro Barbosa, o zagueiro Juvenal e o lateral-esquerdo Bigode. Não por acaso, três jogadores negros. Até a hora de sua morte, Barbosa levaria consigo essa mágoa. De acordo com Hilário Franco Júnior, “o problema da raça brasileira reaparecia de forma aguda, reforçando o complexo de inferioridade existente. Para muitos discursos racistas, a composição étnica havia definido a sorte da própria sociedade. Mesmo sabendo-se que Obdulio Varela, o grande capitão uruguaio e destaque do jogo final, era mulato”.<sup>497</sup>

Em 1954, não foi muito diferente. O clima de instabilidade política, vivido no segundo governo Vargas, se refletiu no futebol brasileiro. A tristeza pela perda de mais uma Copa do Mundo se intensificou com a morte trágica de Vargas. Assim como a Nação ficou órfã, sem seu principal líder, a seleção brasileira também ficou perdida. Entre 1954 e 1956, o Brasil teve cinco presidentes: Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. De forma semelhante, o selecionado de futebol do país teve cinco treinadores, no mesmo período: Zezé Moreira, Vicente Feola, Flávio Costa, Oswaldo Brandão e Teté (José Francisco Duarte Júnior).<sup>498</sup> Porém, a conquista da Copa de 1958 e do bicampeonato de futebol mundial, quatro anos depois, em meio à mobilização do governo João Goulart pelas reformas de base, se encarregaram de selar o prestígio do futebol brasileiro perante as

---

<sup>497</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91

<sup>498</sup> Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses*. *Op. cit.*, p. 130

potências do mundo naquela época. Para além da obtenção desses campeonatos, a dupla conquista da Taça Libertadores da América e do Mundial Interclubes pelo Santos Futebol Clube, do Rei Pelé, em 1962 e 1963, confirmava, mais uma vez, a fama e o talento dos jogadores negros e mestiços, entre os quais também se destacavam Didi e Garrincha, segundo afirma Hilário Franco Júnior.<sup>499</sup> Sobre este último craque, contudo, muitas vezes recaíam pesadas críticas que o tachavam de irresponsável e indisciplinado, fato que talvez explique o esquecimento público em torno de sua figura, na atualidade. Porém, a queda do presidente Goulart, em 31 de março de 1964, por meio de um golpe civil-militar, alterou profundamente os rumos do esporte no Brasil, sobretudo no tocante às relações de gênero.

Sob o comando do general Eloy de Menezes, o Conselho Nacional de Desportos não só ratificou o artigo 54, do decreto lei n. 3199, de 14 de abril de 1941, como instituiu novas modalidades esportivas proibidas às mulheres, além daquelas já existentes. Através da Deliberação n. 7, editada em 1965, decretou-se o seguinte: “não ser permitida às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, rugby, halterofilismo e baseball”. Indubitavelmente, as distâncias observadas entre o normativo e o vivido eram grandes, como nos mostra a matéria publicada no suplemento do *Jornal dos Sports*, referente aos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, Canadá, realizados em 1967. Nela, se destacava o *empoderamento* de algumas atletas brasileiras, o que lhes possibilitava ultrapassar as sanções impostas no espaço esportivo. No caso em questão, discutia-se a participação da meio fundista Irenice Maria Rodrigues, atleta negra do Fluminense Futebol Clube, na prova dos 800m – proibida às mulheres brasileiras, de acordo com as diretrizes do CND (ver pág. 74) –, às vésperas dos Jogos de Winnipeg:

“a meio fundista Irenice Maria Rodrigues, atleta do FFC, que sábado último melhorou em 6s e 3décimos sua marca sul-americana dos 800m rasos – feito por ela repetido pela segunda vez – não havia sido cogitada para se tornar a única corredora do Brasil nesta difícil prova que hoje ainda é o tema principal de reuniões da medicina esportiva de todo mundo. Sua adaptação à difícil prova durou 5 meses, graças aos esforços do seu técnico Genario Simões e do Dr. Renato, encarregado de estudar as possibilidades físicas de Irenice para uma prova de tamanha envergadura para o sexo feminino”.<sup>500</sup>

Em seguida, a reportagem descrevia a obstinação de Irenice Rodrigues para provar sua capacidade física em modalidades de “reserva masculina”, ao relatar que o talento da meio fundista se revelara “numa competição de natureza extra, promovida pela Federação de Atletismo do Rio de Janeiro, quando estabeleceu o novo recorde carioca com o tempo de 2m, 19s e 8d. Chegou ao recorde continental durante a eliminatória final, processada pelo COB

---

<sup>499</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses*. *Op. cit.*, p. 134-135

<sup>500</sup> “Irenice pode voltar com medalha”. Suplemento ‘segundo tempo’, *Jornal dos Sports*, 23/07/1967, p. 2

para a formação da equipe de atletismo”.<sup>501</sup> Com certeza, a mencionada competição esportiva – de “natureza extra” – se constituía num indício das pressões exercidas por algumas mulheres do atletismo, somadas ao trabalho e esforços de alguns homens (técnicos e médicos), em busca do fim das restrições à prática esportiva feminina em provas atléticas.

Outros fatores, somados a esse, pareciam igualmente gerar tensões e conflitos no campo esportivo, assumindo caráter mais agudo, às vezes. Fato que pode ser comprovado pela ocorrência de um “movimento grevista entre atletas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Guanabara contra os desmandos do COB”.<sup>502</sup> Embora as informações sobre o motivo da greve não tenham sido relatadas pelo *JS*, sabemos que Irenice Rodrigues fez parte dela. Ao se organizar coletivamente e se opor ao COB, a atleta demonstrava não corresponder ao comportamento obediente desejado por muitos dirigentes militares naquela época, aspecto que marcou sua trajetória esportiva, conforme poderemos ver mais adiante. Como reflexo das lutas feministas travadas nessa conjuntura pela plena assunção do corpo e do empoderamento das mulheres no espaço esportivo, Irenice bateu seu recorde sucessivamente na prova dos 800m rasos. Seu comportamento político transgressor, inscrito no corpo, fez com que médicos brasileiros, frequentemente contrários a essa modalidade esportiva feminina, repensassem sua decisão e pensamentos:

“encerrado o movimento grevista, a atleta conseguiu o tempo de 2m, 16s e 7d na pista da associação paulista Esporte Clube Pinheiros, numa tarde fria. Logo depois, ela obteve um resultado melhor: 2m, 15s e 1d. Porém, a conquista não pôde ser homologada, pois ocorrera um ‘handcap’. Mais tarde, com uma temperatura de 22 graus, chuvas e ventos fortes, além da pista pesada da Gávea, Irenice fez o percurso em 2m, 10s e 4d, três décimos acima do recorde pan-americano da canadense Alicia Kaufman”.<sup>503</sup>

A performance esportiva cada vez melhor de Irenice, na prova de 800 m, obrigou o médico da delegação brasileira Waldemar Areno, já conhecido por seus artigos contrários às competições atléticas femininas de longa distância, grande força e resistência, nos anos 40, a reconhecer a capacidade física da atleta: “se ela tivesse a felicidade de ter sido treinada três meses antes da competição, obedecendo a um plano de trabalho que a sua prova requer, não tinha dúvidas de que a mesma chegaria fácil a um tempo abaixo de 2m, 9s. Mas ainda assim via grandes possibilidades da mesma obter tal resultado em Winnipeg”.<sup>504</sup> Em seguida, a

---

<sup>501</sup> Idem, p. 2

<sup>502</sup> “Irenice pode voltar com medalha”. Suplemento ‘segundo tempo’, *Jornal dos Sports*, 23/07/1967, p. 2

<sup>503</sup> Idem, p.2. Vale esclarecer que o handicap é a conjunção de fatores favoráveis ao atleta numa determinada prova. A ocorrência de alguns handicaps pode invalidar a conquista de uma atleta. No caso em questão, a matéria do *JS* não mencionou quais os motivos para o não reconhecimento do resultado de Irenice.

<sup>504</sup> Irenice pode voltar com medalha”. Suplemento ‘segundo tempo’, *Jornal dos Sports*, 23/07/1967, p. 2

matéria divulgada pelo *JS* relatava que os testes de Irenice faziam parte dos estudos e experiências feitas por Areno com atletas brasileiros, já nas Olimpíadas de Tóquio, realizados em 1964, visando dar uma palavra final sobre o assunto, uma vez que o médico pertencia à Comissão instalada na América do Sul para tratar de casos dessa natureza. Nesse sentido, Waldemar Areno afirmava: “creio que Irenice poderá nos obrigar a dar uma guinada de 180 graus na minha posição, porque demonstrou resistência incomum para esse tipo de percurso”.<sup>505</sup>

A necessidade de Areno explicitar seu ponto de vista machista, frisando a “resistência incomum” de uma mulher nessa prova – fato bastante contestável, já que o desempenho e o alto rendimento das atletas dependem, acima de tudo, do treinamento e desenvolvimento de suas habilidades técnicas e potencialidades físicas, como ele mesmo reconheceu –, revelava como a consciência de gênero corporificada por Irenice cotidianamente era bastante desafiadora, ainda mais se considerarmos a desconfiança com a qual o regime militar encarava qualquer forma de organização e manifestação individual ou coletiva. Ao narrar sua história brevemente para o *JS*, a atleta deixou claro que não se conformava com a indiferença masculina, os empecilhos e as discriminações impostas no dia a dia dos treinamentos e competições como forma de inferiorizar as mulheres. Revelando sua percepção subjetiva e política da dimensão privada, bem como evidenciando os matizes que as formas de poder assumem na vida cotidiana e nos diversos aspectos das relações sociais, de acordo com as questões feministas colocadas entre as décadas de 1960 e 1980<sup>506</sup>, Irenice Rodrigues relatou as alegrias e tristezas que teve no atletismo, principalmente quando se tornou atleta do Botafogo, após ser campeã carioca pelo Vasco. Ao consagrar-se tricampeã pelo alvinegro carioca, integrar a seleção do estado do Rio de Janeiro e a do Brasil, Irenice desabafou e confessou os momentos de decepção que viveu no clube, quando pediu auxílio ao Diretor Geral de Esportes, José Maria Cavalcante:

“- ele que já me conhecia de outras oportunidades, limitou-se a indagar quem era eu. Confesso que tive vontade de chorar na hora. Além do mais, sentia que o clube faltava com o apoio que devia dar aos seus atletas. Nunca me esqueci que no dia em que conquistamos o tricampeonato, não encontramos um diretor na sede ou no Mourisco para dar felicitações. Depois, cortaram o lanche e até o refresco que já era tradição após o treinamento!”<sup>507</sup>

---

<sup>505</sup> Idem, p.2

<sup>506</sup> Sobre as questões relativas à segunda onda do movimento feminista, ver VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”. desventuras de uma promessa subversiva”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1997, p. 67

<sup>507</sup> Irenice pode voltar com medalha”. Suplemento ‘segundo tempo’, *Jornal dos Sports*, 23/07/1967, p. 2

Por fim, Irenice Rodrigues, recordista sul-americana, assumia uma posição de liderança e falava em nome de outras mulheres negras do atletismo brasileiro, enaltecendo-as: “o COB poderia ter convocado Silvina Pereira, do Botafogo, e Adília do Rosário, do Flamengo, já que ambas possuem méritos e tempos que as credenciam para uma grande apresentação em Winnipeg”. Para Irenice, “Silvina, Adília e Aída dos Santos são as maiores atletas dos últimos cinco anos surgidas no atletismo”.<sup>508</sup> Indignada com o desprezo, desrespeito e abuso de poder dos clubes e do próprio COB, em relação às condições de vida e treinamento de muitas atletas negras e pobres, cujos feitos e potencialidades não eram devidamente reconhecidos pelos dirigentes esportivos do país – quem sabe, uma das razões do movimento grevista articulado contra o Comitê Olímpico, do qual fez parte – Irenice não abriu mão de expor seu descontentamento; de expressar publicamente seu (res)sentimento, mesmo sabendo dos riscos que corria em tempos de exceção, confirmando as suspeitas de Ansart acerca das revoltas dos dominados diante do poder autoritário dos dominantes, já discutidas.

Às críticas de Irenice, outras se sucederam. O próprio Adhemar Ferreira da Silva – bicampeão do salto triplo, nas Olimpíadas de 1952 e 1956, e tricampeão da mesma prova nos Jogos Pan-Americanos de 1951, 1955 e 1959 – manifestou grande insatisfação com a falta de estrutura do atletismo brasileiro:

“Adhemar revelou falhas de uma estrutura arcaica. Os resultados obtidos pelo atletismo brasileiro nos V Jogos Pan-Americanos serviram apenas para confirmar as previsões pré-competição, isto é, a estrutura arcaica com que a equipe nacional do esporte base foi preparada para uma empreitada de vulto. Aída dos Santos, Maria da Conceição Cipriano, Irenice Rodrigues, Nelson Prudêncio, Roberto Chap e José Carlos Jacques são elementos de gabarito, não resta dúvida, mas não poderiam fazer milagres. É por isso que se alguns tentam incriminar Aída dos Santos pelo 5º lugar no salto em altura, sem pelo menos citar os fatores que contribuíram para aquela colocação, devem levar em consideração os meios que ela recebeu daqueles que tinham obrigação de fazê-los. Aída depois de enfrentar o grave problema relacionado com a comida (subnutrição), chegando mesmo a passar mal durante o desfile inaugural, partiu para o pentatlo (...) Chegou com raça em 3º lugar!

Antes de se chegar a Nelson Prudêncio, é necessário deixar bem claro que a performance de Irenice Maria Rodrigues nos 800m merece elogios. Irenice, correndo em meio a atletas experientes, galgou o 5º lugar (...).<sup>509</sup>

Muito embora Adhemar se manifestasse em relação à carência de alimentação e recursos vivida no dia-a-dia pelos homens e mulheres pobres e “de cor” do esporte base, ele reconhecia especificamente os méritos do atletismo feminino, em função das fortes críticas, oposições e múltiplas discriminações que enfrentavam. Apesar da desnutrição de Aída e da ausência de condições ideais de treinamento experimentadas por ela e outras mulheres do

---

<sup>508</sup> Idem, p. 2

<sup>509</sup> *Jornal dos Sports*, 9 de agosto de 1967, p. 7

atletismo, seus índices e marcas alcançadas podiam ser consideradas extremamente satisfatórias, a exemplo das performances conseguidas nos Jogos de Winnipeg. Tanto Aída dos Santos como Irenice Rodrigues acabaram por concorrer, respectivamente, em modalidades formalmente proibidas às mulheres, como o pentatlo e os 800m. Aída, inclusive, obteve o 3º lugar numa competição muito difícil, onde se conjuga a prática de cinco modalidades diferentes e o resultado final é obtido através do somatório de pontos conquistados em cada prova. Devido aos seus excelentes desempenhos, conseguidos em condições extremamente adversas, certamente, elas sentiam-se com mais poder para manifestar descontentamentos, denunciar as arbitrariedades e o descaso das autoridades públicas e dos dirigentes esportivos, sobretudo, com o atletismo feminino brasileiro. Três anos antes dos Jogos Pan-Americanos em Winnipeg, Aída dos Santos já tinha declarado publicamente sua mágoa e ressentimento diante das situações de abandono e constrangimento vivenciadas nas Olimpíadas de Tóquio, realizadas em 1964, quando foi a única mulher brasileira da delegação olímpica, de um total de 69 atletas, 12 a menos do que quatro anos antes, nas Olimpíadas de Roma, que teve também uma única atleta (Wanda dos Santos, corredora dos 80 m com barreiras).<sup>510</sup> De volta ao Brasil, após conquistar a melhor colocação individual da delegação brasileira em Tóquio (4º lugar na final do salto em altura), a matéria do *JS* contava:

“com os olhos molhados de tanto chorar e com o coração mais aberto do que nunca, Aída contou ontem no Galeão que sempre treinou sozinha, no Japão, onde pouco aprendeu porque ‘*a brasileira é capaz de imitar qualquer uma, desde que seja dado o apoio de que precisa*’ (grifo meu). Maria Cipriano, recordista sul-americana de salto em altura, mas que não conseguiu o índice exigido pelo COB para viajar, levou seu abraço a Aída dos Santos. Na hora que se cumprimentaram, choraram a não mais poder. Frisou Cipriano: - ‘se fosse eu, talvez, não conseguiria obter o resultado de Aída dos Santos’”.<sup>511</sup>

A reportagem publicada ainda evidenciava o carnaval e a solidariedade do alegre grupo de atletas do Botafogo (clube de Aída), expressa através de uma faixa com a seguinte frase: “Aída, o atletismo brasileiro te saúda!”. Ao final, o *JS* registrava a provocação da atleta Maria Cipriano: “ninguém, nem mesmo o COB, esperava que Aída fosse conseguir o resultado que conseguiu!”.<sup>512</sup> Independente da cumplicidade e coesão grupal existente entre homens e mulheres negras do atletismo brasileiro, estabelecida em determinadas contingências e em nada desprezível, Maria Cipriano e a própria Aída dos Santos denunciavam, principalmente, o

---

<sup>510</sup> Cf. COB. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 205

<sup>511</sup> “Aída diz que Brasil deve apoiar atletas”. *Jornal dos Sports*, 25 de outubro de 1967, p. 5

<sup>512</sup> “Aída diz que Brasil deve apoiar atletas”. *Jornal dos Sports*, 25 de outubro de 1967, p. 5



sofrimento causado pela violência de gênero perpetrada pelo regime militar, entre outras formas de exclusão. Alguns dias depois da chegada de Aída ao Brasil, o repórter esportivo José Castelo destacou as péssimas condições de vida e treinamento da “salvadora da pátria”:

“uma moça de 15 anos, preta, humilde, filha de um carpinteiro que hoje não é mais do que um pobre homem paralítico, de infância subnutrida, foi quem salvou o Brasil nas competições individuais das XVIII Olimpíadas de Tóquio, ao saltar 1,74m, classificando-se em 4ª do mundo e primeira das Américas na especialidade. Mais teria alcançado, não fosse traída pela emoção, ao constatar a marca excepcional, o que lhe fez cair em choro convulsivo, e a ausência do técnico, permitindo o descontrole emocional da moça que recebia apenas incentivo das atletas americanas, venezuelanas, mexicanas e cubanas desclassificadas.”<sup>513</sup>



Aída dos Santos



Aída dos Santos



Aída dos Santos

<sup>513</sup> “Moça humilde honrou o atletismo brasileiro: Aída é a 4ª do mundo e foi a salvação da pátria!”. *Jornal dos Sports*, 31 de outubro de 1964, p. 12

Assim, o repórter do *JS* chamava a atenção do leitor para o apoio que Aída obteve apenas das atletas dos outros países desclassificados na final da competição, demonstrando, de forma paradoxal, o desprezo que recebeu da própria delegação olímpica brasileira em 1964 – cujo restante dos atletas era somente de homens –, evidenciado tanto através da falta de solidariedade dos seus compatriotas como de suporte material. Nesse sentido, a hierarquização de gênero, somada às exclusões de classe e raça/etnia vivenciadas por ela, expunha as fissuras existentes na própria sociedade brasileira e atestava a ausência do sentimento de identidade nacional, tão alardeado pela ditadura. Conforme fez questão de afirmar o repórter José Castelo *o sucesso de Aída nas Olimpíadas de Tóquio foi dela, exclusivamente dela* (grifo meu), pois não teve orientação de ninguém e até os sapatos de pregos usados na prova e a bolsa de material esportivo fornecidos pelo comitê organizador foram conseguidos devido ao seu esforço pessoal e ajuda recebida de um atleta cubano.<sup>514</sup> Apesar das ajudas recebidas de atletas estrangeiros (homens e mulheres), fundamentais para a criação de cumplicidades provisórias num momento crítico, todas as humilhações vivenciadas por Aída dos Santos no Japão foram fruto do menosprezo e do tratamento inferior que lhe dispensaram os atletas brasileiros e o próprio COB. Afinal, como interpretar o “esquecimento” do chefe da delegação olímpica do Brasil, Silvyo de Magalhães Padilha, de não inscrever o nome de Aída entre as concorrentes da prova, impossibilitando-a de receber material esportivo adequado para mesma? Sem dúvida, a declaração de Maria Cipriano afirmando “nem mesmo o COB esperava que Aída conseguisse esse resultado” comprovava os antagonismos e a tripla marginalização experimentada pelas brasileiras negras e pobres do atletismo, mas também suas lutas e resistências.

Essa situação, na verdade, é recorrente. Metáfora de um país desigual e excludente, não raro o campo esportivo reflete e reproduz discriminações de gênero, classe e raça/etnia enraizadas na sociedade brasileira, para além de manifestar a identidade nacional e outras diferenças. Tais fatores conjugados parecem afastar o atletismo – modalidade majoritariamente praticada por afro-brasileiros, pertencentes às camadas populares – das posições de prestígio e poder ocupadas pelos esportes de maior tradição, ligados ao bom gosto, às boas maneiras cortesãs e distintos hábitos burgueses. Não raramente, lhe é conferido um valor de inferioridade em relação ao status superior de outras modalidades esportivas, como esgrima, hipismo, tênis e natação, por exemplo. Segundo afirma Bourdieu, estabelece-se uma homologia entre o espaço das práticas esportivas, dos diferentes esportes e o espaço das posições sociais:

---

<sup>514</sup> Idem.

“é na relação entre esses dois espaços que se definem as propriedades pertinentes de cada prática. E as próprias mudanças nas práticas só podem ser compreendidas, nessa lógica, na medida em que um dos fatores que as determinam é a vontade de manter no nível das práticas a distância que existe entre as posições”.<sup>515</sup>

Podemos dizer, portanto, que o campo esportivo é atravessado por laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais, (re)produzindo relações humanas desiguais que, inevitavelmente, lançam um estigma sobre os “outros”, vistos como pessoas de “estirpe inferior” pelos dominantes, conforme descreve Norbert Elias, acerca das configurações entre *estabelecidos* e *outsiders*.<sup>516</sup> Não à toa, o artigo de Julio DeLamara, intitulado “Atletismo”, publicado na *Revista do Fluminense*, constata a situação de abandono pela qual passava esse esporte no Brasil já nos anos 1950:

“É o atletismo no Fluminense um esporte que, devido a vários fatores, não pode correr paralelo, em normalidade, aos demais ramos, na vida do clube.

Pela evolução que o esporte apresenta, evolução que requer treinamento mais intenso, diário até, controle médico mais cuidadoso, enfim, uma série de dados que traduzem em resumo, maior tempo dado pelo atleta ao treinamento (...) tornaram-se necessárias algumas facilidades para que certos ramos de esporte pudessem acompanhar o progresso técnico. Queremos nos referir especialmente aos esportes mais populares, aqueles que são praticados por homens do povo, de condição mais humilde, de nível de vida mais baixo, onde o atletismo se situa.

Devido a esses fatores (...) a mentalidade dirigente modificou-se. Facilitou-se o alojamento para os atletas nos clubes, arranjou-se alimentação, procurou-se emprego com sócios e diretores, tudo no afã de procurar diminuir as dificuldades existentes na vida sempre difícil da gente do povo, que muitas vezes vem do interior e que não sendo assim cuidada, estará perdida para o esporte.

(... ) aqui no Brasil, não há amadores do estado, nem atleta universitário. Vive ele do clube que, dentro de suas possibilidades, tem então de cuidar do seu ‘*modus vivendi*’, principalmente, num esporte que se tornou popular e que é praticado em sua maioria por pessoas que não tem meios de, em seu lar, alcançar o nível alimentar e físico que convém a um atleta (...).<sup>517</sup>

A despeito de verificar condições mais favoráveis para a prática do atletismo em outras agremiações esportivas brasileiras, provavelmente menos elitistas, motivo pelo qual “alguns atletas feitos no Fluminense vão apurar suas qualidades em outras pistas, quando sentem necessidade de auxílio, trocando o tricolor que dá pouco, por outro clube que dá mais”<sup>518</sup>, o testemunho de De Lamara fornece indícios para pensarmos sobre as discriminações de classe e raça/etnia que pesavam sobre esses atletas, “homens do povo, de condição mais humilde, de nível de vida mais baixo”. Para além desse fato, ao excluir do seu relato as mulheres

---

<sup>515</sup> BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas ditas. Op. cit.*, p. 209

<sup>516</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>517</sup> DeLamara, Julio. “Atletismo”. *Revista do Fluminense*, ano I, n. 5, dezembro de 1954, p. 26

<sup>518</sup> Idem.

praticantes dessa modalidade esportiva, o autor revelava seu próprio preconceito e, indiretamente, expunha a invisibilidade do atletismo feminino no Brasil, significativos da tripla estigmatização que elas enfrentavam, desde fins dos anos 1940, conforme demonstraram os depoimentos de atletas negras, constantes do capítulo anterior. Caso contrário, como explicar as restrições impostas às inúmeras provas dessa modalidade para as mulheres, em 1941? Ainda que refletissem, de certo modo, a postura discriminadora adotada no campo esportivo internacional em relação às mulheres do atletismo, essas hierarquias, na verdade, eram determinadas pela vontade de manter no nível das práticas a distância que existe entre as posições sociais, conforme já destacou Bourdieu, quer sejam de gênero, classe e raça/etnia. Talvez, isso explique a pequena representatividade do atletismo feminino brasileiro em relação ao masculino nas Olimpíadas de 1952, 1956, 1960, 1964, entre outras edições da competição.

Posteriormente, o cenário do atletismo pouco havia mudado no país durante o regime militar. No artigo “Com o esporte na alma”, apresentavam-se algumas conclusões do Congresso Sul-Americano de Medicina Esportiva, realizado em agosto de 1975, paralelamente à disputa do Campeonato Sul-Americano de Atletismo. A partir de um diagnóstico sobre a situação desse esporte no Brasil, os resultados da pesquisa constatavam que o típico praticante de atletismo no país era quase sempre um indivíduo originário de classes sócio-econômicas mais baixas. Em seguida, os estudos mostravam que, em todas as grandes competições internacionais, o país continuava restrito às individualidades que eventualmente se destacavam nesse esporte, em intervalos tão irregulares quanto imprevisíveis.<sup>519</sup> Como exemplo, eram relatadas as difíceis condições de vida de vários atletas dessa modalidade:

“Nelson Prudêncio precisa abandonar seu emprego em São Paulo para treinar em seu clube, em Jundiaí, e tentar melhorar sua marca no salto triplo; Silvina das Graças Pereira (velocista e saltadora) ainda não sabe se conseguirá abono de faltas na faculdade para viajar ao exterior. Problemas como esses atingem a maioria de nossos atletas. Se o treino começa após um dia inteiro de trabalho, é óbvio que o esportista só conseguirá obter um desempenho destacado se for realmente excepcional. Esse é o caso de Nelson Prudêncio que já conquistou muitos recordes e medalhas para o Brasil. Mas não chegou onde poderia ter chegado com um treinamento correto... Por sua vez, a velocista Silvina Pereira está longe de seu ponto ideal, em virtude de preocupações alheias à boa prática do esporte”.<sup>520</sup>

Portanto, de acordo com essas declarações, podemos constatar que, no interior do campo esportivo, o atletismo e seus praticantes possuíam um status inferior; ocupavam a

---

<sup>519</sup> “Com o esporte na alma”. *Revista do Fluminense*, n. 178, mar-abril 1976, p. 3

<sup>520</sup> Idem, p. 5

posição de *outsiders*, sendo menosprezados por muitos dirigentes em relação aos esportes considerados mais nobres, detentores dos recursos de poder. Porém, como respostas às tensões, conflitos, estigmas e hostilidades resultantes desse desequilíbrio de forças no espaço esportivo, muitas vezes, os indivíduos e grupos *outsiders* expressam rancores, mágoas, violências, cumplicidades, solidariedades sociais e atitudes afirmativas que se desdobram em múltiplas direções, evidenciando as relações entre os afetos e o político, sujeitos e práticas sociais, ainda pouco explorados entre historiadores, conforme destaca Pierre Ansart.<sup>521</sup> Nesse sentido, as experiências de privação, constrangimento e humilhação, vivenciadas rotineiramente pelos atletas negros desse esporte, em especial pelas mulheres, suscitam inúmeras indagações e reflexões, difíceis de serem explicadas à luz dos sistemas políticos. Até que ponto o regime democrático favorece ou desfavorece a formação de ressentimentos? Seriam os regimes autoritários provocadores de manifestações coletivas de raiva, violência e descontentamentos? As explosões de vingança de uma população ou grupo não são reflexos das relações de poder e dominação durante muito tempo estabelecidas? É inegável, como diz Ansart, que o ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva, permitindo a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação que liga um indivíduo ao seu grupo. Sem dúvida, para o pesquisador, essas são questões delicadas sobre as quais o historiador deve se debruçar, se esforçando para compreendê-las e, se possível, explicá-las, ainda que as dificuldades e incertezas sejam muitas. Como ele mesmo reconhece

“é muito mais difícil traçar a história de ódios do que a história de fatos objetivos. (...) O objeto esquiva-se; é preciso formular a hipótese de sua importância e reconstruir o invisível que, se não é totalmente inconsciente, ao menos em parte é não consciente. É preciso formular a hipótese do papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações. O historiador encontra-se na obrigação de acumular o estudo dos indícios, dos signos, dos traços (...) Tarefa delicada que diz respeito mais ao estudo dos costumes, dos usos da vida cotidiana que à grande história política. O historiador tem, também, a obrigação de estudar as linguagens, os modos de comunicação e transformá-los em sintomas (...)”.<sup>522</sup>

Seguindo essas sugestões, agora podemos melhor compreender o comportamento subversivo de algumas mulheres negras do atletismo brasileiro, sobretudo de Irenice Rodrigues. Com certeza, o peso acumulado das discriminações de gênero no espaço esportivo, entre outras hierarquizações sociais, assumiu caráter mais agudo em momentos de maior repressão, quando as prerrogativas legais e institucionais encontravam-se violentamente

---

<sup>521</sup> ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, pp. 15-36

<sup>522</sup> Idem, p. 28-29

cerceadas, causando a explosão de raivas, ressentimentos, reivindicações e confrontos recalcados. Esse foi o caso da atleta, já envolvida com um movimento grevista, em 1967, contra os desmandos do COB. Logo depois, em meio à eclosão dos movimentos de contestação que abalaram o mundo, em 1968, pedindo liberdade, paz, amor e reformas, um novo incidente envolveu Irenice, nos Jogos Olímpicos do México, realizados nesse ano – ocorrido pela primeira vez a 2.240 m acima do nível do mar e igualmente permeado por protestos políticos de atletas negros norte-americanos, entre outros, que demonstravam a emergência do movimento *black-power*.<sup>523</sup>

Informada pelas novas demandas feministas e em sintonia com o clima de denúncia e indignação presente nas Olimpíadas do México, Irenice Rodrigues tentou agredir a colega Maria da Conceição Cipriano, a mesma atleta que havia tomado as dores de Aída dos Santos, anteriormente. Após invadir o quarto de Cipriano, ela foi contida pela polícia feminina da Vila Olímpica. O episódio gerou bastante transtorno ao COB a ponto de Hélio Babo afirmar, de forma metafórica e pejorativa, que foi um “desastre para o esporte nacional, uma página negra para o Brasil nas Olimpíadas”<sup>524</sup>, mais uma vez, ratificando as posições ambíguas e racistas de alguns segmentos da sociedade brasileira que, volta e meia, adoravam ou crucificavam atletas negros pelas honras e infortúnios da nação no terreno esportivo. De acordo com as palavras do dirigente esportivo, Irenice poderia até ser proibida de continuar praticando o atletismo. Em seguida, Hélio relatou que “por acreditar demais no ser humano, não pediu o desligamento de Irenice antes, quando ela deu entrevistas ao *JS*, criticando o plano de trabalho adotado para as Olimpíadas do México”. Ele ainda revelava que na oportunidade foi pressionado por vários dirigentes a tomar aquela medida, mas depois de um consenso demorado, a atleta prometeu ser mais comedida em suas declarações.<sup>525</sup>

O fato de Irenice não ter se calado e cumprido sua promessa, sem dúvida, confirmou sua fama desafiadora e desagregadora para dirigentes esportivos e autoridades civis e militares, aumentando ainda mais seu estigma e, conseqüentemente, as punições da atleta, para além de reforçar as imagens depreciativas que cercavam essas atletas e o próprio esporte, de forma geral. Aloísio Caminha, presidente da Federação de Atletismo do Rio de Janeiro, disse que “faltou humildade e espírito olímpico a Irenice”. Depois, ele afirmou: “quando

---

<sup>523</sup> Tommie Smith, John Carlos, Lee Evans, Larry James e Ronald Freeman foram os atletas norte-americanos que subiram ao pódio na prova dos 200 e 400m rasos, cerrando e erguendo os punhos, com luvas e boinas pretas, numa manifestação contra a segregação racial nos EUA. Na ginástica, a tcheca Vera Caslávská conquistou 4 medalhas de ouro, três delas derrotando suas adversárias russas. Ao ouvir o hino da URSS, Vera ergueu o rosto e virou as costas para a bandeira do país que havia invadido o seu. Cf. COB. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 228

<sup>524</sup> “Comitê não confirma expulsão de Irenice”. *Jornal dos Sports*, 3 de outubro de 1968, p. 8

declarei que se dependesse de mim a sua ida ela já estaria desligada antes do embarque, chegaram-me a acusar de insensato. Mas agora ficou comprovada a minha razão”.<sup>526</sup> No caso, Aloísio Caminha se referia ao episódio no qual a atleta, duas semanas antes de viajar para o México, declarou ao *JS* que o COB havia se esquecido do atletismo, apenas exigindo das atletas para sua autopromoção. Irenice também acusava o Comitê Olímpico de não dar assistência técnica e alimentar as três moças convocadas: ela, Aída dos Santos e a própria Maria Cipriano, atleta com quem brigou. Cumpre ressaltar que, na época das suas denúncias, Irenice Rodrigues já cumpria suspensão de 30 dias, imposta pelo Fluminense Futebol Clube, em função de ter se negado a participar de um torneio, alegando que sua presença era mais importante na prova dos 800m, na qual tentaria o índice para as Olimpíadas.<sup>527</sup> Ao manipular seu capital simbólico a favor dos próprios interesses e demonstrar insubordinação e altivez, bem como consciência de gênero, já que sabia ser a única atleta brasileira com possibilidade real de conseguir o índice olímpico na prova dos 800m – fato confirmado depois – Irenice despertava suspeita e causava grande mal-estar entre autoridades do COB e da CBD. Como contrapartida, suscitava raivas e censuras ainda maiores dos seus opositores.

Desligada finalmente da delegação olímpica brasileira por indisciplina e agressão, Irenice Rodrigues desembarcou no Brasil, em 3 de outubro de 1968, sem realizar seu sonho de competir nos 800m, em Olimpíadas, a despeito de deter o recorde sul-americano dos 400m e 800m, na época. Mesmo assim, manifestou novamente suas opiniões e afrontou publicamente seus detratores ao dizer: “o atletismo não enche barriga de ninguém. Poucos conseguiram alguma coisa depois de elevar o nome do Brasil pelo mundo”.<sup>528</sup> Ao denunciar as desigualdades sociais e a grande repressão política existentes no país, Irenice se considerou “vítima de um mal-entendido” e relatou que a punição imposta pela chefia da delegação (no caso, Sylvio de Magalhães Padilha, também Presidente do COB) foi encarada como muito forte por outros membros da representação brasileira. Para Irenice, “se tivesse havido boa vontade, tudo poderia ter sido contornado no México, porque coisas mais desagradáveis já ocorreram em outras oportunidades, sem que adotassem medidas como a que tomaram comigo”.<sup>529</sup> Em seguida, a atleta esclarecia o motivo da briga na qual se envolveu: “tudo aconteceu por culpa da Cipriano, uma dedo-duro”. Com algumas escoriações no braço, Irenice contou que Maria Cipriano tinha dedurado o saltador da equipe masculina de

---

<sup>525</sup> Idem.

<sup>526</sup> “Comitê não confirma expulsão de Irenice”. *Jornal dos Sports*, 3 de outubro de 1968, p. 8

<sup>527</sup> Idem.

<sup>528</sup> Idem.

<sup>529</sup> “Irenice culpa o Comitê”. *Jornal dos Sports*, 4 de outubro de 1968, p. 8

atletismo, Nelson Prudêncio, para o porteiro do estádio no México, que não queria ninguém usando a pista: “quando eu estava o convencendo do contrário, quando o homem estava começando a concordar, a Cipriano resolveu dar palpite, dedurando o Nelson, que havia burlado a vigilância e corria tranquilamente”. Como não gostou da atitude, nem do tom alto usado pela companheira de equipe, Irenice pediu a Cipriano que se calasse. Porém, ela lhe respondeu e a briga só foi terminar no vestiário.<sup>530</sup> Dessa maneira, a atleta indiretamente mostrava sua repulsa à prática política de delação no Brasil, muito incentivada por militares e outras autoridades civis como forma de intimidar, identificar e desarticular àqueles que, de alguma forma, se opunham às diretrizes do regime, naquela época. Ao mesmo tempo, sua conduta de aprovar a desobediência de Nelson Prudêncio à ordem dada pelo vigia do estádio, tornava-a cúmplice e deixava claro para os militares, mais uma vez, sua costumeira insubmissão e desrespeito à ordem estabelecida. Por fim, a reportagem do JS publicava outras revelações de Irenice, desmentindo as declarações do técnico da equipe de atletismo, Osvaldo Gonçalves, sobre a adaptação rápida da delegação brasileira ao problema da altitude. Irenice afirmou que a questão ainda não havia sido superada pela “turma”.

As atitudes de Irenice demonstravam ainda que as relações sociais entre homens e mulheres nem sempre são marcadas por oposição e subordinação, mas por cumplicidades e solidariedades. Simultaneamente, ao tomar partido de um companheiro da equipe masculina de atletismo e ir contra sua colega Cipriano, ela desmistificava a noção de unidade/irmandade existente entre as mulheres tão divulgada pelos movimentos feministas e que, naquele momento, começava a ruir, haja vista a denúncia feita por lésbicas e mulheres negras do Terceiro Mundo em torno da continuidade de outras formas de dominação perpetradas por mulheres heterossexuais, ricas e brancas dos países colonialistas. Portanto, num contexto atravessado por manifestações estudantis, novas demandas feministas, entre outras lutas, mas também por forte repressão e censura, é possível afirmar que a consciência de gênero de algumas atletas negras do Brasil foi materializada no próprio corpo – símbolo político das experiências, lutas, resistências e conquistas femininas nessa conjuntura; lugar de reconhecimento e enfretamento das múltiplas formas de exclusão e estigmatização.

Para além de reforçar as punições e os estigmas que pesavam sobre Irenice e, indiretamente, sobre a “turma” do atletismo, o episódio de agressão envolvendo as duas atletas brasileiras nas Olimpíadas do México, foi motivo de zombarias e chacotas na imprensa, recorrentes quando se trata de desqualificar comportamentos femininos vistos como

---

<sup>530</sup> “Irenice culpa o Comitê”. *Jornal dos Sports*, 4 de outubro de 1968, p. 8



ameaçadores e inadequados. No artigo maliciosamente intitulado “Uma pedrinha na chuteira: pugilismo olímpico feminino”, sob a alcunha de Zé de São Januário um anônimo assim discorreu sobre o acontecimento:

“Sempre apoiamos a igualdade dos direitos dos homens e das mulheres (...) A campanha foi iniciada pelas sufragistas inglesas e se estendeu pelo mundo. No Brasil, assumiu a liderança Bertha Lutz (...) A verdade é que as mulheres venceram. Afinal, elas fazem o que os homens fazem e mais aquilo que eles não podem fazer – amamentar crianças, por exemplo.

Os homens, despeitados com as conquistas das mulheres, procuram contrariá-las, fazendo-lhes severas restrições.

Toda mulher é louca por uma farda; os homens não permitem que elas sejam militares. São taradas por automóveis e não lhes é permitido serem motoristas de ônibus. Todas as jovens desejam jogar futebol, mas como as leis não permitem, contentam-se em casar com jogadores desse desporto. Ninguém adora mais boxe do que as mulheres; são as mais ferrenhas torcedoras dos lutadores de box e luta-livre. As leis internacionais, que regulam esses esportes, não permitem às mulheres praticá-los, embora as julguem muito mais peitudas do que os homens.

Agora mesmo seguiram para a Cidade do México, as atletas Irenice Rodrigues e Maria Conceição Cipriano. A primeira, velocista, a segunda, saltadora. As duas se desentenderam. No auge da discussão, Cipriano disse a Irenice: - “Minha filha, cale a boca que aqui dentro ninguém pula mais alto do que eu. Se tu facilitares, faço-te correr 400m em tempo recorde!”. Irenice retrucou: - “Não tenho medo de pulo de onça, nem de ronco de besouro. Galo de briga não foge da rinha, nem corre cacarejando. Vamos decidir a parada no braço!”

Ambas se engalfinharam e resolveram a parada na luta-livre. A luta terminou empatada, mas o árbitro da contenda, Ivã Raposo (chefe da delegação brasileira), desclassificou Irenice, alegando golpe baixo. Irenice teve que fazer então uma corrida aérea até o Brasil, enquanto Maria Cipriano ficou no México, dando seus pulinhos.

Ontem, na Cidade do México, o Comitê Olímpico Internacional (COI) se reuniu para discutir a inclusão do pugilismo feminino nas Olimpíadas de 1972. É mais uma conquista das mulheres no âmbito esportivo.

A Maria Cipriano, como boa saltadora, ficou pulando de contente no México, por não ter pulado fora da delegação, enquanto Irenice, como excelente corredora, correu para o Rio de Janeiro e corre o risco de nunca mais correr”.<sup>531</sup>

Na caricata história inventada por “Zé de São Januário”, os recursos da galhofa, ironia e da comédia tornavam-se instrumentos poderosos para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade, fragilidade e passividade da mulher, segundo mostra a historiadora Rachel Soihet, a exemplo do que já acontecia nas *charges* adotadas pela imprensa do Rio de Janeiro, desde o início do século XX, muito utilizadas pelos caricaturistas, como Raul Pederneiras e J. Carlos.<sup>532</sup> Nesse sentido, aos homens caberia zelar pela manutenção dos espaços e papéis “naturais” de cada sexo, a fim de salvaguardar os

<sup>531</sup> “Uma pedrinha na chuteira: pugilismo olímpico feminino”. *Jornal dos Sports*, 5 de outubro de 1968, p. 6

<sup>532</sup> Sobre esse assunto, ver SOIHET, Rachel. Pisando no sexo frágil. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, janeiro de 2004, p. 15

privilégios masculinos, conforme destaca Soihet.<sup>533</sup> Portanto, ao mostrar o caráter grotesco da briga ocorrida entre Irenice Rodrigues e Maria Cipriano – comparada a uma luta livre, com golpes baixos –, bem como ressaltar as características e sons animais das atletas brasileiras – representadas como galos de briga, onças e besouros que cacarejavam, pulavam, corriam e roncavam – o artigo zombava das conquistas femininas alcançadas no terreno esportivo e, indiretamente, expunha o despropósito da participação das mulheres em espaços considerados de reserva masculina, como o futebol, o boxe e outras lutas, já reivindicada por algumas.

Outras crônicas produzidas à época permitem igualmente vislumbrar as preocupações com a subversão dos papéis de gênero no Brasil e a fusão observada entre o público e o privado. Em “A arte da paquera”, um desconhecido cronista ironizava a “invasão repentina” de mulheres no Maracanã: “daqui a pouco os maridos vão começar a ter problemas em casa para assistir seu tranqüilo joguinho dominical. Isto porque, de repente, as meninas começaram a descobrir que o Maracanã é realmente a ‘melhor paquera’ do Rio de Janeiro.”<sup>534</sup>. Profundamente incomodado com a presença feminina num território masculino – na verdade, fato comum nos estádios de futebol do país, desde os anos de 1920 – o anônimo cronista não disfarçava seu preconceito de gênero ao comentar, grosseiramente, sobre a “burrice generalizada” que invadia as arquibancadas, referindo-se às perguntas ignorantes das mulheres a respeito das cores do uniforme do Vasco, do Botafogo e do time ao qual pertenciam os homens (bandeirinhas e juízes), cujas camisas eram da cor amarelo. Ao reconhecer, com ar de superioridade, que “de futebol mesmo, elas pouco entendem”, ele constatava o “esforço” feito pelas mulheres para se “igualarem” aos homens: “a maioria já sabe, mais ou menos, até o que é impedimento”. Na visão distorcida e arrogante do cronista – reveladora do despeito e da resistência masculina à emancipação feminina –, essa era uma importante “questão de comunicação”, pois significava a busca das mulheres de se entrosarem com os filhos, maridos e namorados.<sup>535</sup>

A ocupação crescente de mulheres em espaços de reserva masculina é igualmente alvo de resistências, na crônica de Paulo Coelho Neto, intitulada “Brutalidade”.<sup>536</sup> Aturdido com o crescente fenômeno de violência entre os habitantes da “cidade maravilhosa” e seus impactos na transformação do comportamento feminino, o cronista discorria sobre as lutas livres, espetáculos denominados “Vale Tudo”. Estupefato ele dizia:

---

<sup>533</sup> Idem.

<sup>534</sup> “A arte da paquera”. *Revista do Fluminense*, n. 137, agosto 1969, p. 14

<sup>535</sup> Idem.

<sup>536</sup> COELHO NETO, Paulo. “Brutalidade”. *Revista do Fluminense*, ano VIII, n. 101-102, mar-abril de 1963, p. 1

“não sei se o leitor já foi espectador de certas lutas sangrentas, verdadeiras carnificinas, que não ocorrem nem nas planícies africanas entre os estúpidos rinocerontes, remanescentes do período quaternário. Essas cenas de ferocidade, denominadas Vale Tudo, nada mais são do que revivescência das arenas romanas, em que nem faltam as vestais, porque as moças – todas elas mães em potencial – se exibem com mais agressividade do que os lutadores, exigindo, de pé, aos gritos frenéticos e histéricos, o massacre, o extermínio, o sangue do vencido. Isso poder ser o que quiserem, menos esporte. Quando a mulher dá, em público, tão deprimente demonstração de insensibilidade, ela, por natureza, a ternura e a piedade, é por que a civilização está abalada em seus fundamentos.”<sup>537</sup>

Remetendo-se às figuras dos gladiadores da Roma antiga e da deusa Vesta, representante da castidade e virgindade feminina, a crônica associava o caráter bárbaro e brutal das lutas às representações de masculinidade, condenando, paralelamente, as mulheres que assistiam a tal espetáculo violento, vistas como histéricas. Essas iam contra a essência maternal, sensível e piedosa da mulher, considerada instinto, vocação e destino natural do sexo feminino. Para o autor, portanto, a inversão dos tradicionais papéis de gênero significava o fim da espécie humana, da civilização.

As críticas masculinas apresentadas constatavam significativas mudanças nos comportamentos femininos; um expressivo deslocamento das mulheres em direção aos lugares antes ocupados por homens, sentido como perigosa ruptura à rígida demarcação dos papéis e espaços sociais. Demonstravam, portanto, que nem todas agiam e pensavam conforme o esperado. Muitas já tinham rompido com o modelo tradicional de ser mulher, com as expectativas sociais que lhe eram impostas, evidenciando a emergência da segunda onda feminista, na qual as reivindicações pela busca da plena cidadania; pelos direitos de controle do corpo, da sexualidade e contra a violência sexual foram as principais lutas do movimento que, assim, chamava a atenção para o caráter político das questões privadas. Irenice Rodrigues, Maria Cipriano e Aída dos Santos foram exemplos disso. Não apenas elas. Leila Diniz<sup>538</sup> e outras mulheres assumiam diferentes comportamentos femininos, cada vez mais adotados por outras, conforme demonstrava Telma Musse Diuana, promotora no caso Van-Lou – famoso no final dos anos 1970 por mostrar o envolvimento e a condenação de uma mulher num crime passional.

Como torcedora e sócia do Fluminense, onde começou a praticar esgrima, tendo sido campeã da cidade do Rio de Janeiro, o perfil social de Telma Musse foi construído pela revista do clube, na seção “galeria tricolor”. Entrevistada por Helenita Hoffmann, a promotora

---

<sup>537</sup> Idem.

<sup>538</sup> Sobre Leila Diniz, ver GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz (1945-1972) In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964.... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Col As esquerdas no Brasil, vol.3), pp. 243-259

estava em evidência na época, pois tinha pedido ao júri a condenação de Lourdes e Vanderley, no caso em que ele tinha matado, com a conivência de Lou, os dois ex-namorados dela, para lavar com sangue a honra da amante. Nesse sentido, a conduta atrevida construída para Telma Musse parecia assustar seus pares, além de ameaçar e afastar os homens em geral, pois Helenita Hoffmann a descrevia como dominadora, exigente, impiedosa e temida: “quando da tribuna ataca alguém o faz com toda veemência, sem descanso, sem clemência, diremos mesmo impiedosamente. É temida pelos réus e advogados de defesa por razão muito simples: desde que está no Ministério Público, ainda não perdeu um caso.”<sup>539</sup> Assim, ao transcrever a entrevista que fez com a promotora Telma Musse, Helenita Hoffmann a apresentava como socialmente ousada, destemida e, até mesmo, nervosa e agressiva para os leitores:

“já funcionou na tribuna de defesa por mais de um ano, mas tenho a impressão que seu forte mesmo é o ataque.

Seus esportes favoritos confirmam esse seu modo de ser. Gosta de caça submarina, onde com uma arma na mão, no fundo do mar, destemidamente ataca e se defende.... Tenho a impressão que também sabe atirar. Gosta imensamente de jogar xadrez. Jogo que para a maioria é de paciência e praticado por pessoas calmas, mas que na realidade, conheço muito bem, é um jogo tipicamente agressivo e praticado nervosamente...

Tenho a impressão que na vida real se sente agredida, pois afirma que a mulher tem que estudar muito, se agarra à cultura para firmar sua posição, para ter assegurado um lugar na vida. Acha, inclusive, que a mulher é inimiga da própria mulher. Julga que principalmente os homens ainda não aceitam, realmente, a igualdade da mulher.”<sup>540</sup>

Com o objetivo de melhor distinguir os papéis normativos de gênero, sem dúvida, os atributos morais construídos para a promotora tinham coloração acentuada e explicitavam estereótipos negativos forjados para uma mulher emancipada, cuja vida social e profissional assumia, aparentemente, maior importância do que o casamento e a maternidade, ainda que não fossem incompatíveis, na realidade. Apesar das lutas feministas travadas à época, sobretudo em relação aos direitos reprodutivos, à sexualidade, ao aborto e divórcio, deve-se reconhecer a permanência de certos valores e costumes tradicionais como reação e tentativa de manter a “natural” separação e hierarquização entre homens e mulheres. Não por acaso, ao final da sua descrição, Helenita Hoffmann destacava os supostos predicados de feminilidade de Telma Musse: “pessoalmente é encantadora, jovem, bonita, alegre e expansiva. Acredita em Deus e em seu poder. Gosta imensamente de música, tanto erudita como popular. Toca violão, violino e é escritora.”<sup>541</sup>

---

<sup>539</sup> HOFFMANN, Helenita. Galeria Tricolor: Telma. *Revista do Fluminense*, ano XXIV, n. 196, mar-abril de 1979, p. 8

<sup>540</sup> Idem.

<sup>541</sup> Idem.

Outro perfil feminino também foi elaborado pela revista do Fluminense nesse ano. Mais uma vez, a personagem em questão era do meio jurídico e atleta do clube, praticante de tiro ao alvo. Seu nome era Ângela Maria da Serra Rosa, uma jovem de 25 anos. Logo no início, o autor Clovis Serra Mattos, a descreve, parafraseando a frase machista criada por Vinícius de Moraes:

“As feias que me perdoem, mas beleza é fundamental! Angela Maria da Serra Rosa confirma esse pensamento e vai mais além: não bastasse o charme dessa advogada, de apenas 25 anos, ela é tricampeã brasileira de tiro ao alvo, nas modalidades de carabina deitado e carabina de ar comprimido.”<sup>542</sup>

Depois de exaltar o charme e a beleza da atiradora, o autor afirmava que Ângela Serra era alegre e descontraída, sendo que seu interesse pelo tiro ao alvo começou por influência do pai, praticante do esporte, porém ela não o levou a sério. Somente aos 17 anos, Ângela passou a encarar o esporte com seriedade, quando soube que o Ministério da Educação e Cultura estava precisando de gente nova para representar o Brasil na modalidade. Para tanto, contou com o total apoio do pai e do noivo. Em seguida, a entrevista de Clovis Mattos ressaltava a situação da atleta no ranking e revelava suas pretensões: “hoje, Ângela é a primeira do Brasil em sua categoria, detentora do recorde da prova de carabina deitado. E promete: ano que vem, alcançará o primeiro lugar em competições mistas”. Ao final, a própria atleta ressaltava suas principais ambições e fontes de prazer na vida: “não posso viver sem o esporte e, inclusive, pretendo vender minha moto, para evitar qualquer imprevisto que me prejudique. Quando atiro, a sensação é maravilhosa. Consigo extravasar toda a loucura, toda a rotina do dia a dia.”<sup>543</sup>

Interessante notarmos estilos de vida, gostos e preferências das duas atletas enfocadas. Ambas faziam parte da elite econômica do país, fato que pode ser constatado não só pelos níveis de escolaridade alcançados, mas também pelas formas de lazer adotadas e pelos caros esportes praticados (esgrima, caça submarina e tiro ao alvo com carabina). Além disso, a jovem atiradora Ângela Serra possuía um bem incomum para mulheres, naquela época: uma motocicleta. Ia vendê-la não por motivos financeiros, mas porque o veículo poderia lhe causar danos e impedi-la de praticar seu esporte favorito, caso muito provável em caso de queda. Outro elemento de forte aproximação entre Telma e Ângela: a atração pelo perigo; a busca pela excitação e prazer tanto no lazer como nos esportes arriscados que escolheram, praticados por poucas mulheres naquele tempo e que envolviam o uso de armas longas, símbolos fálicos que remetiam à violência contra mulheres. Para Ângela e Telma, portanto, o

---

<sup>542</sup> MATTOS, Clovis Serra. “Angela, um tiro na mosca”. *Revista do Fluminense*, n. 200, nov-dez. de 1979, p. 16

porte de arma significava poder, simbolicamente representava a libertação da opressão e violência masculina. Ainda que tivessem o apoio dos entes mais próximos, Ângela e Telma, com certeza, vivenciaram cotidianamente situações sociais de preconceito e resistência por manifestarem interesses profissionais e gostos pessoais ligados à identidade masculina. Por isso, atirar era uma “sensação maravilhosa” para Ângela. Da mesma forma, a caça submarina representava a possibilidade de poder atacar e se defender para a promotora Telma Musse, atividade profissional pouco exercida pelas mulheres nos anos 70. Com a prática dos seus esportes e lazer favoritos ambas liberavam, de forma controlada e mimética, tensões, prazer, emoções e excitamentos reprimidos nas situações reais de preconceito e constrangimento vividas, conforme mostra Norbet Elias, a respeito da função adquirida pelo esporte moderno no processo civilizador.<sup>544</sup>

Com efeito, o avanço das reivindicações e conquistas femininas no mundo durante o recrudescimento da Guerra Fria gerou inúmeras reações por parte dos setores mais conservadores. Como não podia deixar de ser, essas resistências se manifestaram também no campo esportivo, sobretudo em relação às sucessivas quebras de recordes observadas no atletismo feminino mundial, nessa conjuntura. Para muitos dirigentes e médicos especialistas isso era “coisa de homem”. Dessa forma, pela primeira vez, nas Olimpíadas do México, em 1968, foram implantados os “testes de feminilidade”<sup>545</sup>, para assegurar que as competidoras eram realmente mulheres, o que causou muitos protestos, principalmente de nadadoras olímpicas. De acordo com a notícia divulgada pelo *JS*, não houve nenhuma atleta desclassificada no exame nessa competição. Contudo, mesmo sem constatar a “infiltração” de homens nos Jogos Olímpicos de 1968, apenas cerca de 700 mulheres realizaram os testes, das

---

<sup>543</sup> *Idem*, p. 17

<sup>544</sup> ELIAS, Norbert. A busca da excitação. *Op. cit.*, p. 70-71

<sup>545</sup> Cumpre ressaltar que no site do Comitê Olímpico Internacional não há nenhuma referência aos testes de feminilidade, nem aos procedimentos realizados no exame. No entanto, é possível encontrarmos hoje “regras para atletas transexuais olímpicos”, elaboradas pelo COI em 17 de maio de 2004, provavelmente como forma de “solucionar” a questão de atletas intersex, sobretudo após diferentes associações médicas e desportivas se manifestarem contra as provas de feminilidade. As resistências se deviam aos seguintes argumentos médicos: a) Síndrome de Insensibilidade ao Andrógeno: as células são incapazes de responder à testosterona produzida por testículos intra-abdominais atrofiados e, portanto, a massa muscular e a força são consideradas femininas; b) Disgenia gonadal: a presença de cromossomos XY na atleta não é capaz de gerar alterações fenotípicas vistas como masculinizantes; c) Síndrome de Turner: presença de um cromossoma XO, ausência de um cromossoma X. Além dessas alterações genéticas, as reações contrárias aos testes de feminilidade alegavam que eles não eram capazes de detectar as atletas que faziam uso de substâncias anabolizantes ou que ingeriam por via externa hormônios masculinos e, conseqüentemente aumentavam artificialmente sua massa e força muscular. Apesar da legislação esportiva do COI prever hoje a participação olímpica de transexuais, de forma diferenciada (antes e depois da puberdade), a polêmica continua, pois muitos países são contrários às cirurgias e tratamento de redesignação sexual antes da puberdade. Cf. FRANÇA, Isadora Lins. ‘Ahora, es toda una mujer: un análisis del caso Edinanci Silva en los medios latinoamericanos’. In: *Interdictiones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdictiones2.pdf>.

900 atletas inscritas. Àquelas que se negaram a submeter-se à exigida “prova do sexo” foram proscritas das Olimpíadas, segundo informou o chefe da comissão médica do COI, o príncipe belga Alexandre de Merude.<sup>546</sup> A polêmica se instalou devido à Federação Internacional de Natação, cujo presidente era o australiano Bergh Phillips, não ter concordado que suas atletas fossem examinadas por considerar o teste degradante. Como a autorização do exame dependia não só das atletas, mas também das suas respectivas federações, as nadadoras não receberam o certificado de confirmação do seu sexo por descumprirem tal exigência. Ainda que confirmasse o sigilo absoluto na condução dos testes de feminilidade, a comissão médica presente nos Jogos Olímpicos de 1968 relatava que, em caso positivo, entregava à respectiva federação da atleta o resultado constatado e um pedido para que a mesma fosse retirada da competição, sob um pretexto qualquer, com o objetivo de cumprir a medida.<sup>547</sup>

Ao final dos XIX Jogos Olímpicos do México, realizados pela primeira vez na América Latina e sob acaloradas polêmicas e manifestações políticas, a declaração do Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Esportiva, Anibal Silva e Costa, confirmava a crescente preocupação com o policiamento político do corpo e do sexo, no contexto de Guerra Fria:

“a presença de indivíduos, cujo sexo não pode ser perfeitamente definido, nas provas femininas das Olimpíadas está completamente banida e a prova é que muitas das maiores atletas que o mundo já viu ou não chegaram ao México ou, já chegadas, se negaram a submeter-se as provas para a comprovação do sexo (...) A obrigatoriedade do exame de sexo há muito já devia constar dos regulamentos olímpicos para evitar a sobrevivência dos hermafroditas no esporte. Sempre fui a favor do exame, porque existem mulheres que competem que, na realidade, são homens. Com a obrigatoriedade do exame, alguns fenômenos esportivos, como as irmãs Irina e Tâmara Press, da URSS, não compareceram ao México. O exame para a comprovação do sexo – masculino ou feminino – é simples e pode ser feito através da pesquisa de dois materiais: saliva ou sangue. Colhido o material, os cromossomas são contados. Se atingir um índice x, morfológicamente a atleta é impedida de competir entre as mulheres, já que passa a ser considerada uma anomalia.

Não se pode afirmar taxativamente que os fenômenos que surgiram na Cortina de Ferro, principalmente na URSS, fossem homens ou hermafroditas. Entretanto, é bastante sintomático que, após a obrigatoriedade da verificação do sexo, alguns fenômenos ‘femininos’ não tenham comparecido ao México e, a par disso, a URSS tenha perdido a hegemonia no atletismo feminino, que mantinha há anos”.<sup>548</sup>

---

<sup>546</sup> “Nadadoras não mostram seu sexo”. *Jornal dos Sports*, 13 de outubro de 1968, p. 8

<sup>547</sup> Idem. Convém dizer que os critérios para a verificação do sexo em competições esportivas internacionais se transformaram ao longo do tempo. No início, uma junta médica realizava uma “revisão física” da genitália. No entanto, com os avanços da genética, se tornou possível realizar uma análise laboratorial do material extraído da mucosa bucal das atletas em busca da existência de cromossomas XY. Hoje são realizados vários procedimentos, inclusive, a análise de imagens (ultrassonografia) para verificar a existência de testículos intra-abdominais nas atletas. Cf. FRANÇA, Isadora Lins. . ‘Ahora, es toda una mujer: un análisis del caso Edinanci Silva en los medios latinoamericanos’. Op. cit.

<sup>548</sup> “Olimpíadas venceram a guerra dos sexos”. *Jornal dos Sports*, 30 de outubro de 1968, p. 6

Cumprer ressaltar que os exames de feminilidade já tinham sido realizados antes, nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1967, conforme revelava a notícia publicada:

“cerca de 100 moças que vão tomar parte nas provas de atletismo, serão submetidas aos exames médicos, sob a supervisão da Dra. Shenna Guest, uma das maiores autoridades femininas em medicina no Canadá. O Dr. Max Avren, chefe geral do departamento médico dos Jogos Pan-Americanos, afirmou que tal medida é necessária, uma vez que, em recentes competições atléticas, homens atuaram em torneios reservados para moças: -‘existem homens que tem características femininas, mas que possuem energia e força de homens’, afirmou o Dr. Max Avren, aduzindo que os ludibriadores ao competir contra outras mulheres desfrutavam de indubitável vantagem, sendo que a maioria eram semelhantes sexualmente falando.”<sup>549</sup>

Segundo afirma a bióloga Anne Fausto-Sterling<sup>550</sup>, a criação dos testes de sexo pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) refletiu, na verdade, ansiedades políticas típicas da Guerra Fria, pois havia rumores de que alguns competidores pertencentes aos países da chamada “Cortina de Ferro” tentavam obter glórias para a causa comunista se disfarçando de mulheres, conforme ficava explícito na visão do médico português Aníbal Costa em relação à hegemonia do atletismo feminino, da extinta União Soviética. Para além dessa questão, a criação dos testes de feminilidade certamente evidenciava a preocupação de conter no campo esportivo o avanço dos movimentos de minorias políticas, que reivindicavam a liberdade sexual naquele contexto internacional, como feministas, lésbicas e gays.<sup>551</sup> Com efeito, a permanência da obrigatoriedade desses exames em competições esportivas internacionais, até o final dos anos 1990,<sup>552</sup> confirmava o recrudescimento da discriminação de gênero no cenário esportivo mundial por meio da vigilância política do corpo e do sexo. Mais ainda: apontava para uma nova reconfiguração das relações de gênero nessa conjuntura, onde atletas consideradas de “sexualidade duvidosa” eram (e ainda são) estigmatizadas por apresentarem sinais corpóreos “ambíguos”, sendo banidas das competições internacionais até que realizassem os procedimentos solicitados para adequação ao gênero (tratamento hormonal e cirurgia corretiva da genitália), conforme o caso da judoca brasileira Edinanci Silva, entre

---

<sup>549</sup> “Moças vão ao exame de sexo”. *Jornal dos Sports*, 22 de julho de 1967, p. 7

<sup>550</sup> STERLING, Anne-Fausto. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17-18, 2002

<sup>551</sup> Sobre a emergência de novos atores políticos nessa conjuntura, ver ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964... Op.cit., pp. 323-353

<sup>552</sup> Hoje os testes de feminilidade não são mais uma rotina. Porém, eles são realizados sempre que algum órgão da comunidade esportiva internacional suspeita da feminilidade de uma atleta, como no caso recente da atleta negra sul-africana Caster Semenya, especialista na prova dos 800 m, que fez os testes em 2011. Sobre o caso de Caster Semenya, ver WEST, Mary. “When something stands up, something stands up right besides it”. Caster Semenya and “the quiet violence of dreams”. *The Journal of diversity in organizations, communities and nations*. University of Illinois, vol.10., n.5, fevereiro de 20011.



outras atletas estrangeiras.<sup>553</sup> Vulgarmente conhecidas como “hermafroditas”, essas competidoras apagavam as rígidas fronteiras de uma ordem binária e heterossexual, enfraquecendo as afirmações sobre as diferenças sexuais<sup>554</sup>. Conforme destaca Anne Fausto-Sterling,

“o sexo de um corpo é complexo demais. Não existe isso ou aquilo. Existem nuances de diferença (...) Rotular alguém como homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo e o corpo.”<sup>555</sup>

A bióloga e feminista Anne Fausto afirma ainda que as “verdades sobre a sexualidade humana são um componente das lutas morais, sociais e políticas travadas em nossas culturas. Ao mesmo tempo, componentes de nossas lutas culturais, sociais e políticas são, em termos literais, corporificados no nosso ser fisiológico mesmo”. Por isso, ela diz que as atletas intersexuais, passíveis de serem identificadas através dos testes de feminilidade, são consideradas heréticas, pois não cabem naturalmente em classificações binárias; só o instrumento cirúrgico pode fazê-las caber. Portanto, indivíduos intersexuais que corporificam os dois sexos e contribuem para desafiar o modo como tradicionalmente concebemos a identidade sexual e de gênero – baseadas numa norma binária e heterossexual – devem ser ajustados para manter e perpetuar a desigualdade de gênero.<sup>556</sup> Assim, para Anne Fausto-Sterling, negar os usos de dualismos (pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças

---

<sup>553</sup> Para passar nos testes de feminilidade e participar das Olimpíadas de 1996, em Atlanta, Edinanci Silva realizou duas cirurgias: a orquiectomia bilateral (retirada dos testículos intra-abdominais) e a clitoridectomia (reconstrução da genitália e diminuição do clitóris, considerados maiores do que o normal e capazes de ter uma “ereção” e “penetrar” uma mulher), de acordo com o Dr. Walter Koff, responsável pelos procedimentos cirúrgicos na atleta, que ainda teve que se submeter ao tratamento hormonal para reduzir a quantidade de testosterona no seu corpo. O médico ginecologista que indicou a cirurgia para a Edinanci, Fernando Freitas, disse que a atleta tinha problemas físicos e emocionais por possuir “genitália ambígua” e, por isso, recomendou as intervenções, independentemente da sua atividade profissional e da perspectiva de participação nos Jogos Olímpicos. Porém, contraditoriamente, ele afirmou que as cirurgias foram realizadas em Edinanci Silva para deixá-la em condições de passar em dois exames de feminilidade do COI: o de existência da genitália feminina (vagina) e o de níveis de hormônio masculino até 5% do total (na judoca, a carga de testosterona era de 60%). Mesmo assim, Edinanci continua a ser XY. Dados obtidos na reportagem de JOCKYMAN, André. “Dúvida no tatame”, revista *Isto É*, 5 de junho de 1996. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/comport/139214.htm>. Sobre o caso de Edinanci Silva e as matérias sensacionalistas produzidas pela imprensa latino-americana, ver FRANÇA, Isadora. ‘Ahora, es toda una mujer: un análisis del caso Edinanci Silva en los medios latinoamericanos’. In: *Interdiciones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdiciones2.pdf>. Sobre as representações que envolvem a intersexualidade, ver LAVIGNE, Luciana. “La regulación biomédica de la intersexualidad. Un abordaje de las representaciones socioculturales dominantes”. In: *Interdiciones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009.

<sup>554</sup> FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismo em duelos”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, ci 002

<sup>555</sup> Idem.

<sup>556</sup> Idem.

opostos) pressupõe romper com os argumentos hierárquicos que entendem e explicam o mundo, tais como sexo/gênero; corpo/mente; macho/fêmea; natureza/criação, etc.

Ao compartilhar do pensamento de Judith Butler, teórica feminista para quem o corpo é um suporte material que também produz significados sociais a partir dos conceitos e pontos de vista normativos sobre sexualidade e gênero, Anne Fausto-Sterling sugere atentarmos para as discussões médicas e científicas travadas em torno da “invisível química do corpo” – impossível de ser vista a olho nu –, sobretudo em relação às categorias de hormônios sexuais, criadas no período de 1900 a 1940. Tal qual o sexo é literalmente construído, “passível de ser removido para criar órgãos genitais ‘apropriados’ em pessoas nascidas com partes do corpo que não são facilmente identificáveis como masculinas ou femininas, os hormônios se tornaram marcadores da diferença sexual”, da mesma forma, diz a bióloga.<sup>557</sup> Dessa maneira, “a descoberta do hormônio sexual ou de seu receptor em qualquer parte do corpo torna sexual aquela parte do corpo previamente neutra em relação ao gênero”. Porém, para Anne Fausto, os hormônios esteróides não precisavam ter sido divididos nas categorias sexual e não sexual; eles poderiam ter sido considerados hormônios de crescimento, afetando ampla gama de tecidos, inclusive os órgãos reprodutores.<sup>558</sup>

Com efeito, a pesquisa científica envolve um processo histórico de construção do conhecimento revelador das idéias pré-existentes sobre a diferença sexual. É nesse sentido que a bióloga se remete às concepções de Judith Butler, pois como a idéia do material já nos chega contaminada; já contém noções de gênero e sexualidade, ela não pode ser um recurso neutro sobre o qual construir teorias “objetivas e científicas” do desenvolvimento e diferenciação sexual. Assim, Butler sugere que olhemos para o corpo como um sistema que, simultaneamente, produz significados sociais e é produzido por eles, exatamente como qualquer organismo biológico sempre resulta das ações simultâneas e combinadas de natureza e criação. Para ela “os domínios da biologia, anatomia, fisiologia, composição hormonal e química, doença, idade, peso, metabolismo, vida e morte não podem ser negados”.<sup>559</sup>

A par dessas formulações teóricas, é possível compreender melhor como os papéis sociais e as capacidades físicas de homens e mulheres, bem como àqueles relativos ao comportamento sexual e ao desenvolvimento do cérebro, são permanentemente construídos em função de contextos sociais e históricos específicos, carregando consigo marcas e saberes produzidos pelas novas concepções e teorias do pensamento médico e científico. Com efeito,

---

<sup>557</sup> FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismo em duelos”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, 2002

<sup>558</sup> *Idem.*

<sup>559</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que fazem diferença*. Apud FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismo em duelos”.

o surgimento dos exames de sexo criou um novo estigma social no mundo esportivo. A partir daí, as atletas “hermafroditas”, dito melhor, intersexuais, foram rotuladas como “malformadas”, “aberrações”, “deformadas” ou “desviantes” por apresentarem cromossomas ou genitália “ambígua”. Tais atletas eram banidas das competições ou, caso quisessem continuar suas carreiras esportivas, deviam sofrer intervenções cirúrgicas para solucionar a “anormalidade” e se adequar ao sexo feminino. Essas cirurgias “normalizadoras”, algumas vezes realizadas logo nos primeiros meses ou anos de vida e, portanto, sem o consentimento dos recém-nascidos, tem sido denunciadas como mutilações genitais por movimentos GLBTI que lutam pela diversidade sexual, sendo vistas prioritariamente como “questões de gênero”, porque revelam a insistência da comunidade médica internacional de reforçar estereótipos de “feminilidade” e “masculinidade”, conforme ressalta Mauro Cabral.<sup>560</sup> Nesse sentido, o autor discorre sobre a importância de se abordar a intersexualidade como uma questão que corresponde, de maneira central, aos direitos sexuais e à diversidade corporal, sem necessidade de *medicalizar* (grifos do autor) sua ocorrência, nem mesmo transformá-la em um estado corporal objetivo ou uma etiqueta identitária igualmente objetiva. Trata-se, na verdade, de evidenciar a rigidez do sistema sexo-gênero que rege esporte, mídia e representações em geral e encarar a questão dos limites entre diferenças físicas de homens e mulheres postas pela hetero-normatividade, segundo afirma Mary West.<sup>561</sup> Ou como propõe Mauro Cabral, encarar o desafio de admitir que a diversidade é incompatível com o pensamento único<sup>562</sup>.

Com certeza, médicos e militares brasileiros estavam bastante atentos aos debates travados por seus coetâneos no campo esportivo, a partir da criação dos testes de feminilidade em plena Guerra Fria, sobretudo em relação às suspeitas de “hermafroditismo” que pesavam sobre algumas comunistas do atletismo feminino, da antiga URSS. Embora o médico português Aníbal Silva e Costa Machado não pudesse comprovar “cientificamente” a crença dominante de que as irmãs Press fossem “homens disfarçados de mulheres para obter ganhos para a causa comunista”, para ele e outras autoridades esportivas a simples ausência dessas atletas nas Olimpíadas do México, realizadas em 1968, era um forte indício dessas desconfianças. Como o Dr. Max Avren disse, tratava-se de “homens com características femininas, mas que possuíam energia e força de homens”. Dessa forma, a criação dos exames de feminilidade, com o objetivo de banir a sobrevivência de atletas “hermafroditas”,

---

<sup>560</sup> CABRAL, Mauro. “Presentación”. In: *Interdicciones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdicciones2.pdf>

<sup>561</sup> WEST, Mary. “When something stands up, something stands up right besides it”. Caster Semenya and “the quiet violence of dreams”. Op. cit., 2011

<sup>562</sup> CABRAL, Mauro. “Presentación”. Op. cit., 2009

contribuiu para o recrudescimento da discriminação de gênero no espaço esportivo brasileiro e, até mesmo, para sua reconfiguração. Talvez, inclusive, seja possível especular que as polêmicas travadas em torno dos testes de sexo tenham servido de argumento para validar a inclusão de novas modalidades esportivas proibidas às mulheres brasileiras, em 1965, como o rugby, halterofilismo, baseball, lutas, futebol de praia, de salão e pólo aquático, vistos como espaços de reserva masculina e, quem sabe, reduto de “hermafroditas”, de acordo com as dúvidas e desconfianças do pensamento dominante.

Nesse sentido, não é difícil entender porque alguns fenômenos esportivos do atletismo feminino brasileiro, como Irenice Rodrigues, assumiram significado subversivo num cenário marcado por descobertas científicas e forte polarização ideológica. Assim como os movimentos de contracultura pregavam a liberdade sexual, o uso de drogas, a paz e o amor, o fim do racismo e da guerra do Vietnã, sendo reprimidos por contraporem-se aos valores e costumes moralistas da sociedade de consumo capitalista, as atletas que desafiavam padrões de comportamento feminino ou concepções rígidas e dualistas de sexualidade, identidade sexual e gênero, eram alvo de suspeita, vigilância e censura política. Num mundo cercado por vários tipos de contestações, medos, receios e dúvidas, seus corpos materializavam transgressões, lutas e resistências às diferentes formas de dominação e exclusão.

Mesmo com as novas restrições esportivas impostas à prática esportiva feminina durante a ditadura militar, não foram poucas as diferentes formas de participação e subversão articuladas por mulheres dos segmentos populares, como demonstra a notícia publicada sobre o futebol feminino, jogado na praia por empregadas domésticas, da zona sul da cidade. Sob o título “o futebol depois da louça lavada” a reportagem de Mara Caballero, do *Jornal do Brasil*, mostrava um grupo de mulheres que formaram dois times de futebol: Flamengo Futebol e Regatas e Botafogo Futebol Clube.<sup>563</sup> Com partidas realizadas sempre às terças-feiras, “a intenção era apenas se divertir”, frisava a matéria:

“elas começam a chegar em grupo. Alguns torcedores estão sentados nos degraus que dão para a praia, mas a maioria continua a sambar na calçada ao som da charanga ‘Lua Cheia’. Lurdinha, mais conhecida por bip-bip, explica a hora tardia (mais de 11 h da noite): - ‘No caso de algumas, a janta é servida muito tarde. Eu chego cedo porque tô desempregada. Moro, atualmente, na casa onde minha irmã, Lili, trabalha.’”<sup>564</sup>

Lurdinha, Lili e Maria Machado – assim chamada porque era muito autoritária – eram irmãs e fundaram, com Beth (“Fio Maravilha”) e Conceição, os dois times de futebol. Muito

---

<sup>563</sup> CABALLERO, Mara. “Futebol depois da louça lavada”. *Caderno B, Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1976, p.4

embora a repórter Mara Caballero afirmasse que a intenção era apenas se divertir e que elas não tinham opinião definida sobre o feminismo, algumas mostravam sua consciência de gênero, dizendo: “Homem não pode ficar sempre na frente, né?” ou “É, eu gosto de fazer algumas coisa que homem faz!”.<sup>565</sup> Em seguida, a reportagem destacava: “o futebol de praia não faz parte de nenhum movimento de liberação das domésticas do Leblon e as manifestações da torcida se dirigem muito mais às qualidades físicas e estéticas das jogadoras do que às suas virtude esportivas”. Porém, ao contrário do que dizia a matéria, não era somente o prazer que interessava; elas igualmente buscavam sair do anonimato e do cotidiano opressivo através da criação de formas alternativas de organização, conforme afirma Rachel Soihet, a respeito do carnaval carioca como modalidade de participação popular.<sup>566</sup> Ao praticarem o futebol de praia – modalidade esportiva ainda não reconhecida pela FIFA, naquele momento – elas abriam espaços e se integravam, inscrevendo sua presença no cenário público, extremamente restrito às formas livres e populares de manifestação coletiva, naquele período. Esse desejo foi confirmado pela necessidade de possuírem uniformes adequados e, assim, competirem com outros times formados por mulheres das camadas populares:

“comprar jogos completos de camisas para os dois times é a grande preocupação: ‘- Enquanto o time todo não tiver camisa igual, não fica legal!’. Uniformizadas como convém – ‘o dinheiro está sendo arrecadado’ – poderão jogar contra o time de mulheres da Rocinha e, depois, com as meninas do Aterro do Flamengo. Os contatos estão sendo feitos por Beth, a Fio Maravilha.”<sup>567</sup>

Ao adotarem apelidos famosos de jogadores da época, arrecadarem dinheiro e buscarem contato com outros times femininos de futebol organizados, elas demonstravam seus anseios por reconhecimento, liberdade e igualdade, ainda que a reportagem enfatizasse o caráter desprezioso e improvisado dos jogos, de forma pejorativa, às vezes. Nesse local de sociabilidade e lazer, a ordem repressiva vigente cedia lugar ao potencial transformador e transgressor presente nas partidas através de inúmeros elementos: das batucadas, dos carros que chegavam buzinando, do samba que fervia na calçada, nos passos das jogadoras – muitas delas passistas –, na alteração das regras do jogo e na frequente interrupção das partidas. Apesar do seu caráter lúdico, a seriedade também se manifestava nos jogos disputados, como evidenciava uma passagem da reportagem, na qual Neusa, em vez de jogar descalça, como

---

<sup>564</sup> CABALLERO, Mara. “Futebol depois da louça lavada”. Caderno B, *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1976, p.4

<sup>565</sup> Idem.

<sup>566</sup> SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998

<sup>567</sup> CABALLERO, Mara. “Futebol depois da louça lavada”. Caderno B, *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1976, p.4

fazia, usava chuteira de lona para proteger o dedão do pé machucado e continuar na partida. Evidentemente, a subversão de regras e tradições era clara. Algumas jogadas, então, eram inventadas, conforme expressava um anônimo fã e torcedor: “- certas minúcias das regras não podem ser exigidas. Quando cobram um lateral, ao invés de usarem as duas mãos, elas utilizam uma espécie de ‘saque de voleibol’”<sup>568</sup> Porém, tal fato não comprometia o empenho de “Luisão Pereira”, Ecléia, Lecy, Josiane, Gilda Paula e Jaqueline, responsáveis por jogadas que animavam a assistência. No entanto, em alguns momentos, os juízes enfrentavam dificuldades para impor limites aos comportamentos nada esportivos de alguns torcedores e algumas jogadoras. Numa determinada partida, o juiz aparentemente deu um cartão vermelho para expulsar um português, apaixonado pela jogadora Lecy, que entrou no campo durante o jogo para abraçá-la. Em outra, foi necessário advertir uma jogadora que tinha parado para descansar e fumar um cigarro. Logo depois, o jogo foi interrompido novamente porque algumas atletas correram em direção a um rapaz que entrou triunfante em campo: era João Carlos, juiz preferido das jogadoras, que já estava solto. Ele tinha sido preso e levado no camburão, “com bola e tudo”, por jogar vôlei em local proibido.<sup>569</sup>



Moças jogando futebol no RJ

Não faltavam também provocações e outros tipos de ocorrências entre elas. Na partida relatada pela repórter Mara Caballero, a goleadora Josiane acabou se contundido e desmaiou. Imediatamente, foi carregada para fora do campo por alguns rapazes que logo se candidataram a massagistas. O desmaio de Josiane despertou a inveja e o ciúme de Maria Gilda que, proibida de jogar pelo marido, não se conteve e exclamou: “- Isso é puro chilique!.

---

<sup>568</sup> CABALLERO, Mara. “Futebol depois da louça lavada”. Caderno B, *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1976, p.4

Todo jogo ele dá uma desmaiada...” Após 30 minutos, a partida se encerrou, empatada num honroso 6x6. Na volta para casa, a disputa se resolveu na voz e no pé: quem cantasse mais alto o hino do clube e sambasse melhor vencia a partida.<sup>570</sup>

Outra reportagem, dessa vez publicada no jornal O Globo, em 11 de abril de 1976, também retratou o futebol de praia das domésticas do Leblon. Na mesma linha da matéria anterior, destacavam-se os jogos “de brincadeira”, realizados nas noites de terça e quinta-feira, diante de um público que, a cada dia, ficava maior. Elas entravam em campo com a camisa do Flamengo ou com uma camiseta qualquer sobre o maiô, pois não tinham uniforme ainda. O campo era a praia do Leblon, ao final da Avenida Delfim Moreira, muito clara com a nova iluminação instalada. As partidas nunca começavam antes das 23h, já que as empregadas domésticas tinham que servir o jantar, tirar a mesa e deixar a cozinha em ordem.<sup>571</sup> A partir dessas informações, podemos constatar as péssimas condições de trabalho as quais essas mulheres pobres estavam submetidas. Normalmente, a jornada de trabalho diário era superior à doze horas, sendo que essas mulheres deviam dormir no emprego e possuíam folga apenas um dia na semana, conforme o costume naquele tempo.<sup>572</sup> Mesmo assim, ainda encontravam disposição para jogar futebol e voltar tarde para a casa das suas patroas. Dependendo do ânimo das jogadoras, as partidas duravam até 3h, “com interrupções a todo instante e ao menor pretexto”. E tinham um público fiel. Como não havia regras estritas, os times entravam em campo com qualquer número: 8, 11 e, até mesmo, 14 jogadoras, conforme os dias de folga das domésticas no trabalho. Ademar de Oliveira, que realizava um curso de arbitragem, era o juiz das partidas. Geralmente, ele fazia uma preleção às jogadoras. Avisava que não podiam fumar e nem responder às piadas dos espectadores. A advertência tinha motivo: não raro, a platéia fazia chacotas com as moças; às vezes, as brincadeiras eram bastante grosseiras, demonstrando o preconceito de gênero que imperava na época em relação ao futebol feminino. Porém, afirmava a reportagem: “elas não dão muita importância; como nos estádios, são estrelas e é aquela a sua noite de glória”.<sup>573</sup> Por fim, a matéria deixava claro outras discriminações que pesavam sobre essas mulheres, ao enfatizar os apelidos que algumas tinham, como o da moça chamada de “planeta dos macacos”.<sup>574</sup>

---

<sup>569</sup> Idem

<sup>570</sup> Idem.

<sup>571</sup> “Mesa tirada, rumo à praia para o futebol”. *O Globo*, 11 de abril de 1976, p. 18

<sup>572</sup> Sobre a desigualdade entre mulheres nas práticas domésticas cotidianas que expõem e reproduzem modos perversos de exploração entre classes, raças/etnias, gerações, etc., ver COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC, v.7, n.1-2, 1999, pp.23-36

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> Idem.

Iniciado o processo de resistência democrática, articulado por amplos setores da sociedade civil brasileira<sup>575</sup>, paulatinamente, as restrições impostas à prática esportiva feminina foram abolidas durante o período de abertura política. Através da Deliberação 10/1979, o Conselho Nacional de Desportos baixava as novas instruções para as entidades desportivas no país e revogava a Deliberação 07/1965. Porém, refletindo o gradual processo de distensão política no Brasil, o futebol feminino somente seria legalizado em março de 1983, por meio da Deliberação 01/1983, que regulamentou as normas básicas do esporte em território nacional. Para seguir demonstrando como a violenta realidade da ditadura civil-militar afetou especialmente mulheres desportistas, adiante analisaremos os relatos orais de algumas atletas.



Delma Gonçalves, “Pretinha”,  
atacante da seleção brasileira de futebol em 2000



Miraíldes Maciel, “Formiga”, meia-direita da seleção brasileira,  
Olimpíadas de 2004.

---

<sup>575</sup> Acerca dessa conjuntura, ver ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura. Op. Cit.*, pp. 321-353



## *4.2 Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras*<sup>576</sup>

Eliane Pereira de Souza é uma atleta negra da natação brasileira, especialista no nado de peito. Nascida em 1 de julho de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, filha de Wilson Pereira, motorista da Petrobrás, e Georgina Pereira, teve uma infância pobre ao lado de 4 irmãos. Depois de morar numa favela localizada na barreira do Vasco, começou a praticar a natação na piscina da escola pública “Edmundo Bitencourt”, existente na ladeira do Tuiuti, em São Cristóvão, onde morou por muito tempo. Por imposição do avô, que “não queria deixar a gente ficar na rua o dia inteiro”<sup>577</sup>, Eliane e seus irmãos estudaram e deram as primeiras braçadas na piscina daquela escola. Avistada por um técnico de natação do Clube de Regatas Vasco da Gama, Eliane foi levada para o clube, com 9 anos. Posteriormente, já como atleta do Vasco, ela e seus irmãos receberam bolsas de estudo que lhes possibilitaram sair da escola pública para ingressar em escolas privadas, localizadas também no bairro de São Cristóvão. Perguntada sobre como foi seu ingresso na escola e no esporte, Eliane Pereira destacou o papel fundamental da natação na sua vida e de seus irmãos, pois foi através desse “ganha pão”, como ela mesma reconhece, que tiveram uma relativa ascensão social e melhoraram nos estudos, sendo que Eliane, para se dedicar ao esporte, nunca trabalhou até casar, com 19 anos, e concluir o curso de Educação Física na UERJ. A continuidade e perseverança nos treinamentos, apesar das dificuldades financeiras e dos incontáveis preconceitos sofridos, a tornaram campeã carioca e brasileira, aos onze anos. Logo depois, Eliane integrou a seleção brasileira de natação. Nos Jogos Pan-Americanos de 1967, realizados em Winnipeg (Canadá), obteve o 4º lugar nos 100 m nado de peito, com apenas 14 anos. Posteriormente, já como atleta do Fluminense Futebol Clube, ela participou dos Jogos Pan-Americanos de 1971, em Cáli (Colômbia), conseguindo também o 4º lugar na mesma prova.

Mesmo tendo representado o Brasil em duas edições dos Jogos Pan-Americanos, sua história na natação é pouco conhecida no país. Atualmente, com 56 anos, ela continua competindo como atleta master. Contudo, recentemente, Eliane Pereira ainda vivenciou um novo drama. Depois de sofrer um acidente, se tornou deficiente visual, participando dos Jogos Parapan-Americanos do Rio, realizados em 2007, quando conduziu a tocha olímpica na cerimônia de abertura e obteve o 4º lugar. Como veremos, sua história de vida se insere entre

---

<sup>576</sup> Essa parte do capítulo constitui a mesma versão de um artigo publicado na revista *Estudos Feministas*, UFSC, vol. 19. n.3, set-dez de 2011, pp. 911-930

<sup>577</sup> Eliane Pereira de Souza, entrevista concedida à autora, em 21/10/2008

dois acontecimentos-chaves. Num primeiro momento, foi pontuada pelas amarguras e discriminações que enfrentou, já na infância, de outras nadadoras, técnicos e dirigentes esportivos por ser negra e pobre. Assim, sua autopercepção e reconhecimento, seu pertencimento e exclusão, devem ser vistos como elementos marcantes das relações de poder e prestígio, constituídas nas figurações entre *estabelecidos e outsiders*, sejam elas de gênero, classe, etnia, sexualidade ou nível educacional, segundo adverte o sociólogo Norbert Elias.<sup>578</sup> Afinal, sua inserção no mundo esportivo se deu numa modalidade majoritariamente dominada por atletas brancos, oriundos das classes média e alta, em tese menos afetada pelas diferenças de gênero. Nesse sentido, sua trajetória pode ser considerada exemplo de uma “biografia desviante” (ou de uma “outsider”) pois, de acordo com Giovanni Levi, revela-se contrária ao comportamento de um grupo e permite identificar o que seria mais freqüente, bem como as possibilidades latentes de um indivíduo.<sup>579</sup>

Com efeito, o depoimento de Eliane Pereira nos revela como seus projetos, sua carreira, memória e identidade social foram, desde o início, forjados nos interstícios de uma dupla *estigmatização*<sup>580</sup> que, fincada no entrecruzamento dos conflitos, das tensões e hierarquizações de classe e raça/etnia, acabava por atravessar e recobrir sua identidade e consciência de gênero no passado. Porém, como os fenômenos de identificação social nunca são fixos, mas contínuos, fluídos e transitórios, podemos perceber, num segundo momento, um outro ponto de ruptura na história de vida dessa esportista, fundamental no trabalho de reconstrução de si mesma e de seu lugar social como atleta no presente. Refiro-me à nova fronteira de alteridade interposta e transposta no cotidiano difícil que Eliane enfrenta hoje como deficiente visual. Portanto, conforme observaremos, sua memória está circunscrita num horizonte temporal delimitado pela rememoração e eternização dos não-lugares das exclusões e hostilidades, ou seja, pela sua resistência e sujeição diante das discriminações vividas no passado e pela angustiante busca de se perceber hoje também como atleta para-olímpica.

Este aspecto surge quando Eliane se recorda da experiência traumatizante nos Jogos Pan-Americanos de 1967, em Winnipeg, quando foi abandonada – desmistificando o ideal de sororidade entre as mulheres – pelas outras atletas brancas da natação brasileira, em um shopping center, sozinha, sem saber falar o inglês e com apenas 14 anos:

---

<sup>578</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 200, p.19-50

<sup>579</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. Op. cit. p. 179-180

<sup>580</sup> O estigma social é imposto pelos grupos de mais poder e prestígio a outros indivíduos e grupos, vistos como inferiores. “Em muitos casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos “inferiores” se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores. Mas este

“Comecei a chorar, chorar, chorar... Queria ir embora, não queria competir, não queria mais nada... Foi por isso que eu, agora, não fiz força nenhuma para ir as Paraolimpíadas (de Pequim). Eu lembrei muito do Pan-americano. Lá eu era pequena e agora eu sou deficiente. Fiquei com medo, entendeu? Então não fiz mesmo, não fiz força para conseguir o índice da Para-olimpíada. Fiquei com medo de chegar lá, de me largarem lá sozinha. Não é nem a língua ‘japonesa’... Eu fiquei com medo porque agora eu não enxergo. Por isso eu não quis ir. Já pensou? Eu lembrei do passado... No passado eu enxergava. E agora? Não, não....”<sup>581</sup>

Assim sendo, segundo nos alerta Gloria Anzaldúa, devemos estar atentos aos espaços intersticiais da diferença, construídos nos entre-lugares de identidades híbridas, isto é, nos limites imprecisos e em permanente deslocamento das múltiplas referências identitárias.<sup>582</sup> Com efeito, suas diferenças identitárias, sentidas de forma tão dilacerante, são evidenciadas em vários momentos da entrevista. Quando indagada sobre seu início na natação brasileira, Eliane Pereira respondeu:

“Logo assim que eu comecei a ingressar no Clube de Regatas Vasco da Gama, eu tinha nove anos, né, era pequena... a gente sente muito também, porque devido a cor, a gente é um pouquinho, como se diz é tem o negócio de preconceito, né? Então eu lembro que quando eu fiz 11 anos, eu competi o primeiro campeonato brasileiro, lá em São Paulo, no Corinthians, era muito negócio de preconceito... Chegando lá, foi até eu e minha irmã competir lá, nunca me esqueço, na hora que eu vou para a raia, todo o mundo era claro, branco, a única negra era eu, a arquibancada todinha só me xingava: - tira essa crioula daí! O que ela tá fazendo aí? Tira essa negra daí! Quer dizer se fosse nessa época, podia até botar as pessoas na polícia. Mas naquela época não tinha nada disso. Eu cheguei na raia chorando. Nunca esqueço, chorando mesmo. Só que parecia que aquele dia era meu. Aquele dia era meu! (bati muito na mesa) Tinha uma menina do lado, uma loirinha lá, gauchazinha, há mais de cinco anos que ninguém tirava o primeiro lugar dela. Pois eu ali tirei o primeiro lugar dela. Conclusão: quando eu ganhei essa menina, que todo mundo já conhecia, a arquibancada todinha em vez de me xingar, me aplaudiu, me botou lá em cima. Eu nunca esqueci. Então depois desse dia, desse preconceito que eu sofri, que eu senti, aí eu nunca mais... eu nunca mais senti nada! Eu sabia que era duro, era duro pra mim ir em frente, mas *eu com força e garra, eu quis, eu quero nadar, quero nadar, fui nadando, nadando até..*”<sup>583</sup>

Nessa passagem, podemos perceber como as mágoas e os (res)sentimentos provocados pelos estigmas sociais (de classe e raça) sofridos por Eliane desde criança serviram como fonte de força e estímulo para que seguisse nos seus propósitos de continuar nadando e construir uma carreira esportiva, apesar dos momentos de hesitação, dúvidas e conflitos que, possivelmente, vivenciou em função das inúmeras rejeições e humilhações de que foi alvo. Nesse sentido, é preciso considerar como a raiva recalçada, a indignação e o orgulho ferido

---

processo pode fazer surgir também a contra-estigmatização em uma batalha na qual o equilíbrio entre os diferenciais de poder vai se reduzindo aos poucos”, cf. ELIAS, Norbert. *Op. cit.*, p. 24-25

<sup>581</sup> Entrevista concedida à autora, em 21/10/2008

<sup>582</sup> COSTA, Claudia de Lima e ÁVILA, Eliana. “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o ‘feminismo da diferença’”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.3, 2005, p.691-703

<sup>583</sup> Entrevista concedida à autora, 21/10/2008

marcam a sua memória ainda no presente, ao mesmo tempo que lhe possibilitaram forjar laços de identidade e um projeto de vida no passado. Conforme assinala Pierre Ansart, é preciso compreender e explicar como o ressentimento se manifesta, a quais comportamentos serve de fonte, que atitudes e condutas inspira, consciente ou inconscientemente.<sup>584</sup> Com efeito, seu desejo de permanecer nessa modalidade esportiva, bem como os laços de identidade e solidariedade étnica, criados com algumas atletas negras de outras gerações (principalmente com as mulheres do atletismo, por exemplo, Aída dos Santos), se consolidaram à medida que ela experimentava novas situações de abandono e discriminação no meio elitista da natação, vejamos:

“não to dizendo que fiquei só nos risos não, eu chorava muito, chorava muito mesmo. Tinha uma competição, a Luso Brasileira, quando eu fui para fora, pois elas me largaram sozinha lá, porque a natação não era muito unida igual ao atletismo, no atletismo as pessoas já são mais de cor... Então quando eu viajava com todo mundo, eu era bem menor do que elas, né do que a Aída. Então eu ficava muito com elas, não ficava com o pessoal da natação. Porque o pessoal da natação, nessa competição, elas queriam que eu empatasse com a outra, que eu não ganhasse da outra que tava lá. Aí eu fui correndo no pessoal do atletismo contar esse lance. Aí a Aída e Odete falaram: - “nós vamos estar lá e você vai ter que ganhar”. Minha luta sempre foi assim...”<sup>585</sup>

Mais adiante, Eliane deixa claro também sua luta e obstinação, no seio da própria família, para permanecer na natação:

“quando a gente já tinha assim, tipo dezessete anos, a minha irmã já tinha saído (da natação), então ela foi trabalhar, e a minha mãe queria que eu fosse trabalhar, eu falei que não, eu não queria trabalhar, eu queria continuar na natação. Aí eu estudava e nadava, estudava e nadava”<sup>586</sup>.

Muito provavelmente, ao perceber o sofrimento que nadar representava para seus filhos atletas, além das elevadas despesas de custeio nas viagens internacionais, a mãe de Eliane tentou dissuadi-la a não se empenhar tanto na carreira, embora frisasse que os filhos deveriam continuar praticando outro tipo de esporte. Porém, diferentemente de sua irmã, Eliane continuou na natação, mesmo reconhecendo que sua convivência com nadadoras e técnicos de natação “não era muito boa”. Numa passagem da entrevista, ela afirmou sua luta incessante para vencer as competições: “nunca podia ganhar de tão pertinho, eu só conseguia as coisas se ganhasse na distância... se eu ganhasse de pertinho quem iria era a outra”. Estabelecendo uma

---

<sup>584</sup> ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 21-22

<sup>585</sup> Entrevista concedida a Claudia Farias, 21/10/2008

<sup>586</sup> Idem

comparação com as ferrenhas disputas olímpicas atuais, vencidas na maioria das vezes “na batida de mão”<sup>587</sup>, Eliane deixou claro que, na sua época, só conquistava o primeiro lugar se sua diferença para a segunda colocada fosse grande, isto é, bem visível aos olhos do público e juízes. Caso contrário, corria o risco de ver o prêmio passar para as mãos de suas concorrentes brancas, muitas, inclusive, filhas de diretores de clubes, conforme destaca na entrevista.

Além dessas situações, a nadadora narrou seu esforço para ingressar e permanecer na seleção brasileira, pois o técnico da seleção, Carlos Roberto Pavel, afirmava, com insistência, não existir negros na natação devido aos seus ossos serem muito pesados para a água e, portanto, Eliane deveria praticar o atletismo – reconhecido como um “esporte de negros” –, onde teria mais sucesso. Quando indagada sobre sua reação a esse episódio, ela afirmou, batendo na mesa: “Mas eu não quis saber, eu não quis saber. Eu queria fazer natação, eu queria ser nadadora, entendeu? Então eu não dava ouvidos a isso, a essas coisas. Eu nunca dei ouvidos a nada que viesse com esse negócio de preconceito em cima de mim...”<sup>588</sup> No entanto, em outros momentos da entrevista, de forma contraditória e fugidia, Eliane lembrou seu sentimento de inferioridade, de baixa auto-estima, quando tomava conhecimento das reações de antipatia que suscitava, entre as mães das outras competidoras, ao vencer as disputas:

“toda vez que minha irmã sentava na arquibancada ela me dizia que escutava das senhoras atrás, as mães de outras meninas, sei lá : - ‘não sei o que é que aquela neguinha tem que ela consegue’. Essas coisas ela (sua irmã) contava para mim e eu ficava meio para baixo, né?”<sup>589</sup>

Mais adiante, lembrando sua passagem como nadadora do Fluminense, onde ganhou o apelido de “bananada”, ela disse:

“Eu só nadava no frio quando o técnico me oferecia bananada... eles morriam de rir de mim... Não sei porquê... Eu era assim toda diferente, muito infantil, entendeu? Eu sempre ia risonha, muito assim humilde no jeito de falar. Confiava muito nos outros. Eu era muito simples. Não era para eu ser igual a elas. Eu era muito simples mesmo.”<sup>590</sup>

Conforme nos alerta Norbert Elias, em relação aos aspectos sociológicos presentes na conformação de identidades pessoais, também devemos levar em conta o peso que tais imagens depreciativas têm sobre indivíduos/grupos *outsiders*, principalmente crianças, e como marcam sua auto-imagem e autoconfiança em épocas posteriores:

---

<sup>587</sup> Esta expressão é usada pelos comentaristas esportivos para designar uma disputa onde o vencedor é o nadador que, por uma diferença de centésimos de segundos, bate primeiro a mão na borda da piscina.

<sup>588</sup> Entrevista concedida à autora, 21/10/2008

<sup>589</sup> Idem

“assim como, costumeiramente, os grupos *estabelecidos* vêm seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.”<sup>591</sup>

Portanto, ao elaborar um sentido orientado e ascendente para sua trajetória esportiva, Eliane parece negar e/ou interiorizar, em algumas passagens da sua narrativa, as exclusões vivenciadas, bem como “esquecer” os limites que lhe foram impostos por esse desequilíbrio de forças e as possibilidades perdidas na sua carreira em função desses estigmas sociais. Ao ser indagada na entrevista sobre os motivos da sua não convocação para as Olimpíadas de 72, a atleta destacou que os dirigentes da natação brasileira, na época, não conduziram nadadoras para competir individualmente; só levariam a equipe feminina de revezamento, com quatro nadadoras, desde que conseguissem o índice olímpico estipulado para a competição. Como duas nadadoras do Flamengo não conseguiram o índice, Eliane, apesar de ter obtido a marca, afirmou, categoricamente, não ter ido às Olimpíadas de 72 somente por causa disso. Contudo, entrevendo que os verdadeiros motivos de sua não convocação seriam outros, fui pesquisar a composição da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de 1972, realizados em Munique (Alemanha), e constatei a participação de 3 nadadoras brancas em provas individuais, sendo que a atleta Christina Bassani Teixeira, uma das principais adversárias de Eliane Pereira no nado de peito, foi a representante do Brasil nos 100 e 200 m peito.<sup>592</sup>

Devemos ressaltar aqui o contexto interno de autoritarismo no qual se insere este evento esportivo. Possivelmente, para evitar a explosão de (res)entimentos e ódios recalcados numa nova disputa, os dirigentes militares preferiram não levá-la como representante do Brasil numa Olimpíada, ainda mais que o episódio anterior de abandono, vivido nos Jogos Pan-Americanos de 67, já havia provocado a “repreensão” das nadadoras que a deixaram sozinha num shopping center, dada por um brigadeiro, chefe da delegação brasileira, segundo relatou Eliane. Mais uma vez, cabe a pergunta: até que ponto os regimes autoritários e/ou fascistas favorecem ou não a exteriorização das insatisfações, dos ódios e (res)entimentos sociais? É possível afirmar, conforme sugere Pierre Ansart, que o regime democrático, ao contrário dos regimes absolutistas e autoritários, possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, de

---

<sup>590</sup> Idem

<sup>591</sup> ELIAS, Norbert. *op.cit.*, p. 28

<sup>592</sup> Cf. dados obtidos em COB. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004

dar-lhes um certo direito de expressão, nos limites da lei, e favorecer a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões?<sup>593</sup>

As ambiguidades e contradições encontradas na narrativa de Eliane Pereira nos permitem dizer que ela, ao relembrar determinados períodos da sua vida pública, decidiu esquecer outros, provavelmente, ligados aos traumas e recalques experimentados no passado, na tentativa de forjar um significado consistente, afirmativo e heróico para sua trajetória esportiva no presente que, não raramente, ressalta os episódios de abnegação, coragem, superação e resignação vividos. Estabelecendo uma comunicação comigo e consigo mesma no transcurso da entrevista, ela discursivamente constrói um ponto de vista sobre si e sobre os acontecimentos vividos que contribui para seu autoconhecimento, sua autoexplicação e autojustificação, conforme nos sugere Alejandra Oberti<sup>594</sup>, num esforço contínuo de elaborar, até mesmo de forma terapêutica, sua reconciliação com o passado e sua redenção no presente. Neste sentido, é possível compreender o trabalho de *enquadramento da memória*<sup>595</sup> que Eliane Pereira realiza não só através da visão retrospectiva e prospectiva que apresenta da sua vida, mas também a partir das representações de si construídas no momento da narrativa. Apesar de algumas variações destacadas, a lógica presente na estruturação da sua memória liberta sua história de vida, carente do devido reconhecimento, da exclusão e do confinamento simbólico que lhe foram impostos. Ao mesmo tempo, estabelece um sentido exemplar para sua trajetória esportiva, na medida em que a apresenta de forma coerente e compreensível para si e os interlocutores com os quais deseja dialogar e garantir uma identificação no presente.

A partir dessas primeiras reflexões, podemos agora examinar a carreira esportiva de Aída dos Santos – atleta negra, do salto em altura –, que também viveu os dramas da estigmatização de classe e raça. No entanto, sua trajetória se diferencia em muitos aspectos da carreira da nadadora Eliane Pereira, como veremos a seguir.

Nascida em 1 de março de 1937, Aída dos Santos viveu uma infância muito pobre; conheceu a fome e a miséria desde cedo no Morro do Arroz, em Niterói. Seus pais – o pedreiro Praxedes e a lavadeira Adalgisa – eram analfabetos e não tinham condições de sustentar a família constituída por 6 filhos. Como tiveram que trabalhar, desde cedo, para

---

<sup>593</sup> ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *op. cit.*, p. 28

<sup>594</sup> OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica em los relatos de mujeres que participaron em las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera, LORENZ, Federico e PITTALUGA, Roberto. *Historia, memória e fuentes orales*. Buenos Aires: Cedinci Editores, 2006

<sup>595</sup> Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp 3-15

ajudar no sustento da casa, os irmãos de Aída nem concluíram o primário. Apenas Aída concluiu o curso superior em Educação Física na UFRJ, embora tardiamente, pois em 1956, com 19 anos, ela ainda cursava o ginásio na escola técnica Aurelino Leal, perto da sua casa. Lá sempre praticava o voleibol, seu esporte predileto. Aos domingos, Aída costumava pegar carona na bicicleta da vizinha Vilma para ir ao ginásio do Caio Martins. Vilma treinava atletismo e queria que a amiga aderisse ao esporte. Mas Aída sempre preferia cooptar outras jovens para jogar vôlei com ela. Não eram muitas, mal dava para formar um time. Num domingo, Aída ouviu um ultimato: “se não tiver gente para jogar voleibol, você vem treinar atletismo. Ou vai voltar a pé para casa”, ameaçou Vilma.<sup>596</sup> Naquele dia, como não conseguiu formar uma equipe de vôlei, Aída cumpriu a promessa que fez para a amiga. O resultado foi surpreendente: Aída com poucas instruções que recebeu na hora, saltou 1,40m – apenas 5 cm abaixo do recorde estadual.<sup>597</sup> Ali começaria sua história no atletismo, na modalidade de salto em altura, esporte que lhe trouxe reconhecimento e prestígio, mas também muitas humilhações, sofrimentos e angústias vivenciados pela tripla discriminação enfrentada ao longo da carreira (de gênero, classe, raça), além da resistência e violência do próprio pai, que várias vezes bateu nela e a impediu de sair de casa para competir.

Num trecho da entrevista ela contou seu início conflituoso no esporte, quando foi convidada a participar de uma competição pelo técnico da amiga Vilma:

“um mês depois eu fiz uma competição chamada ‘Rubens Espozel’ no clube Fluminense de Niterói. Quando eu falei para o meu pai que ia competir ele não deixou que eu fosse. Então não sai de casa. Mas a competição não se realizou porque teve um temporal. Na nova data da competição, minha colega Zu, foi na minha casa pedir ao meu pai para eu assistir ela competir. Ai eu fui, pulei 1,60 m, ganhei todas as competidoras que já vinham do Botafogo, Vasco e Flamengo. Isso foi no final de 57. Saiu até no jornal. Então quando eu cheguei em casa e mostrei a medalha ao meu pai, ele falou assim: - ‘você trouxe, ganhou dinheiro’? Eu falei não e ele disse: - ‘medalha não enche barriga de ninguém não’! Ele me bateu e falou: - ‘pobre tem que trabalhar para ajudar a sustentar a casa!’”<sup>598</sup>

Este aspecto é extremamente relevante para compreendermos a trajetória de Aída dos Santos, suas diferenças e pontos de contato em relação à carreira da nadadora Eliane Pereira. Quando começou a competir Aída já tinha 20 anos, ao contrário de Eliane, que viveu seus dramas no esporte, dos 10 aos 20 anos, aproximadamente. Porém, diferentemente de Eliane Pereira, que não enfrentou grandes resistências da família, Aída não podia contar com a ajuda nem da mãe e dos irmãos para conter a violência do pai:

---

<sup>596</sup> VALPORTO, Oscar. *Atleta, substantivo feminino*. Vinte mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 51

<sup>597</sup> Idem, p. 51



“mamãe era submissa ao papai. Se ele falasse que era ferro, era ferro. Se ele falasse que era pedra, era pedra. ‘- Tem que obedecer ao marido. O seu pai não quer que você faça então não vai fazer. Primeiro que você é mulher. Quem tem que praticar esporte é homem!. E depois tem que trabalhar para ajudar no sustento da família’. Então eu não tinha incentivo nem de pai, nem de mãe, nem de irmão. Eles nunca foram assistir eu competir.”<sup>599</sup>

Em que pesem as discriminações de raça e classe enfrentadas por ambas, Aída dos Santos lutou ainda contra o preconceito de gênero, não só manifestado pelos pais, como também pelo seu namorado e amigas, em função de praticar uma modalidade reconhecida pela sociedade como violenta e masculina, não apropriada ao “sexo frágil”, ao contrário da natação<sup>600</sup>. Na entrevista, ela relatou as dificuldades encontradas durante os 17 anos de namoro que teve com o seu atual marido, com quem se casou somente após encerrar a carreira esportiva, em torno de 1972:

“Ele via sair no jornal assim: ‘Brasil vai viajar’. Aí ele me perguntava: - ‘você vai viajar outra vez?’. E eu dizia: - ‘não, não acredita nesses jornais não’. Então várias vezes ele chegava lá em casa no dia da minha viagem e mamãe dizia: - ‘já foi para o aeroporto’. Teve dia dele chegar no aeroporto, pegar a minha mala e dizer que eu não ia viajar. Ele puxava minha mala para cá, puxava para lá. Quando tinha oportunidade, ele pegava minha mala e saía correndo dentro do aeroporto. Ele não queria, não queria, toda vez que eu vinha ele dizia: - ‘acabou o namoro, acabou o noivado!’ Ele falava isso no aeroporto, na lancha... Eu dizia: você não pode acabar o noivado comigo na lancha; você tem que ir na minha casa falar com o meu pai e minha mãe. Eu falava sempre isso pra ele.... Aí ele sumia um mês, um mês e meio, depois ele voltava e fazíamos as pazes”.<sup>601</sup>

Mais adiante ela afirmou, quando indagada se o namorado ia às competições: “quando eu insistia muito ele ia de cara feia, mas nem ficava ali na hora. ‘- Você me viu saltar?’ Ele falava: - ‘não, na hora que você estava saltando eu fui dar uma voltinha lá fora.’”<sup>602</sup>

Utilizando-se de várias estratégias combinadas, como a dissimulação e o confronto direto com o pai; o consentimento e a sedução com o namorado, Aída mostrava seu contrapoder para subverter a seu favor a dominação masculina que, de forma paradoxal, negou às vezes existir com relação às atitudes do namorado Miguel.<sup>603</sup> Dessa forma, administrando ambiguidades, tensões e conflitos na vida privada, Aída resistiu e praticou o atletismo dos 20

---

<sup>598</sup> Aída dos Santos, entrevista concedida à autora, em 1/12/2008

<sup>599</sup> Idem

<sup>600</sup> O atletismo só deveria ser praticado pelas mulheres desde que preservados certos limites e distâncias, pois acreditava-se que os choques constantes com o solo poderiam ocasionar danos irreparáveis ao aparelho reprodutor feminino. O salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo eram proibidos, de acordo com a legislação produzida pelo Conselho Nacional de Desportos, durante o Estado Novo.

<sup>601</sup> Aída dos Santos, entrevistada pela autora em 1/12/2008

<sup>602</sup> Idem.

aos 34 anos. Foi atleta do Vasco da Gama e, posteriormente, do Botafogo. Obteve a medalha de bronze nas edições dos Jogos Pan-Americanos de 67 e 71 – competições em que Eliane Pereira também participou –, ficou em 4º lugar nas Olimpíadas de 64 (Tóquio) e em 20º lugar nas Olimpíadas de 68 (Cidade do México), entre outros resultados conseguidos. Ao contrário de Eliane Pereira, que praticamente encerrou a carreira na natação aos 20 anos, quando casou e teve filhos, Aída só se casou aos 33 anos, após encerrar a carreira esportiva, sendo que seu primeiro filho nasceu quando ela tinha 36 anos (no total, Aída teve 3 filhos). Essas peculiaridades, provavelmente, contribuir am para reforçar ainda mais a suspeita de masculinidade que pesava sobre ela por praticar o atletismo, vejamos:

“eu tinha muita considera o com uma amiga minha, muita, muita e depois quando eu comecei a fazer esporte eu senti que ela se afastou de mim. Aí fui a ela e conversei, o que foi? Ela foi sincera comigo e falou: - ‘você esta praticando esporte, meu pai falou que você   sapat o e não quer que eu conviva mais com você’.”<sup>604</sup>

Assim, rompendo com o ideal de pureza racial e superando a tripla discrimina o que sofriam as mulheres do atletismo negras e pobres – entre elas Wanda dos Santos e Deise Jurdelina –, Aída alcançou o quarto lugar no salto em altura nas Olimpíadas do Japão, numa delega o onde o restante dos atletas era apenas de homens.<sup>605</sup> Em seu relato, a atleta contou suas angústias e as enormes barreiras encontradas para estabelecer o  ndice olímpico<sup>606</sup> ainda no Brasil, bem como os problemas na viagem e na competi o, desde a falta de técnico e material necessário para os treinos até a dificuldade de comunica o numa terra estrangeira. Na entrevista, deixou claro o preconceito e descaso da própria delega o brasileira, mas também a solidariedade recebida do atleta cubano, Lazaro Betancourt, que a orientou dando dicas para melhorar seu rendimento e conseguir material.<sup>607</sup> Mesmo com a ajuda externa, a atleta competiu sem os sapatos adequados nas eliminatórias da modalidade. O fato não impediu que fosse para a final, mas Aída torceu o p . Ao inscrever no seu corpo as marcas da sua luta e resistência, Aída dos Santos conquistou o 4º lugar na modalidade de salto em altura

---

<sup>603</sup> Para maiores informa es sobre os conceitos de igualdade e diferença de gênero e raça, suas interdependências, contradi es e paradoxos, ver SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n.1, 2005, pp. 11-30

<sup>604</sup> Aída dos Santos, entrevista concedida   autora, 1/12/2008

<sup>605</sup> Para maiores informa es sobre a participa o dessas atletas nos Jogos Pan-Americanos, ver FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho 2007, pp. 34-38

<sup>606</sup> Numa entrevista dada ao repórter esportivo Oscar Valporto, Aída contou que os dirigentes militares exigiram que ela saltasse o sarrafo mais três vezes para confirmar a altura de 1.65m ( ndice olímpico na época), já atingida por ocasião de um torneio realizado no começo de 1964. No depoimento ela afirmou: “estava na cara que eles não queriam que eu fosse aos Jogos Olímpicos”. VALPORTO, Oscar. *op. cit.*, p. 54

<sup>607</sup> Este fato pode ser interpretado como um rompimento com o pensamento binário do movimento feminista, que colocava numa eterna oposi o homens e mulheres, até os anos 70, ocultando as articula es com outras categorias sociais como classe, raça/etnia, gera o, religião, etc.

– a melhor performance individual da delegação brasileira em Tóquio.<sup>608</sup> Resguardadas as especificidades e as potencialidades de cada existência em virtude das suas múltiplas diferenciações sociais, deve-se lembrar que, em sua trajetória esportiva, Aída dos Santos conviveu ainda com a pobreza extrema e a violência do pai – para quem esporte era “coisa de rico” – e com uma rotina que incluía treinos exaustivos e os trabalhos como lavadeira e faxineira para ajudar a família.

Posteriormente, nos Jogos Pan-Americanos de 1967 (Winnipeg) e nas Olimpíadas de 1968, realizadas no México, Aída também foi a primeira mulher brasileira a competir no pentatlo – prova do atletismo onde se conjugam o arremesso de peso, salto em distância, salto em altura, corrida de 200 m e 800 m rasos –, obtendo o 20º lugar. Cabe destacar, que a performance foi conquistada em plena vigência da ditadura militar, quando esta modalidade ainda se encontrava na lista dos esportes proibidos para as mulheres, desde a regulamentação do decreto lei de 14 de abril de 1941. Sobre a competição de 1967, Aída lembrou que saiu do Brasil para competir apenas no salto em altura, mas que chegando lá foi convocada pelos dirigentes militares, mesmo sem ter treinado, a competir no pentatlo, porque não havia nenhuma mulher brasileira nesta modalidade.<sup>609</sup> Como conseguiu o 3º lugar nesta prova, um ano depois, nas Olimpíadas do México, Aída dos Santos representou o Brasil na modalidade do pentatlo. Portanto, suas excelentes performances no atletismo acabaram por significar uma espécie de “empoderamento”, lhe permitindo galgar posição e prestígio no campo esportivo brasileiro, ao mesmo tempo que fazia surgir também a contra-estigmatização em uma batalha na qual o equilíbrio entre os diferenciais de poder vai se reduzindo aos poucos, conforme afirma Norbert Elias.<sup>610</sup>

As singularidades das trajetórias apresentadas se tornam reveladoras quando permitem entrever as estratégias, posições, performances e os deslocamentos diferenciados dessas duas atletas durante o auge das suas carreiras, vivido entre a década de 1960 e o início de 1970. A despeito dos estigmas de raça e classe sofridos por Eliane e Aída, devemos levar em conta o peso diferenciado destes sobre a vida de cada uma delas e como influíram sobre suas condutas, ações e percepções de si mesmas. Afinal, se Aída dos Santos também vivenciou o preconceito de gênero, ao contrário da nadadora Eliane Pereira, não devemos esquecer que ela praticou o atletismo – esporte majoritariamente dominado por negros – já na fase adulta e,

---

<sup>608</sup> Aída dos Santos, entrevista concedida à autora, 1/12/2008. Cumpre ressaltar que, durante muito tempo, esta foi a melhor colocação individual de uma mulher brasileira em Olimpíadas, ultrapassada apenas nas Olimpíadas de Pequim, realizadas em 2008.

<sup>609</sup> Idem

<sup>610</sup> ELIAS, Norbert. Op. cit., p.24-25

portanto, a rede de relações de identidade e solidariedade étnica que conseguiu formar ao longo da sua carreira, mesmo entre atletas homens, provavelmente, foi maior e mais coesa, contribuindo para minimizar o desequilíbrio de forças existente. Não foi por acaso que Eliane Pereira, ainda criança e desprovida dessa rede de relações identitárias na natação, procurou muitas vezes amparo entre as mulheres mais experientes e de “cor” do atletismo, segundo ela mesma reconheceu na entrevista – fato confirmado também por Aída dos Santos. Assim sendo, conforme sugere o sociólogo Pierre Bourdieu, ao invés de analisarmos um esporte de forma independente, deve-se compreendê-lo também em seu *aspecto relacional* no conjunto das práticas esportivas, reconhecendo seu *valor distintivo*, a posição que ele ocupa no espaço dos esportes.<sup>611</sup>

As questões aqui analisadas podem servir de base para refletirmos também sobre os posicionamentos críticos e as possibilidades de ação dessas duas atletas, ao longo de suas carreiras, diante das estruturas coercitivas. Enquanto Eliane Pereira reprimiu e silenciou seus ressentimentos e mágoas, muitas vezes interiorizando as imagens depreciativas que lhe eram impostas, Aída dos Santos, logo após o episódio de abandono e solidão vivido nas Olimpíadas de 64, parece ter decidido falar a imprensa sobre o ocorrido em Tóquio:

“teve umas declarações, me chamaram até para Brasília para falar com o ministro. Eu não sei nem quem era em 64. Eu soube que vários dirigentes falaram, que perguntaram aos dirigentes se tudo que eu falei era verdade. Os dirigentes respondiam nem que era verdade, nem que era mentira. Falavam assim: - ‘se Aída dos Santos falou... Aída dos Santos não é uma pessoa de mentir, é uma pessoa séria.’ Porque eles foram questionados, porque eu dei declaração como era tratado o atleta do Brasil na Olimpíada, que não tem material, não tem técnico, não tem dirigente, que eu comprezi sozinha, aquela coisa toda. Foi isso que aconteceu. Mas eu falei, não vou mentir...”<sup>612</sup>

Evidentemente, Aída resolveu falar depois de sentir uma brecha aberta pela sua excelente performance em Tóquio, quando, inclusive, foi convidada para estudar na Califórnia por um técnico americano. Como ela mesma afirmou, após o resultado obtido, “fiquei conhecida no Brasil inteiro, as portas se abriram para mim”. Contudo, posteriormente, às vésperas das Olimpíadas de 72, realizadas em Munique, a convocação de Aída, tida como certa, não ocorreu. Perguntada sobre os motivos envolvidos no seu corte da delegação olímpica, Aída mencionou a entrevista concedida na época no programa Flávio Cavalcante, quando disse, mais uma vez, “toda a verdade” ocorrida nas Olimpíadas de Tóquio. Provavelmente, com o recrudescimento do regime militar no Brasil, Aída dos Santos foi punida por expor na televisão as agruras vividas naquele evento esportivo. Neste sentido,

---

<sup>611</sup> BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 208

parece que, por caminhos diversos, tanto Aída quanto Eliane Pereira não participaram das Olimpíadas de 72, em virtude dos dirigentes militares temerem, respectivamente, a explosão violenta de atitudes afirmativas e ódios recalcados. Logo depois, ambas encerraram suas carreiras esportivas, dedicando-se como professoras de Educação Física.

\*\*\*\*\*

De acordo com Silvia Salvatici, a história oral e a história das mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesse. Ambas foram produzidas (ao menos no que se refere à sua disseminação mais ampla) pelos movimentos sociais e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 60. Nelas, o estágio inicial foi dominado pela idéia de resgate de uma história oculta. Nessa perspectiva, o encontro fomentou uma espécie de contaminação recíproca, que afetou ambos os campos, o da investigação e o da metodologia.<sup>613</sup>

Com o objetivo de demonstrar a fertilidade surgida do contato entre essas abordagens, apresentei as trajetórias de mais duas atletas negras: Eliane Pereira de Souza e Aída dos Santos, praticantes, respectivamente, da natação e do atletismo. Estes testemunhos femininos permitiram investigar como diversas relações sociais de poder – principalmente as de gênero, classe e raça/etnia – se combinaram, se deslocaram e se materializaram no *campo esportivo*<sup>614</sup> brasileiro, entre as décadas de 60 e 70, na medida em que, além de praticarem distintas modalidades esportivas, essas atletas pertenciam a diferentes gerações<sup>615</sup> e possuíam condições de classe bastante singulares. Ao cotejar as entrevistas entre si e com outras fontes documentais, verifiquei também como se configurou uma *consciência de gênero*<sup>616</sup> entre elas muitas vezes atravessada e, até mesmo, obscurecida pelas diversas contradições e diferenciações sociais, sem desconsiderar, entretanto, conforme afirma Pollack, que a própria

---

<sup>612</sup> Aída dos Santos, 1/12/2008

<sup>613</sup> SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, jan-jun de 2006, p. 29-31

<sup>614</sup> Acerca desta noção como espaço de lutas e poder, v. BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: *A economia das trocas simbólicas* (1992) e BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. In: *Questões de sociologia* (1983)

<sup>615</sup> Para um maior esclarecimento sobre a utilização e a limitação do conceito de "geração" como critério "periodizante", v. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org.). *Uso e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

<sup>616</sup> Cf. PERROT, Michelle. "Sair". *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 279-316

construção da memória e da identidade, tanto individual quanto coletiva, também não está isenta de mudanças, de negociações.<sup>617</sup>

A partir dessas narrativas femininas foi possível, portanto, perceber seus pontos de aproximação, divergências e ambiguidades, bem como as zonas de sombra, as reticências, omissões, os ressentimentos e os esquecimentos que caracterizam as fontes orais. Tais testemunhos nos possibilitam ainda entrever a pluralidade de táticas femininas adotadas diante das violências e desigualdades – as confrontações, os consentimentos e/ou contra-poderes –, ou seja, a diversidade de experiências que traçaram as carreiras dessas atletas, seus projetos e esforços para ingressarem e permanecerem num campo significativamente marcado pelo recrudescimento da hierarquização de gênero. Para tanto, foi fundamental articular à problemática da identidade e memória um outro elemento: a noção de *projeto*, formulada por Gilberto Velho. De acordo com o antropólogo, nas sociedades marcadas pelas ideologias individualistas, a noção de biografia é fundamental:

“a trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do sujeito psicológico, que passa a ser a medida de todas as coisas. Neste sentido, a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos, etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada.”<sup>618</sup>

Dessa forma, é a memória de um indivíduo – suas visões retrospectivas e prospectivas – que dá consistência à biografia e que possibilita a elaboração de projetos. Isto é, “na constituição da identidade social dos indivíduos... a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais”.<sup>619</sup> Contudo, segundo nos sugerem Bourdieu e Gilberto Velho, o historiador deve ter em mente que o projeto é resultante de um horizonte de possibilidades no qual está inserido o sujeito; ele é dinâmico e permanentemente reelaborado, pois depende das relações objetivas conscientes ou não estabelecidas entre os indivíduos, os grupos e a sociedade. Sendo assim, entendendo o *campo esportivo* como um espaço social de lutas e poder; tensões e conflitos, através dessas memórias femininas reconstruí as experiências de algumas atletas brasileiras ao longo de uma conjuntura marcada por uma ditadura civil-militar e pelo acirramento da discriminação de gênero.

---

<sup>617</sup> Idem, p. 200-212. Cumpre ressaltar que o “outro” aqui não será exclusivamente o homem, mas também a mulher, na medida em que ela será entendida nas suas múltiplas referências de identidade.

<sup>618</sup> VELHO, Gilberto. *Memória, identidade e projeto*. Uma visão antropológica. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 95, out-dez 1988, p. 123

<sup>619</sup> Idem, p. 123

### *Soraia André: uma judoca “japonegra”*

Nascida na periferia da zona norte de São Paulo, em nove de agosto de 1964, Soraia André é a filha mais velha de Israel Laércio André e de Neide de Jesus. No total, são cinco irmãos; uma das filhas é do primeiro casamento de seu Israel. O pai de Soraia foi ajudante de mecânico e feirante; a mãe, empregada doméstica. Como ela mesma disse na entrevista “era uma menina pobre, sem perspectiva de vida. Se alguém me visse naqueles anos, não ia apostar em nada... Minha mãe saía de casa para trabalhar e nós ficávamos um cuidando do outro, os mais velhos cuidando dos mais novos... Uma família praticamente pobre, sem ter o que comer. Muitas vezes, passando privação...”<sup>620</sup> Seu cotidiano na infância foi vivido entre os estudos numa escola pública e as brincadeiras de rua: amarelinha, pega-pega e esconde-esconde. As pessoas diziam que Soraia era uma “moleca”. Dentro de casa, ela gostava de ouvir música, sobretudo Elis Regina: “quando você não tem o concreto, você tem que fazer uso da imaginação e brincar, eu falo que eu brincava de viver”. Depois de fazer o primário e o ginásio, fez o colegial em eletrônica. Apesar de reconhecer que o curso de eletrônica não serviu para nada – “não sei trocar uma lâmpada” –, a ex-atleta falou que o fez por “desafio”, demonstrando sua insatisfação com a condição feminina na época: “eu gosto muito das coisas proibidas, principalmente quando falam que é proibido para as mulheres. Na minha sala só tinha duas ou três mulheres. Aí eu tenho o diploma, é proibido, mas eu consigo aprender”.<sup>621</sup>

Ao ser indagada sobre como se interessou pela prática do judô, Soraia falou que tudo começou com uma brincadeira. Como gostava de poesia e música, frequentemente rimava as palavras. Na época, ela queria ganhar um gravador de presente de natal. Para poder pedir o aparelho para o pai, ela simplesmente rimou gravador com judô. Assim contou:

“eu tinha que rimar, porque eu adorava. Eu gosto muito de música, então eu vou rimar judô. Pedi. Eu nunca tinha visto isso. Nunca tinha visto esse esporte. Não sabia como era, não sabia nem se existia, mas eu ousei pedir. Eu quero um gravador. Como a gente não articula esse final de “dor”, eu rimei com judô. Aconteceu assim...”<sup>622</sup>

Ainda que Soraia não soubesse da existência desse esporte, da roupa usada, nem como era praticado, deixou escapar que “não acreditava em coincidência”. Desconfiada do sentido dessa frase, perguntei se ela não conheceu alguma criança que praticasse judô. Diante da sua negativa e instigada por essa “estranha coincidência”, indaguei como seu pai reagiu perante

---

<sup>620</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009.

<sup>621</sup> Idem

<sup>622</sup> Idem.

essa decisão inusitada e “casual”. Então, ela lembrou da influência inconsciente exercida por ele

“meu pai tentou fazer boxe e até começou com o Edér Jofre, mas não passava. Ou trabalhava ou fazia. Então eu acho que ele já trazia no inconsciente que queria lutar ou, pelo menos, ter um filho ou uma filha que lutasse. Quando eu falei que queria fazer, ele foi o primeiro a dizer: ‘- vai fazer judô!’ E minha mãe falou: -‘não vai fazer judô! ‘Você vai virar homem’ e coisas do tipo. Eu não vejo muita diferença da minha mãe e o Decreto que tinha que proibia, né? Minha mãe não tinha muito conhecimento, não tinha essa letra toda, porém tinha o mesmo pensamento dos legisladores da época.”<sup>623</sup>

De certo modo, os antigos interesses e as frustrações pessoais do pai constituíram um horizonte formativo para Soraia André; um horizonte de possibilidades para a filha de seu Israel. Não por acaso, as outras irmãs de Soraia também tentaram praticar alguma luta – capoeira e caratê –, embora sem afinco. O único filho homem da família tentou futebol, mas acabou não se identificando com a prática do esporte, assim como as outras três irmãs. De todos, Soraia André foi a única que persistiu, talvez movida pelo precoce e incansável desejo de ultrapassar as barreiras existentes para as mulheres. Afinal, o judô feminino era uma modalidade esportiva proibida em 1976 – ano em que ela ingressou na Associação Judô Imirim, localizada na zona norte de São Paulo, aos doze anos. Lá percebeu que era muito diferente das outras mulheres, da comunidade de japoneses. As orientais que ali praticavam o judô o faziam como caminho de vida, misturando filosofia, religião e artes marciais; “cultuavam seus ancestrais”, como falou Soraia. Para fazer parte da Associação e iniciar seus treinamentos, Soraia aprendeu a falar japonês, alisou o cabelo, além de incorporar os princípios e tradições da cultura japonesa inerentes à prática do judô. Sobre esse aspecto, ela lembrou:

“praticar judô foi para mim uma luz no fim do túnel, só que eu tive um preço muito alto a pagar, porque eu tinha que ter comportamentos ditos normais. Não podia gostar de samba, não podia ter meu cabelo ao natural, então foi um preço muito alto, mas eu vi que era uma luz; eu tinha certeza muito grande que através daquilo ia conseguir sair da margem e ter acesso pelo menos à educação, a cultura. Foi um preço que acabei pagando. Imagina você estar num lugar e as pessoas começarem a olhar para o seu cabelo e comentar alguma coisa, a querer tocar seu cabelo como se você fosse um bicho ou uma pessoa estranha? Ficava mais parecida com o tipo que queriam que eu fosse. No começo eu era negona, depois passei a ser neguinha, mulata e de cor. Então, a sociedade acabou me embranquecendo. Ou você é branca e faz judô ou se for negra, não tem acesso... Então, eu tive que aprender, eu falava japonês, tinha que me comportar como uma gueixa. Meu apelido era ‘japonegra’ e até gosto. Eu gostava muito disso, me custou alguns anos de terapia depois, mas isso é outro capítulo que você não deve me perguntar. Então, era um significado mesmo, uma luz no fim do túnel, você abraça isso e ponto final!”<sup>624</sup>

---

<sup>623</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009.

<sup>624</sup> Idem.



Como é possível perceber, a narrativa de Soraia André é perpassada por ambiguidades e deslocamentos temporais. A consciência e compreensão dos problemas que a prática do judô inicialmente representou para a conformação de sua identidade pessoal é fruto de sua memória contemporânea, ou seja, foi elaborada com o tempo e construída durante o processo terapêutico pelo qual precisou passar na fase adulta, depois de ter conquistado seu principal objetivo na vida: obter reconhecimento e ascensão social com o esporte. Sem dúvida, seu obstinado desejo de ingressar e permanecer no judô “para sair da margem” orientou conscientemente suas escolhas, atitudes e comportamentos na adolescência, a ponto de realizar várias transformações para fazer parte de uma comunidade de japoneses e se parecer com uma “gueixa”. Sendo assim, ela foi agente da própria história de vida e, portanto, sua suposta inocência e vitimização são improváveis, ao contrário do que deixou transparecer na entrevista. Não por acaso, a ex-atleta reconheceu que gostava de seu apelido “japonegra”. Na verdade, uma síntese do que Soraia precisava aparentar e de como isso repercutiu na sua identidade. Em outra frase, ela afirmou saber que o judô significava “uma luz no fim do túnel” e exclamou: você abraça isso e ponto final! Conforme destaca Maurice Halbwachs,

“desde que a criança ultrapasse a etapa de vida puramente sensitiva, desde que ela se interesse pela significação das imagens e dos quadros que percebe, podemos dizer que ela pensa em comum com os outros, e que seu pensamento se divide entre o conjunto das impressões todas pessoais e diversas correntes de pensamento coletivo. Ela não mais está fechada em si mesma, pois que seu pensamento comanda agora perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só a vaguear seus olhares; entretanto, ela não saiu de si, e, para abrir-se a essas séries de pensamentos que são comuns aos membros de seu grupo, não está obrigada a fazer o vácuo em seu espírito, porque, por alguma forma e sob alguma relação, essas novas preocupações vindas de fora interessam sempre o que chamamos aqui o homem interior, quer dizer não são inteiramente estranhas a nossa vida pessoal”.<sup>625</sup>

Mesmo tendo consciência do que escolheu fazer para não sucumbir aos preconceitos e continuar firme no seu propósito, essa lembrança ainda hoje é extremamente delicada e complexa para Soraia – “um capítulo que eu não devia lhe perguntar”. De alguma forma, a recordação desse momento é vivida com pesar e parece remetê-la para um sentimento de “negação” da sua origem e identidade social, dito melhor, para a negociação que precisou estabelecer no passado, com o intuito de realizar seu plano de existir no mundo. Com efeito, segundo destaca o antropólogo Gilberto Velho,

“o projeto manifesta-se em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do Outro. Sobretudo, é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivo. Existe, fundamentalmente, como meio de

---

<sup>625</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. *Op.cit.*, p.62

comunicação, maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo”.<sup>626</sup>

Portanto, ao reprimir e tentar dissimular seus conflitos, constrangimentos, comportamentos e ascendência, a judoca “pagou um preço muito alto”, demonstrando o peso que isso representou para a conformação da sua identidade. Afinal, uma adolescente negra e pobre querer fazer judô entre japoneses de diferentes gerações era algo inédito, muito estranho. Assim, seu esforço de ser aceita num grupo social discriminador e excludente, mas que dominava a prática de um esporte oriental proibido às mulheres, se materializou no corpo e foi sentido por Soraia como vital, a despeito das contradições e conflitos vivenciados. Talvez, a única forma percebida por ela para não repetir a história do pai, que desistiu do boxe porque tinha que trabalhar e sobreviver. Esse aspecto foi confirmado quando eu na entrevista comentei que o judô impôs limites para ela e também abriu caminhos. Então, ela respondeu:

“impôs um limite durante um tempo. Era isso ou você se cala e faz, né? Eu digo que era um corpo vendido, o que meu corpo podia dar resultado, eu tinha que estar muito bem, ser forte, ter garra, ter tudo aquilo que eles cantam: - ‘é preciso ter força, é preciso ter raça, ter gana sempre!’... Então eu vivia com esse mantra... Então a dor, eu não encarava muito a dor, porque tinha que ter um objetivo e eu sabia que era certo que eu ia conseguir um lugar ao sol.”<sup>627</sup>

Um ano após o fim das restrições para a prática esportiva feminina, Soraia André foi uma das atletas que formou a primeira equipe de judô feminino do Brasil, no Campeonato Mundial, realizado nos EUA, em 1980. Integrou a seleção brasileira de 1980 até 1992. Aos 16 anos, junto com Solange e Tina – as melhores judocas brasileiras, na época –, ela já tinha sido campeã brasileira em duas categorias. Mas, ao chegar no seu primeiro campeonato mundial, a surpresa foi muito grande. Soraia lembrou essa experiência assim: “foi um choque, as mulheres treinavam como nós víamos os homens treinar aqui. – ‘Meu Deus, o que é isso???’ Muitas já eram faixas pretas e foi chocante. Deu medo... Não via a hora de voltar para o Brasil”, disse ela, entre muitos risos. Ao se referir à defasagem física e técnica que existia entre as competidoras brasileiras e as judocas estrangeiras, dos países onde o esporte não era proibido às mulheres, Soraia André contou que a classificação se resumiu ao tempo máximo que conseguiam suportar uma luta, não raro muito curto. Algumas vezes, só permaneceram no tatame trinta segundos. Quando indaguei sobre sua colocação ao final da competição, ela relatou rindo muito: -“Viva...Eu saí viva!”. A ex-atleta se lembrou, inclusive, que uma companheira de equipe levou na bagagem uma tipóia, já prevendo que seu braço fosse

---

<sup>626</sup> GILBERTO VELHO. Memória, identidade e projeto. *Op. Cit.*, p. 125

<sup>627</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009.

quebrado pelas adversárias. Apesar de ser campeã absoluta, na categoria peso-pesado, Soraia era faixa verde, uma cor que praticamente identifica os iniciantes e vem bem antes da faixa preta.

Logo depois, Soraia André começou a trabalhar no banco Itaú. O patrocínio conseguido junto ao banco permitiu que prosseguisse nos treinamentos e nos estudos. Assim, ela fez faculdade de Educação Física e Pós-graduação. Hoje é funcionária da prefeitura de Santo André e ocupa o cargo de gerente de difusão esportiva. Transmitiu seus ensinamentos na ginástica e no judô em muitas escolas do município. Apesar de ter conquistado projeção social e reconhecimento com o esporte, Soraia não esqueceu os adversários que teve pela frente. Sua mãe foi um deles. Mas Dona Neide resistiu apenas até o momento em que a filha ficou famosa como lutadora. Soraia, então, aparecia na imprensa e televisão. Construiu uma casa para a família e conseguiu mostrar à mãe que tinha chegado lá, apesar de tudo e de todos que encontrou no caminho. Muitos deles, companheiros da seleção brasileira de judô masculino. Afinal, Soraia André viveu a transição nesse esporte, momento em que os atletas do judô ainda estranhavam as judocas treinando com eles, participando de competições pelo país e mundialmente. Quando ela e Mônica Angelucci (categoria “ligeiro”) integraram a primeira equipe de judô feminino da delegação brasileira, nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, eram apenas 35 mulheres representando a delegação feminina, de um total de 170 atletas.<sup>628</sup> Apenas duas judocas, entre 7 atletas do judô masculino. Aurélio Miguel era um deles. Nessa edição das Olimpíadas, ele ganhou a medalha de ouro, na categoria meio-pesado. Ainda que o esporte já fosse permitido às mulheres, as resistências foram muitas, inclusive, no interior da própria Confederação Brasileira de Judô (CBJ), como contou Soraia:

“No começo os homens do judô não aceitaram muito: -‘o que essas mulheres estão fazendo aqui???’”. Estava todo mundo perdido, tanto nós quanto eles. Era tudo misturado, nosso treinamento era junto com os homens... Nosso técnico dizia que os homens só podiam treinar com as mulheres depois de ficarem cansados, depois da sétima ou oitava luta que eles.. Treinavam com as mulheres para descansar. Era uma relação muito esquisita porque ninguém sabia o que estava fazendo ali, nem a gente, nem eles, nem os técnicos. Eu tinha dezesseis anos quando entrei para a seleção: -‘que mundo é esse?’. Os meninos não gostavam, falo meninos, mas eram homens. Aurélio Miguel e companhia. Porque era assim: -‘o que essas mulheres estão fazendo aqui?’. E nós também: -‘o que estamos fazendo aqui?’<sup>629</sup>

Com efeito, Soraia André lembrou, de forma recorrente, as tensões e conflitos de gênero enfrentados. Esse fato proporcionou às judocas uma forte coesão entre elas,

---

<sup>628</sup> Cf. COB. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Op. cit., p. 332 e 354

minimizando outras diferenças sociais existentes, agravado ainda mais pela ausência de mulheres como técnicas. Só recentemente o judô feminino teve uma técnica.<sup>630</sup> Sobre isso relatou:

“quando nós conquistamos esse espaço de sermos uma seleção brasileira, nós ficamos muito unidas, bem unidas mesmo. A gente trocava muita correspondência, conversava muito. Eu tenho uma amiga, a Mirian, ela fez parte da seleção também, é minha amiga até hoje. São trinta anos de amizade, muito harmônico, muitas coisa construídas, porque nós sofremos juntas e o sofrimento acaba unindo...”<sup>631</sup>

O tratamento diferenciado dado aos homens e mulheres da seleção brasileira de judô, por parte da Confederação, evidenciou-se, tão logo as primeiras competições internacionais femininas ocorreram. “Na hora de competir o técnico ficava mais ao lado dos homens, porque achava que ia ter medalha. A torcida era maior”, disse Soraia. E continuou: “nos levavam porque não tinha jeito... Mas se pudessem fazer opção levavam dois homens em uma categoria e nenhuma mulher, optavam sempre por dois homens ou se tinha verbas, vamos levar os homens”. Essa discriminação se revelou também por parte da sociedade brasileira, em geral. Quanto a esse aspecto, Soraia falou da suspeita de masculinidade que pesava sobre ela, sobretudo porque era muito musculosa, tinha cabelo curto e andava sempre suada. Como vivia treinando e trabalhando, Soraia não tinha tempo para a vaidade e namorar, fato que aumentava a desconfiança de homens e mulheres, inclusive de jornalistas: “músculo está associado ao homem, como se as mulheres não tivessem músculos, né? E musculosa é masculina...”.<sup>632</sup> Assim, a judoca demonstrava ter consciência dos estereótipos de gênero construídos que a identificavam como masculina. Fato confirmado quando ela falou sobre as cobranças que existem sobre uma atleta:

“nós somos educadas para desempenhar determinados papéis sociais e aí você começa a ir na contramão disso, de tudo... Eu não tive muito tempo para aprender a bordar, fazer crochê, eu hoje sei fazer. Eu acredito que nós comportamos o masculino e o feminino nas nossas características... Mas eu não tinha muito tempo para desenvolver esse padrão social de ser mulher, que é um padrão social.”<sup>633</sup>

A forma preconceituosa com a qual era tratada e as discriminações da Confederação Brasileira de Judô permaneceram mesmo após o fim da ditadura no país e com as conquistas das medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis, em 1987. Soraia André

---

<sup>629</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009.

<sup>630</sup> Sobre a escassa participação das mulheres como técnicas e dirigentes no esporte brasileiro, ver GOMES, Euza Maria de Paiva. *A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Quartet/FAPERJ, 2008

<sup>631</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009.

<sup>632</sup> Idem.

<sup>633</sup> Soraia André, entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2009

assim recordou: nós conseguimos um total de 5 medalhas, 2 de ouro. Mas foram 3 medalhas de ouro masculina. Aí falavam: os homens superaram as mulheres. Se alguma coisa mudou foi imperceptível.” Sobre o relacionamento das judocas com os dirigentes, após as conquistas das mulheres ela disse:

“alguns anos depois nós não conseguíamos patrocínio para a preparação e como essa medalha nos garantiu o direito de participar das Olimpíadas seguintes, nós até pensamos que íamos ter um tratamento diferenciado, que iríamos ter verbas para fazer os intercâmbios e tal. Quando aparecia verba se tivesse que levar a seleção masculina completa, ia a seleção masculina completa e a feminina ficava, então não mudou muita coisa não...”<sup>634</sup>



Soraia André durante uma luta

Apesar de enfatizar a hierarquização de gênero predominante entre homens e mulheres do judô brasileiro, Soraia deixou escapar que outras discriminações surgiram após a primeira experiência feminina do judô em Olimpíadas, em 1988:

“você está me perguntando de preconceito racial. Quando nós voltamos de Seul, a Mônica Angelucci teve um patrocínio bacana, porque tinha sido a primeira mulher a representar o Brasil e eu não consegui patrocínio. Aí as pessoas me perguntavam porque acontece isso? Talvez porque a Mônica é loira e a Soraia não, eu não sei... Mas ficou muito evidente isso. Foi mais fácil, isso abriu uma porta para o patrocínio. Ela fez uma propaganda na televisão.”<sup>635</sup>

Em que pese o preconceito racial sentido – fator aparentemente decisivo para a obtenção do patrocínio pela judoca Mônica Angelucci –, Soraia esqueceu de outro detalhe:

---

<sup>634</sup> Idem.

<sup>635</sup> Idem.

Mônica pertencia à categoria “ligeiro”<sup>636</sup> do judô feminino e, certamente, sua pequena figura atlética não desagradava o patrocinador, pois remetia ao modelo de leveza feminina consagrado. Ao contrário de Soraia, cuja aparência avantajada e musculosa – era da categoria meio-pesado (até 72 kg) –, comumente remetia às representações de masculinidade. Fatores que, sem dúvida, contribuíram para a não obtenção desse patrocínio.

Quatro anos após sua estréia em Jogos Olímpicos, Soraia André encerrou sua carreira como atleta. Estava, então, com 28 anos. Mas a idade não foi o motivo do fim de sua aposentadoria no esporte. Na verdade, seu desligamento ocorreu em virtude de outro fator. Em 1992, Soraia André confrontou a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), questionando sobre a verba destinada às judocas para comparecerem ao Campeonato Internacional Feminino de Fukuoka, no Japão, concedida pela própria organização do evento, mas que nunca haviam recebido. Como suspeitava já a algum tempo do desvio da verba pela CBJ, foi ao presidente da confederação “dar um basta na situação” e exigir o prêmio. Aí a verba apareceu, “eles falaram que estavam guardando para nós”. Logo depois, Soraia ouviu que sua cabeça ia rolar. Então, durante a seletiva para o Campeonato Mundial, em 1993, ela recebeu um telegrama dizendo que mulheres com 28 anos ou mais não poderiam participar das competições. Percebeu que se tratava de “uma coisa pessoal”, uma vingança da CBJ. Decidiu, então, fazer um protesto no Rio de Janeiro, na competição da qual foi excluída. Vestiu um quimono preto e andou pelas arquibancadas do estádio para expressar seu luto, sua dor e desligamento do judô. “Eu estava morrendo como atleta”, disse Soraia. “Senti muita dor. Fiquei muito triste. Na época, pareceu a pior coisa da minha vida. Pensei: - ‘O que vou fazer da minha vida?’ ‘Quem sou?’ ‘Eu era só judoca?’ Foi um ponto final, né?”<sup>637</sup>

A despeito da dor sentida, com esse comportamento a “japonegra” pôde finalmente chorar, se libertar do peso das mágoas acumuladas, daqueles ressentimentos recalcados que carregou ao longo da carreira e que só naquele momento puderam ser manifestados. Não foi à toa que assim contou, quando lhe perguntei se teve algum arrependimento:

“nunca me arrependi, eu faria de novo. Uma das coisas que aprendi é que você sempre tem que expressar a tua indignação de alguma forma. Eu gostei desse protesto, eu achei que foi algo meu, muito meu comigo, com a minha vida (...) eu sempre falo que me senti renascida das cinzas. Foi aí que eu comecei a sair daquele mundo, do mundo do judô. Aí eu comecei a elevar meus olhos para outros lugares e ver que existiam outros mundos e que eu podia ser feliz mesmo em outros mundos, podia ser útil de outra forma, fazer um outro tipo de trabalho até com o próprio judô.”<sup>638</sup>

---

<sup>636</sup> Na categoria ligeiro para as mulheres, as judocas são bem mais leves e deviam pesar até 48 kg, na época dos Jogos de Seul, em 1988.

<sup>637</sup> Entrevista concedida à autora, em 27 de outubro de 2009.

Portanto, à forte crise de identidade sentida se seguiu um sentimento de libertação, possibilidade descortinada a partir da percepção da simbiose contida no próprio nome da lutadora. Com efeito, depois da ruptura, a judoca não se reconhecia mais como “André”, sobrenome com o qual era chamada a lutar nas competições internacionais. “Descobri que eu era Soraia, antes do André. Nossa eu já tenho o feminino e o masculino. Então, eu achei fantástico”. Assim, sua memória em torno dessa ruptura é igualmente sentida como renascimento.

Independentemente das barreiras enfrentadas e do esquecimento público que cerca a trajetória do judô feminino no Brasil, Soraia reconheceu que as judocas da nova geração se beneficiaram das lutas travadas por ela e outras mulheres, dentro e fora do tatame. Quando encontrou Ketleyn Quadros, judoca meio-leve, primeira brasileira a receber a medalha de ouro, nos Jogos Olímpicos de Pequim, realizados em 2008, Soraia esboçou um largo sorriso e disse: “sua medalha é minha, viu menina!”, demonstrando-lhe a importância daquelas que a tinham precedido no esporte e que tornaram sua conquista possível.

---

<sup>638</sup> Idem.

## Para concluir?

A pesquisa demonstrou que, num espaço predominantemente de *dominação masculina*, as mulheres brasileiras conquistaram prestígio e ascensão social no campo esportivo, paulatinamente. Como o leitor pôde acompanhar, é um longo caminho, ainda inacabado. A trajetória construída por elas nesse terreno não apenas variou no tempo, foi igualmente perpassada por conflitos de classe, raça/etnia, geração, sexualidade e pelos sinais distintivos atribuídos aos diversos esportes, que configuraram diversas relações de poder e subordinação ao longo do século passado. Para demonstrar como as resistências adotadas pelas mulheres desportistas e atletas se diversificaram diante de distintas conjunturas políticas, utilizei-me das hipóteses elaboradas por Pierre Ansart, quais sejam: a de que em contextos extremamente autoritários a explosão de raivas, (res)sentimentos e indignações de indivíduos e grupos marginalizados irrompe, de maneira mais violenta. Por outro lado, quando predominam regimes liberais e democráticos, os atores sociais tendem a moderar seus descontentamentos, na medida em que suas demandas, seus direitos e desejos de reconhecimento são incorporados através de concessões e negociações estabelecidas pelas vias legais. Com efeito, assim como o processo de construção da cidadania é dinâmico e permanente, sendo reelaborado pelos sujeitos históricos em diferentes temporalidades – portanto, dialeticamente constituído por dilemas, avanços e recuos, conforme nos informa Lucília de Almeida Neves<sup>639</sup> –, a conquista de direitos pelas mulheres brasileiras também foi semelhante; vivenciou contradições, sofreu marchas e contramarchas.

Entre os anos de 1920 e 1930, muitas mulheres viram no engajamento corporal uma forma de reconhecimento público; a possibilidade de projeção social, mesmo que isto representasse, de forma paradoxal, a (re)definição de uma identidade ligada às suas funções familiares; uma associação com os tradicionais papéis femininos. Através das experiências e subjetividades de muitas mulheres desportistas; das astúcias e manobras usadas por elas para ingressarem no espaço esportivo verifiquei, portanto, como elas conciliaram os imperativos do sistema com seus interesses de libertação. Não por acaso, os esportes ditos “femininos” e moderados foram os mais procurados, ainda que existissem variações na forma como eram praticados. Contudo, se o surgimento de uma cultura física contribuiu progressivamente para a emancipação social da “nova mulher”, reforçou outras formas de exclusão, conforme os ideais eugênicos da época. Com efeito, para conquistarem o espaço público e exercerem uma relativa liberdade, foi necessário conservar, consentir e negociar. Isso, certamente, explica



porque a nadadora Maria Lenk conseguiu se sobressair no espaço esportivo brasileiro, o que não eliminou os preconceitos de gênero vivenciados por ela, ainda que praticasse um esporte visto como adequado às mulheres.

Consolidada a inserção feminina nos esportes e formalizadas algumas importantes conquistas políticas, a busca pela excitação e pelo recorde aumentou e, então, elas foram além. Rompendo com o ideal de pureza racial, elegância, moderação, delicadeza e refinamento compartilhado anteriormente, elas subverteram tradicionais papéis sociais e projetaram-se no atletismo, no futebol e em outras tantas atividades consideradas arriscadas para o “belo sexo”. Na tentativa de conter o avanço da emancipação feminina, fundamental para a manutenção das relações de poder e das identidades normativas de gênero, o governo brasileiro transformou alguns esportes em área de reserva masculina – a exemplo do que ocorreu em certos países – e proibiu determinadas modalidades às mulheres. Sem dúvida, essa estratégia violenta e autoritária perpetrada pelo Estado Novo suscitou diversas polêmicas e reações. Sobretudo, revelou as rupturas, os conflitos, tensões e deslocamentos que já atravessavam as relações entre homens e mulheres no espaço esportivo, por meio do aumento de investimentos, de mobilizações e da ampliação de uma consciência de gênero entre atletas brasileiras. A par das resistências articuladas nessa conjuntura, a repressão imposta contribuiu para a permanência dos estigmas que ainda hoje cercam a realização de determinados esportes pelas mulheres, principalmente sobre o futebol feminino, impondo-lhes uma restrita visibilidade na mídia, muito embora não tenha impedido a sobrevivência dessas práticas.

Posteriormente, durante a experiência liberal democrática (1946-1964), demonstrei que a experiência dos Jogos da Primavera não representou a construção de relações de gênero mais igualitárias no campo esportivo, apesar da adesão social maciça de mulheres ao evento, de diversos segmentos. Sob novas bases e com o consentimento feminino, as diferentes formas de hierarquização social se mantiveram na realização dos Jogos, ainda que representassem a ampliação dos espaços participativos para a mulher. Com efeito, a organização de uma olimpíada exclusivamente feminina tornou-se um canal de expressão e reconhecimento legítimo para muitas mulheres dos “anos dourados”, favorecendo a experiência coletiva de autoestima entre desportistas dessa geração. Ao mesmo tempo, apagava a lembrança das interdições nesse campo, em nenhum momento suspensas. Um comportamento político que, com certeza, guarda grande semelhança com aquele vivenciado por muitas atletas e ginastas dos anos 1920/30.

---

<sup>639</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: dilemas e perspectivas da República Brasileira. *Op. cit.*, pp. 80-102

Com a chegada da segunda onda do movimento feminista, novos ventos sopraram sobre o Brasil que, então, vivia uma ditadura civil-militar; mais um período violento de supressão das prerrogativas democráticas, inclusive com a inclusão de outros esportes proibidos às mulheres. A reboque dos movimentos de minorias políticas que se espalhavam pelo mundo, outras demandas e contestações femininas surgiram no espaço esportivo brasileiro, embaladas pelo lema “o privado também é político”. Atitudes e comportamentos subversivos, sobretudo, entre mulheres negras do atletismo apontavam, novamente, para a afirmação e ampliação de uma consciência de gênero, inscrita no corpo – símbolo político das experiências, lutas, resistências e conquistas femininas nessa conjuntura; lugar de reconhecimento e enfretamento das múltiplas formas de exclusão e estigmatização. Assim, num contexto de recrudescimento e de nova reconfiguração das discriminações de gênero, as lutas pela busca da plena cidadania, pelos direitos de controle do corpo e da sexualidade transformaram-se em confrontos diretos e abertos, causando a explosão de raivas e ressentimentos de atletas negras, por muito tempo recalcada. Não faltaram, inclusive, outras formas alternativas de manifestação e participação das camadas populares, como o futebol jogado por domésticas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez, portanto, o futebol e o atletismo femininos tornaram-se expressão de resistência à ordem opressora e excludente. Certamente, permanências de uma cultura política articulada durante outros tempos repressivos...

Finalizado o processo de abertura política e restabelecidas as liberdades democráticas no Brasil, as mulheres conquistaram, plenamente, seus direitos de participação nos esportes. Porém, a discriminação de gênero permaneceu e se atualizou, com a invenção arbitrária dos testes de feminilidade, excluindo do universo esportivo indivíduos intersex, cujas características sexuais “ambíguas” não se enquadram na ordem binária e heterossexual. Os impasses, dificuldades e desafios, portanto, permaneceram ao final do século XX. Nesse sentido, no limiar do século XXI quais serão os caminhos a serem seguidos pelos feminismos? Será que vivemos a era do pós-gênero? Como conciliar igualdade de direitos, justiça e cidadania num mundo cada vez mais fragmentado e atravessado por crescentes diferenças? Com certeza, muitas ainda são as perguntas e reflexões...

## Fontes

- ACCIOLY, Silvia *Gymnastica Femenina*. Rio de Janeiro: Schmidt editor, 1932
- AZEVEDO, Fernando. *Da educação física, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser*. São Paulo: Ed. Weiszflog, 1920
- KEHL, *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929
- PINHEIRO, João Ribeiro. *Da educação physica como factor primordial de brasilidade*. Niterói: Gráfica da Escola Profissional Washington Luiz, 1928
- PEIXOTO, Afrânio. *A educação da mulher*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936
- \_\_\_\_\_. *Eunice ou a educação da mulher*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson editores, 1944,
- RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Educação physica feminina*. Rio de Janeiro: Typ. do Patronato, 1930
- Fluminense Futebol Clube. *Relatório dos trabalhos sociaes concernentes, anos de 1919 a 1932*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Gomes Brandão e Marcondes
- Fluminense Futebol Clube. *Relatório Anual da Diretoria, anos de 1937 a 1949*.
- Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1928
- Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 10, agosto de 1928
- Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 15, janeiro-fevereiro de 1929
- Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano III, n. 16, fevereiro-março de 1929,
- Revista Tricolor*, Rio de Janeiro, ano II, n. 17, março-abril de 1929
- Revista Tricolor*, ano III, n. 19, maio-junho de 1929
- Revista do Fluminense*, ano I, n. 5, dezembro de 1954
- Revista Fluminense*, ano II, n. 22, abr. 1956
- Revista Fluminense*, ano II, n. 23, maio de 1956
- Revista do Fluminense*, ano VIII, n. 101-102, mar-abril de 1963
- Revista do Fluminense*, n. 137, agosto 1969
- Revista do Fluminense*, n. 178, mar-abril 1976
- Revista do Fluminense*, ano XXIV, n. 196, mar-abril de 1979
- Revista do Fluminense*, n. 200, nov-dez. de 1979
- Revista Paulistano*, São Paulo, ano I, n. 2, abril de 1934
- Sport Ilustrado*, ano I, n.14, 13 de julho de 1938
- Sport Ilustrado*, ano I, n. 16, 27 de julho de 1938
- Sport Ilustrado*, ano I, n. 18, 10 agosto de 1938
- Sport Ilustrado*, ano I, n. 19, 17 de agosto de 1938
- Sport Ilustrado*, n. 496, 9 de outubro de 1947
- Sport Ilustrado*, n. 498, 23 de outubro de 1947,
- Sport Ilustrado*, n. 536, 15 de julho de 1948
- Revista de Educação Física*, ano II, n.6, março de 1933
- Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 10, agosto de 1933
- Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, nov 1933
- Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 22, maio de 1935
- Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, maio de 1936
- Revista de Educação Física*, ano V, n. 33, outubro de 1936

*Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 9, abril de 1937  
*Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 10, julho de 1937  
*Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 40, julho de 1938  
*Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 41, abril e 1940  
*Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 45, agosto de 1940  
*Revista Educação Física*, n. 46, setembro de 1940  
*Revista Educação Física*, n. 49, dezembro de 1940  
*Revista Educação Física*, n. 56, julho de 1941  
*Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 62, jan-fev de 1942

*Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, junho de 1941  
*Boletim de Educação Física*, ano III, n. 6, abril de 1943  
*Boletim de Educação Física*, ano III, n. 7, agosto de 1943  
*Boletim de Educação Física*, ano V, n.12, abril de 1945  
*Revista Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, outubro de 1945

*Diário de São Paulo*, 27 de junho de 1936  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1940  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1940  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1940  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1940  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1940  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1940  
*Jornal dos Sports*, 11 de julho de 1948  
*Jornal dos Sports*, 6 de agosto de 1948  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1949  
*Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1949  
*Jornal dos Sports*, 30 de outubro de 1949  
*Jornal dos Sports*, 16 de novembro de 1949  
*Jornal dos Sports*, 17 de novembro de 1949  
*Jornal dos Sports*, 9 de agosto de 1952  
*Jornal dos Sports*, 13 de setembro de 1952  
*Jornal dos Sports*, 05 de setembro de 1956  
*Jornal dos Sports*, 23 de setembro de 1956  
*Jornal dos Sports*, 17 de agosto de 1960  
*Jornal dos Sports*, suplemento 'revista cor de rosa', 16 de outubro de 1960  
*Jornal dos Sports*, 22 de setembro de 1963  
*Jornal dos Sports*, 10 de maio de 1964  
*Jornal dos Sports*, 31 de outubro de 1964,  
*Jornal dos Sports*, 22 de julho de 1967  
*Jornal dos Sports*, suplemento segundo tempo, 23 de julho de 1967  
*Jornal dos Sports*, 9 de agosto de 1967  
*Jornal dos Sports*, 25 de outubro de 1967  
*Jornal dos Sports*, 3 de outubro de 1968  
*Jornal dos Sports*, 4 de outubro de 1968  
*Jornal dos Sports*, 13 de outubro de 1968  
*Jornal dos Sports*, 30 de outubro de 1968

*Jornal do Brasil*, caderno B, 29 de janeiro de 1976  
*O Globo*, 11 de abril de 1976

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 11, fotograma 81, série produção intelectual, 10 de junho de 1940

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 22, fotograma 455, 19 de março de 1940

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, série correspondências, rolo 22, fotograma 450

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 116

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 116/117

Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, rolo 42, fotograma 118/119.

### **Entrevistas realizadas**

Eliane Pereira de Souza, em 21 de outubro de 2008

Aída dos Santos, em 01 de dezembro de 2008

Mary Dalva Proença, em 10 de novembro de 2008

Melania Luz, em 6 de maio de 2009

Deise Jurdelina de Castro, em 7 de maio de 2009

Soraia André, em 27 de outubro de 2009

## Lista das Imagens

**Pg. 16.** In. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.351

**Pg. 20** In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Ed. Senac/Boitempo, 1999, p. 140 e KAZ, Leonel e LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível edições, 2006/2007, p. 30

**Pg. 21 e 22** In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Ed. Senac/Boitempo, 1999, p. 134 e 135

**Pg. 26** In: Idem, p. 136

**Pg. 28** In: Idem, p. 138 e 139

**Pg. 38** In: KAZ, Leonel e LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível edições, 2006/2007, p. 29

**Pg. 52** In: KAZ, Leonel e LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível edições, 2006/2007, p. 87

**Pg. 66** In: FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007

**Pg. 88** In: SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 464

**Pg. 119** In: FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007 e KAZ, Leonel e LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível edições, 2006/2007, p. 86

**Pg. 122** Arquivo Público do Estado de São Paulo

**Pg. 130** Arquivo Público do Estado de São Paulo

**Pg. 158** In: SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 467

**Pg. 171** In: KAZ, Leonel e LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível edições, 2006/2007, p. 99

**Pg. 174** In: Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004, p. 148

**Pg. 185** In: Site Aída dos Santos e SCHUMAHHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 470

**Pg. 206** Arquivo Nacional

**Pg. 208** In: SCHUMAHHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 473

**Pg. 229** Idem, p. 471

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves; RAMOS, Plínio de Abreu et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996
- ALBERTI, Verena. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.
- ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Col As esquerdas no Brasil, vol.3)
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2
- BARBOSA, Marialva Carlos. “Meios de comunicação e história: um universo de possíveis”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007
- BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002
- BOCCARDO, Ludmila Mourão. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF, 1998 (Tese de Doutorado)
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. Espaço social e poder simbólico. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. Programa para uma sociologia do esporte. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 140
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol.2
- CARDOSO, Maurício. *Os arquivos das Olimpíadas*. São Paulo: Panda books, 2000,
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008, vol. 1
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998



- CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*, (4) 1995
- \_\_\_\_\_. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.
- Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004
- CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 43, jan-jun de 2009
- \_\_\_\_\_. *Direitas em movimento. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009
- COUTO, André Alexandre Guimarães. “Do Foot-ball ao futebol: a criação do Jornal dos Sports e a imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)”. Anais do XII Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, Niterói, UFF, agosto de 2006.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Disponível em [http://www.agenda.org.br/docs/file/dados\\_pesquisas/feminismo/empoderamento](http://www.agenda.org.br/docs/file/dados_pesquisas/feminismo/empoderamento)
- COSTA, Claudia de Lima e ÁVILA, Eliana. “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o ‘feminismo da diferença’”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.3, 2005
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- COSTA, Suely Gomes. “Gênero e história”. In: ABREU, Martha e SOIHET, Racquel. (orgs.). *O ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.
- \_\_\_\_\_. Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, setembro-dezembro 2004
- DEVIDE, Fabiano Pires. *História das mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às resistências sociais*. Rio de Janeiro: UGF, 2003 (Tese de doutorado em Educação Física).
- DUNNING, Eric. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992
- DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos nos esportes”. In: KNIJNIK, Jorge Dorfman (org.). *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010,
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa, DIFEL, 1992.
- ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, vol. 5
- FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007
- \_\_\_\_\_. Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol.22, n. 43, jan-jun de 2009
- \_\_\_\_\_. A introdução dos esportes no Rio de Janeiro. *Recorde*, Revista de História do Esporte. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. “Os Jogos da Primavera: dilemas e perspectivas da prática esportiva feminina em tempos de democracia”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: culturas políticas, ideologias e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2011

- FARIAS, Cláudia Maria de. Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v.19, n.3, set-dez 2011
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 24, n. 47, jan-jun de 2004
- FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (Col. O Brasil republicano, vol. 1)
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- FRANÇA, Isadora Lins. ‘Ahora, es toda una mujer: um análisis del caso Edinanci Silva en los medios latinoamericanos’. In: *Interdiciones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009.
- FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, abr/jun 2005
- \_\_\_\_\_. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil, início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 2008
- GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz (1945-1972) In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964.... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Col As esquerdas no Brasil, vol.3)
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994
- \_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- \_\_\_\_\_. A guardiã da memória. *ACERVO – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, jan/dez. 1996
- GOMES, Euza Maria de Paiva. *A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Quartet/FAPERJ, 2008
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- HELAL, Ronaldo e César Gordon. A Pátria de chuteiras e a identidade nacional. In: VOTRE, Sebastião (org.). *Imaginário e representações sociais em educação Física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001
- HERMANN, Jacqueline. “Natalie Zemon Davis”. In: LOPES, Marco Antonio e MUNHOZ, Sidney (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010
- HOBBSAWM, Eric J. A nova mulher. In: *A Era dos Impérios*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2007
- \_\_\_\_\_. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: *A invenção de tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971
- HUYSSSEN, Andréas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. *Intercom*, Porto Alegre, 31 de agosto de 2004 (mimeo)

- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Buenos Aires: Siglo Vinteuno de Argentina Editores, 2001
- KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994
- LAVIGNE, Luciana. “La regulación biomédica de la intersexualidad. Un abordaje de las representaciones socioculturales dominantes”. In: *Interdiciones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhano. Mulabi: Anarrés editorial, fevereiro de 2009.
- LENK, Maria. *Braçadas e abraços*. Rio de Janeiro: Grupo Atlântica Boavista, 1982
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LIMA, Magali Alonso *Formas arquiteturas esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos*. Rio de Janeiro: Funarte/Centro de Documentação e Pesquisa, 1979
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo, 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2003
- MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul-dez de 2007
- \_\_\_\_\_. “Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX”. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- MONTEIRO, Vitor. Esportes, masculinidade e identidade nacional: a revista Nação Armada (1939-1947). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.) *Memória social dos esportes*. Futebol e política, a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad X Editora/FAPERJ, 2006
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Cidadania no feminino”. In: PINSKI, Jaime e PINSKI, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008
- MOREL, Márcia e COTES, Marcial. “Análise e formatação do matutino esportivo *Jornal dos Sports* no período 1931 a 1945”. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador, setembro de 2009
- MOTT, Maria Lucia e MALUF, Mariana. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3
- NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, vol. 2, n. 4, dezembro de 1997
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993

- OBERTI, Alejandra. “Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica em los relatos de mujeres que participaron em las organizaciones político-militares de los ’70”. In: CARNOVALE, Vera, LORENZ, Federico e PITTALUGA, Roberto. *Historia, memória e fuentes orales*. Buenos Aires: Cedinci Editores, 2006
- OLIVEIRA, Gilberto, CHEREM, Eduardo H. L. e TUBINO, Manoel, J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, 2008, 16(2): pp. 117-125.
- PARADA, Maurício. Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.) *Memória social dos esportes*. Futebol e política, a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2006
- \_\_\_\_\_. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória*. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad 2007
- PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.14, jan-jun. 2007
- PEREIRA, Ligia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 3, 2000,
- PERROT, Michelle; FARGE, Arlette et al.(orgs.) “A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. Trad. de Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. *Revista Gênero – Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, v.2, n.1, Niterói:EDUFF, 2000
- \_\_\_\_\_. Escrever a história das mulheres. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007
- \_\_\_\_\_. Sair. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005
- \_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. “Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n.38, 999
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Aarão Daniel; RIDENTI, Marcelo & e MOTTA, Rodrigo Pato de Sá org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, jan-jun de 2006
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Uma discusión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005
- SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo*: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Ed. Senac/Boitempo, 1999.
- SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. “Suor e raça a caminho do pódio”. In: *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Contenção das mulheres, mobilização dos jovens”. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV, 2000
- SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005
- \_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS CORPO, abril de 1996, 3ª edição, mimeo.
- SEVCENKO, Nicolau. “A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3
- SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- SOARES, Carmen Lucia. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de. (orgs.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: Ed. UNESP, 2009
- SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*: as mutações do olhar. O século XX. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- SOIHET, Rachel. Pisando no ‘sexo frágil’. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, janeiro de 2004.
- \_\_\_\_\_. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007
- \_\_\_\_\_. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, 2005
- \_\_\_\_\_. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006
- \_\_\_\_\_. *A subversão pelo riso*. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, n.54, vol.27, jul-dez 2007
- STERLING, Anne-Fausto. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17-18, 2002

- THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001
- VALPORTO, Oscar. *Atleta, substantivo feminino*. Vinte mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”. Desventuras de uma promessa subversiva”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1997
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.
- \_\_\_\_\_. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente*. da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (Col. O Brasil republicano, vol. 1)
- Gilberto VELHO. Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 95, out-dez 1988
- VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981,
- VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício e MORAES DE SÁ, Paulo Sérgio. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, 10-14 (2), jul-dez. 1986,
- VIGARELLO, Georges e HOLT, Richard. “O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- VIGARELLO, Georges. “Treinar”. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- WEST, Mary. “When something stands up, something stands up right besides it”. Caster Semenya and “the quiet violence of dreams”. *The Journal of diversity in organizations, communities and nations*. University of Illinois, vol.10., n.5, fevereiro de 2011.